

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Em busca de autonomia:
A trajetória de mulheres na economia solidária

Bianca Lima Costa

Belo Horizonte
2007

Bianca Lima Costa

Em busca de autonomia:
A trajetória de mulheres na economia solidária

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Magda Maria Bello de Almeida Neves

Belo Horizonte
2007

Bianca Aparecida Lima Costa

Em busca de autonomia: a trajetória de mulheres na economia solidária

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Belo Horizonte, 2007.

Magda Maria Bello de Almeida Neves (Orientadora) – PUC Minas

Marlise Matos – UFMG

Maria Ignez Costa Moreira – PUC Minas

Cristina Filgueiras – PUC Minas

À Ana Clara, luz em minha vida.

Às trabalhadoras que renovam diariamente a esperança na economia solidária e constroem espaços de mais autonomia e igualdade.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – pela bolsa a mim concedida, fundamental para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC Minas que, atenciosamente, me acolheram ao longo desses dois anos. Sinto-me feliz pela oportunidade de convivência e aprendizado com todos.

Ao Prof. Dr. Antônio Carvalho Neto pela orientação, no início dessa caminhada, pela atenção com que recebeu minhas decisões e pelos incentivos constantes, fundamentais para o amadurecimento dessa pesquisa.

À Prof. Dra. Magda Neves, agradeço, de forma especial, pelo carinho, pelo apoio e por acreditar nesse trabalho. Ela foi a grande responsável pela abordagem de gênero nessa pesquisa, o que enriqueceu o olhar sobre a economia solidária e ampliou, significativamente, minhas percepções acerca do tema. Fico grata pela oportunidade que tive de compartilhar dúvidas e incertezas que, tão sabiamente, ela soube canalizar para ricas reflexões.

À Prof. Dra. Maria Ignez e à Prof. Dra. Márcia Stengel, e os colegas do Mestrado de Psicologia da PUC Minas que, tão gentilmente, me receberam na disciplina Teorias de Gênero. Para mim, foi uma rica experiência, capaz de ampliar minhas dimensões de análise.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC Minas pelo espaço de convivência e debates tão importantes para meu amadurecimento.

Aos trabalhadores e às trabalhadoras dos empreendimentos econômicos solidários, Coopersoli e Comarp, que, tão carinhosamente, acolheram meus questionamentos e compartilharam suas trajetórias de vida. Talvez, não tenha como agradecer tamanha generosidade e confiança. Em minha lembrança, guardo os sorrisos e as lágrimas de cada um.

À Coopersol Leste, empreendimento solidário do setor da reciclagem, que também me recebeu para a pesquisa prontamente.

Às amigas, Renata e Patrícia, por vivenciarem comigo angústias e desafios, sempre dispostas nos momentos mais difíceis. Com elas, divido a esperança de um mundo mais igualitário e justo para as mulheres.

Ao Movimento do Graal no Brasil e à Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT pelo apoio na realização dessa pesquisa e pelo incentivo ao longo dessa trajetória.

Ao meu irmão Leandro e minha cunhada Aliny por, tão gentilmente, me acolherem e me apoiarem incondicionalmente em todas as minhas decisões. A eles, minha gratidão eterna pela demonstração de carinho e amor.

Aos meus irmãos e cunhadas que, mesmo distantes, me incentivaram a nunca desistir. Em especial, ao Leonardo e a Luciana, pelos momentos de felicidade e de descontração, e pelo empenho na construção de uma linda família.

Aos meus pais, Luiza e João, exemplos de luta comunitária e solidariedade ao próximo. A eles, agradeço o incentivo, o apoio e o amor incondicionais para a realização dos meus sonhos e compartilho mais essa vitória. A minha mãe, fico grata por me ensinar a sonhar e a ser perseverante.

Por fim, meu agradecimento mais especial. Ao Deivison, pela imensa generosidade e companheirismo ao longo de toda caminhada. De forma carinhosa, ele esteve presente e me apoiou nos momentos de mais angústia. A ele, devo a conclusão dessa pesquisa devido à valiosa contribuição na revisão e formatação do trabalho. Agradeço pela oportunidade de compartilhar sonhos e esperanças que, na cumplicidade de todos esses momentos, contribuiu para o crescimento do meu amor e minha admiração por ele.

RESUMO

Esta dissertação analisa as trajetórias de trabalhadoras e trabalhadores inseridos em dois empreendimentos econômicos solidários, do setor da reciclagem, situados em Belo Horizonte. Sob o enfoque das relações sociais de gênero, busca-se demonstrar os limites e possibilidades da vivência cotidiana nas organizações autogestionárias. Os procedimentos metodológicos adotados compreendem a análise da pesquisa qualitativa realizada com integrantes dos grupos. A hipótese principal acerca do tema proposto é que as mulheres empobrecidas e excluídas do mercado de trabalho inserem-se em espaços de gestão compartilhada e fortalecem vínculos sociais por meio de redes de solidariedade, de sociabilidade e de empoderamento. Nesse sentido, contribui para essa reflexão os seguintes aspectos: as trajetórias ocupacionais dos entrevistados e das entrevistadas; as motivações para a integração na economia solidária; as formas de apropriação do trabalho na reciclagem; pontos positivos e negativos da participação nos empreendimentos; as relações de gênero nos grupos; a prática da autogestão; e as percepções sobre a economia solidária de acordo com os trabalhadores e trabalhadoras. O que tentamos demonstrar é que, apesar dos limites de renda e benefícios trabalhistas, presentes nas iniciativas autogestionárias, esses espaços podem ser férteis para o exercício de relações mais democráticas e conquista de autonomia para as mulheres.

Palavras-chave: relações sociais de gênero, pobreza feminina, economia solidária, reciclagem, autogestão do trabalho, autonomia.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the trajectories of workers, men and women, inserted in two solidary economic enterprises, of the recycling sector, situated in Belo Horizonte. Under the approach of the gender social relations, the aim is demonstrate to the limits and possibilities of the daily experience in the self management organizations. The adopted methodological procedures cover the analysis of the qualitative research that was done with the groups participants. The main hypothesis concerning the considered subject is that the impoverished and labor market outsiders women insert themselves in spaces of shared management and fortifies social bonds by means of solidarity nets, sociability and empowerment. In this direction, it contributes for this reflection the following aspects: the occupational trajectories of the interviewed ones; the motivations for the integration in the solidary economy; the ways of appropriation of the work in the recycling; positive and negative aspects of the participation in the enterprises; the gender relations inside the groups; the self management practice; the perceptions on the solidary economy in accordance with the workers. What we try to demonstrate is that, in spite of the working limits of income and benefits, these spaces can be fertile for the exercise of more democratic relations and conquest of autonomy for the women.

Key-words: social relations of gender, female poverty, solidary economy, recycling, labor self management, autonomy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Relação associados/entrevistados	14
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População ocupada por sexo segundo posição na ocupação	30
Gráfico 2: População ocupada por sexo e atividade	31
Gráfico 3: Taxa de desocupação por sexo e idade	35
Gráfico 4: Renda média familiar dos trabalhadores e trabalhadoras da Coopersoli e da Comarp	69
Gráfico 5: Idade dos trabalhadores e trabalhadoras	70
Gráfico 6: Filhos por faixa etária	71
Gráfico 7: Escolaridade dos trabalhadores e trabalhadoras	72
Gráfico 8: Autodeclaração de raça	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Espaço de trabalho da Comarp	90
Figura 2: Galpão de reciclagem da Coopersoli	91
Figura 3: Trabalhador da Coopersoli na prensa	116
Figura 4: Trabalhadora da Coopersoli em atividades administrativas	116
Figura 5: Trabalhadora da Coopersoli em atividade de triagem	117
Figura 6: Trabalhadores e trabalhadoras em atividade na Comarp	126
Figura 7: Trabalhadora da Comarp separando material reciclável	127
Figura 8: Reunião na Coopersoli	138

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 MULHER, TRABALHO, FAMÍLIA E POBREZA FEMININA.....	18
2.1 Relações sociais de gênero e divisão sexual do trabalho	18
2.2 Mulheres no mercado de trabalho brasileiro.....	29
2.3 Pobreza e exclusão social	35
2.4 Pobreza no Brasil e o retrato das desigualdades	44
3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS FEMININAS	51
3.1 Economia solidária: em busca de conceitos	51
3.2 Caminhos da economia solidária no Brasil.....	63
3.3 As trajetórias ocupacionais das mulheres: o caminho até a economia solidária.....	66
3.4 Desemprego e construção de alternativas: a opção pelos empreendimentos econômicos solidários	80
4 RECICLAGEM, ECONOMIA SOLIDÁRIA E GÊNERO.....	87
4.1 O trabalho na reciclagem e o cuidado com o meio ambiente	88
4.2 Limites e possibilidades no trabalho em empreendimentos econômicos solidários ...	95
4.3 Relações de gênero na economia solidária	114
4.4 Os sentidos do pertencimento.....	134
4.5 Economia solidária em foco: visões e perspectivas das trabalhadoras.....	148
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	161
ANEXOS	167

1 INTRODUÇÃO

As iniciativas da economia solidária crescem no Brasil e no mundo, sob o forte aspecto da autogestão. Cooperativas, associações e grupos informais são alguns exemplos de um conjunto de experiências presente em diversos setores produtivos do país. Uma das principais características das organizações compreende o empenho em gerar renda para trabalhadores e trabalhadoras, em geral, excluídos do mercado formal de trabalho. A pobreza brasileira é o pano de fundo para um acordo social excludente em que se pesam desigualdades multiplicadas. A inserção pelo trabalho aparece como realidade distante em um quadro de crescente informalidade, precariedade e baixa remuneração. Pobres urbanos, vítimas da segregação ocupacional e residencial nas grandes cidades, vivenciam a quebra de vínculos sociais em trajetórias de destituição. Nesse complexo cenário multiforme, alternativas de ocupação se materializam na constituição de empreendimentos econômicos solidários, nos quais as mulheres são parcela significativa. A vulnerabilidade feminina, nas esferas produtivas e reprodutivas, é marcada por condições de gênero e conduz muitas trabalhadoras às atividades associadas.

A articulação de possibilidades e limites da integração feminina, na economia solidária, constitui fio condutor central dessa pesquisa cujo objeto de estudo são as trajetórias ocupacionais de integrantes de uma cooperativa e de uma associação do setor de reciclagem, em Belo Horizonte. Os empreendimentos são compostos, majoritariamente, por mulheres e realizam ações de coleta, triagem, prensagem e venda de materiais recicláveis. Ambos têm apoio de organizações não-governamentais, acompanhamento e subsídio da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. A escolha dos empreendimentos, em questão, deve-se a um conjunto de características interessantes ao estudo: ambos têm cerca de três anos de funcionamento, desenvolvem a mesma atividade, são atuantes no movimento da economia solidária, buscam exercitar a autogestão, são compostos por maioria feminina, estão situados em áreas pobres da cidade e são constituídos por moradores dessas regiões.

A **Comarp** - Comunidade Associada para Reciclagem de Materiais da Região da Pampulha - é uma associação que iniciou suas atividades, em março de 2004, através de um projeto da Prefeitura de Belo Horizonte que previa a criação de empreendimentos solidários e a integração deles às ações de coleta seletiva da cidade. O programa buscou incorporar trabalhadores organizados (catadores e desempregados) como parceiros prioritários em atividades sócio-ambientais. Além de promover a reciclagem, a iniciativa tinha como objetivo

beneficiar famílias de baixa renda e disseminar pontos de recebimento de material reciclável. Era previsto a construção de um galpão de beneficiamento, na região, destinado ao trabalho do grupo que, inicialmente, contava com cerca de 25 pessoas, moradoras de áreas prioritárias para a inclusão produtiva e social. Os participantes realizaram cursos e capacitações e começaram as atividades, provisoriamente, no espaço do Núcleo de Apoio à Família¹ (NAF) da Pampulha. Por diversos motivos, o local definitivo, até a presente data, não foi entregue à associação que realiza suas tarefas debaixo de uma lona. Nessa caminhada de quase três anos, a associação enfrentou muitas dificuldades relacionadas ao trabalho coletivo, baixa remuneração e infra-estrutura inadequada. Atualmente, o grupo é composto por 10 pessoas, dos quais 7 são mulheres, e atinge um beneficiamento mensal de 10 toneladas, com retirada média de R\$ 150,00.

A **Coopersoli** - Cooperativa Solidária dos Recicladores e Grupos Produtivos do Barreiro e Região - foi fundada através da mobilização de grupos organizados de quatro comunidades (Vila Corumbiara, Vila Independência, Conjunto Conquista da União e Jatobá IV) da região do Barreiro. As iniciativas foram fomentadas por moradores que tinham como objetivo gerar trabalho e renda por meio da reciclagem. A articulação dessas experiências recebeu o apoio da prefeitura que cedeu o espaço do galpão em regime de comodato e o apoio logístico da SLU – Superintendência de Limpeza Urbana. O empreendimento integra o programa de coleta seletiva da cidade e desenvolve suas atividades desde agosto de 2003. Atualmente, a cooperativa é composta por 21 pessoas, dos quais 16 são mulheres, e beneficia cerca de 39 toneladas de material reciclável por mês, o que representa renda média de R\$ 350,00 em regime parcial de trabalho. A experiência dispõe de uma estrutura mais adequada e, por isso, alcança resultados mais positivos em relação à **Comarp**. A iniciativa foi a primeira no município a reverter o produto da coleta seletiva à uma cooperativa formada por moradores de uma região. Os integrantes do grupo participam de cursos e de capacitações oferecidos por entidades e pelo poder público.

É importante destacar que os dois empreendimentos solidários participam do Fórum Municipal Lixo e Cidadania e do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, espaços em que se discutem políticas e ações para o setor de reciclagem assim como o fortalecimento da economia solidária. Dessa forma, há um contato com outros movimentos sociais, entidades e poder público. **Comarp** e **Coopersoli** recebem assessoria em diversas áreas, tais como

¹ O NAF é um órgão da prefeitura responsável por incentivar laços familiares e comunitários, oferecendo à população oficinas, grupos de reflexão, de convivência e palestras. Dentre suas atividades estão incluídas encaminhamento a serviços médicos e orientação a outros serviços públicos prestados pela prefeitura.

contabilidade, gestão, organização, relações humanas e cooperativismo. Esse tipo de apoio contribui para a consolidação das iniciativas solidárias na medida em que ajudam trabalhadores e trabalhadoras a superar desafios cotidianos, presentes em qualquer negócio. O incentivo a práticas autogestionárias e democráticas é um dos aspectos fundamentais no chamado trabalho de acompanhamento. As entidades de fomento e apoio estão espalhadas por todo o país e têm origens diversas. Em Minas Gerais, pode-se ressaltar a atuação de movimentos ligados à Igreja, ao sindicalismo e a ações de universidades. No caso da associação e da cooperativa, além do apoio municipal, ambos contam com a Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (CUT) como parceira importante. Atualmente, os dois empreendimentos são filiados à UNISOL Brasil, central de cooperativas também vinculada a CUT.

As assessorias buscam contribuir com as iniciativas solidárias de acordo com metodologias específicas e são agentes externos que articulam demandas e soluções para a efetivação dos grupos. A tarefa de acompanhamento da **Comarp** e da **Coopersoli**, por cerca de dois anos, foi fundamental para a realização dessa pesquisa. Como assessora, vivenciando os caminhos percorridos pelos dois empreendimentos, inúmeras questões surgiram sobre os processos econômicos e sociais das organizações. A dificuldade do trabalho coletivo, as deficiências financeiras, a frágil estruturação de comercialização, a baixa remuneração e o constante desafio da autogestão foram algumas das intermináveis angústias compartilhadas com trabalhadores e trabalhadoras. A luta diária para consolidação das iniciativas depende de um conjunto de fatores variados do qual o empenho dos participantes é imprescindível. Nessa busca, as mulheres, maioria nos grupos, destacam-se como agentes propulsoras da cooperativa e da associação. Fato cada vez mais visível na medida em que ocorrem crescimentos coletivos e pessoais. Nessa trajetória cotidiana, muitas questões relacionadas especificamente às trabalhadoras apresentam-se como interessantes a reflexões mais aprofundadas. Por que elas são motivadas a participar da economia solidária? Como percebem essa inserção? Quais os limites e as possibilidades presentes no trabalho nos empreendimentos solidários? Quais os impactos da participação autogestionária na vida dessas trabalhadoras? Como se articulam as relações entre homens e mulheres nos grupos? Qual o sentido do trabalho da reciclagem para elas? E o que compreendem por economia solidária? Esse conjunto de indagações motiva a realização do presente trabalho que busca aprofundar tais questionamentos sob bases teóricas e sistematizar as experiências por meio do enfoque das relações sociais de gênero.

Nesse sentido, o objetivo central da dissertação é analisar as trajetórias ocupacionais

das trabalhadoras e trabalhadores da **Comarp** e da **Coopersoli** até a inserção na economia solidária e a vivência das relações autogestionárias sob as perspectivas de inserção social e gênero. Para tanto, são propostas: 1) discutir as relações sociais de gênero, a divisão sexual do trabalho com base nas transformações recentes no mundo produtivo e o fenômeno da pobreza feminina; 2) analisar as diversas abordagens da economia solidária como possibilidade de superação da pobreza, as trajetórias ocupacionais das trabalhadoras e as motivações para sua inserção nos empreendimentos solidários; 3) analisar as entrevistas temáticas, buscando compreender os impactos do trabalho nos empreendimentos na vida de homens e mulheres de acordo com cinco aspectos: reciclagem e meio ambiente; limites e possibilidades do trabalho nos empreendimentos; relações entre homens e mulheres nos grupos; os sentidos apropriados através da autogestão; e a percepção dos entrevistados sobre a economia solidária.

A hipótese norteadora da pesquisa é de que as mulheres empobrecidas e excluídas do mercado de trabalho têm a possibilidade de inserção social em espaços que vivenciam a divisão de poderes por meio da autogestão e acessam redes de solidariedade que proporciona o fortalecimento de vínculos, sociabilidade e empoderamento.

Os procedimentos metodológicos, adotados na pesquisa, compreendem a análise teórica de temas importantes às argumentações do estudo tais como: relações sociais de gênero, divisão sexual do trabalho, pobreza, exclusão social e economia solidária, e entrevistas temáticas semi-estruturadas realizadas com trabalhadoras e com trabalhadores dos dois empreendimentos selecionados. A busca é por apreender as trajetórias ocupacionais vividas por mulheres e por homens e suas formulações subjetivas acerca do trabalho nas organizações autogestionárias. Segnini (2003) ressalta a relevância das indagações de natureza qualitativa como forma de compreender a condição social e concreta da vivência de determinadas situações, como o desemprego, por exemplo. Trata-se de visibilizar os caminhos trilhados e o sofrimento vivido relatado subjetivamente por cada uma das entrevistadas. O enfoque dos relatos individuais interroga sociologicamente o que é possível compreender do contexto social. Ao citar Thompson, a autora destaca que é na experiência vivida nas trajetórias familiares e profissionais que se expressam, em termos culturais, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Dessa forma, os aspectos culturais, sociais, históricos são importantes na construção de relatos significativos (p.31).

Para essa dissertação, no período de maio a dezembro de 2006, foram realizadas 24 entrevistas qualitativas, com 21 trabalhadoras e 3 trabalhadores. Na **Comarp**, composta por 10 associados, 8 foram entrevistados (7 mulheres e 1 homem), enquanto na **Coopersoli** que é composta por 21 cooperados no total, 16 foram entrevistados (14 mulheres e 2 homens).

Todos os integrantes dos grupos foram convidados a participar da pesquisa, mas alguns deles não puderam ou quiseram por diversos motivos. A maioria das entrevistas realizou-se na sede da associação e da cooperativa a pedido dos próprios trabalhadores. Apenas uma entrevistada preferiu falar na casa dela.

	COMARP	COOPERSOLI
Número total de sócios	10	21
Homens	2	5
Mulheres	8	16
Entrevistados	1	2
Entrevistadas	7	14

Quadro 1: Relação associados/entrevistados

Nesse cenário, as relações sociais de gênero constituem o pano de fundo para toda discussão desenvolvida, nesse estudo, por propiciar perspectivas fundamentais para a leitura da realidade. O enfoque principal, dado às trabalhadoras, realiza-se de forma articulada às argumentações masculinas. Scott (1990) ressalta que o conceito de gênero parte da recusa ao determinismo biológico. Em uma dimensão relacional, a autora argumenta que as identidades subjetivas são de origem social baseadas em categorias impostas. O núcleo essencial dessa definição articula duas proposições: a de que gênero é um elemento que constitui relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e reafirmam relações de poder. Souza-Lobo (1991) ressalta que não se trata apenas de diferenças e assimetrias, mas de constituições sociais ancoradas em estruturas hierárquicas que envolvem a idéia de dominação. Segundo Bruschini (1992), as pesquisas de gênero buscam revelar a situação de indivíduos socialmente discriminados com intuito de superar tais condições (p. 290).

Na esfera da produção e reprodução, estudos ressaltam a divisão sexual do trabalho como pertinente para compreensão das relações entre homens e mulheres. Tal referência atribui tarefas específicas de acordo com o sexo de quem as realiza. Há a separação entre serviços masculinos e femininos e a incidência de valores, econômicos e subjetivos, sobre as atividades. Nesse caso, o trabalho das mulheres vale menos que o trabalho dos homens. Essa hierarquia afirma a opressão masculina e busca legitimar papéis sociais sexuados. A visibilidade dessa desigualdade tem por objetivo revelar que tais realidades são resultados de construções sociais e, por isso, passíveis de mudanças (HIRATA e KERGOAT, 2003; KERGOAT, 2003).

No contexto dessas assimetrias, as formas e condições da inserção das trabalhadoras, no mercado de trabalho, apresentam-se de forma sintomática. Apesar do aumento da participação das mulheres em atividades remuneradas, advindas de mudanças sociais, econômicas e culturais, principalmente nos últimos trinta anos, essa integração ainda é marcada pela desigualdade. Elas continuam recebendo menos do que os homens em tarefas similares, concentram-se em nichos ocupacionais femininos e ocupam menos cargos de chefias. Estão mais expostas ao desemprego e a ocupações precárias e informais, em que se destaca o trabalho doméstico. A escolaridade feminina ainda tem peso menor se comparada à masculina (BRUSCHINI, 2000). Além disso, pesquisas indicam a permanência de concepções que legitimam a baixa divisão do trabalho doméstico nas famílias. As tarefas de cuidado continuam atribuídas majoritariamente à responsabilidade feminina, em que a maternidade aparece como ponto preponderante. Essa baixa distribuição representa sobrecarga às mulheres e empecilhos para a conquista de empregos (ARAÚJO e SCALON, 2005).

O resultado dessas trajetórias pode ser expresso no fenômeno da feminização da pobreza. A segregação ocupacional, a precarização e o acesso a espaços diferenciados representam limites à obtenção de recursos e poder pelas mulheres (OLIVEIRA e ARIZA, 1997). Para elas, a realidade de carências é mais intensa, porque também realizam muitas atividades não remuneradas. Os indicadores capazes de medir esse fenômeno ainda são limitados e uma das maneiras de verificar a maior incidência de pobreza entre as mulheres é a articulação entre chefia-familiar e sexo. No Brasil, é possível afirmar que os domicílios sob responsabilidade feminina estão entre os mais pobres, proporção que cresce a cada dia. Tais fatores contribuem para a exclusão social feminina que se caracteriza por processos de rejeição e perda de identidade (BANDEIRA e MELO, 2005). Trata-se de experiências vinculadas a aspectos subjetivos que envolvem falência de laços comunitários, retração das redes de sociabilidade e quebras dos mecanismos de solidariedade e reciprocidade (LAVINAS, 2002).

Diante desse quadro, acredita-se que uma das formas para superação da pobreza e da exclusão social pode permear as iniciativas de geração de trabalho e renda. Trabalhadores e trabalhadoras, compreendidos nessa pesquisa, estão inseridos na chamada economia solidária que, segundo Gaiger (2004), consiste numa alternativa de produção baseada no reflorescimento do associativismo econômico.

Trata-se da associação produtiva entre os trabalhadores, que visa colocar em benefício a capacidade de trabalho que possuem, em lugar de aliená-la como instrumento do seu próprio jugo, assim instaurando as bases de uma economia do

trabalho que subverte a lógica de produção de mercadorias e converte a economia, de imperativo absoluto, em meio de realização de necessidades, de fruição e bem-estar. (GAIGER, 2004, p. 7-8)

De acordo com o autor, pode-se atribuir, em um contexto mais amplo, que o surgimento desse movimento compreende dois fatores preponderantes: a crise de grande magnitude que atinge o trabalho assalariado e, no plano político, a derrocada de experiências socialistas que abala as pautas de intervenção social das organizações e das correntes políticas. Questões que contribuem para busca de novos caminhos e a formulação de outras estratégias. A viabilidade dessas proposições se materializa nos **empreendimentos econômicos solidários** que constituem as células básicas da economia solidária.

Essas iniciativas apresentam-se em diversas modalidades de organização econômica por meio da livre associação de trabalhadores e têm alguns princípios norteadores tais como: **autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade**. As alternativas coletivas de sobrevivência aglutinam indivíduos excluídos do mercado de trabalho ou motivados por convicções próprias. As atividades desenvolvidas abrangem diversos setores e podem ser consolidadas sob formas diferenciadas de organização (cooperativa, associação, grupos de produção, empresas de autogestão). Sob a perspectiva de uma nova racionalidade produtiva, essas experiências têm como sustentação o solidarismo e articulam resultados materiais efetivos e ganhos extra-econômicos. O trabalho associado age em favor dos próprios produtores e confere à noção de eficiência em conotação bem ampla. Uma das qualidades destacadas, nos empreendimentos, refere-se ao seu caráter multifuncional, ou seja, sua vocação de atuar simultaneamente na esfera econômica, social e política. A razão de sua criação consiste em atender necessidades materiais e aspirações não-monetárias, como inserção social e autonomia. São espaços que proporcionam aprendizagem e experimentação democrática (GAIGER, 2003).

Nesse sentido, ao levar em conta o caráter subjetivo do trabalho, Guérin (2005) ressalta que a inserção das mulheres na economia solidária pode representar oportunidades inéditas para o avanço na luta contra as desigualdades de gênero. Tais experiências são **espaços intermediários** entre privado/doméstico e a vida pública/monetária e contribuem para o rompimento de alguns bloqueios impostos às mulheres. As iniciativas constituem espaços férteis para o desempenho da **justiça de proximidade**, essencial para o enfrentamento do caráter multidimensional da pobreza. Elas se consolidam como **espaços de diálogo**, reflexão e de deliberações coletivas, como forma de acesso à fala pública para pessoas que geralmente não os têm. O exercício da expressão pode possibilitar reivindicações

coletivas, capazes de transformar instituições. Por último, essas experiências favorecem a redefinição da articulação entre a família, autoridades públicas, mercado e sociedade civil, e participam da revalorização de práticas recíprocas.

Sob tais enfoques, no primeiro capítulo, desenvolve-se uma análise acerca das relações sociais de gênero e divisão sexual do trabalho. O papel atribuído às mulheres, na família, é tratado com destaque no que se refere à distribuição de tarefas domésticas. A inserção feminina, no mercado de trabalho brasileiro, compõe um quadro sobre as desigualdades de gênero que são fundamentais no entendimento da pobreza. Por fim, discute-se a condição dos pobres urbanos e a exclusão social como fenômeno multidimensional com forte incidência entre as mulheres. As principais contribuições teóricas nesse capítulo são: Scott (1990), Izquierdo (1998), Sorj (1992), Bruschini (1992, 2000), Souza-Lobo (1991), Kergoat (2003), Araújo e Scalon (2005), Hirata (2002, 2001), Castel (1998), Lavinhas (2002), Kaztman (2001), Bandeira e Melo (2005), Oliveira e Ariza (1997), Salles e Tuirán (1998), Rocha (2003), Telles (2001).

No segundo capítulo, descrevem-se algumas abordagens acerca do tema da economia solidária, buscando revelar as diversas perspectivas sobre uma prática em construção. A participação das mulheres, nessas experiências, é enfocada de maneira especial como forma de compreender a significância desses espaços para as trabalhadoras. Em seguida, com base na pesquisa qualitativa realizada com os dois empreendimentos, destacam-se as trajetórias ocupacionais de trabalhadores e trabalhadoras dos grupos, evidenciando os caminhos percorridos no mundo do trabalho até a inserção na economia solidária. Busca-se dar visibilidade também às motivações pessoais ou coletivas para a aposta nas organizações autogestionárias como fonte de renda e ocupação. Entre as principais abordagens dos temas tratados, destacam-se os seguintes autores: Pinto (2006), Singer (2003, 2002), Coraggio (2000), França Filho e Laville (2004), Gaiger (2004), Guérin (2005).

O terceiro capítulo é dedicado à análise da pesquisa qualitativa com base em cinco abordagens: trabalhadoras e a reciclagem; limites e possibilidades da economia solidária; relações entre homens e mulheres no interior dos empreendimentos; sentidos da autogestão; e, por fim, a percepção sobre o que significa economia solidária para cada trabalhadora. O objetivo principal é avaliar as vivências e suas apropriações com enfoque nas possibilidades de empoderamento, sociabilidade e inserção social. Nas considerações finais, articulam-se essas discussões em busca de apontamentos sobre os impactos da participação autogestionária na vida das trabalhadoras.

2 MULHER, TRABALHO, FAMÍLIA E POBREZA FEMININA

2.1 Relações sociais de gênero e divisão sexual do trabalho

Estudos que privilegiam as mulheres e as relações sociais de sexo e de gênero são recentes e fortemente influenciados pelos movimentos sociais feministas e de liberação de mulheres, com destaque para as produções a partir de 1970. Segundo Machado (1994), novas perspectivas e questionamentos são inseridos às diferentes disciplinas, que criticam de forma articulada o poder masculino sobre as mulheres.

O movimento social feminista constituiu-se como grande elemento forjador da emergência de um campo intelectual que compreende os estudos de gênero, estudos das mulheres e das relações sociais de gênero. Mais do que apenas outra temática, inseriu-se uma perspectiva de análise capaz de romper com os limites face ao quadro de interrogações postas pelas feministas (MACHADO, 1994). Para Scott (1990), essa defesa é feita por aquelas que acreditavam que a pesquisa sobre mulheres transformaria os paradigmas no seio de cada disciplina.

A construção de marcos teóricos para o estudo da situação das mulheres e das relações homens/mulheres, em diversas esferas, não é a causa da luta das mulheres, mas sim uma de suas conseqüências. Nesse processo, o combate à discriminação sexual é anterior à atenção dada na comunidade científica. Tornou-se fundamental demonstrar que as diferenças físicas não geram a desigualdade, mas apenas a suportam (IZQUIERDO, 1998, p. 18).

Muitas autoras apontam para o uso indiscriminado do conceito de gênero, o que acaba por desconsiderar toda sua construção teórica. Uma das distorções mais generalizadas tem sido a substituição automática do termo sexo por gênero, o que subestima o lugar específico das teorias sobre o tema, principalmente em relação à desigualdade social das mulheres. A diferenciação entre sexo e gênero busca distinguir, de forma conceitual, as características sexuais, limitações e capacidades que elas implicam, das características sociais, psíquicas e históricas. Diferenças situadas em determinadas sociedades nas quais os padrões de identidade, modelos, posições e estereótipos do que é e do que deve ser uma pessoa, respondem a uma bimodalidade em função do sexo ao qual pertence (IZQUIERDO, 1998, p. 29).

O conceito de gênero insiste, primeiramente, na não aceitação do determinismo

biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual. Trata-se de uma visão relacional na qual se busca indicar as construções sociais sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. As identidades subjetivas são de origem social baseadas em categorias impostas a um corpo sexuado (SCOTT, 1990). A adoção de visões de caráter estrutural não é freqüente. Deve-se, entretanto, levar em conta que o que ocorre com as mulheres relaciona-se ao que ocorre com os homens, em uma rede de relações que não é construída de forma autônoma (IZQUIERDO, 1998).

Sorj (1992) afirma que o conceito central de categoria de gênero unifica o conjunto de estudos feministas e lhe fornece um argumento fundamental que envolve pelo menos duas dimensões. A primeira compreende a idéia de que o equipamento biológico sexual inato não é capaz de explicar o comportamento diferenciado masculino e feminino, observado na sociedade. Diferentemente do sexo, o gênero é um produto social, apreendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações. A segunda envolve a noção de que o poder é distribuído de maneira desigual entre os sexos e que cabe às mulheres uma posição subalterna na organização da vida social (SORJ, 1992, 15 e 16).

Como categoria analítica, enfatizam-se as qualidades fundamentalmente sociais das distinções baseadas no sexo e se articulam as posições de homens e mulheres uns em relação aos outros. O estudo da condição feminina, do papel da mulher na história e na sociedade passa, a partir disso, a ser substituído pelo estudo das relações de gênero sem, entretanto, perder o caráter de denúncia da parte oprimida.

Os estudos de mulher e, mais recentemente, os estudos sobre relações de gênero, sempre tiveram por finalidade conhecer a situação de indivíduos socialmente discriminados, visando propor a superação desta condição. Uma perspectiva transformadora e uma dimensão política sempre tiveram no cerne dos estudos sobre a condição feminina. (BRUSCHINI, 1992, p. 290)

A novidade desse tipo de pesquisa é a análise das relações sociais em busca de uma resposta para a opressão da mulher por meio de uma nova lente. Assim como raça e classe, gênero passa a ser uma categoria analítica do pensamento científico (BRUSCHINI, 1992, p. 291-292). Nesse sentido, a reflexão sobre os significados das representações do feminino e do masculino, nas construções culturais e históricas, é fundamental. O levantamento desses significados desconstrói visões dicotômicas como produção/reprodução ou espaço público/espaço privado, uma vez que tais relações permeiam várias esferas em que as demarcações são fluídas, historicamente situadas, diferenciadas nas culturas e nas sociedades

(SOUZA-LOBO, 1991, p. 187). Scott (1990) define o conceito de gênero baseado em duas partes e diversas subpartes.

O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas **diferenças percebidas entre os sexos**, e o gênero é uma forma primeira de significar as **relações de poder**. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. (SCOTT, 1990, p. 13) (grifo nosso)

Como elemento constitutivo das relações sociais, fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica quatro elementos relacionados entre si. O primeiro vincula-se à idéia de símbolos, culturalmente, disponíveis que evocam representações múltiplas e, freqüentemente, contraditórias e binárias. O segundo perpassa por conceitos normativos que colocam em evidência interpretações de sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas, o que afirma de forma categórica o sentido feminino e o sentido masculino, como o único possível. O terceiro elemento inclui a noção do político tanto quanto uma referência às instituições e às organizações sociais. O quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva, que considera a contribuição da psicanálise. Esses elementos não podem ser operados, separadamente, mas não operam também de forma simultânea. Em última instância, de acordo com Scott, as relações de gênero são permeadas por articulações do poder na sociedade.

Seria melhor dizer que o gênero é um campo primeiro no seio do qual e por meio do qual o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter constituído um meio persistente e recorrente de tornar eficaz a significação do poder no ocidente, nas tradições judaica-cristãs e islâmicas. (SCOTT, 1990, p. 15)

Tais articulações implicam não apenas as diferenças e assimetrias, mas estão baseadas em estruturas hierárquicas nas quais as relações de poder fazem parte dos mecanismos de constituição dos poderes nas sociedades. O fio condutor que articula estudos de gênero e estudos sobre permanências e mudanças sociais envolve a idéia de dominação (SOUZA-LOBO, 1991). Izquierdo (1998) acredita que a desigualdade social das mulheres é uma a mais e ao mesmo tempo a primeira. Há o reforço de que, em termos de distribuição, formação, prestígio e/ou poder, as atividades femininas são inferiores às masculinas, independentemente de quem as desenvolva, seja fêmea, seja macho. Por isso, a autora busca diferenciar a discriminação, por razão de sexo, da desigualdade, por razão de gênero. A primeira acontece, por exemplo, quando em igualdade de condições se prefira um homem ou uma mulher para

ocupar um trabalho. Já a segunda caracteriza-se, quando um trabalho é considerado feminino com remuneração menor em relação ao masculino, independentemente de quem o realiza e se as pessoas que exercem tal ocupação sofrem algum tipo de exclusão (IZQUIERDO, 1998, p. 54).

As subjetividades das relações de trabalho estão intrinsecamente articuladas com as dimensões de gênero e carregadas pela idéia de poder. A definição de qualificações e carreiras não é só uma questão de diferença, mas, em cada situação concreta, representa a disposição de forças. O uso dessa perspectiva, na sociologia, busca problematizar as ocupações e as identidades de homens e mulheres, na sociedade, a partir do conceito de divisão sexual do trabalho (SOUZA-LOBO, 1992).

De fato, a problemática da divisão sexual do trabalho se articula com a categoria gênero e abre espaço para pensar as novas questões que preocupam a sociologia do trabalho: as “metamorfoses” do trabalho e o seu questionamento, a subjetividade no trabalho e as identidades no trabalho, o problema de igualdade e diferenças e as formas contemporâneas de gestão e de políticas sociais. (SOUZA-LOBO, 1992, p. 206)

Essa abordagem surge como problema, no campo das ciências sociais, ao se referir à atribuição diferenciada entre tarefas produtivas (masculinas) e domésticas (femininas). Além da articulação de acordo com os sexos, há forte idéia de valores distintos, ou seja, produção vale mais do que reprodução, o trabalho das mulheres vale menos que o trabalho dos homens. Nesse cenário de hierarquia e diferenças, é possível encontrar provas que demonstram a opressão masculina. Nesse sentido, Hirata e Kergoat (2003) afirmam:

A divisão sexual do trabalho é o suporte empírico que permite a mediação entre relações sociais (abstratas) e práticas sociais (concretas) e a elaboração de hipóteses de médio alcance (...). A divisão sexual do trabalho está no âmago do poder que os homens exercem sobre as mulheres. (p. 114)

Dessa forma, pressupõem-se dois princípios organizadores baseados na **separação**, existem ocupações femininas e masculinas, e na **hierarquização**, o trabalho desenvolvido pelos homens vale mais do que o realizado pelas mulheres. Tais processos buscam ser legitimados na idéia que empurra o gênero para o sexo biológico e reduz as práticas em papéis sociais sexuados. As argumentações acerca da divisão sexual do trabalho, em sentido oposto, demonstram que essas ações são construções sociais, resultados de relações sociais passíveis de mudanças e alterações (KERGOAT, 2003, p. 56).

A repartição de funções ou tarefas, segundo o sexo, tem explicações relacionadas às estratégias de utilização (apropriação) do corpo pelas características naturais ou sociais. Os dedos ágeis, a paciência, a resistência à monotonia são considerados próprios das trabalhadoras, por exemplo. Os critérios diferenciados para compreender as qualidades inerentes aos homens e às mulheres, frequentemente, representam uma desqualificação das ações femininas, assimiladas como habilidades naturais, sem considerar o treinamento informal. Mais do que apenas atribuição, uma vez a tarefa relacionada ao feminino passa também a ser classificada como menos complexa.

As pesquisas têm evidenciado as assimetrias entre qualificação masculina e feminina, promoção masculina e feminina, salários femininos e masculinos. Tudo indica que essas relações se *inter-sustentam*. Ou seja, nem as práticas produtivas determinam as trajetórias da força de trabalho masculina, nem as práticas reprodutivas determinam com exclusividade as trajetórias da força de trabalho feminina, mas essas trajetórias são resultados de múltiplas práticas construídas social e historicamente através de modos de vida, representações de estratégias de sobrevivência. (SOUZA-LOBO, 1991, p. 152)

Segundo Kergoat (2003), as formas de divisão sexual do trabalho não são rígidas e imutáveis. É necessário superar as visões deterministas e refletir sobre suas variantes. Trata-se de analisar os fenômenos da reprodução social com vistas aos deslocamentos e rupturas, bem como a emergência de novas configurações que tendem a questionar a existência dessa divisão (p. 56).

Durante muito tempo, a inserção feminina, no mercado de trabalho, e suas contribuições permaneceram ocultas em dados e teorias. A visibilidade só se tornou possível com o amadurecimento das pesquisas sobre a mulher, a partir da década de 1970, em que se procurou entender a participação feminina na sociedade como um todo e no trabalho em particular. O próprio conceito de trabalho, do ponto de vista teórico e operacional, foi contestado a fim de se incluírem tarefas que fazem parte da vida cotidiana das mulheres (BRUSCHINI, 1992).

Nos últimos trinta anos, observou-se um aumento significativo da inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro, o que pode ser considerado um resultado não só decorrente das necessidades econômicas e oportunidades oferecidas pelo mercado, mas também, em grande parte, das transformações demográficas, culturais e sociais ocorridas no país. Para as trabalhadoras, a intensa queda da fecundidade, a expansão da escolaridade e o acesso às universidades são alguns dos fatores que influenciaram significativamente essas mudanças. Além disso, as alterações nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel da mulher,

intensificadas pelo impacto dos movimentos feministas e pela presença cada vez mais atuante das mulheres nos espaços públicos, transformaram de alguma forma a constituição da identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho produtivo (BRUSCHINI, 2000). Fatores que possibilitam a visibilidade das relações que se engendram na esfera privada e representam um conjunto de novas experiências vivenciadas pelas mulheres no local de trabalho e no contexto mais amplo da própria sociedade (NEVES, 2006).

O aumento na inserção e permanência das mulheres, no mercado de trabalho, deve-se a motivações que relacionam perspectivas individuais, compreendidas como autonomia e realização, e também por necessidades econômicas ancoradas na complementação da renda familiar, em especial, em países tão desiguais como a brasileira (PICANÇO, 2005, p.150).

De acordo com Araújo e Scalón (2005), na sociedade contemporânea, a perspectiva do trabalho pode ser vista por três ângulos: como fonte de realização pessoal capaz de proporcionar *status* e construir elemento de afirmação econômica; como elemento de apropriação da autonomia dos indivíduos, em que a realização não é o mais importante, ou seja, a necessidade econômica é imperativa, em uma dimensão mais instrumental do trabalho; e, por último, como elemento que permanece central na constituição das identidades dos indivíduos. O acesso das mulheres ao trabalho pago ainda relaciona-se com a domesticidade de suas relações. Qualquer inserção, seja como fonte de realização profissional seja de viabilização monetária, terá algum tipo de impacto sobre as relações familiares principalmente para as mulheres.

No aspecto ideológico, é de se notar que o *status* público atual dos indivíduos tende a ser conferido também por seu lugar de consumidor no mercado, em detrimento da referência ao cidadão. Nesse cenário, trabalhar ou não trabalhar significa, além de sua satisfação com a atividade exercida cotidianamente, dependendo do contexto socioeconômico, poder oferecer a si ou aos familiares condições materiais de sobrevivência mais ou menos satisfatórias; ter (ou acreditar que tem) alguma possibilidade de escolha no mercado de consumo que lhe confira um sentido subjetivo de autonomia para escolher; comprar; e identificar seu lugar na satisfação dessas necessidades. (ARAÚJO E SCALÓN, 2005, p.20)

Para as mulheres, a autonomia pode adquirir um duplo sentido: ter mais independência e se sentir incluída, como consumidora para si e sua família. Ter um emprego, além de significar acesso ao trabalho remunerado, representa também ocupar um lugar na sociedade (CAPPELLIN, 2005). Há boas razões para se pensar que, nas duas últimas décadas do século XX, ocorreram transformações nas identidades e nas práticas de gênero no Brasil que envolveram as mais variadas dimensões da vida social. Dessa forma, principalmente, a ocupação das mulheres casadas não representa apenas uma resposta às dificuldades

financeiras, mas uma resposta às mudanças culturais sobre o seu papel de gênero. As famílias passam a lidar mais frequentemente com a inserção de ambos os cônjuges no mercado de trabalho, o que, em alguma medida, acarreta impactos na tradicional divisão sexual do trabalho (SORJ, 2005).

Com base nos resultados de um *survey* nacional de atitude e opinião que buscou relacionar aspectos de gênero, família e trabalho, Araújo e Scalón (2005) destacam alguns pontos importantes relacionados aos arranjos e relações entre homens e mulheres referentes à inserção na força de trabalho. Um desses aspectos indica a elevada aceitação do trabalho como parte constitutiva da vida da mulher, principalmente, como forma de afirmação social e econômica. “Essa aceitação, porém, é acompanhada da permanência da valorização da domesticidade feminina, sobretudo de seu aspecto maternal e, como se pode notar isso ocorre principalmente entre os homens.” (ARAÚJO e SCALON, 2005, p.29).

A visão de que o trabalho de reprodução social continua limitado à esfera doméstica, e a responsabilidade feminina pode significar que o ideal igualitarista entre homens e mulheres está longe de ser alcançado. As mudanças no envolvimento de homens (maior) e mulheres (menor) no trabalho doméstico têm ritmo lento. Embora se busquem relações mais igualitárias, ainda há a persistência de práticas mais tradicionais, que parecem mudar de forma pontual em aspectos determinados. A valorização do trabalho feminino remunerado alia-se à permanência ou à conciliação do espaço tradicional (casa e maternidade). A visão de que a ocupação das mulheres é auxiliar na escassez orçamentária da família ainda é bastante relevante, entretanto, ao contrário da idéia de que elas preferem “ficar em casa”, há a valorização do trabalho profissional como fonte de realização pessoal e de melhoria das condições de vida (ARAÚJO e SCALON, 2005).

Apesar da influência de diversos fatores, ainda é possível afirmar, de acordo com o *survey*, que há um padrão praticamente universal ao longo da história que define o trabalho reprodutivo ou doméstico como feminino e o trabalho produtivo ou remunerado como masculino.

A esse padrão, e as suas correspondentes vantagens e desvantagens, tem sido atribuída parte considerável das razões para o predomínio masculino em posições importantes da hierarquia socioeconômica e do controle das instituições. Análises recentes sobre divisão sexual do trabalho mostram que esses fatores podem ser mais ou menos relevantes, porém, apesar das modificações ocorridas no mundo do trabalho e da tendência crescente à participação da mulher na esfera pública, não são tão determinantes para alterar substantivamente as características quase universais da divisão sexual do trabalho doméstico, que tendem a apresentar poucas alterações de contexto para contexto. (ARAÚJO e SCALON, 2005, p.44 e p.45)

A persistência de um modelo, segundo o qual cabem às mulheres as responsabilidades domésticas e socializadoras, bem como a persistência de uma identidade construída em torno do mundo doméstico, influenciam a participação feminina no mercado de trabalho. É o fator que representa um peso a mais, além daqueles referentes à qualificação e à oferta de emprego. A necessidade de articular tarefas, papéis familiares e profissionais limita a disponibilidade das mulheres para a ocupação. A inserção depende de uma complexa combinação de características pessoais e familiares, como o ciclo de vida e a estrutura familiar. Questões que afetam a participação feminina, mas não a masculina (BRUSCHINI, 2000, p.16).

É na relação com os filhos que a percepção dos entrevistados, na pesquisa sobre a ausência das mulheres do lar, mostra-se mais problemática. O afeto ainda é relacionado mais ao tempo do que a qualidade da relação. O cuidado com as crianças continua predominantemente privado, como atribuição feminina e doméstica (ARAÚJO e SCALON, 2005). A presença de filhos é um grande dificultador para as trabalhadoras, e a maternidade interfere mais quando as crianças são menores. Um dos motivos para essa maior interferência pode estar relacionado ao número de creches insuficiente para atender a essas famílias, principalmente, as mais pobres. Os dados referentes a real contribuição feminina para a sociedade, em relação a sua atividade, no mercado, não demonstram algo que é crucial, ou seja, a dupla jornada de trabalho da mulher (BRUSCHINI, 2000). Nesse sentido, as atividades realizadas por mulheres se caracterizam por carreiras descontínuas, salários mais baixos e jornadas em tempo parcial. Os empregos de menor qualidade são reservados às trabalhadoras que mantêm sua identidade doméstica. Bloqueadas nas suas carreiras profissionais e submetidas à pressão das normas sexuais de emprego, muitas delas acabam por priorizar investimentos pessoais na esfera privada (SORJ, 2004, p.107-108).

Pode-se afirmar que a conquista de direitos e o aumento no ingresso à esfera pública possibilitaram maior trânsito às mulheres e, conseqüentemente, maior autonomia em suas relações privadas. Por outro lado, no que se refere à clássica divisão do trabalho doméstico, esse movimento tem sido mais solitário, quase de mão única. Em geral, os dados apontam para uma sociedade menos machista do que costuma supor o senso comum, porém, ainda distante de um marco igualitário (ARAÚJO e SCALON, 2005, p.69-70). Disso resulta a persistência da alta desigualdade na distribuição feminina, na estrutura ocupacional, na renda e na realização das tarefas domésticas, fenômenos que se retroalimentam (PICANÇO, 2005, p.151).

Nesse cenário, a crise do emprego influencia as relações público/privado e as tensões produção/reprodução. A queda dos rendimentos médios e a perda do poder de compra dos

salários, sob a ótica das relações de gênero, não colocam homens e mulheres numa mesma situação. Conforme afirma Cappellin:

Às mulheres é solicitado que arquem com o compromisso familiar e, ao mesmo tempo, tenham um sempre maior envolvimento ocupacional extradoméstico, frequentemente no mercado informal. Aos homens é designado publicamente que procurem reservar o compromisso profissional para o bem-estar da família. Isso faz com que a contribuição dos homens nas tarefas domésticas e na manutenção das relações familiares sejam solicitações “privadas” das “esposas rebeldes”, nem sempre assumidas por eles. Esses constrangimentos da crise do emprego funcionam, assim, como complicadores para proporcionar a equitativa conciliação de emprego e família entre as pessoas – homens e mulheres. (CAPPELLIN, 2005, p. 246 e p. 247)

O efeito da chamada reestruturação produtiva traz mudanças para a sociedade, vivenciada de forma diferente de acordo com a classe social, a raça e o gênero. Castel (1998) descreve o contexto do trabalho, no mundo contemporâneo, como um cenário de instabilidade. Segundo ele, o sistema funciona pelo selo do aleatório, de forma que o desemprego em massa, a instabilidade das situações no trabalho, a inadequação dos sistemas clássicos de proteção e o aumento do número de pessoas “inempregáveis” são características dessa atual situação.

As grandes alterações, na ordem global, não causam impactos somente nas esferas macroeconômicas, mas incidem diretamente na esfera individual e são capazes de alterar valores e padrões já sedimentados. Essa é uma das raízes para o sentimento de insegurança que começa a se generalizar, o que está intimamente ligado com a idéia de exclusão social, decorrente das mudanças no mercado de trabalho. O padrão de acumulação, baseado nas tecnologias da informação, transforma significativamente o conceito de ocupação. Um novo paradigma do emprego está se formando com bases mais flexíveis, precárias e desprovidas de garantias e estabilidade. Nas sociedades ocidentais, em que o trabalho desempenha papel central na integração social de indivíduos e na construção de identidade pessoal, esse processo tem causado fortes mudanças (DUPAS, 1999, p.16).

Segundo Hirata (2001), os impactos da reestruturação produtiva levaram ao desenvolvimento crescente da precariedade e da informalidade no mundo do trabalho e da produção. De acordo com Neves (2000), a flexibilização, fator importante para entendimento da inserção da mulher no mercado de trabalho, deve ser compreendida, não só na sua relação com a automação eletrônica, mas também na organização do processo produtivo, que se articula num complexo sistema de produção.

A reestruturação produtiva introduziu um padrão de flexibilidade significativo: flexibilidade do trabalho e do tempo de trabalho, através principalmente do recurso do trabalho feminino, cujo crescimento foi notável em todo o mundo, tanto nos países do sul quanto nos do norte. (HIRATA, 2002, p. 29)

Os efeitos dessas mudanças afetaram desigualmente o emprego masculino e o feminino. Nessa perspectiva, há visões diferenciadas acerca de tais impactos, “algumas especialistas vêem a deterioração das condições para as mulheres com a flexibilidade e a intensificação das relações de exploração e dominação; outras, vêem a possibilidade de seguir em direção a uma maior igualdade entre os sexos.” (HIRATA, 2002, p. 28).

O que se observa, entretanto, é o crescimento das mulheres no mercado de trabalho, tanto nas áreas formais como informais. Isso pode ser traduzido, principalmente, em empregos precários e vulneráveis. Trata-se de um paradoxo, em que há o aumento do emprego remunerado para as trabalhadoras, mas a permanência das desigualdades entre homens e mulheres referentes a salários, condições de trabalho e de saúde (HIRATA, 2001). Araújo e Oliveira (2006) destacam, por exemplo, que submetidas a cargos de baixa qualificação, em tarefas intensas e repetitivas, muitas trabalhadoras adoecem. Os altos índices de LER (Lesões por Esforços Repetitivos) expressam uma das várias doenças ocupacionais que atinge fortemente as trabalhadoras em diversos setores.

Entre as conseqüências e soluções relacionadas a essa vulnerabilidade feminina, Hirata (2001) ressalta que, nos países do Norte, consolidou-se o trabalho em tempo parcial, enquanto nos países do Sul, remete-se ao trabalho informal, sem nenhuma proteção social, no qual as mulheres estão fortemente representadas (HIRATA, 2001, p. 143-145).

Com base na tendência atual de diversificação das funções femininas, pode-se afirmar que há um quadro de bipolarização: num extremo, profissionais altamente qualificadas com salários relativamente altos no conjunto da mão-de-obra feminina; e no outro, trabalhadoras com pouca qualificação, com baixos salários e tarefas sem reconhecimento nem valorização social (HIRATA, 2001). Pesquisas revelam que as mulheres são incorporadas nas empresas ao longo da cadeia produtiva, com forte incidência de precarização das condições de trabalho e emprego, pouca qualificação, e as tarefas permanecem repetitivas e monótonas.

De fato, a utilização da mão-de-obra feminina no processo de flexibilização e modernização produtiva ocorre por meio de jornadas parciais, contratos por tempo determinados, trabalhos a domicílio, utilizando-se, uma vez mais, da qualificação informal adquirida pelas mulheres no trabalho doméstico, mas sem nenhuma forma real de valorização do trabalho feminino. Pelo contrário, elas estão submetidas a condições de trabalho precárias e inseguras, marcadas por baixos salários, pela realização de várias tarefas simultâneas e flexíveis – ocasionando intensificação do ritmo de trabalho – e pela perda de direitos legais. (NEVES, 2000, p. 182)

Os novos modelo produtivos, influenciados pelo processo de flexibilização, têm na subcontratação um elemento central para as práticas de enxugamento e de focalização das empresas. Essa intensificação apresenta-se no crescimento de pequenas e micro-empresas num processo de descentralização da produção e também da maior informalização dos processos de trabalho. Com intuito de garantir estratégias mais competitivas no mercado, as cadeias de subcontratação, no Brasil, cresceram muito, principalmente, na última década. Tais redes são extensas e chegam a envolver empresas multinacionais. Na ponta de todo esse processo, é possível encontrar o trabalho terceirizado e em domicílio, como, por exemplo, em indústrias de confecção. As características principais dessas ocupações são as relações instáveis, redução de salários e benefícios e condições de trabalho degradadas (ARAÚJO e AMORIM, 2002).

Essas modalidades de contratação, que vem se constituindo como os novos (ou renovados, como no caso do trabalho a domicílio) espaços de confinamento da mão-de-obra feminina, contribuem para a incorporação das mulheres se dê sob condições de trabalho precárias e inseguras, marcadas pelos baixos salários, pela intensificação da carga de trabalho, e pela perda dos direitos legais. Deste modo, para as mulheres trabalhadoras as novas formas de exclusão se sobrepõem aos antigos mecanismos de exclusão de gênero, potencializando-os. (ARAÚJO e AMORIM, 2002, p. 277)

Tais constatações sugerem que as mulheres têm mais chance de inserção no trabalho em um quadro muito menos promissor, mais instável e menos protegido. No Brasil, como em outros países, as trabalhadoras passaram a ser tão ou mais afetadas pelo desemprego. A maior precarização e as novas formas de ocupação se multiplicam num quadro de crescente informalidade, principalmente, para aquelas que buscam seu primeiro emprego (LAVINAS, 2000). O mercado de trabalho continua, portanto, claramente organizado com base no sexo dos trabalhadores, já que as atividades mais precárias são ocupadas por mulheres (SORJ, 2005, p. 80). O aumento da inserção feminina ocorreu ainda em condições desiguais em relação aos homens.

Embora observáveis, encontram-se ainda restritas as oportunidades mais qualificadas das mulheres, principalmente em cargos de chefia e de direção, apesar da mais elevada escolaridade das mulheres comparativamente aos homens. Quando essa inserção ocorre, constatam-se em geral rendimentos menores que os recebidos pelos homens em iguais posições e condições de trabalho também mais adversas. (MONTAGNER, 2000, p. 164)

Por fim, a compreensão da inserção das mulheres, no mercado de trabalho, baseia-se na desigualdade de gênero. Embora as transformações culturais ocorridas tenham possibilitado um maior acesso feminino aos espaços públicos, fundamentalmente, pela ocupação, essas mudanças são tímidas no que se refere ao espaço privado. Em geral, permanecem valores que relacionam os afazeres domésticos e de cuidado à responsabilidade feminina, o que gera desvantagens para as trabalhadoras. Na próxima seção, busca-se analisar a inserção das mulheres, no mercado de trabalho brasileiro.

2.2 Mulheres no mercado de trabalho brasileiro

O cenário da participação das mulheres, no mercado de trabalho, sofre poucas e lentas alterações ao longo dos anos. As trabalhadoras recebem rendimentos diferenciados e estão em ocupações menos qualificadas e empregos precários. Conforme aponta Bruschini (2000), elas continuam concentradas em atividades do setor de serviços e no segmento informal e sem direitos, seja no emprego doméstico não-registrado, seja na atividade por conta própria, na familiar não-remunerada ou na domiciliar. Condições ruins de trabalho podem ser definidas como características, de pelo menos, metade da força de trabalho feminina. Os afazeres domésticos ainda são considerados como inatividades econômicas, embora mantenham ocupada boa parte das mulheres. Trabalhadoras mais qualificadas predominam em empregos tradicionais femininos, como magistério, a enfermagem e o serviço social. Os baixos salários e as desigualdades entre elas e os colegas continuam marcantes. Além disso, muitas mulheres estão ausentes das estatísticas, ocultas no trabalho doméstico, na contribuição em negócios familiares, no cuidado das crianças, idosos e doentes, e outras entre muitas atividades consideradas ora como não econômicas, ora como complementares de outras mais relevantes. É preciso ressaltar também que, embora tímidas, algumas mudanças vêm ocorrendo (BRUSCHINI², 2000).

No Brasil, das quase 93 milhões de pessoas da População Economicamente Ativas (PEA), cerca de 40 milhões são mulheres e 52 milhões são homens, segundo dados da Pesquisa Nacional de Domicílios/IBGE de 2004. As trabalhadoras ocupadas, nesse mesmo ano, chegavam a 35 milhões, ou seja, 41,8% do total de ocupados, enquanto os homens

² Análise realizada com dados do período de 1985 a 1995. (BRUSCHINI, 2000)

representavam 58,2%. As mulheres crescem no percentual de ocupados, o que configura um aumento de quase 12% em relação ao ano de 2001. Em 1971, esse número era de 11 milhões de trabalhadoras. Segundo Bruschini (2000), o aumento das mulheres na PEA reforça o fato de que a mão-de-obra feminina desempenhou um papel muito mais relevante do que a masculina no crescimento da População Economicamente Ativa. Boa parte do aumento também foi provocada pela mudança de conceito adotado pelo IBGE, em que atividades antes não consideradas como trabalho, como autoconsumo, produção familiar ganharam esse *status*.

De acordo com dados do Boletim da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM/IBGE, jun. de 2006), as trabalhadoras brasileiras estão distribuídas em diversas formas de ocupação, entre as quais, 37,7% têm carteira assinada, enquanto, no caso dos homens, esse índice chega a 47,3%. Entre aqueles que não têm vínculo empregatício formal, 17,5% são homens e 14,6% são mulheres. No caso das empregadas domésticas, 5,9% têm carteira assinada, enquanto 11,8% não têm esse direito. Para os homens dessa mesma ocupação, esse índice permanece em 0,4% nas duas condições. Entre os trabalhadores por conta própria, 21,1% são homens e 16,2% são mulheres. Os empregadores representam 6,4%, e as empregadoras têm quase metade desse índice, cerca de 3,4%. Os que não têm rendimento, 1,3% são trabalhadoras, e 0,4% estão entre os trabalhadores.

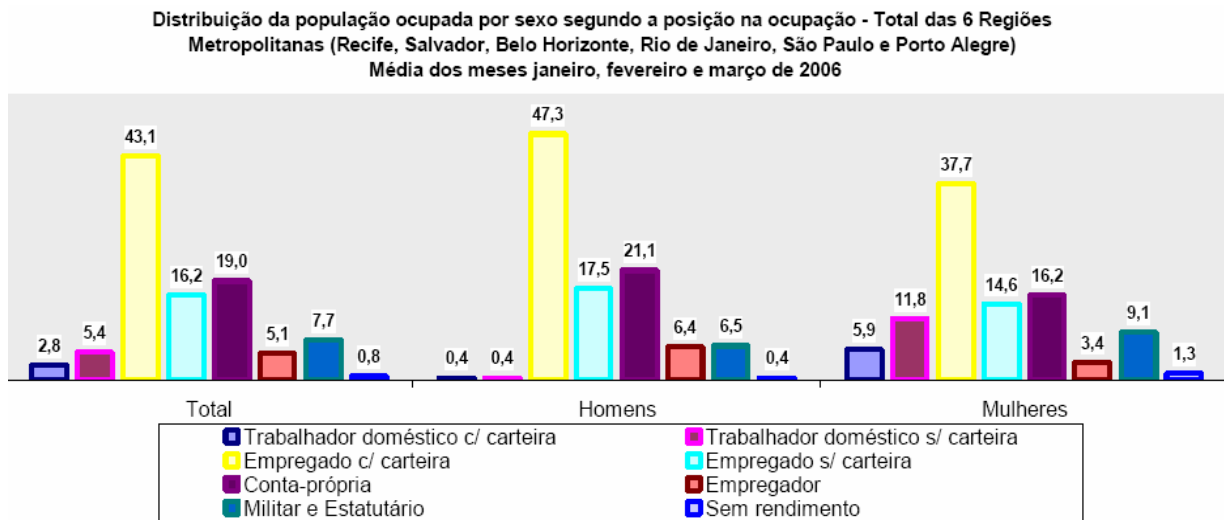


Gráfico 1: População ocupada por sexo segundo posição na ocupação

Fonte: Boletim da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM)/IBGE, jun. de 2006.

Além das posições nas ocupações serem desiguais entre homens e mulheres, pode-se destacar que, de acordo com dados da distribuição da população ocupada, considerados os grupamentos das atividades, fica evidente a concentração em determinados setores. Entre eles, pode-se ressaltar o da construção para os trabalhadores e os serviços domésticos para as

trabalhadoras. Segundo Bandeira e Melo (2005), as atividades, nas quais as mulheres estão inseridas, concentram-se no setor de serviços. Muitas delas, como demonstra o gráfico 2, ocupam-se na educação, serviços de saúde, comércio e serviço público.

Distribuição da população ocupada por sexo segundo os grupamentos de atividade - Total das 6 Regiões Metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) Média dos meses janeiro, fevereiro e março de 2006

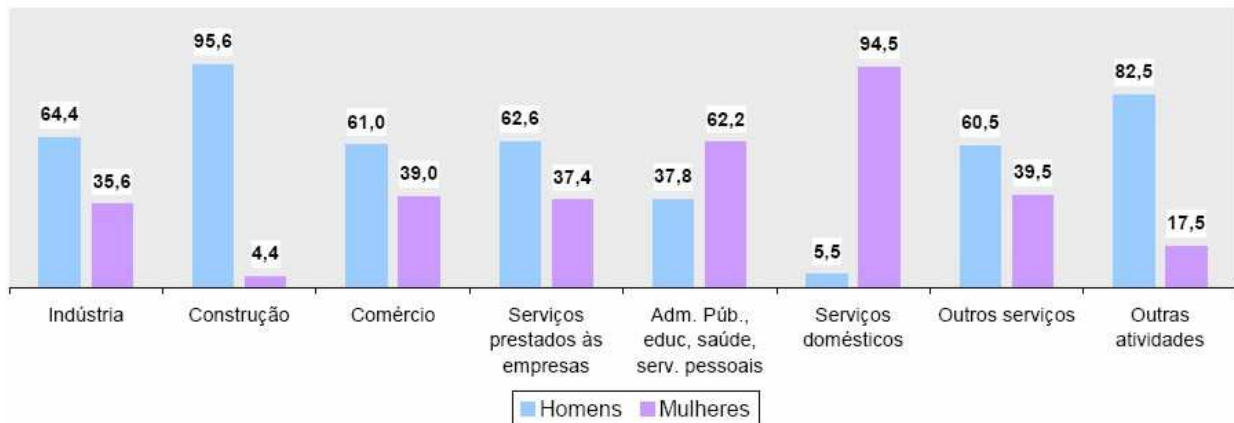


Gráfico 2: População ocupada por sexo e atividade

Fonte: Boletim da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM/IBGE, jun. de 2006).

Os dados demonstram a forte incidência do trabalho doméstico entre as mulheres, principalmente, sem carteira assinada, assim como a menor formalização do trabalho feminino e a baixa participação entre as empregadoras. Nesse sentido, o emprego doméstico tem grande importância na distribuição da ocupação feminina no Brasil, e vários indicadores reforçam o argumento da sua precariedade, uma vez que apresenta os menores níveis de vínculo formal de trabalho. Na grande parte dos casos, as jornadas de trabalho são irregulares com péssimas condições (DIEESE, 2001). Com base em estudos ao longo da década de 90, Bruschini e Lombardi (2003) afirmam que cerca de 90% das pessoas ocupadas, nesse setor, são mulheres, ou seja, mais de 4 milhões de brasileiras. Uma pesquisa das autoras, no ano de 1997, demonstrou que 47% das empregadas domésticas trabalhavam mais de 45 horas por semana, 28% delas por mais de 49 horas. Em 1998, 76% não possuíam carteira de trabalho, e 88% ganhavam até dois salários mínimos. O emprego doméstico engloba, predominantemente, as mulheres negras ou pardas, cerca de 59%, e suas condições de trabalho são piores se comparadas com as das brancas. As trabalhadoras mais jovens são as que mais moram junto com os patrões, sujeitas às jornadas de trabalho mais longas e que podem até sofrer restrições da liberdade de ir e vir. Dessas, apenas 19% possuem carteira de

trabalho, ao passo que as mulheres brancas têm 24% (BRUSCHINI E LOMBARDI, 2003, p.344-345).

As ocupações vulneráveis justificam-se também pela discriminação imposta pelas empresas em relação aos custos de contratação para manter as mulheres que têm filhos, por exemplo. Impedidas de terem um emprego regular, e ao necessitar ou desejar trabalhar, elas aceitam exercer funções sem regulamentação, à margem da economia formal. Dessa forma, estão em maior proporção em funções não qualificadas em todas as regiões metropolitanas (DIESE, 2001).

Bruschini (2000), ao examinar as relações de emprego (posição na ocupação) mantidas pelos trabalhadores, no período de 1985 a 1995, afirma que um percentual expressivo de trabalhadoras (quase 40%) ocupa posições precárias no mercado de trabalho. A relativa redução no percentual de empregados, acompanhada de aumento do contingente dos conta própria, para ambos os sexos, pode refletir o deslocamento dos trabalhadores dos empregos industriais para os do comércio e da prestação de serviço. A intensificação da reestruturação do mercado de trabalho brasileiro e de sua estrutura ocupacional no período de 93 e 95 provoca maior flexibilização das relações trabalhistas, perda de empregos protegidos pela legislação e aumento de atividades informais precárias.

O mercado de trabalho informal absorve parte significativa da mão-de-obra brasileira, considerados homens e mulheres. Como nos aponta Abreu, Jorge e Sorj (1994), a mensuração do setor informal não é algo fácil devido principalmente à heterogeneidade dessas atividades que englobam diferentes formas de organização da produção (do pequeno produtor independente à microempresa) e diferentes tipos de trabalho (emprego doméstico, comércio ambulante, biscateiros etc). As características e a abrangência da informalidade têm como ponto de partida a descrição das unidades produtivas onde os trabalhadores exercem suas atividades.

As unidades econômicas pertencentes ao setor informal caracterizam-se por produzir em pequena escala e pelo baixo nível de organização e inexistência de separação entre capital e trabalho enquanto fatores de produção, já que seu proprietário é também um trabalhador. As relações de emprego, nestes pequenos empreendimentos, quando existem, baseiam-se em relações pessoais ou de parentesco ou, ainda, em trabalho temporário. Além disso, são empresas familiares onde não há separação entre patrimônio da empresa e de seus proprietários. Deve ficar claro, também, que as unidades que compõem o setor informal não desenvolvem suas atividades com intenção deliberada de evasão fiscal ou de não pagamento de contribuições sociais, infração de legislação trabalhista ou administrativa. (ABREU, JORGE e SORJ, 1994, p.153 e 154)

É necessário ressaltar, no entanto, que o conceito de informalidade é fonte de diversas discussões teóricas. Muitos autores temem pelo esvaziamento de tal formulação e na sua utilização quase universal e indiscriminada. Filgueiras, Druck e Amaral (2004) destacam a evolução dessas definições que podem comportar inúmeros significados e distintos usos. As teorias abarcam basicamente dois critérios distintos: o primeiro parte da lógica de funcionamento de suas atividades, como tipicamente capitalistas ou não; e a segunda delimita a diferença a partir da legalidade ou ilegalidade dessas atividades. Apesar das diversas formulações e sentidos utilizados, para qualquer conceito empregado, fica claro que a participação das mulheres, dos negros e dos ocupados com menos idade e com menor grau de escolaridade é maior na informalidade.

Essa realidade, por si só, já é suficiente para indicar que os ocupados na informalidade se defrontam com condições de trabalho mais precárias do que os ocupados na formalidade, na qual a presença dos homens, dos brancos, e das pessoas com mais idade e maior grau de escolaridade é maior do que na informalidade. (FILGUEIRAS, DRUCK e AMARAL, 2004, p.225)

O rendimento dos informais é bem menor: 80% recebem até dois salários mínimos, enquanto menos de 50% dos formais estão nessa mesma situação. O que se pode concluir, portanto, é que em qualquer formulação adotada há nichos populacionais em desvantagens claras no mercado de trabalho.

O fato de muitas trabalhadoras estarem ocupadas, em tempo parcial, reforça sua maior presença na informalidade. Estar no setor informal para as mulheres pode significar também uma perda mais significativa de sua renda média em relação aos homens (ABREU, JORGE e SORJ, 1994, p.163 e 178). A participação feminina se faz em condições muito desfavoráveis quando comparada aos trabalhadores que se expressam em alguns indicadores como: menor proporção de vinculação à Previdência Social; menores níveis de remuneração; jornadas de trabalho reduzidas; local de trabalho pouco adequado às atividades econômicas.

Em qualquer segmento, as mulheres brasileiras têm rendimentos menores que os homens, consideradas as assalariadas, autônomas, empregadas domésticas e outras. Segundo Dedecca (2005), a desigualdade no interior da estrutura ocupacional foi uma das principais características da inserção da mulher ao longo da década de 1990. “Nos níveis mais elevados de remuneração, as mulheres se aproximam dos homens, mas tendem a se distanciar das suas congêneres de baixo rendimento, sinalizando uma estrutura ocupacional progressivamente mais heterogênea.” (p. 11). Tal situação não é recorrente apenas no Brasil. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no período de 1991-1996, no país, o

rendimento recebido pelas mulheres correspondia a 72% do recebido pelos homens, na França, o ganho correspondia a 81% do masculino e, no Japão, 62%.

Se for considerada a proporção de acordo com a raça/cor, poderão ser percebidas desvantagens para os homens negros e duplamente desfavoráveis para as mulheres negras. Vários estudos apontam para o fato de que a discriminação de cor é mais intensa que a de gênero, uma vez que os trabalhadores brancos são os que ganham mais e ocupam as melhores posições no mercado de trabalho, seguidos pelas brancas, pelos negros, e, por fim, pelas negras.

Segundo todos os indicadores sociais, as desigualdades raciais são contundentes. (...) No mercado de trabalho, as mulheres negras predominam nas piores ocupações, como o emprego doméstico, e seus rendimentos são os mais baixos de todas as categorias raciais. Além disso, 60% das famílias chefiadas por mulheres negras têm renda inferior a um salário mínimo. (...) Em 1998, 45% das chefes de família brasileiras eram pretas e pardas e, nessa mesma data, 14% tinham rendimentos inferiores a um salário mínimo. (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2003, p. 328-329)

A escolaridade não se revela como fator capaz de assegurar a igualdade de condições. A população feminina brasileira frequenta a escola por mais tempo que a masculina nos anos recentes, principalmente, no ensino fundamental e no médio. Ao mesmo tempo, ocorre o ingresso expressivo de mulheres nos cursos superiores. Em outras palavras, onze anos de estudo feminino correspondem à apenas oito anos no caso dos homens (DIEESE, 2001).

Em relação à situação de desemprego, estudos demonstram que a proporção de mulheres entre os desempregados é superior à dos homens. Tal condição resulta, em grande parte, da dificuldade imposta pelas empresas em contratá-las (DIEESE, 2001). Conforme aponta o gráfico 3, em todas as faixas etárias, o percentual de desocupação é superior entre as trabalhadoras. Segundo Rogerat (2003), nem sempre as formas de exclusão das mulheres do mercado de trabalho aparecem como evidentes e, por esse motivo, o desemprego entre as trabalhadoras pode ser subavaliado.

GRAFICO 3

Taxa de desocupação por sexo segundo os grupos de idade - Total das 6 Regiões Metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre)
Média dos meses janeiro, fevereiro e março de 2006

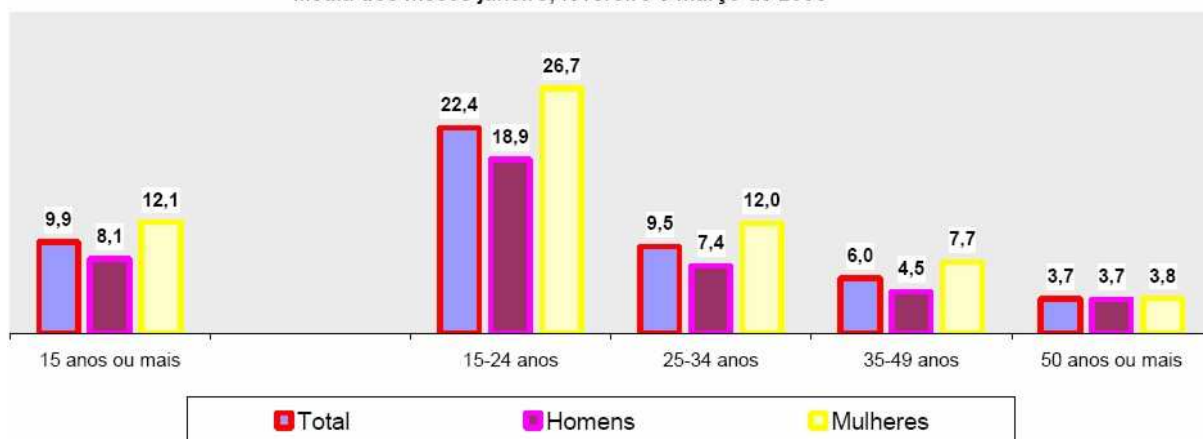


Gráfico 3: Taxa de desocupação por sexo e idade

Fonte: Boletim da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM)/IBGE, jun. de 2006.

Por fim, a desigualdade entre homens e mulheres, na estrutura do mercado de trabalho, com destaque para os menores rendimentos e as ocupações precárias, aliada a baixa divisão do trabalho doméstico, o que sobrecarrega as trabalhadoras, representa fatores determinantes para a incidência, cada vez maior, da pobreza feminina. Esse fenômeno tem sido estudado por diversos autores que buscam articular os fatores compreendidos nas relações sociais de gênero como fundamentais para explicar processos que favorecem a exclusão social das mulheres. Tais compreensões serão tratadas na próxima seção.

2.3 Pobreza e exclusão social

A pobreza não pode ser definida de forma única ou universal, pois se trata de um fenômeno multidimensional que envolve diversos aspectos da vida social. É necessário compreender que há diferentes enfoques acerca do tema e, conseqüentemente, muitas formas de medir ou caracterizar quem é pobre ou não. O esforço dos debates contribui para a ampliação do entendimento relacionado ao assunto. Alia-se a essas formulações a noção de exclusão social, que envolve uma análise mais processual das trajetórias ou permanências vulneráveis e os impactos dessa vivência em sociedade. Nessa seção, buscam-se articular alguns desses conceitos com o enfoque na característica feminina da pobreza.

Barros, Henriques e Mendonça (2000) ressaltam que é possível definir pobreza como uma situação de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de

vida de acordo com os aspectos socialmente aceitos em cada contexto histórico. Lavinias (2002) acrescenta que, pelo referencial da renda, fundamental na sociedade contemporânea, a pobreza pode significar falta ou insuficiência de rendimentos e, de forma mais criteriosa, abarcar a idéia de estado de carência, de privação, que coloca em risco a própria condição humana.

Destacam-se três importantes correntes do pensamento contemporâneo que buscaram discutir o tema. A primeira perpassa pelo viés nutricional, ao associar a idéia de padrão mínimo de subsistência à ingestão diária de uma quantidade calórica apropriada. Nessa visão, pobreza e fome são expressas praticamente como sinônimos, o que limita as necessidades humanas às necessidades físicas de sobrevivência. Tal método ainda prevalece na definição de pobreza absoluta e indigência (LAVINAS, 2002).

A segunda linha de estudos tenta superar o caráter meramente nutricional dado a pobreza e articula outros elementos a essa conceituação. Desenvolve-se a idéia de necessidades básicas que introduz um aspecto mais relativo, situado no tempo, na estrutura social e na institucional vigente. Dessa forma, as pessoas são pobres se não acessarem determinadas condições que as permitam participar e viver com uma qualidade de vida socialmente aceita. Um exercício importante nessa vertente é delimitar o que significa necessidade, com base na influência de fatores como cultura, modos de vida e organização social (LAVINAS, 2002).

Em colaboração a essa linha, Amartya Sen (*apud* LAVINAS, 2002) ressalta que tão importante quanto ter suas necessidades básicas atendidas é dispor de meios, capacidades e habilidades que permitam a obtenção dessa satisfação. A idéia de pobreza é contestada apenas como insuficiência de renda e o autor destaca que pode haver diferença em ser pobre ou não de acordo com as características pessoais e de outras circunstâncias, tais como o ciclo de vida ou a conjuntura econômica. O conjunto de funcionamentos e capacidades ao alcance de cada indivíduo lhe permite escolher livremente o modo de vida de sua preferência. Por isso, não se pode estipular se a renda disponível é ou não adequada, antes de considerar as possibilidades de converter recursos financeiros em capacidades. Tal visão tem como pano de fundo a dimensão emancipatória da superação da pobreza.

O terceiro e último enfoque é mais institucionalista, apresentado por Simmel (*apud* LAVINAS, 2002), em que os pobres, como categoria social, não são aqueles que sofrem *déficit* ou privações específicas, mas os que recebem assistência ou deveriam recebê-la, em conformidade com as regras sociais existentes. Nessa descrição, cabem três observações: a de que pobreza é uma construção social, o que sugere que pode ser identificada e que é sempre

um estado relativo; a de que há uma relação de interdependência e vínculos, em que a assistência aparece como um fator que compreende coesão social ao pobre orgânico à sociedade; e, de que a natureza dessa relação é mediada por direitos e deveres, ou seja, é um dever da sociedade combater a pobreza e um direito dos pobres receberem assistência, direito limitado que não busca assegurar a igualdade, mas sim a coesão social.

Segundo Lavinias (2002), essas conceituações são responsáveis por orientar políticas públicas voltadas para o enfrentamento da questão tanto nas democracias européias, quanto na América Latina. Nesse sentido, é importante destacar que a trajetória latino-americana é distinta dos países que viveram o estado de bem-estar social. Aqui se faz o enfrentamento da pobreza em si, regulada na esfera privada através de estratégias de sobrevivência, uma criação original de trabalhadores pobres, excluídos e marginalizados, sem direito à cidadania.

Lavinias (2002) chama a atenção para o trabalho dos pesquisadores franceses Paugam e Castel que, ao considerarem as transformações do mercado de trabalho e das formas de reprodução social contemporâneas, destacaram-se pelas definições que se convencionou denominar "as novas formas de pobreza", que afetam principalmente as classes trabalhadoras. Ambos discutem como se dá o deslocamento da questão social e o debate sobre a pobreza. Formulam, dessa forma, novas categorias que buscam compreender processos de vulnerabilidade social e precariedade econômica que ameaçam a coesão social.

Paugam considera a pobreza não apenas o estado de uma pessoa que carece de bens materiais, mas corresponde também a um *status* social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade daqueles que a vivenciam. Essa perda de *status* social reflete o estigma, hoje associado a todas as populações que se encontram em situação de grande precariedade socioeconômica. Já Castel, em lugar de exclusão, ressalta que o mais pertinente é referir-se a processos de desfiliação social, o que representa igualmente a perda de *status*, com desvalorização do indivíduo, pela ruptura dos elos de filiação institucional decorrentes da crise na sociedade salarial (LAVINAS, 2002). A precariedade e a instabilidade dos vínculos podem produzir rupturas que conduzem ao isolamento social e à solidão. A questão é diferenciada porque tende a criar indivíduos inteiramente desnecessários ao universo produtivo, para os quais parece não haver possibilidades de inserção: os novos excluídos são descartáveis, na visão de Castel (WANDERLEY, 2002). Fica claro, portanto, que no debate francês prevalece o enfoque centrado em questões de identidade, classe, marginalização, ruptura e vulnerabilidade.

Parte dos novos enfoques de pobreza busca articular também a perspectiva de capital social como capaz de destacar aspectos por vezes invisíveis em abordagens do tema. A idéia

principal é que há um conjunto de fatores de difícil mensuração monetária e quantitativa. Tal esforço combina variáveis vinculadas a dimensões psicosociais e culturais com aspectos relacionais, normativos, institucionais e cognitivos. Em âmbito teórico, o capital social como ferramenta analítica busca compreender o papel das relações de confiança, reciprocidade e cooperação na sustentabilidade de iniciativas comunitárias e de diversas estratégias de vida para diminuir os efeitos da pobreza. Um dos resultados positivos dessas discussões tem sido a reelaboração da noção de estratégias de vida. Esse conceito é importante para se compreender a exclusão social e o desenvolvimento na América Latina, a partir do referencial de ativos e capacidades (ARRIAGADA, MIRANDA e PÁVEZ, 2004).

Na conceituação da pobreza brasileira e latino-americana, Lavinias (2002) observa que há diferenças concentradas ao longo das décadas. O que parece fundamental relaciona-se com as categorias de moradia e mercado de trabalho, que traduzem a inserção espacial ocupacional articulada com o fenômeno de empobrecimento na moderna sociedade urbana. Fica evidente que a exclusão e a pobreza se constituem como duas categorias intimamente associadas e recorrentemente presentes, embora distintas. A pobreza é resultado da desigualdade extrema imposta via mercado de trabalho, pelos empregos pouco qualificados e, sobretudo, pelos níveis salariais extremamente baixos, instituídos aquém dos patamares de subsistência.

O conceito de exclusão nasce como uma categoria do campo da ação, da intervenção. Significa uma integração mal realizada, deficiente, tanto pelo lado produtivo como pelo lado do consumo. Segundo Wanderley (2002), a pobreza não é resultante apenas da ausência de renda, mas se articula a fatores como o precário acesso aos serviços públicos e, especialmente, a **ausência do poder**. Essa nova formulação se associa à exclusão e se vincula às desigualdades existentes e, especialmente, à **privação de poder de ação e representação**. Nesse sentido, a exclusão social tem que ser pensada também pela questão da democracia.

Com enfoque nos pobres urbanos, Kaztman (2001) descreve o complexo processo do isolamento social que gera fortes obstáculos para o acúmulo de ativos responsáveis pela superação dessa condição. Cada vez mais segregados, os indivíduos enfrentam o viver em sociedade com vínculos sociais frágeis. Dentro da perspectiva de segregação, o autor define três processos que considera os principais para a compreensão da pobreza no espaço urbano. O primeiro relaciona-se ao aumento da população economicamente ativa (PEA) que tem vínculos precários e instáveis com o mercado de trabalho, ou seja, a segregação no trabalho. O segundo refere-se à redução progressiva dos espaços públicos que possibilitam o estabelecimento de contatos informais entre as diferentes classes em condições de igualdade, com a forte incidência na educação, o que denomina de segregação de serviços. Por último, a

concentração dos pobres nos espaços urbanos, chamada de segregação residencial (KAZTMAN, 2001, p. 173).

Em relação à inserção pelo do trabalho, algumas dimensões são importantes para integração em sociedade. O autor destaca o espaço privilegiado do trabalho na construção de redes de amizades, vinculadas à idéia de capital social individual, em que é possível transformar contatos em informação e facilidade de acesso a determinados serviços. Outro ponto é a dimensão da cidadania de forma objetiva e subjetiva, na medida em que a inserção produtiva proporciona a consolidação de identidades, valorização da auto-estima e construção de destinos comuns. Além disso, objetivamente, garantem-se direitos sociais vinculados à cidadania, associados, principalmente, ao trabalho assalariado. Por último, o capital social coletivo possibilita a organização e participação dos trabalhadores de forma conjunta em defesa de direitos e interesses em categorias. Observa-se, entretanto, um número cada vez menor de pessoas inseridas nesse contexto e o conseqüente aumento do número de trabalhadores com vínculos precários e instáveis, haja vista o aumento das atividades em setores informais da economia. A esperança de que o trabalho constituiria a via privilegiada para integração na sociedade esvazia-se perante as mudanças no mundo, que ao contrário, cada vez mais se baseia em vínculos pouco protegidos e instáveis. O papel do trabalho como gerador de solidariedades na comunidade produtiva e nas instituições que dele derivam, com a redução de formas estáveis de participação, enfraquece a luta por direitos e pela promoção da cidadania. Para os pobres urbanos, essa instabilidade significa redução de sua qualidade de vida e o maior afastamento de uma sociedade baseada no bem-estar social (KAZTMAN, 2001, p. 175-176).

Segundo Kaztman, a centralidade do conhecimento, como instrumento fundamental para o progresso, reforça o papel da educação como via principal de mobilidade social e como espaço privilegiado para a integração social das novas gerações, argumento presente nos discursos de governantes de muitos países da América Latina. Reforça-se a idéia de que a eficiência na educação é importante para cindir os mecanismos de reprodução da pobreza e da segmentação social. O paradoxo, entretanto, é observar que muitos desses países vivenciam um processo histórico inédito de estratificação dos circuitos educativos.

Se os ricos vão ao colégio de ricos, se a classe média vai à colégios de classe média e os pobres aos colégios de pobres, parece claro que o sistema educativo pouco pode fazer para promover a integração social e evitar a marginalidade, apesar dos seus esforços para melhorar as oportunidade educativas dos que têm menos recursos. Por isso, é importante destacar não apenas a contribuição que o sistema educativo faz pela equidade, por meio de uma maior igualdade nas oportunidades de acesso, mas

também sua contribuição para a integração da sociedade, ao criar as condições que facilitam a interação entre desigualdades em condições de igualdade. (KAZTMAN, 2001, p. 177) (tradução nossa)³

Nesse sentido, pode-se afirmar a importância do sistema educacional para a melhoria na equidade da distribuição de ativos de capital social, na medida em que tem mais facilidade em construir redes de estudantes de composição social heterogênea. Para os alunos pobres, esses arranjos são possibilidades de reciprocidades, confiança e lealdade que podem ser ativadas no momento em que se incorporam no mercado de trabalho, ou seja, são os contatos sociais que potencializam o aproveitamento do capital humano. A participação igualitária na estrutura educativa possibilita a emergência de identidades compartilhadas e metas comuns, atitudes positivas de reconhecimento do outro como sujeito de direitos, como cidadãos. A segmentação, na educação, aumenta a probabilidade de que o encontro entre os estratos sociais aconteça apenas no mercado de trabalho, marcado por padrões hierárquicos próprios do mundo do trabalho.

Muitos estudos apontam também para o fenômeno da segregação residencial, explicado pela composição cada vez mais homogênea dos espaços das cidades. Trata-se da urbanização da pobreza. A concentração de pobres em espaços da cidade, caracterizado por uma privação material sem precedentes, pode representar, em diversos níveis, isolamento social. A heterogeneidade da pobreza se projeta no espaço urbano de acordo com trajetórias e qualidades similares. O processo econômico e social desfavorável promove o crescimento de concentrações de guetos urbanos, de pessoas muitas vezes expulsas de outras áreas da cidade. Esses locais representam níveis de isolamento sociais, com frágeis vínculos com o mercado, com o Estado e os diversos segmentos da população urbana (KAZTMAN, 2001).

A segmentação diz respeito a diversas realidades em que Kaztman, através da metáfora “seduzidos e abandonados”, destaca as peculiaridades da composição atual da pobreza urbana em muitos países. A imagem de uma sociedade que proporciona cidadania através do trabalho e aspirações de consumo próprias de uma sociedade moderna se desfaz na medida em que os vínculos disponíveis estão cada vez mais frágeis e a possibilidade de incorporação social menor. "Foram seduzidos por uma sociedade moderna em que só podem participar simbolicamente, não podendo superar por seus próprios meios os obstáculos para

³ Si los ricos van a colegios de ricos, si la clase media va a colegio de clase media y los pobres a colegios de pobres, parece claro que el sistema educativo poco puede hacer para promover la integración social y evitar la marginalidad, pese a sus esfuerzos por mejorar las oportunidades educativas de los que tienen menos recursos. Por ello es importante destacar no sólo la contribución que el sistema educativo hace a la equidad por medio de una mayor igualdad en las oportunidades de acceso, sino también su contribución a la integración de la sociedad, al crear las condiciones que facilitan la interacción entre desiguales en condiciones de igualdad.

alcançar uma participação material equivalente."⁴ (KAZTMAN, 2001, p. 186) (tradução nossa).

A reprodução da pobreza é também mediada pela reprodução do modo urbano das condições de vida. Esse caráter se expressa na dinâmica do mercado de trabalho, da natureza da proteção social e do pacto de coesão social, que representam o suporte dado ao conjunto de relações e interações entre sociedade civil, o Estado e o mercado. Isso exige dos governos locais soluções rápidas e efetivas, em prol da cidadania urbana, na busca pela superação das marcas das contradições sociais expressas na paisagem das cidades (LAVINAS, 2002).

Bandeira e Melo (2005) acrescentam que a exclusão social busca ressaltar a trajetória ao longo da qual a renda e a falta de recursos são somadas às desvantagens já acumuladas. Trata-se de processos caracterizados por rupturas, desvalorização social, perda de *status* e redução drástica das oportunidades. As relações sociais e redes de solidariedade são empobrecidas. Tal insegurança proporciona indefinição quanto ao futuro. Representa a má integração no sistema produtivo tanto na produção como no consumo.

A exclusão está intrinsecamente ligada a aspectos subjetivos que mobilizam sentimentos de rejeição, perda de identidade, falência dos laços comunitários e sociais. O resultado desse processo é a retração das redes de sociabilidade, com quebra dos mecanismos de solidariedade e de reciprocidade (LAVINAS, 2002).

Falar de exclusão social é tomar um registro mais amplo que o da carência ou do *déficit* de renda para informar o debate da pobreza. É transitar do universo restrito do não atendimento das necessidades básicas e vitais para o espaço da equidade, da emancipação e do pertencimento. (LAVINAS, 2002, p. 27)

Dessa forma, a exclusão não reflete apenas um estado de carência, mas uma trajetória em que a renda insuficiente e falta de recursos diversos aliam-se às poucas chances de ressocialização. Propor tal enfoque representa refletir sobre as carências como um fenômeno dinâmico e multidimensional em que se busca aprender as vivências de insegurança, de instabilidade e de precariedade. A percepção de ser pobre de acordo com um enfoque subjetivo é fortemente relevante para sua capacidade de agir. A vivência desse estigma pode significar cortes no valor pessoal dos indivíduos (LAVINAS, 2002).

Na medida em que se aprofunda a crise e reestruturação econômica na sociedade contemporânea, o conceito de exclusão tem servido para designar os grupos sociais que são seletivamente desprezados. Chefes de família desempregados, as minorias étnicas, os jovens

⁴ “Han sido seducidos por una sociedad moderna en que sólo pueden participar simbólicamente, no pudiendo superar por sus propios medios los obstáculos para alcanzar una participación material equivalente.”

sem experiência no mercado de trabalho, as mulheres em ocupações precárias e em tempo parcial, os migrantes, os idosos sem seguridade social são alguns desses segmentos. Os chamados novos pobres são aqueles impedidos de acessarem os caminhos habituais de incorporação ao tecido social, entre eles, o trabalho estável. Os mecanismos de exclusão são múltiplos e as formas de manifestação, diversas. Destaca-se o fator econômico como lugar preeminente e se constata o espaço estratégico do emprego na organização dos mercados. Ter um emprego assegura o acesso a benefícios sociais, *status* e identidade (OLIVEIRA e ARIZA, 1997).

Na perspectiva de ampliação do debate da pobreza, incluídas as discussões sobre exclusão, segregação e vulnerabilidade, é possível também inserir mais uma variável, a de gênero. Estudos recentes buscam utilizar tal conceito para analisar esse fenômeno. Há diversos argumentos que possibilitam compreender essa articulação, fundamentalmente nos aspectos relacionadas às desigualdades entre homens e mulheres, em que as condições femininas são piores. Para Bandeira e Melo (2005), as pesquisas servem para mostrar que a pobreza não é assexuada, e mais estudos sobre essa correlação devem ser realizados. Nesse sentido, Salles e Tuirán (1998) ressaltam que tal abordagem, embora escassa, é fundamental para redefinição de conteúdos teóricos e metodológicos envolvidos na investigação sobre o tema.

O conceito de feminização da pobreza tem como objetivo demonstrar o estado de privação causado por questões inerentes as relações de gênero. As diferentes abordagens partilham do argumento de que as mulheres estão em maior número entre os pobres, quantidade que está a aumentar. Acredita-se que é necessário pensar formas capazes de dar visibilidade a esse tipo de situação, por meio de dados que forneçam informações pertinentes a tal investigação. As relações sociais de gênero, portanto, ajudam a compreender as regras específicas institucionalmente ou socialmente definidas que proporcionam acessos desiguais ao poder e aos recursos (SALLES e TUIRÁN, 1998).

As assimetrias entre mulheres e homens são manifestas em aspectos diversos. Essas desigualdades possibilitam um complexo sistema de interações que provocam o acúmulo de desvantagens femininas. Para elas, a exposição a fatores como vulnerabilidade, pobreza e privação são maiores. Essas condições são responsáveis por manter as mulheres em círculos de precariedade, difíceis de serem rompidos. Tais redes, pelo contrário, tendem a se retroalimentar. As formas assimétricas interconectadas produzem efeitos potencializados. A pobreza de forma geral (incluindo a feminina) também abarca diversas situações e aspectos

inter-relacionados e influencia as vivências objetivas e subjetivas de cada indivíduo (SALLES e TUIRÁN, 1998).

Questões específicas da vida das mulheres, muitas vezes ocultas em dados estatísticos, são levantadas para associar pobreza e gênero. Um desses aspectos é a invisibilidade do trabalho não remunerado que constitui conceito central na lógica feminista. Trata-se de desvendar o trabalho doméstico como uma atividade fundamental e, majoritariamente, realizada pelas mulheres e pouco contabilizada. São tarefas que não são intermediadas pelo dinheiro, não têm valor monetário, estão fora do circuito mercantil, e, por isso, as pessoas que as realizam são desvalorizadas socialmente.

Para as mulheres esta realidade de carências é mais aguda, uma vez que elas realizam uma gama enorme de atividades não remuneradas, seja no âmbito mercantil, seja no seio da família, pela dedicação às atividades do lar que as fazem ser majoritariamente dependentes da provisão masculina para o sustento de suas famílias. Como dentro das famílias há intenso processo de redistribuição de renda e como há uma variação das necessidades de consumo com a idade das pessoas e as “economias de escala” nas despesas familiares que penalizam as mulheres, responsáveis pelo bem-estar familiar. (BANDEIRA e MELO, 2005, p. 16)

Um dos métodos mais comuns para medir a intensidade da feminização da pobreza consiste no indicador referente às mulheres chefes de família. Os menores rendimentos femininos, no mercado de trabalho, é uma das razões para tal associação, já que se pressupõe que essas famílias estão entre as mais pobres. A definição tem sofrido críticas relacionadas ao universo variado incorporado pelas famílias e heterogeneidade na sua composição. Por outro lado, as famílias chefiadas por mulheres ainda são o principal indicador da pobreza feminina (BANDEIRO e MELO, 2005).

Além disso, há uma nítida relação entre a divisão sexual do trabalho e a pobreza, já que a inserção feminina, no mercado de trabalho, acontece permeada pelo crescimento das atividades informais, das atividades sem remuneração e do aumento das taxas de desemprego. Nessas condições, as mulheres permanecem concentradas em segmentos menos organizados da atividade econômica, são mais submetidas a contratos informais, têm menor presença sindical e, por fim, se encontram mais expostas ao desemprego (BANDEIRA e MELO, 2005, p. 17).

A segregação ocupacional, a precarização e a discriminação salarial podem ser vistas como manifestações dos processos de exclusão materializados nas construções sociais baseadas nos sexos. A desigualdade e assimetria entre homens e mulheres reforçam desvantagens ancoradas em atributos particulares. O acesso a espaços diferenciados entre os

grupos sociais pode limitar a obtenção de recursos e poder. Segregar significa assegurar a distância e institucionalizar uma diferença, que reforça determinada ordem social. Quando o gênero é o critério que normaliza tal separação, são os atributos culturalmente construídos acerca do que é ser homem e mulher que servem para marcar os limites dos espaços corporificadores da assimetria social (OLIVEIRA e ARIZA, 1997).

A divisão sexual do trabalho é um dos pilares da organização econômica em sociedade. A separação entre os tipos de trabalho e a concepção ideológica, presente nesse conceito, constituem um peso decisivo sobre as situações de desvantagens sociais em que se encontram as mulheres no acesso ao emprego. A permanência da segregação, entre trabalho doméstico e produtivo, impede a igualdade de condições no acesso às atividades remuneradas e reforça a situação de desvantagem feminina em ambos os espaços. Mesmo inseridas, a segregação ocupacional não possibilita às mulheres oportunidades igualitárias de trabalho. Os espaços produtivos são socialmente diferenciados, hierárquicos ou divididos, concentrados por sexos (OLIVEIRA e ARIZA, 1997).

2.4 Pobreza no Brasil e o retrato das desigualdades

A desigualdade de gênero, ressaltada na seção anterior, nos aspectos relativos à composição assimétrica do mercado de trabalho e a permanência da divisão sexual do trabalho doméstico são fatores determinantes para o fenômeno da pobreza feminina. Em países como Brasil, em que as desigualdades são muitas, um conjunto ainda maior de variáveis pode ser acrescida nas análises do processo de exclusão social e da pobreza. Embora os dados disponíveis ainda estejam fortemente baseados no fator da renda, as pesquisas sobre o tema no país possibilitam refletir sobre diversas dimensões.

Dessa forma, Henriques (2000) destaca que o principal desafio do Brasil é a pobreza intimamente ligada ao componente desigualdade, encarada pela sociedade de forma perturbadoramente natural. Trata-se de um país baseado em um acordo social excludente em que a cidadania não é para todos, há incluídos e excluídos, com diferentes direitos, oportunidades e horizontes. Combater a pobreza, na visão do autor, é reduzir drasticamente a desigualdade, que sustenta a complexa estrutura da sociedade brasileira. O principal argumento se relaciona ao fato de a economia do país não ter problemas de recursos. O Brasil não é um país pobre, mas é injusto com muitos pobres.

Com base na medida de insuficiência de renda e na noção de linha de pobreza⁵, através dos dados das PNADS do IBGE, Barros, Henriques e Mendonça (2000) demonstram que, em 1999, cerca de 14% da população brasileira vivia em famílias com renda inferior à linha de indigência⁶ e 34% em famílias com renda inferior à linha de pobreza. Cerca de 22 milhões de brasileiros podem ser classificados como indigentes e 53 milhões, como pobres. O fenômeno deve ser atribuído, como diversos estudos demonstram, ao fato de não haver uma divisão equitativa de recursos, já que a renda *per capita* do país é bem superior à linha de pobreza. Por meio de comparações internacionais, é possível afirmar que a população brasileira não está entre as mais pobres. O Brasil faz parte do terço mais rico dos países do mundo e em nações com renda *per capita* similar à brasileira, os índices de pobreza giram em torno de 10% da população, enquanto que esse percentual aqui representa cerca de 30%. De acordo com os padrões internacionais, o percentual aceitável de pobres que é possível estar relacionado ao problema da escassez de recursos gira em torno de 8% da população, ou seja, o país está cerca 22 pontos acima desse patamar. A hipótese da falta de riquezas, portanto, não pode ser aceita como verdadeira. A pobreza brasileira está ancorada na má distribuição de recursos e, ao longo de sua história, tem a marca da estabilidade.

No outro extremo, os 50% mais pobres da população detêm, ao longo de todo o período analisado, pouco mais de 10% da renda. Vemos ainda que o grupo dos 20% mais pobres se apropria, em conjunto, somente de cerca de 2% do total da renda. Por fim, o seletivo grupo composto pelo 1% mais rico da sociedade concentra uma parcela da renda superior à apropriada por todos os 50% mais pobres. Resumindo, vivemos em uma perversa simetria social em que os 10% mais ricos se apropriam de 50% do total das famílias e, como por espelhamento, os 50% mais pobres possuem cerca de 10% da renda. Além disso, 1% da população, o 1% mais rico, detém uma parcela da renda superior à apropriada por metade de toda a população brasileira. (BARROS, HENRIQUES, MEDONÇA, 2000, p. 40 e p. 41)

⁵ A noção de linha de pobreza equivale a uma medida invariante no tempo acerca das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade. A linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permite, a uma sociedade específica, considerar como os pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor. No trabalho dos autores consideram a pobreza em sua dimensão particular, evidentemente simplificadora, de insuficiência de renda. Ou seja, em que medida há famílias vivendo com renda *per capita* inferior ao nível necessário para que se possam satisfazer suas necessidades mais básicas. (BARROS, HENRIQUES, MEDONÇA, 2000, p.22)

⁶ A linha de indigência refere-se à estrutura de custos de uma cesta alimentar, regionalmente definida, que contemple as necessidades de consumo calórico mínimo de um indivíduo. A linha de pobreza é construída como múltiplo da linha de indigência, considerando os gastos com alimentação como uma parte dos gastos totais mínimos, referentes, entre outros, a vestuário, habitação e transportes. (BARROS, HENRIQUES, MEDONÇA, 2000, p.23)

Rocha (2003), com base nos critérios de renda, faz um retrato da pobreza no país a partir da década de 1970, período em que foi possível analisar dados mais consolidados e concretos. Ressalta-se, em seu estudo, o empobrecimento das metrópoles pós-estabilização do Plano Real (1994), ocasionado basicamente na redução de ocupações para pessoas pouco qualificadas. Embora haja uma elevação na escolaridade da população, a exclusão dos trabalhadores, pouco qualificados no mercado de trabalho, é grande. A demanda por essa mão-de-obra reduz bem mais rapidamente do que a participação desses indivíduos na população em idade de trabalhar. Quanto maior desequilíbrio entre oferta e demanda, maior a probabilidade de que o ajuste tenha impactos negativos sobre a incidência da pobreza.

Na verdade, a reestruturação produtiva em curso tem efeito de alijar do mercado de trabalho a mão-de-obra menos qualificada, o que vem ocorrendo desde o final da década de 1980. Apesar de essa tendência poder ser acentuada ou amortecida pelas características da conjuntura econômica, a exclusão do mercado de trabalho de indivíduos com nenhuma ou pouca qualificação é um aspecto definitivo da evolução observada nas metrópoles brasileiras e que ocorrerá, inevitavelmente, embora em intensidade e velocidade diversas, nas demais áreas do país. (ROCHA, 2003, p. 135)

De acordo com Araújo (2005), principalmente, a partir de meados da década de 1980, a implementação de políticas econômicas neoliberais no Brasil causou impactos na estrutura ocupacional e na organização do trabalho. A abertura do mercado, atração de capitais externos (via fusões e aquisições), a privatização de empresas estatais, a reestruturação das empresas e a desregulamentação do mercado de trabalho promoveram mudanças para os trabalhadores. O crescimento do desemprego, da precarização e da insegurança foi o principal resultado.

Apesar da redução da incidência da pobreza do ponto de vista da renda entre 1992 e 1999, período em que a estabilização econômica de 1994 foi determinante, as principais características estruturais do fenômeno, no país, mantêm-se, com um forte componente regional. Os pobres urbanos correspondem ao percentual de 78% do total da população, enquanto nas áreas rurais chegam a 40%. Há uma relativa desvantagem também para as mulheres e os mais jovens, já que a inserção precária, no mercado de trabalho, é o principal determinante para a pobreza, fundamentalmente para os chefes de família que são responsáveis por cerca de 70% dos rendimentos familiares totais (ROCHA, 2003).

Rocha (2003) destaca alguns consensos acerca do fenômeno da pobreza no país como a forte desigualdade na distribuição de renda, acrescida do componente regional com maior concentração nas regiões Norte e Nordeste. Nesse sentido, as famílias pobres brasileiras apresentam características diversas relacionadas às realidades nas quais estão inseridas. Pode-

se destacar também o mercado de trabalho como elo fundamental para o acesso a renda e, conseqüentemente, como garantia de atendimento de algumas necessidades. Entretanto, o que se observa, nas mudanças ocorridas no Brasil, é a diminuição dos postos de trabalho assim como o aumento da informalidade.

De 1996 a 2001 foram extintos 1,3 milhões de postos de trabalho ocupados por trabalhadores com menos de quatro anos de escolaridade, em seis regiões metropolitanas responsáveis por 30% da população brasileira. Como efeito combinado da redução do número de postos de trabalho e do rendimento médio, o rendimento total do trabalho para essa categoria de trabalhadores caiu fortemente no período (...). Infelizmente, pouco pode ser feito para reinserção produtiva dos trabalhadores com baixa qualificação. (ROCHA, 2003, p. 186)

As crianças são as mais vulneráveis à pobreza no país, pois, em geral, estão inseridas em famílias que buscam articular a inserção no mercado de trabalho com o nascimento dos filhos. Essa elevada taxa de dependência dificulta o somatório de rendimentos entre os membros das unidades domésticas. Muitas mulheres deixam de trabalhar para cuidar das crianças e, por essa razão, famílias uniparentais, formadas só por mãe ou pai, estão ainda mais sujeitas à situação de pobreza, pois não contam com vários rendimentos (ROCHA, 2003).

No entender de Telles (2001), a pobreza atual no Brasil parece constituir uma espécie de “buraco negro” no qual convergem e se entrecruzam várias crises.

Questão difícil de ser delineada, pois nela articulam-se temporalidades diversas: o peso da história de uma sociedade de tradição excludente e autoritária, na qual os direitos nunca foram reconhecidos como parâmetros no seu ordenamento econômico e político; anos seguidos de uma crise econômica e política que desorganizou economia e sociedade, aumentando a chamada dívida social numa tal escala que parece haver poucas dúvidas de que, se soluções existem, serão e deverão ser obra de gerações e não resultado de ações pontuais e imediatas, finalmente, o futuro sombrio prometido por um projeto de modernização comandado pelas transformações em curso no mundo contemporâneo, que contém, muito concretamente, os riscos de uma dualização da sociedade, dividida entre enclaves de modernidade e uma maioria sem lugar. (p. 90)

A idéia de dualização da sociedade ganha espaço no debate atual por remeter à lógica social segmentada, capaz de produzir um novo tipo de exclusão social. A integração precária no mercado se sobrepõe ao bloqueio de perspectivas de futuro e à perda de um sentido de pertinência à vida social. É isso que caracteriza a nova pobreza, com exceção talvez de um segmento mais qualificado, mais valorizado e mais preservado em seus empregos, uma ampla maioria de trabalhadores tem uma trajetória regida pela insegurança, pela instabilidade e por precariedade nos vínculos sociais (TELLES, 2001).

Para Wanderley (2002), a pobreza e a exclusão, no Brasil, são faces de uma mesma moeda, suportadas pela concentração de renda e pela desigualdade em que se articula o fenômeno do desemprego estrutural. Se, de um lado, cresce cada vez mais a distância entre os excluídos e os incluídos, de outro, essa distância nunca foi tão pequena, uma vez que os incluídos estão ameaçados de perder direitos adquiridos.

Como descrito na seção anterior, um dos resultados do fenômeno da pobreza é a intensificação das mulheres entre os pobres. Para tanto, são consideradas as desvantagens femininas em relação, principalmente, a sua precária inserção no mercado de trabalho. Para mensurar tal processo, articulam-se os indicadores de pobreza à chefia da família com intuito de analisar as condições dos lares nos quais as mulheres são as principais responsáveis pelo rendimento. É importante destacar que essa medida tem como principal referencial a renda, embora se saiba que a pobreza está além das questões meramente monetárias. As informações, baseadas nos rendimentos, não são capazes de capturar, por exemplo, a importância de redes de solidariedades familiares/comunitárias, como outras. Além disso, há carência de indicadores que consigam apontar questões específicas da vida das mulheres e, por isso, tais estudos precisam ser aprofundados.

A chefia familiar é capaz de indicar a vulnerabilidade ou estado de pobreza em que as mulheres são mais expostas por dois motivos: dificuldades em conciliar trabalho fora de casa e as tarefas de cuidado com os filhos; e menores rendimentos auferidos por elas em suas ocupações. A reduzida remuneração, elevada jornada de trabalho, pouca qualificação, baixa proteção social são alguns dos fatores que prejudicam mais fortemente as mulheres do que os homens. A presença de filhos interfere na vida das trabalhadoras, e estudos demonstram que há uma maior concentração de crianças nas famílias indigentes. A maternidade também influencia a escolaridade feminina: as mulheres, com menos de quatro anos de estudo, têm uma taxa de fecundidade de 3,2 contra 1,6 das mais educadas (BANDEIRA e MELO, 2005, p. 17).

A proporção de mulheres chefes de família cresce no Brasil e isso provavelmente tem um impacto no aumento da pobreza e da exclusão social. Em 2000, essa taxa correspondia a 12,9% de um total de 44.795.101 domicílios. Essas trabalhadoras ou donas-de-casa, responsáveis por seus lares, são mais velhas, e um terço delas tem mais de 60 anos. Mais da metade dos domicílios está sob responsabilidade, predominantemente, de viúvas. Há também um número expressivo de lares comandados por jovens, mães solteiras, principalmente nas periferias das grandes cidades. Desses domicílios comandados por mulheres, em 68,6% há filhos, mas estes são mais velhos do que aqueles em que a responsabilidade é masculina. Por

outro lado, em 2000, no conjunto das crianças brasileiras de zero a seis anos de idade, 18% viviam em lares comandados por mulheres. No total de famílias em que a chefia é feminina, 27% delas são pobres e 25% são indigentes.

A distribuição da população ocupada segue as diferenças entre os sexos, principalmente entre os setores menos qualificados e pobres da sociedade. Nesse sentido, as trabalhadoras estão concentradas em atividades econômicas menos organizadas e com contratos informais. A execução do trabalho não remunerado, no qual a participação feminina é quase o dobro, reforça a idéia de precariedade. Segundo Bandeira e Melo (2005), o serviço de doméstica pode ser considerado a primeira ocupação feminina e é capaz de ilustrar o drama da pobreza das mulheres, pois tais atividades econômicas geram os piores rendimentos. Um número expressivo de trabalhadoras urbanas pobres exerce o serviço doméstico remunerado.

Em todos os tipos de família, a renda média feminina é inferior à masculina, fundamentalmente, entre as mulheres negras, que estão em situação ainda mais vulnerável. O aumento da participação das trabalhadoras, no mercado de trabalho, não representou aumento de renda para famílias, devido, principalmente, à queda na massa salarial, o que condiciona a busca por formas de sobrevivências em geral mais precárias.

Por outro lado, apesar dos menores rendimentos auferidos, as moradias chefiadas por mulheres têm mais qualidade se comparadas a dos homens na mesma situação, “(...) todos os indicadores são melhores para as moradias femininas. Nossa conclusão é que as mulheres chefes, sozinhas sem parceiro, talvez se empenhem mais em conseguir melhores condições de moradia e de vida para suas famílias.” (BANDEIRA e MELO, 2005, p.35).

Nesse sentido, consideradas as desvantagens das mulheres em suas ocupações e rendimentos, a conclusão fundamental é que os domicílios chefiados por elas estão entre os mais pobres. Essa proporção cresce e isso, provavelmente, gera impactos no perfil da pobreza no Brasil. As conseqüências dessa dinâmica são múltiplas e complexas, mas o principal resultado é a maior exclusão social feminina. Em decorrência, os excluídos são rejeitados socialmente e sofrem perda de identidade, com a falência de laços comunitários e sociais.

Enfrentar a pobreza supõe estabelecer coordenadas e prioridades nacionais, que podem ser fortalecidas e consolidadas pelas gestões locais, sem substituir o Estado. Já a exclusão, ao significar ruptura de vínculos sociais básicos, empobrecimento não propriamente do indivíduo, mas das relações que definem seu lugar e sua identidade sociais, parece passível de ser melhor enfrentada por meio de estratégias locais de inclusão.

Se pobreza é carência e pode ser estimada em função de um quadro de necessidades, que evolui simultaneamente ao grau de desenvolvimento de uma sociedade, exclusão é não-pertencimento, ou seja, perda de identidade, perda de valor intrínseco, dessocialização com chances remotas a ressocialização. Os governos locais estão melhor preparados para atuar, de maneira preventiva, contra a quebra dos laços de pertencimento (...) e fomentar dinâmicas de ressocialização, uma outra de cunho fortemente territorializado. (LAVINAS, 2002, p.52)

Uma das formas propostas para superação da pobreza e a exclusão social pelo trabalho e pela renda tem se consolidado em iniciativas da economia solidária. Movimentos sociais, organizações não-governamentais e setores do poder público incentivam a criação de empreendimentos autogestionários nos quais trabalhadoras e trabalhadores vivenciam a posse dos meios de produção pela gestão coletiva. A principal aposta é no potencial de inclusão de trabalhadores dessocializados do mercado de trabalho por meio de uma proposta emancipatória baseada em valores e princípios de cooperação.

Nesses espaços, a presença de mulheres, principalmente dos setores mais pobres da sociedade, também é grande. No próximo capítulo, busca-se delimitar teoricamente o que constitui a economia solidária e seus caminhos no Brasil. Através de pesquisa qualitativa, realizada em dois empreendimentos solidários do setor de reciclagem, procura-se definir também quem são as trabalhadoras que fazem parte desses grupos e quais suas trajetórias ocupacionais até a inserção nessas organizações. O objetivo é evidenciar, qualitativamente, os caminhos percorridos no mercado de trabalho por elas e a opção por integrar a economia solidária.

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS FEMININAS

3.1 Economia solidária: em busca de conceitos

O debate sobre economia solidária cresce no Brasil e no mundo, principalmente, como uma tentativa de resposta à pobreza e ao desemprego. Os impactos da reestruturação produtiva que geram um grande número de trabalhadores considerados descartáveis ao sistema representam o pano de fundo para a reflexão sobre formas alternativas de produção. As mudanças no padrão de acumulação capitalista influenciam o modelo do emprego assalariado estável. Os vínculos sociais se tornam mais frágeis, pois a estrutura assalariada, garantidora de direitos, está enfraquecida. As formas vulneráveis e precárias de emprego crescem na mesma medida que a insegurança e a falta de horizontes. O trabalho desprotegido deixa de ser transitório para se tornar permanente, uma condição de boa parte da população, além de uma ameaça para os que estão no mercado protegido (PINTO, 2006, p. 27).

A economia solidária emerge justamente nas mudanças de formas e sentidos do trabalho resultantes da extensão da crise do assalariamento. A leitura do que venha a ser essa economia apresenta diferentes abordagens. Mesmo sem o consenso, acredita-se que a grande novidade, nesse campo, seja o trabalho associado capaz de produzir vínculos sociais e novos valores, diferentes das relações de mercado capitalista, como a cooperação, gestão compartilhada de recursos e motivação voltada para a distribuição e não-acumulação das riquezas produzidas ou trocadas.

Em síntese, é no ambiente de desemprego e subemprego que se desenrolam iniciativas em que consumidores, microempreendedores e trabalhadores sem ocupação ou na iminência de perdê-la se associam na geração de recursos para a reprodução da vida. Diante do avanço do mercado desregulado, a questão que parece mobilizar os estudiosos de empreendimentos associativos é a de se e em que medida eles assumem uma significação que vai além de uma simples acomodação à crise do emprego assalariado. Se tais empreendimentos portam uma lógica econômica distinta da capitalista, pois fundada na cooperação, autogestão e reciprocidade, que está a exigir novas regulações públicas. (PINTO, 2006, p.37)

Embora existam diferentes abordagens sobre a economia solidária, pode-se afirmar que tais argumentações estão relacionadas com um caráter ideológico de mudança de sociedade. O foco principal do debate é a superação de formas desiguais de produção e

distribuição de riquezas características do capitalismo hegemônico e neoliberal (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002).

Entre as abordagens do tema, pode-se identificar a concepção de Singer (2003) que compreende a economia solidária como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, a partir da criação e recriação constante dos que se encontram ou podem ficar excluídos do mercado de trabalho. Articula-se o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição com o princípio da socialização desses meios. Não se trata da criação intelectual de alguém, mas de um processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo.

Na visão do autor, as iniciativas têm um viés não capitalista com forte afinidade entre as classes trabalhadoras, inventadas por operários nos primórdios do capitalismo industrial em resposta a pobreza e ao desemprego. As cooperativas desse período representavam uma tentativa dos trabalhadores de recuperar o trabalho e a autonomia econômica sob os princípios básicos de igualdade e democracia, sintetizados justamente na ideologia socialista (SINGER, 2002, p. 83). Em muitos países, ao longo de várias gerações, as cooperativas compreendiam uma das principais formas de luta contra o capitalismo, ao lado da ação combativa de sindicatos e partidos por direitos políticos sociais. A empresa solidária não se baseia na separação entre trabalho e posse dos meios de produção, pois seu capital pertence aos trabalhadores. A propriedade da empresa é dividida igualmente para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela, administrada, em geral, por sócios eleitos por todo o conjunto.

Singer (2003) considera a autogestão ponto chave para o exercício da economia solidária. O capital só poderá ser eliminado, quando os trabalhadores estiverem aptos a praticar a autogestão, o que exige um aprendizado que só o cotidiano proporciona. A inserção nessas iniciativas melhora as condições de trabalho, mesmo quando essas são precárias. O surgimento e o fortalecimento do movimento reforçam o poder de luta de todos os trabalhadores assalariados contra a exploração capitalista, no mínimo, porque diminui o número de desempregados. Na perspectiva do autor, as unidades de produção da economia solidária são variadas e passam por cooperativas de produção industrial, cooperativas menores, associações, clubes de trocas, entre outros. A grande possibilidade de abrangência significa que essas experiências podem estar presentes em todos os campos de atividade econômica. A unidade típica é a cooperativa de produção cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção; gestão democrática da empresa ou por participação direta ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios

aprovados; destinação do excedente anual também por critérios acertados entre todos os cooperadores.

Um dos pontos de debilidade é a atuação isolada dos empreendimentos solidários nos mercados dominados por empresas capitalistas. Há pouco ou nenhum acesso ao crédito, às redes de comercialização e à assessoria tecnológica. Por outro lado, a autogestão pode ser considerada como uma fortaleza.

Ao integrar a cooperativa, muitos experimentam pela primeira vez em suas vidas o gozo de direitos iguais para todos, o prazer de poderem se exprimir livremente e de serem escutados e o orgulho de perceber que suas opiniões são respeitadas e pesam no destino do coletivo. (SINGER, 2003, p. 27)

Para Singer (2003), a organização de iniciativas da economia solidária pode representar o início de revoluções locais, que mudam o relacionamento entre os cooperadores e destes com a família, vizinhos, autoridades públicas, religiosas, intelectuais e promovem mudanças em níveis individual e social.

Outra perspectiva é a de Coraggio (2000) que busca, no que denomina de economia popular, a possibilidade de construção da economia do trabalho. Segundo o autor, a exclusão social e a crise de sobrevivência para as maiorias populares, principalmente na América Latina, são fatores fundamentais para a vivência de diversas fragilidades. Nesse cenário, as famílias dos trabalhadores empobrecidos, em grande parte fora do trabalho formal e de suas organizações sindicais, quando percebem que a exclusão tende a ser permanente, buscam novas iniciativas e reagem para conseguir sobreviver.

Não só a situação atual é má, como, pior ainda, as expectativas de mudança são muito poucas. Sendo assim, as pessoas passam a procurar “algum emprego”, um emprego qualquer, para fazer qualquer coisa, mesmo que não tenha nada que ver com suas capacidades e sua trajetória como trabalhador. Empregos precários ou abertamente informais – pela jornada excessiva, pelo baixo salário, pela ausência de serviços vinculados à previdência social – acabam sendo aceitos. A perda do poder relativo da classe e de suas organizações faz com que os trabalhadores tenham pouca capacidade de discutir até mesmo as condições do processo de trabalho. Procura-se, então, algum trabalho, ou alguma “renda”, mesmo que seja através de salário. (CORAGGIO, 2000, p.92)

O mundo da economia popular está ancorado numa estrutura que surge das rupturas impostas ao cotidiano das famílias e de suas reações para a reprodução da vida. Considera-se como unidade de análise econômica o que os antropólogos denominam de unidade doméstica, pois o aspecto principal é a reprodução da vida. “Em nossas sociedades, a modalidade de unidade doméstica mais generalizada – mesmo que não a única – é a família, nuclear ou

extensa, e com base em relações de consangüinidade e afinidade.” (CORAGGIO, 2000, p. 94). Nesse sentido, a célula central da economia popular é formada por diversos atores que compartilham recursos e articulam estratégias, explícitas ou implícitas, para reproduzir a vida coletiva e satisfazer a necessidade de todo o conjunto envolvido.

O fundo do trabalho compõe os recursos das unidades domésticas e representa o conjunto de capacidades dos membros de cada núcleo em obter produtos ou trabalhar para conseguí-los de forma que satisfaçam suas necessidades. Como o objetivo é alcançar a reprodução vital de todos os componentes, a contribuição para o fundo pode ser realizada de diversas maneiras. Destacam-se pelo menos cinco: o trabalho assalariado; o trabalho que produza bens ou serviços sob formas de mercadorias; o trabalho de reprodução propriamente dito (as chamadas tarefas domésticas); o trabalho solidário para produzir bens ou serviços de consumo coletivo; e o trabalho de formação para o desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas. Os bens e serviços, gerados das múltiplas formas de trabalho, são muito extensos. Na economia dos setores populares são consideradas as transferências monetárias e não-monetárias que podem ou não se associar com outras unidades domésticas. Nessa perspectiva, a sobrevivência pode se dar de duas maneiras. Uma seria apenas o mínimo para a reprodução das famílias ou das unidades domésticas. A outra envolve a idéia de reprodução ampliada que denota uma melhoria estrutural na qualidade de vida de uma família ou um grupo.

Coraggio (2000), apesar do esforço, admite que há áreas cinzentas na caracterização das unidades domésticas dos setores populares. O autor reforça que não considera, nesse conjunto, os grupos que sobrevivem de renda ou aquelas em que o trabalho não é necessário para mantê-los. Além disso, a classificação dessas unidades é delicada, pois estão inseridas em arranjos complexos nos quais as formas de inserção socioeconômicas são variadas. O importante é ressaltar que, em todos os casos, as unidades não chegaram a acumular o suficiente para viver sem trabalhar e, ao mesmo tempo, se mantêm em trajetória de reprodução ampliada. Há também um enorme conjunto de valores que não pode ser tratado como homogêneo. A economia popular encontra-se em contraposição com outros dois sistemas, o empresarial capitalista e o público.

É importante que, como ponto de partida, visualizemos a totalidade na qual este setor está situado. Essa economia popular, inorgânica, anômica, empobrecida, atravessada por contradições internas, confronta-se com dois outros sistemas (não meros conjuntos). De um lado, o sistema da *economia empresarial capitalista* que, mesmo tendo fortes contradições em seu interior, é muito mais orgânico e conta com uma forte estruturação e institucionalização nas suas frações mais centralizadas. Do

outro lado, o sistema da *economia pública*, altamente institucionalizado, ainda que com contradições internas nos níveis inter e intrajurisdicional, e que vem passando atualmente por um processo ainda incompleto de reforma, comandado a partir do programa neoliberal. (CORAGGIO, 2000, p.109)

Com base nessas definições, Coraggio tem como proposição que, pela economia dos setores populares, é possível que surjam estruturas mais eficazes e eficientes para a reprodução da vida, orientada a partir de um paradigma de desenvolvimento humano. O autor não tem como proposição um novo sistema totalizador que substitua o capitalista, mas um sistema misto, composto por três subsistemas, um dos quais é o conjunto integrado das múltiplas atividades econômicas de produção e reprodução comandadas pelos trabalhadores. A denominação “economia do trabalho” reforça o fato de que o trabalho é o principal recurso, mesmo que não seja o único. A lógica é acumular capital humano, ao invés da acumulação do capital monetário e político. Ressalta-se a reprodução ampliada da vida de todos por meio de um setor da economia que esteja estruturado, organizado e auto-regulado. Não se trata de um modelo ou de uma teoria, mas o reforço à idéia de que um outro desenvolvimento é possível, já que o capitalismo não consegue dar respostas à exclusão estrutural de um setor muito importante da sociedade.

A economia do trabalho seria um sistema que se desenvolveria pela economia dos setores populares e fortaleceria suas vinculações e capacidades, potencializaria seus recursos, sua produtividade, sua qualidade. Dessa forma, assumiria novas tarefas, incorporaria e autogestaria recursos das políticas sociais de modo a fortalecer os laços sociais entre seus membros, seus segmentos, suas microrregiões. Uma economia que estruturalmente distribua com mais igualdade, que supere essas tendências à exploração ou à violência, que seja um setor da sociedade mais harmônico e integrado, com outros valores de solidariedade, com maiores recursos voltados a cooperação.

A economia do trabalho deve articular uma diversidade de formas de organização, diferentes do modelo da firma capitalista. Toda uma variedade de empreendimentos, individuais, cooperativos, de tipo mercantil e de tipo não mercantil, devem ser promovidos. Seria um erro pretender que houvesse apenas uma única forma de se reorganizar a economia popular. (CORAGGIO, 2000, p.121)

Coraggio reconhece, no entanto, que a construção da economia do trabalho não é uma tarefa fácil e envolve lutas políticas e culturais, além de depender de um forte aporte de recursos para obter resultados em larga escala. Para tanto, são fundamentais programas de incentivo do Estado, assim como mudanças no sistema de educação. A escola representa um

elo fundamental para ensinar a participação, a democracia e a solidariedade. Trata-se de uma tarefa árdua, pois pretende enfrentar uma crise profunda de perda de auto-estima, de identidade e de expectativas. Por isso, a tarefa é ousada, de grande magnitude e requer o trabalho conjunto de diversas forças da sociedade em direção a um caminho mais igualitário (CORAGGIO, 2000).

Em outra abordagem, França Filho e Laville (2004) acreditam que a economia solidária reflete uma tendência atual presente em diversas partes do mundo. Nessas experiências de iniciativa autônoma, a produção de atividades econômicas se realiza de forma distinta do mercado, em que o traço comum entre elas é a incorporação da solidariedade. Essa visão amplia a referência de ação econômica ao abarcar também objetivos sociais, políticos e culturais. A proposta para compreensão do movimento envolve, dessa forma, uma outra maneira de conceber a dinâmica da economia. Tal olhar, como reforça os autores, é caro à tradição de alguns antropólogos e historiadores, entre eles K. Polany e F. Braudel.

No lugar, portanto, de resumirmos a economia ao mercado, parece-nos preferível pensá-la enquanto economia plural, ou seja, admitirmos que, em relação ao conjunto de práticas que conforma a dinâmica econômica mais ampla, existem diferentes princípios em interação (para além do princípio mercantil), como é o caso da redistribuição e da reciprocidade. É geral, que nos permitirá entender mais adequadamente o processo singular de uma economia solidária, que tende a reunir diferentes lógicas. (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 17)

A economia solidária tem por vocação combinar a dimensão comunitária com a pública em sua ação, com ênfase nos impactos da organização na vida social. São formas com caráter político que possibilitam cotidianamente a experimentação de outros valores e lógicas associados ao trabalho econômico. As diversas experiências, espalhadas por todo o mundo, recolocam, de certa maneira, o debate entre economia e solidariedade. Destacam-se, como ponto fundamental para essas iniciativas, o acesso a espaços públicos de proximidade, em que se articulam a ação econômica com a política, e a reapropriação da idéia de solidariedade como um laço voluntário e horizontal.

A emergência desse movimento se consagrou na Modernidade em que o espaço público representa instância de reflexão, argumentação e discussão. Entre os trabalhadores, foi necessário superar os limites impostos pelas organizações corporativas com a progressão do mercado que resulta em miséria e desemprego. Em contraponto a essa racionalidade mercantil, destaca-se a solidariedade como algo inseparável da condição do humano e da humanidade. As iniciativas que se aproximam da perspectiva da cooperação e da harmonia social estão caracterizadas pelo agrupamento voluntário e ação comum no espaço público.

No Brasil, o contexto da economia solidária se insere no cenário da exclusão social combinado com a luta política e atividades econômicas de geração de renda. Diferentemente do conceito restrito de economia popular, as experiências não se resumem à reprodução simples da vida e se orientam para a ampliação dessas perspectivas em sociedade, na busca por direitos, implicados na ação e no espaço público. Tal universo é extremamente abrangente, diversificado e está além de variadas formas associativas. As principais características das iniciativas são: pluralidade de princípios econômicos; autonomia institucional; democratização dos processos decisórios; sociabilidade comunitária-pública e finalidade multidimensional (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

A idéia central de França Filho e Laville (2004) consiste na possibilidade de que a própria sociedade crie e recrie formas diferenciadas de distribuição de riquezas. Diversas experiências, oriundas da sociedade civil e dos meios populares, reforçam esse argumento. Nesse sentido, são consideradas as formas de produção de atividades econômicas diferenciadas das práticas do mercado, sobretudo no que incorpora a solidariedade no centro das atividades. Uma empresa solidária surge não só para permitir ganhos aos sócios, mas como criação de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Em contraposição a valores dominantes de competitividade e individualismo, reforçam-se os sentidos da cooperação. O nascimento dessas experiências depende, em geral, do patrocínio de apoiadores externos que podem ser outras empresas solidárias, incubadoras (órgãos especializados em formar e amparar tais empreendimentos), sindicatos, entidades religiosas, organizações não-governamentais, entre outros.

Gaiger (2004) compreende a economia solidária como aquela capaz de subverter a lógica de produção de mercadorias e converter necessidades em fruição e bem-estar. Por meio de uma pesquisa em âmbito nacional, realizada entre 1999 e 2003, no Brasil, definiu-se como unidade de análise os **empreendimentos econômicos solidários** que giram em torno de oito princípios, que se espera virem internalizados na compreensão e na prática das experiências associativas: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social. Essa nova experimentação pode representar respostas às necessidades dos indivíduos ou pode conduzi-los a novos horizontes. O caráter da emancipação do trabalho desumanizado e desprovido de sentido, na restituição do trabalhador à condição de sujeito de sua existência, mostra-se como fundamental em vários processos. Restituição, em muitas vezes, incompleta e passível de retrocessos, mas assim mesmo efetiva e, por isso, decisiva como experiência humana.

O solidarismo econômico entre os trabalhadores vem de longa data e materializa-se num conjunto heterogêneo de experiências de diferentes proveniências, em época e lugar, a formar uma história da qual a *ecosol* [economia solidária] é por assim dizer mais um episódio, com um notável poder de revitalização dos ideais emancipatórios, de politização e de convergências das suas diversas expressões concretas. (GAIGER, 2004, p. 373)

A gestão e trabalho funcionam em circuitos complementares que se reforçam. Ambos introjetam nos trabalhadores sentimento de responsabilidade pelos resultados do empreendimento, pela renda de cada um e pela sobrevivência de todos. Os interesses individuais tornam-se solidários, à medida que se realizam por meio de concessões de parte à parte e ficam hipotecados a uma espécie de altruísmo recíproco, cuja contrapartida não está apenas em ser correspondido, mas nas gratificações morais e extra-materiais. As formas de produção solidária, examinadas na pesquisa coordenada por Gaiger (2004), diante das condições econômicas e políticas contemporâneas, demonstram ter as mesmas características promissoras indicadas em outros estudos comparativos: a) seus princípios intrínsecos não os impedem de competir no mercado, portanto não necessitam de aguardar dissolução da economia de mercado para existirem e gerarem benefícios; b) possuem vantagens relativas do ponto de vista da eficiência, seja devido à motivação moral e material dos sócios-trabalhadores, seja devido à capacidade adaptativa diante de mercados voláteis e fragmentados; c) sua difusão engendra um efeito imediato de distribuição da propriedade e de democratização da economia com estímulos para o crescimento e a redução das desigualdades; d) geram simultaneamente benefícios sócio-políticos, como a extensão da cidadania e da participação, contra o efeito de desigualdades econômicas.

Os empreendimentos propiciam, em alguns casos, a existência de relações sociais antagônicas ao capitalismo e, em muitos casos, preservam ou revitalizam relações sociais não capitalistas, fundamentais para a vida dos pobres e para os indivíduos que vivem do seu trabalho, pois atenuam sua sujeição à economia dominante e conjuram o exclusivismo das relações assalariadas e, portanto, de subordinação e expropriação, a eles ordinariamente reservadas (GAIGER, 2004).

Guérin (2005) considera que as mulheres são as primeiras a praticar a economia solidária e que essas experimentações oferecem uma oportunidade inédita para avançar na promoção da equidade de gênero. Tais práticas foram definidas por meio de construções empíricas e agrupam um conjunto de iniciativas econômicas privadas em que o interesse coletivo e a solidariedade são mais importantes do que a busca do lucro. Muitas dessas

experiências são animadas por e para as mulheres, tanto no Norte como no Sul.

Essas diferentes experiências se apresentam em primeiro lugar como um meio de aliviar o cotidiano das mulheres que as animam. Essas mulheres são conduzidas a essas experiências sobretudo devido às suas necessidades. O alívio de suas obrigações por meio de seu compartilhamento e da melhora de seu cotidiano são um primeiro resultado em si. No entanto, parece-nos que o que é realmente importante está além disso. Todos os estudos convergem nesse aspecto: facilitar o acesso das mulheres a atividades geradoras de renda não basta para garantir a igualdade real. Esta enfrenta três obstáculos principais: o caráter multidimensional da pobreza, a inadequação das instituições e, por fim, a desigualdade da divisão das obrigações familiares. (p.17).

Ao retomar a concepção de multidimensionalidade da pobreza, Guérin recorre ao argumento de Amartya Sen para explicitar o complexo sistema que envolve as capacidades de cada indivíduo. Os critérios de avaliação de desigualdade e pobreza devem ser capazes de captar a liberdade real das pessoas, ou seja, o que elas podem fazer e ser. Os recursos monetários ou os direitos formais não asseguram o exercício dessa liberdade. Não há garantias do acesso ao respeito de si mesmo e a prática dos direitos. “A pobreza deve então ser aprendida em termos de insuficiência de direitos e de incapacidade de fazê-los valer ou tomar consciência deles.” (GUÉRIN, 2005, p. 18). As mulheres enfrentam, por diversas razões, mais dificuldades na conversão de direitos formais em reais potencialidades. O que Guérin denomina de **justiça de proximidade** pode diminuir as brechas de uma justiça centralizada, padronizada e também complementá-la. Trata-se de garantir o acesso à liberdade real por dois caminhos.

Ela consiste em primeiro lugar em corrigir as desigualdades provenientes de um acionamento deficiente dos direitos, em auxiliar as mulheres a melhor converter seus direitos formais em direitos reais. Em segundo lugar, ela consiste em completar esses direitos, cuja neutralidade se mostra insuficiente para abrandar as desigualdades provenientes de sua trajetória pessoal, de seu pertencimento de sexo, de seu pertencimento a um grupo social ou a um bairro desfavorecido. (GUÉRIN, 2005, P. 19)

De acordo com a autora, a justiça de proximidade só é legítima se articulada a uma justiça global, em que se garanta o interesse geral. Outro obstáculo à conquista de igualdade real relaciona-se a inadequação das instituições no que se refere aos direitos ou normas sociais. Tanto na busca pela evolução de legislações ou aplicação delas, apenas a ação pública não é suficiente. É necessária a maior participação das mulheres na gestão dos assuntos públicos, assim como uma intervenção pública em harmonia com o conjunto dos atores da sociedade civil. Por meio do **diálogo social**, é possível transformar os sistemas de

representações do imaginário coletivo, capazes de influenciar as normas e instituições vigentes na sociedade. Essa é a única forma de lutar, por exemplo, contra a divisão sexual dos papéis sociais. O engajamento maciço, baseado em formas tradicionais de mobilização, como a sindical, é algo fora da realidade, já que os indivíduos, especialmente as mulheres, têm necessidades mais breves, ancoradas em problemas mais concretos. Nesse sentido, os espaços de proximidade são férteis para o debate e discussão de questões cotidianas que podem compor um vetor importante para o diálogo social.

A divisão sexual das obrigações intrafamiliares, em que pese a responsabilidade quase exclusiva das tarefas domésticas a um dos sexos, sacrifica a liberdade individual das mulheres. Se a liberdade feminina tem tanto valor quanto a masculina, é necessário que parte das obrigações familiares, principalmente o cuidado com dependentes, seja um bem público, assumido pela família, autoridades, mercado e sociedade civil, da mesma forma que se exige o maior envolvimento dos homens nos espaços domésticos. As **práticas recíprocitárias** são meios para avançar nessa trajetória, na medida em que proporcionam a correção de categorias mentais baseadas numa série de oposições, que se recortam e confirmam-se mutuamente, como: mercantil/não-mercantil; público/privado; produção/reprodução; egoísmo/altruísmo; masculino/feminino. Guérin define essa organização como fundamental ao pensamento moderno que se organiza em três esferas: mercantil, cívica e privada. A construção dessas dimensões se deu de maneira sexuada em que as mulheres são responsabilizadas pelo espaço doméstico, excluídas das esferas mercantil e cívica. A reciprocidade, portanto, pode contribuir para a revisão das organizações sociais.

Diante dessas três exigências – justiça de proximidade, diálogo social, redefinição da divisão das tarefas entre família, autoridades públicas, mercado e sociedade civil - parece inevitável ultrapassar as fronteiras usuais entre os domínios monetários e não-monetários, e entre os domínios do interesse particular (domínio privado-doméstico e domínio mercantil) e o do interesse geral (domínio público). E nesse sentido que a economia solidária pode ser uma verdadeira mola do processo de igualdade entre os sexos: por um lado, ao favorecer a emergência de espaços locais de mediação entre os diferentes domínios evocados há pouco, tornando assim possível uma melhor articulação entre vida familiar e vida profissional; por outro lado, ao basear-se nesses espaços de discussão para expressar reivindicações e fazer pressão sobre as autoridades públicas. (GUÉRIN, 2005, p. 23)

Os espaços de mediação estão muito presentes na vida das mulheres dos países do Sul e são capazes de promover negociações institucionais com autoridades, além de representar locais privilegiados de intimidade e sociabilidade, suporte de emancipação individual, acumulação econômica e acesso ao poder. Vale destacar que, embora permeados por

possibilidades, os grupos apresentam também diversos limites, já que sozinhos não conseguem superar fragilidades, carência e a ausência de Estado de direito (GUÉRIN, 2005, p. 24).

Nesse sentido, a autora considera que a economia solidária é capaz de designar práticas que contribuem para rearticular o econômico às outras esferas da sociedade, com perspectivas democráticas e igualitárias. Trata-se de um movimento multiforme e heterogêneo, que compartilha duas características. A primeira consiste na importância das práticas recíprocitárias, em que se combinam dinâmicas de iniciativas e de gestão privada com finalidades centradas não no lucro, mas no interesse coletivo. O objetivo econômico é acompanhado por objetivos sociais, em que se busca “produzir vínculos sociais e solidariedade, não uma solidariedade abstrata e institucionalizada, mas uma solidariedade de proximidade; o auxílio mútuo e a reciprocidade estão no âmago da ação econômica.” (GUÉRIN, 2005, p. 80). A segunda característica apóia-se na elaboração de formas de coordenação e de alocação de recursos alternativos à concorrência ou a regulamentação administrativa por meio de espaços públicos de proximidade. Ao se observarem as organizações solidárias, é possível perceber que o debate e o diálogo precedem a ação econômica e a acompanham. Espaços em que os indivíduos dialogam, decidem, elaboram e colocam em prática projetos adequados a seus contextos. Com base nos exemplos estudados na França e no Senegal, Guérin afirma que as experiências não são capazes de resolver todas as dificuldades das mulheres, mas pelo menos superar algumas delas. A participação pode proporcionar o respeito por si mesmas e a conquista de autonomia pessoal a partir da definição de um projeto de vida. O aprendizado e o reaprendizado em grupo, por meio das relações de cooperação e solidariedade, possibilitam a consciência e acesso a direitos até então inalcançáveis.

Não se trata, alerta Guérin, de encorajar o agrupamento de mulheres pobres e incitá-las a cuidar de si mesmas, o que parece bastante sedutor em um contexto de precariedade nas ações públicas e governamentais. Ao contrário, busca-se o reforço de experiências baseadas em perspectivas mais democráticas e igualitárias. Os relatos das mulheres estudadas pela autora atestam uma real melhora do sentimento de justiça e de suas relações institucionais. Dinâmica compreendida em três fatores que se complementam “encontrar novamente o sentido da reciprocidade, compreender as regras do jogo social e o funcionamento das instituições e ajudar-se mutuamente socializando certas dificuldades.” (GUÉRIN, 2005, p. 158).

O caminho da economia solidária compreende a superação das fronteiras usuais entre

privado-doméstico e o público, entre o monetário e o não-monetário, ao incentivar a criação de espaços intermediários. Reforça-se a pertinência dos direitos formais na tentativa de ampliá-los por meio da prática. Nesse sentido, o movimento é capaz de proporcionar respostas decisivas em busca da igualdade de gênero. Em primeiro lugar, é possível destacar a revalorização dos comportamentos dos cuidados a outros e da reciprocidade, ao reconhecer que eles participam do bem-estar individual e social e que proporcionam o desenvolvimento pessoal. Evidenciar tais práticas, isentas da característica de dom atribuído às mulheres, representa ampliar o debate sobre divisão sexual do trabalho doméstico, ponto crucial nas temáticas acerca da desigualdade social de gênero. Dar visibilidade às práticas recíprocas significa romper o dualismo Estado/mercado que já não consegue responder às dificuldades de integração social. Em segundo lugar, as experiências articulam liberdade econômica e política, baseadas na vivência do diálogo social. Esses espaços possibilitam ultrapassar as fronteiras entre privado e público e refletir sobre problemas individuais ou coletivos através da justiça de proximidade.

Assiste-se primeiramente a uma mediação entre os pólos do singular e do pessoal, o que constitui a singularidade e a unicidade de cada pessoa, e o pólo coletivo, que permite a partilha de uma certa comunidade de valores. (...) Assiste-se, em segundo lugar, a uma mediação entre o grupo e seu ambiente externo, entre interesse coletivo e interesse geral. (GUÉRIN, 2005, p. 216)

A economia solidária, para Guérin, tem um papel social em evidência, entretanto, cabe analisar se essas experiências não são apenas subterfúgios para o abandono público das questões relacionadas às políticas neoliberais. O futuro desse movimento depende do reconhecimento das desigualdades e do tratamento delas, em específico aqui tratados, as de gênero. Trata-se também de sua real capacidade de contribuição para a definição do interesse geral. Sua consolidação depende, em última instância, do reconhecimento do Estado e das organizações internacionais.

O avanço da economia solidária, no Brasil, materializa-se no crescente debate acerca do tema e também no aumento das políticas de incentivo a consolidação de experiências autogestionárias. A organização dessas iniciativas busca se estruturar em espaços políticos de debate e programas públicos governamentais. A trajetória do movimento, no país, ajuda a compreender a dimensão dessas ações, assim como as peculiaridades da realidade brasileira, tema da próxima seção.

3.2 Caminhos da economia solidária no Brasil

No Brasil, a economia solidária surge na década de 1990 com iniciativas separadas em universidades e pela autogestão de empresas de massa falida, em que os trabalhadores, muitas vezes incentivados por sindicatos, assumem sua gestão. A partir daí, vários movimentos sociais e entidades encontram nessa proposta uma possibilidade de intervenção social e de mobilização. Em início de 2000, com o aumento das organizações solidárias, ganham força também as instâncias de debate público sobre o tema. Embora existam articulações diversas, uma das principais a ser destacada é o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que tem representações em todos os estados cujo objetivo é discutir as políticas e bandeiras do movimento, assim como reforçar seus princípios. Nesses espaços, reúnem-se diversos atores, ou seja, trabalhadores da economia solidária, representantes de entidades de fomento e posteriormente, em alguns casos, representantes do poder público.

Em 2003, com eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi incorporada ao Ministério do Trabalho e Emprego, do Governo Federal, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. A partir dessa época, a visibilidade e as atividades, em torno desse projeto, cresceram com ações em quase todo o país e articulações com outros ministérios. Pode-se destacar, por exemplo, a realização, no ano de 2005, do mapeamento nacional de empreendimentos solidários, em que se identificou as características dessas organizações, setores de atuação e número de trabalhadores envolvidos. Foram mapeados 14.954 empreendimentos econômicos solidários em todos os estados do país, com abrangência de 2.274 municípios. Nesse retrato, consideraram-se da economia solidária aquelas organizações que apresentavam quatro características fundamentais:

a) **Cooperação:** Existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva parcial ou total de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades. b) **Autogestão:** Exercício de práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses. c) **Atividade Econômica:** Agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. d) **Solidariedade:** Preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida de participantes. Comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem estar de trabalhadoras e consumidoras. (Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005, 2006, p. 12)

Foi realizada em 2006, a Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária, que reuniu mais 2.000 representantes de empreendimentos, entidades de apoio e poder público num amplo debate sobre as políticas públicas para o setor. Tal conferência foi precedida pelos encontros estaduais em todo o país. Foi instituído também, em caráter permanente, o Conselho Nacional de Economia Solidária, composto por diversos representantes da sociedade para servir como espaço de reflexão e apontamento de ações para o governo.

Em Minas Gerais, o movimento inicia-se também na década de 1990 com a participação de entidades vinculadas ao movimento sindical, igrejas e universidades. O Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária aglutina forças que contribuem para avanço dessa proposta. Além da instância estadual, o fórum é dividido em mais nove sub-regiões que articulam entidades e empreendimentos rurais e urbanos. Só na região metropolitana de Belo Horizonte, reúnem-se, mensalmente, mais de 90 pessoas. Além disso, o fórum desenvolve ações com outros movimentos sociais. Entre as entidades mais representativas, nesse processo, destacam-se: Agência de Desenvolvimento Solidário de Minas Gerais/CUT, Cáritas Brasileira, Instituto Marista de Solidariedade, O Movimento do Graal no Brasil, NESTH/UFMG, Ação Social Diocesana, Congregação Filhas de São José, dentre outros. No estado, foram mapeados 521 empreendimentos solidários, dos quais, 125 estão localizados na região metropolitana de Belo Horizonte.

De acordo com o mapeamento nacional, realizado em 2005, pela SENAES/MTE, do total de empreendimentos pesquisados no Brasil, 54% são compostos por associações, 33% por grupos informais e 11% por cooperativas. É importante destacar que os empreendimentos solidários são em sua maior parte associações, uma forma de organização vinculada a atividades comunitárias e da sociedade civil, que juridicamente não tem como principal objeto a produção e venda. Esse fator ressalta a proximidade com o associativismo, articulado com movimentos sociais, populares e comunitários.

Por outro lado, o percentual de grupos informais, cerca de 33%, pode indicar um dado preocupante, devido à possível precariedade das organizações e à falta de opção para os trabalhadores. Dessa forma, quando questionados sobre a motivação para criação dos grupos, 45% das pessoas disseram tratar-se de uma alternativa ao desemprego; 44% responderam ser uma complementação de renda; 41% relacionaram a possibilidade de obter mais ganhos em uma organização associativa; e apenas 31% vincularam a possibilidade de desenvolver uma alternativa coletiva. Permanece a forte característica da impossibilidade de inserção imposta pelo mercado de trabalho e em menor importância a opção pela autogestão.

Um outro fator que chama atenção é o baixo rendimento dos trabalhadores, o que ajuda

a compreender porque a inserção nos grupos representa também complementação de renda. Na região Sudeste, por exemplo, quase a metade das organizações gera meio salário mínimo de renda. Se forem somados as que ficam entre meio salário e um, essa média chega a 70%.

Tais empreendimentos realizam suas operações comerciais em maior parte no comércio local ou comunitário, seguido do comércio municipal, o que reforça a idéia de limites em suas operações e interfere diretamente no rendimento e na forma de sua organização. Quando indagados sobre as principais dificuldades, cerca de 60% apontaram a comercialização, seguido do crédito que ficou com 50% das opiniões, ou seja, fatores essenciais para consolidação e sucesso de qualquer negócio. É interessante notar também que mais de 60% dos entrevistados reafirmam o caráter de participação dos trabalhadores nas tomadas de decisão cotidianas, e mais de 50% admitem eleger a diretoria, ter acesso à prestação de contas, registros e informações.

Um dado fundamental para o objeto central dessa pesquisa refere-se à presença de homens e mulheres nos empreendimentos solidários. Segundo dados do mapeamento, 64% dos participantes da economia solidária são trabalhadores, enquanto que 36% são trabalhadoras. Desse total, as mulheres estão em maioria nos empreendimentos com menor número de sócios. Considerando a presença masculina majoritária em grupos que têm mais de 20 integrantes, pode-se afirmar que tais organizações possam ser mais formalizadas, muitas, provavelmente, de origem industrial de empresas de massa falida ou agrícolas. Já as trabalhadoras, ao estarem em empreendimentos menores, podem viver situações mais precárias, informais e com menos estrutura.

Percebe-se que os processos de globalização ou mundialização promovem impactos em todos os setores produtivos e podem ser compreendidos, de forma geral, pelo conceito de flexibilização que envolve produção, mercado de consumo e relações de trabalho. Nesse cenário, o debate sobre informalidade ganha novos contornos, pois se combina com a idéia de flexibilização. O resultado passa ser o aumento dos trabalhadores informais ou vinculados a formas atípicas de contratação, como é o caso das cooperativas, por exemplo. A resposta da autogestão está presente em empresas de massa falida, recuperadas por trabalhadores, em processos de terceirização ou em programas de geração de renda. Processos fundamentados em um paradoxo: “forma de manutenção de empregos e autonomia dos trabalhadores e forma de rebaixamento de custos empresarias.” (LIMA, 2006, 307).

Em relação à situação objetiva de trabalho, as cooperativas apresentam grandes dificuldades de autonomização. Aquelas que desenvolvem ações de terceirização para outras empresas mantêm grande dependência com os contratantes, o que pode interferir em sua

estruturação e gestão coletiva. As organizações que recebem incentivos externos de entidade de fomento voltadas para geração de renda e a autogestão, embora consigam alcançar relações mais participativas, enfrentam problemas referentes à gestão e a competição no mercado. As experiências advindas de incubação têm dificuldades de sustentabilidade, principalmente após o fim do processo de assessoria. Dificuldades que podem ser sintetizadas nas tentativas de enfrentamento do mercado capitalista por iniciativas que buscam não ser capitalistas.

Informalidade e autogestão podem representar, ao mesmo tempo, autonomia e precariedade. Autonomia, quando o trabalho por conta própria ou autogestionário propicia condições satisfatórias de vida, trabalho e acesso a direitos sociais. Entretanto, dada a dimensão da informalidade, sua positividade é restrita. No caso das experiências autogestionárias, a precarização deve também ser relativizada, conforme o setor de atividade da cooperativa, assim como sua forma de organização e o controle que dispõem os trabalhadores na gestão da cooperativa. Com a multiplicação de cooperativas de trabalho em diversas formas, a efetividade da autogestão termina sendo medida naquelas acompanhadas e apoiadas por ONGs ou sindicatos, as quais acabam funcionando como baliza na manutenção dos princípios da autogestão. (LIMA, 2006, p. 309)

Por fim, é possível concluir que a economia solidária apresenta muitos pontos de estrangulamento em sua viabilidade, no que se refere ao rendimento e à organização. Por outro lado, representa também um exercício capaz de possibilitar ao trabalhador uma forma de relação com mais participação e envolvimento com movimentos comunitários e sociais. Quanto ao fator gênero, mais uma vez, observa-se a desigualdade de inserção das mulheres. Elas estão em grupos mais precários e com menor organização. Na seção seguinte, por meio de pesquisa qualitativa em dois empreendimentos do setor da reciclagem, analisam-se as trajetórias ocupacionais das mulheres até a inserção na economia solidária e os motivos pelos quais elas fazem à opção em se integrar aos grupos.

3.3 As trajetórias ocupacionais das mulheres: o caminho até a economia solidária

As mulheres encontram mais dificuldades na inserção e permanência no mercado de trabalho devido a diversos fatores compreendidos nas relações sociais de gênero. Trabalhadoras com baixa qualificação e pobres possuem poucas expectativas quanto a empregos bem remunerados ou com direitos sociais garantidos, além de serem as principais responsáveis pelas tarefas domésticas, o que representa grande sobrecarga. Por consequência, elas são mais expostas aos aspectos relacionados à pobreza e à exclusão que resultam em

processos de quebra de vínculos sociais fundamentais para a vida em sociedade. Tal conjunto de questões é preponderante na dinâmica de desigualdades entre homens e mulheres. Os nichos ocupacionais femininos ilustram essa realidade e ajudam a compreender trajetórias marcadas por interrupções e precariedade.

O trabalho na economia solidária representa uma das formas de ocupação para muitas mulheres em condição de pobreza. São iniciativas que, na maioria das vezes, são fomentadas ou incentivadas por organizações da sociedade civil ou poder público. Segundo Gaiger (2004), o surgimento dos empreendimentos depende de impulsos de diversas naturezas, mas destacam-se: forças negativas, como mudanças objetivas que virtualmente eliminam as opções de vida econômica normalmente utilizadas pelos trabalhadores e forças positivas, que favorecem a adesão às propostas associativas, em razão das vantagens materiais ou por convicções subjetivas. Nesse sentido, as motivações pelas quais as trabalhadoras inserem-se nessas experiências são diversas e suas trajetórias ocupacionais anteriores ajudam a compreender a composição das iniciativas solidárias.

À luz da pesquisa, torna-se fundamental analisar a origem das trabalhadoras que se organizam em grupos solidários, quais suas experiências anteriores, quais os significados do trabalho para elas e por fim, os motivos da integração. Para tanto, a proposta é examinar a caminhada de cada mulher e cada homem entrevistado na pesquisa e, embora o foco principal seja o trabalho feminino, destaca-se também a análise relativa às informações masculinas. O objetivo é realizar uma reflexão relacional da situação de ambos os sexos. As entrevistas dos trabalhadores, mesmo em menor número, devido à proporcionalidade presente nos grupos em que a maioria são mulheres, são ricas fontes para o exercício da reflexão das relações sociais de gênero sob a perspectiva do trabalho.

Ao todo, foram realizadas 24 entrevistas de maio a dezembro de 2006: 21 trabalhadoras e 3 trabalhadores participantes de dois grupos da economia solidária do setor da reciclagem. A **Comarp** tem 10 associados, dos quais 8 foram entrevistados (7 mulheres e 1 homem). A **Coopersoli** é composta por 21 cooperados no total, dos quais 16 foram entrevistados (14 mulheres e 2 homens).

De acordo com os dados levantados na pesquisa, 50% das famílias dos trabalhadores e trabalhadoras têm renda familiar que varia de um a dois salários mínimos (o valor do salário mínimo na ocasião da pesquisa era R\$ 350,00); 8,3% estão na faixa de meio a um salário; 20,8% têm entre dois a três salários mínimos de rendimentos; enquanto 12,5% recebem mais de três salários. Um fator importante a ser destacado, em primeiro lugar, é que tais rendimentos são baixos se considerada a unidade familiar. Por outro lado, a instabilidade, no

mercado de trabalho, influencia diretamente essas informações. Foi comum que os entrevistados não conseguissem informar de maneira clara seus rendimentos, porque esses variam muito de mês em mês. Nos empreendimentos, a retirada é de acordo com a produção, por isso fica difícil estimar o valor exato de cada quinzena: os pagamentos são realizados em geral nos dois grupos de quinze em quinze dias. No caso de outras pessoas da família, como marido ou filhos, as atividades denominadas por “bicos” também são muito presentes, e, nesse sentido, a renda pode sofrer alterações de um mês para outro, o que reforça o caráter da instabilidade e informalidade. Por último, a presença de mulheres chefes de família, com filhos menores de 16 anos, contribui para que a renda familiar seja baixa, pois, no domicílio, há apenas uma pessoa que trabalha.

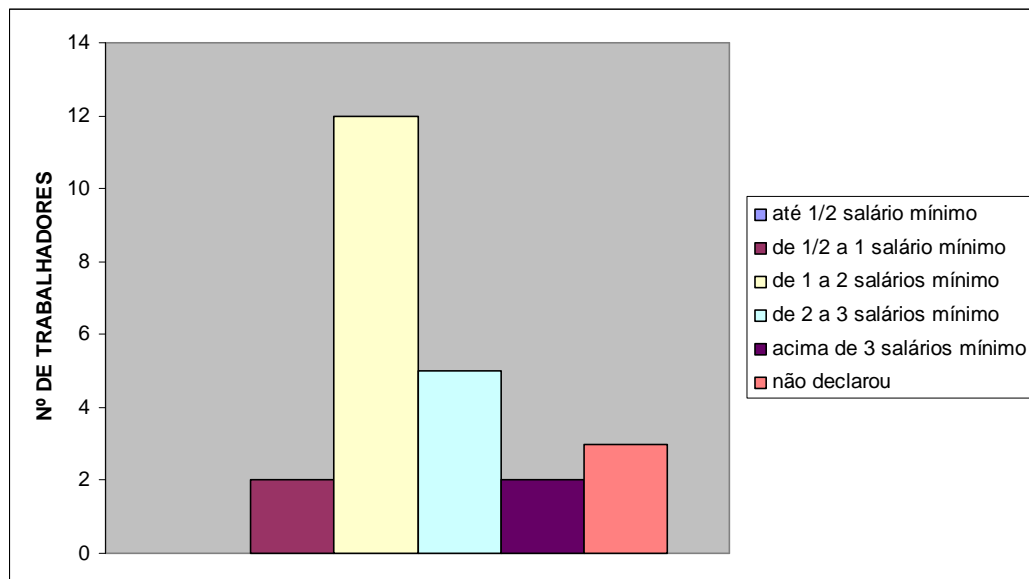


Gráfico 4: Renda média familiar dos trabalhadores e trabalhadoras da Coopersoli e da Comarp

Dos 24 entrevistados, 22 têm filhos e desse total 11 recebem do governo o benefício da Bolsa Família cujo valor é variado de acordo com o número de filhos. Parte significativa das entrevistadas conta com a transferência de renda para o orçamento familiar. Isso ajuda a reforçar o argumento de que o perfil das trabalhadoras dos empreendimentos solidários é permeado pela pobreza. As famílias são pobres e contam, em sua maioria, com cerca de dois salários mínimos por mês.

Os trabalhadores e trabalhadoras moram em bairros da periferia de Belo Horizonte, situados nas regionais Pampulha e Barreiro, no geral, em vilas, ocupadas de forma irregular ou advindas de programas sociais de habitação. Apenas uma das famílias paga aluguel,

enquanto aguarda o apartamento da prefeitura. A maioria, 12 pessoas, tem casa própria em moradias compartilhadas com outras famílias ou construídas em terrenos de parentes (mães ou irmãs) e quatro estão estabelecidos em locais de ocupação e, em alguns casos, em condições precárias, sem rede de esgoto ou água. Uma parte também significativa, 7 famílias, é beneficiária de programas públicos de habitação, moradoras de conjuntos habitacionais e extremamente ligadas ao movimento pró-moradia. É importante destacar que apenas os trabalhadores e trabalhadoras da **Coopersoli** têm esse perfil, e a **Comarp** é composta por pessoas que, no geral, são ocupantes de terrenos de forma irregular, mas que também, em alguns casos, aproximam-se de movimentos como os dos moradores de rua. Do total de entrevistados, 14 são nascidos no interior de Minas Gerais, 8 são naturais de Belo Horizonte, um nasceu na região metropolitana da cidade e apenas uma pessoa é natural de outro estado.

A idade dos entrevistados está concentrada na faixa etária de 35 a 49 anos, com índice de 70,8%; seguida por aqueles com mais de 50 anos, 20,8%; com 4,2% a faixa etária de 18 a 24 anos e 4,2% de 25 a 34 anos. São empreendimentos compostos por pessoas com mais de 35 anos, que, no caso das mulheres, representa dizer que estão, comumente, casadas ou separadas, ou seja, numa fase em que as trabalhadoras têm famílias e, conseqüentemente, filhos. Tal informação confirma-se com os dados relativos ao estado civil dos entrevistados. Do total de mulheres uma é solteira, 9 são casadas, 8 separadas e 3 viúvas. No caso dos homens, dois são casados, e um é separado.

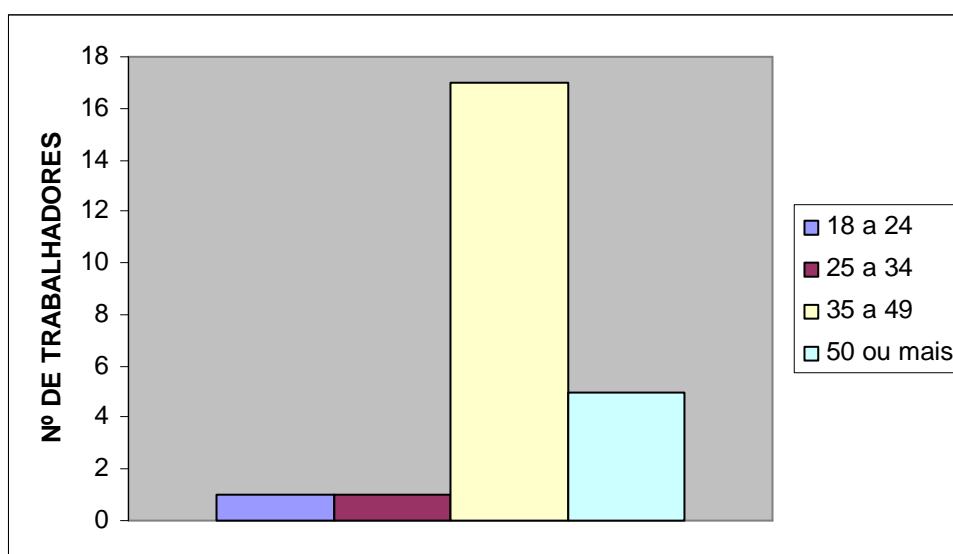


Gráfico 5: Idade dos trabalhadores e trabalhadoras

A presença de filhos, nas famílias dos entrevistados, é uma forte realidade. Do total de 24 trabalhadores, 22 são pais ou mães, e mais da metade tem acima de 3 filhos, o que representa uma média superior a nacional. São lares, nesse sentido, numerosos. A articulação entre presença de filhos e faixa etária revela que apenas 3,7% das crianças têm até cinco anos de idade; 21,8% têm de 6 a 10; 21,8% estão com 16 a 20 anos, enquanto que 30,9% dos filhos têm mais de 21 anos.

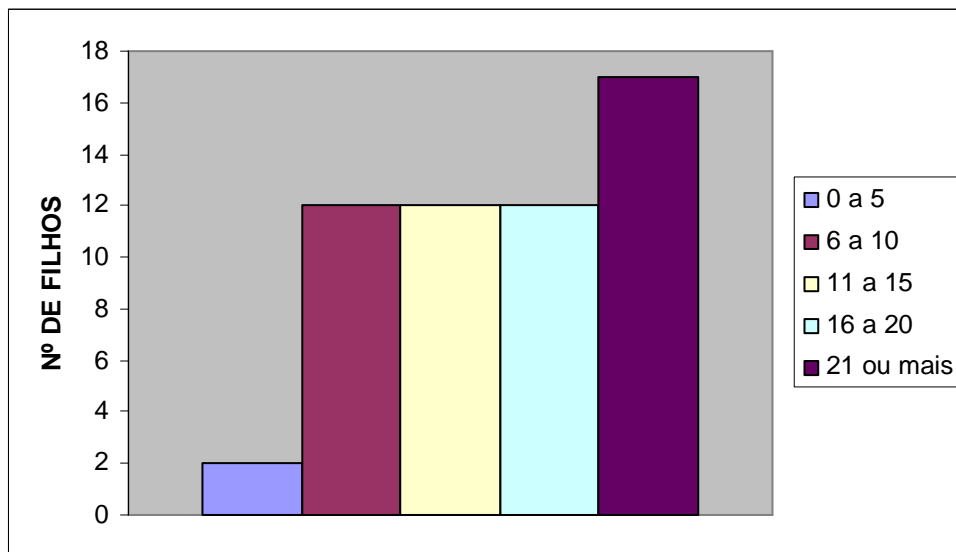


Gráfico 6 : Filhos por faixa etária

Considerada a faixa etária dos entrevistados e seu estado civil, pode-se afirmar que são homens e mulheres que já constituíram família e têm filhos. No caso das trabalhadoras, 50% estão separadas de seus companheiros ou são viúvas. Isso significa que a vida doméstica está articulada ao trabalho fora de casa e com os cuidados com as crianças que são muito representativas. Por outro lado, observa-se que poucas crianças têm menos de cinco anos de idade, ou seja, período em que, comumente, dependem de mais cuidados. É possível destacar, portanto, o fato de essas trabalhadoras serem mães de filhos com mais idade, atendidos por escolas em tempo parcial e também com grande presença de filhos adultos, o que caracteriza, em tese, pouca dependência em relação aos cuidados maternos.

Com relação à escolaridade dos trabalhadores e trabalhadoras entrevistados, mais da metade, 54,1%, têm ensino fundamental incompleto; 12,5% completaram o ensino fundamental; 4,2% não completaram o ensino médio; 25% têm ensino médio completo; e 4,2% são analfabetos. Através de um programa de aumento da escolaridade, quatro pessoas voltaram a estudar.

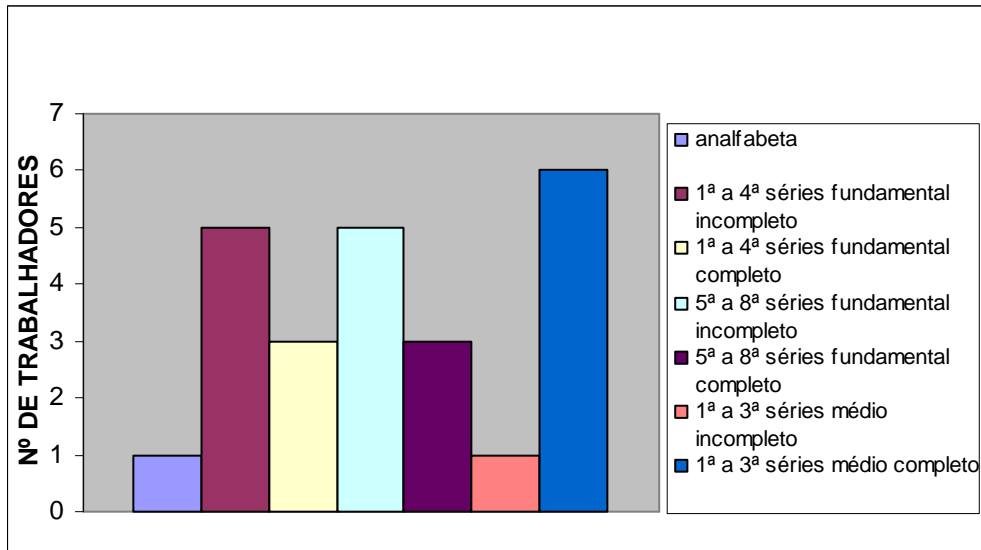


Gráfico 7: Escolaridade dos trabalhadores e trabalhadoras

Perguntados sobre a raça, os entrevistados se autodeclararam⁷: 37,5% negros; 12,5% pardos; 12,5% morenos; 25% brancos e 8,3% indígenas. Nesse sentido, se forem considerados aqueles que se declararam negros, pardos e morenos, têm-se um montante de 62,5% de representantes da raça negra. Como indica alguns estudos, as mulheres, principalmente as negras, são aquelas que estão nas piores ocupações, no mercado de trabalho, em formas precárias e com pouca qualificação.

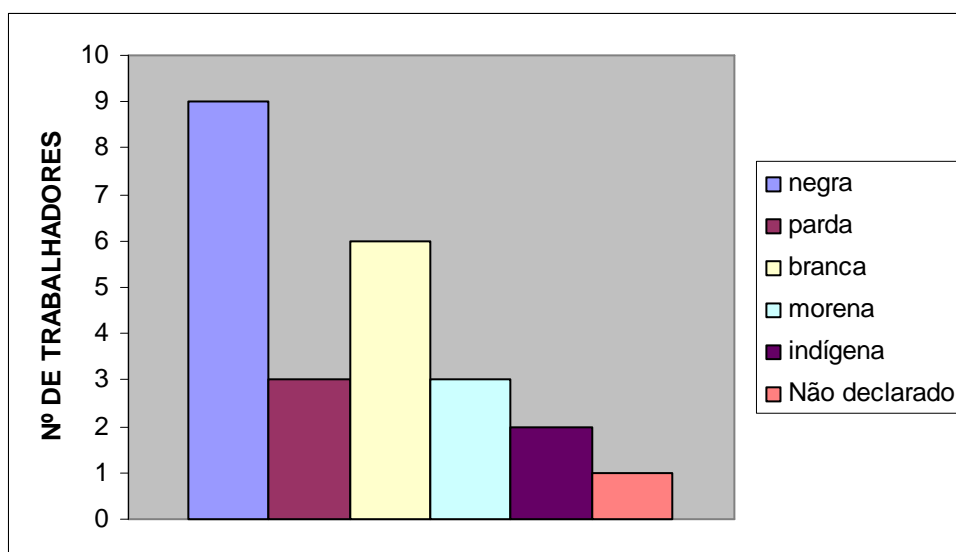


Gráfico 8: Autodeclaração de raça

⁷ Na autodeclaração de raça, não havia opções para a escolha das entrevistadas e entrevistados. As respostas foram livres e abertas, por isso a incidência de respostas como “morenos”.

Dessa forma, as trabalhadoras dos empreendimentos pesquisados agrupam características que as colocam em desvantagens na busca por empregos, o que pode determinar suas possibilidades de ocupação ou não. Somam-se ao fato de serem mulheres e terem filhos, a baixa escolaridade, a discriminação de raça e a pobreza. As trajetórias, no mercado de trabalho, ilustram essas informações por meio da pesquisa qualitativa.

De forma proposital, logo no início da entrevista, foi perguntado a cada entrevistado qual era profissão dele. A pergunta buscava compreender como cada trabalhador ou trabalhadora se definia no mundo do trabalho. Compreender também de que maneira homens e mulheres se reconheciam perante uma profissão. Trata-se, mais do que refletir sobre um serviço ou atividade, de apreender a perspectiva de inserção na sociedade, por meio do trabalho, como um dos pontos primordiais de integração na estrutura social.

As trabalhadoras e trabalhadores, em geral, relacionaram sua profissão aos empregos ou ocupações que tiveram ao longo da vida. Foi comum a frase: “ah, eu já fui muita coisa”. O “ser muita coisa” significa que as ocupações foram variadas e que, na maioria das vezes, a atividade realizada dependia de pouca qualificação e especialização. Do total de entrevistados, 14 relacionaram, de alguma forma, sua profissão com a atividade atual na reciclagem. Houve quem dissesse não ter profissão nenhuma, e alguns se referiram às anotações da carteira de trabalho. As muitas formas de ocupação podem revelar as trajetórias de instabilidade, no mercado de trabalho, que empurram os trabalhadores para onde há oportunidades que, em geral, não foram duradouras ou não representaram vínculos empregatícios.

Embora instáveis, para muitas mulheres, o trabalho fora de casa começou cedo. Uma realidade comum, principalmente, entre aquelas que moravam em cidades do interior, em que o “trabalho na roça” se iniciava, quando ainda eram crianças. Maria, de 64 anos, diz que começou a trabalhar em casa de família aos 8 anos; ao chegar a Belo Horizonte, com 14, foi trabalhar como doméstica. Ana Lúcia, 47 anos, quando era adolescente, tinha que ajudar o pai na roça em sua cidade natal, Pedra Azul. Aos 12 anos, ela foi doméstica, com 18 teve sua carteira assinada. Lúcia Helena, 39 anos, relata que começou a trabalhar também em casa de família, aos 9 anos de idade. Inácia, 61 anos, trabalhava em uma fazenda e com 12 anos veio morar em BH para ser doméstica. Conceição, 45 anos, aos 14, começou a passar roupa e olhar crianças para ajudar na renda da família. Obrigada pelos pais, Dagmar, 40 anos, iniciou cedo o trabalho na roça. Aos 6 anos, Eva, 49, foi obrigada pelo pai a trabalhar. Com 8 anos, ficava numa fazenda vizinha, onde fazia comida e limpava arroz, aos 13 anos se casou. Judith, 43 anos, desde os 15, trabalhou como doméstica, veio do interior para trabalhar na casa de uma prima. Marli, 37 anos, com 16, trabalhava em uma firma que consertava aparelho telefônico.

Com 17 anos, Elis Regina, 35 anos, iniciou o trabalho na roça para ajudar os pais que eram muito pobres.

O que se pode observar é que o trabalho, capaz de gerar algum tipo de renda, sem mencionar o trabalho doméstico, é uma forte realidade entre essas mulheres. A pobreza parece determinar que a atividade remunerada começa cedo. Nesse sentido, a baixa escolaridade dessas trabalhadoras também pode estar relacionada com o fato de elas terem que trabalhar durante a infância e a adolescência.

De forma sintomática, o trabalho doméstico (faxineira, passadeira, lavadeira, acompanhante e babá), sem dúvida, aparece como a principal ocupação. Das 21 entrevistadas, 18, em algum período de suas vidas, trabalharam em alguma dessas atividades. Boa parte também chegou a morar nas casas dos patrões, algumas saindo apenas para casar, conforme depoimentos. A carteira assinada era uma realidade para poucas empregadas, que, na maioria das vezes, não tinham nenhum tipo de direito: “era difícil fichar”. “Fazer faxina” e “trabalhar em casa de família” são ocupações que não exigiam nenhum tipo de qualificação a mais, bastavam ser mulheres para realizarem tais ações, o que reforça as questões acerca das relações sociais de gênero e o trabalho, ou seja, há ocupações socialmente aceitas como femininas.

O trabalho doméstico entre as mulheres, principalmente sem carteira assinada, tem grande importância na distribuição da ocupação feminina no Brasil, como apontado no capítulo anterior. Muitos dados indicam a precariedade dessas atividades, pois apresentam jornadas de trabalho irregulares, baixa remuneração e péssimas condições (DIEESE, 2001). Além desses pontos negativos descritos por diversas pesquisas, algumas entrevistadas ressaltaram os constrangimentos permeados pela profissão. Rosilene, 39 anos, diz que, no geral, o “povo rico” é muito desconfiado e que se sentia testada em todas as casas nas quais trabalhou. As humilhações e o trabalho cansativo foram fundamentais para que ela buscasse outra atividade. Maricélia, 39 anos, diz que, como doméstica, o rendimento é pouco, não chega a meio salário mínimo. Lúcia Helena fala da grande responsabilidade da profissão, já que as pessoas dependem muito das empregadas para organizarem suas vidas. Por outro lado, há uma duplicidade de ações, porque quando as trabalhadoras chegam em casa têm que cuidar também de seus serviços domésticos e de suas famílias, enquanto passaram o dia cuidando das de terceiros.

De casa de família, para te falar a verdade, eu trabalhava porque era obrigada, eu nunca gostei. Porque eu acho assim que eu já tenho a minha casa para mim

trabalhar, ainda vou ter que trabalhar em outra? E também elas não dão valor ao serviço da gente. (Dagmar, Coopersoli)

Outras profissões, nichos ocupacionais femininos, compõem parte das trajetórias das mulheres entrevistadas. Outro ramo a ser destacado é o de cozinheiras e salgadeiras, trabalhos também relacionados com os saberes femininos e que, em geral, exigem pouca qualificação. Muitas trabalhadoras domésticas passaram a cozinheiras de restaurantes ou de indústrias. Maria do Carmo, 54 anos, trabalhou por mais de 20 anos em restaurantes, em períodos diurnos e noturnos. Parou de trabalhar como cozinheira, porque os patrões a consideravam velha. Ivaneide, 43 anos, conseguiu sustentar sua família por muito tempo com o dinheiro do trabalho como salgadeira. Aprendeu o serviço, pois boa parte da família trabalhava com isso. A atividade era lucrativa e conseguiu comprar muitas coisas com o dinheiro que ganhava. Maria cozinhou em restaurantes bem frequentados de Belo Horizonte, além de cozinhas industriais. Teve a carteira assinada por um período breve, segundo ela, porque “ninguém gostava de assinar, diziam que não tinham dinheiro”. Aos 61 anos, não tem perspectiva de se aposentar. Já Maria Helena, 65 anos, atuou em restaurantes de grandes empresas e conseguiu sua aposentadoria. Lúcia Helena dividia o trabalho de doméstica com o de cozinheira e parou de trabalhar por conta da família.

Foram citadas também ocupações de artesã, camareira de hotel, caixa de supermercado, balconista de loja, atendente de padaria, montadora de bijuteria, cabeleireira, varredora de rua, auxiliar de serviços gerais, repositora e vendedora. Uma das entrevistadas ajudava o marido, que é artesão, a fabricar suas peças, mas essa ajuda não contava como trabalho. Essas informações demonstram que, embora a maioria não estivesse vinculada a empregos formais, a busca pela atividade remunerada é muito presente entre elas. Há de se destacar que a concentração no setor de serviço também é preponderante.

Fiquei um tempo grande sem trabalhar. Trabalhava assim, vendia roupa para fora, era sacoleira, vendia Avon, assim, parada de tudo eu nunca ficava não. Sempre tinha uma coisinha para fazer. (Judith, Coopersoli)

O trabalho da reciclagem, antes da entrada na cooperativa e na associação, já representava fonte de renda para mulheres e homens entrevistados. Muitos “catavam” ou “ajuntavam” material reciclado para vender. A atividade era realizada de forma individual ou com ajuda de parentes e vizinhos. Basta buscar e recolher nas ruas e nos lixos os materiais a serem vendidos em depósitos que comprem em pequenas quantidades papel, papelão, latinhas, garrafas de refrigerante, plástico e sucata. Esses depósitos são chamados também de

ferro-velho ou atravessadores e estão muito presentes nos bairros de periferia. Embora o valor pago seja baixo, trata-se de um retorno garantido, pois tudo que se recolhe é comercializado. Dessa forma, são comuns, devido ao grande desemprego, pessoas na rua “catando lixo”, um tipo de tarefa que depende exclusivamente do esforço do trabalhador. Para quem não tem emprego formal, essa é uma maneira de obter algum tipo de renda e garantir a sobrevivência das famílias.

A maioria das trabalhadoras dos empreendimentos solidários estudados busca estar ativa no mercado de trabalho e transita entre a formalidade e informalidade, com uma forte participação nas tarefas informais. A renda dessas mulheres é fundamental para prover suas famílias, principalmente, para as que são chefes de seus lares.

É aquela preocupação, porque eu tinha que levar comida para casa, porque sou separada e meu marido não ajudava com nada, não dava nada. Eu tinha dois filhos, meus filhos ainda eram pequenos na época, não trabalhava nenhum deles, estavam estudando e tinha que correr atrás. Então, eu tinha que vender (carnê do Baú da Felicidade), vendia, morria de dó, sofria, cada vez que vendia um carnê. (...) Quando eu tava no Baú, ainda comecei a encaminhar currículos meus e esperando na expectativa de que alguma coisa ia aparecer. Porque eu já tinha trabalhado antes de começar com o salão (era cabeleireira, mas parou por problemas de LER) em lojas, trabalhei também em limpezas gerais e eu tinha isso na carteira, então falei ‘não isso tem que me dar condições de arrumar outra coisa’. (...). Aí eu consegui na Maxisum, quando consegui na Maxisum, falei, Graças a Deus. (...). Na Maxisum também era um bom emprego, né? Eu trabalhava na linha de produção, dava conta da minha produção, eu acho que foi um dos melhores empregos que já tive até hoje. (Neli, Coopersoli)

As trajetórias ocupacionais entre os homens entrevistados, por outro lado, demonstram menos homogeneidade em relação às vivenciadas pelas mulheres. É importante destacar que são apenas três entrevistados, mas capazes de ilustrar alguns aspectos interessantes. Evaldo, 52 anos, trabalhou em empresas importantes em telecomunicações. Ele é técnico em eletrônica e recebia um bom salário, mas foi demitido devido à reestruturação realizada pela empresa cerca de 20 anos atrás. De lá para cá, não conseguiu mais emprego e tentou se sustentar fazendo “bicos” ou como autônomo em consertos de eletrodomésticos, o que nunca deu certo. Já desistiu de arrumar emprego, faz agora “o que dá”, sem muito compromisso. Em outro extremo, Wagner, 23 anos, trabalhou como feirante e serralheiro, ambos informalmente. Segundo ele, enfrenta grande dificuldade em conseguir emprego por falta de experiência, mas está sempre à procura. Rogério, 37 anos, trabalhou em padaria, sacolão, supermercado e em empresas de vigilância. Em alguns desses empregos tinha carteira assinada, ficou desempregado e, nesse período, fazia “bicos”.

A busca por atividades remuneradas está presente na vida das trabalhadoras e dos trabalhadores dos empreendimentos solidários e, em geral, há a predominância do setor de serviços, com destaque para o trabalho doméstico. Trata-se de tarefas que exigem pouca qualificação e estão concentradas em nichos ocupacionais considerados como femininos. A articulação entre atividade econômica e doméstica, por outro lado, representa constantes negociações. Algumas trajetórias das entrevistadas são marcadas por interrupções, seja pelo impedimento do marido, seja pelo cuidado com os filhos. É comum muitas paralisarem as atividades fora de casa quando se casam. Maria, aos 18 anos, parou de trabalhar como doméstica, porque se casou. Seu marido, que era policial, tinha muito ciúme e, por isso, nunca admitiu que ela trabalhasse fora de casa. Depois de 15 anos, o casamento se desfez, e Maria pôde voltar ao mercado de trabalho, como cozinheira. Selma, que se casou aos 15 anos e tem cinco filhos, relata que seu marido sempre a impediu de ter algum tipo de emprego, por isso, até antes de chegar à associação, nunca teve “trabalho fixo”.

Nunca trabalhei fora. Só com uns bicos. Mas era assim, eu pegava sete e meia que era hora que ele saia, duas e meia, três horas já tava dentro de casa. Ele não gostava que eu trabalhasse. Portanto, quando fui trabalhar aqui na Comarp, ele não queria de jeito nenhum que eu trabalhasse aqui. (Selma, Comarp)

Andressa, que teve seu primeiro filho aos 16 anos, conseguiu emprego aos 19, quando já era mãe pela segunda vez. Ela conta que o marido a fez passar por tantos constrangimentos que foi obrigada a pedir demissão, devido à grande pressão de seu esposo, na época. Após a separação, teve que voltar a trabalhar para sustentar os filhos, mas não conseguiu mais trabalho com carteira assinada e, por isso, vivia com a renda de faxinas. Ela acredita que o fato de ter pedido demissão e ficar por muito tempo sem “nada na carteira” assusta o empregador. Quando eles pedem experiência, ela está muita antiga e não é considerada. O marido de Eva também nunca a deixou trabalhar. Ela era obrigada a ficar em casa cuidando dos filhos, desde 13 anos, quando se casou. Depois que as crianças estavam um pouco maiores, Eva começou a vender roupas, escondida do esposo. Com o desemprego do esposo e a necessidade econômica maior, seu trabalho fora de casa foi consentido.

A maternidade, sem dúvida alguma, foi o principal motivo pelas interrupções e pelas dificuldades de muitas mulheres no mercado de trabalho, pressionadas por maridos ou companheiros. Por meio das entrevistas, é possível afirmar que o peso de ter filhos é uma responsabilidade apenas da mulher, e ela mesma cobra isso. Como estão inseridas em atividades de baixo rendimento, elas não têm como pagar para que as crianças fiquem com

alguém ou em alguma instituição. Os equipamentos públicos, como creches, foram pouco citados como alternativa possível. Muitas, embora não tenham parado de trabalhar, contam em geral com arranjos familiares, principalmente avós, que criaram muitos dos filhos dessas trabalhadoras. Aquelas que estão separadas ou são as principais mantenedoras de seus lares buscam alternativas para suprir tal responsabilidade. É comum também que as crianças com mais idade cuidem dos mais novos para que suas mães saiam para trabalhar. Conciliar as atividades fora de casa, os cuidados domésticos e filhos é um grande desafio para essas trabalhadoras.

Quando fui casar, eu ainda continuei e tudo, mas só que não deu mais certo porque aí veio os filhos, a distância era muito longe. Nos primeiros meses eu até levei a Silvia muito novinha comigo de ônibus, voltava com ela de ônibus, mas era muito difícil. Então, achei melhor eu saí, falei assim 'não dá mais para continuar', aí eu saí porque eu tive outra vida. (...) Aí que fica difícil você tá trabalhando fora com criança por causa da idade da Silvia que era muito pequena ainda, né? E depois com a vinda da Eduarda. (...) É muito complicado você sair para trabalhar, você arrumar uma pessoa para tomar conta do filho, ainda mais um filho quando é muito neném ainda, ele requer certos cuidados, né? E as creches são muito longes. Até que você consegue uma creche, é muito difícil você conciliar tudo, depois que você é mãe é mais difícil, é mais complicado a sua vida como mãe trabalhadora. (...) Porque tem hora que você tem que priorizar a sua vida, então é filhos, é filhos. Porque muitas vezes você sai para trabalhar, mas aí seus filhos ficam muito jogados, principalmente quando eles têm uma certa idade. (Silvana, Coopersoli)

Arrumei filho, tive que parar com o serviço, arrumei marido, aí, né... (...) Fiquei mais cuidando dos filhos em casa, dentro de casa mesmo. Depois que os filhos cresceram, aí que surgiu a idéia da gente trabalhar (...) o emprego tava meio difícil, eu com filho, seria mais difícil manter direto trabalhando e os filhos ficariam mais abandonados. (...) O marido pressionou um mucado, mas aí além de conversar comigo, não pressionou, conversou, como que eu ia fazer com a criança. Para pagar uma pessoa para olhar seria a mesma coisa que eu tivesse dentro de casa mesmo.. Não valia pena porque o que ganhava não dava condições, porque a gente pagava aluguel, não tinha casa própria ainda. Como que ia pagar aluguel, pagar uma pessoa para olhar uma criança para trabalhar? Sairia na mesma. Melhor ficar em casa e ele mesmo sustentava a casa. A gente ia passar um pouco de dificuldade, igual passava mesmo, porque a gente pagava aluguel e manter a criança. As minhas coisas que comprava não tinha mais direito de comprar, fui desleixando mesmo. Eu mesmo, igual eu falei, esqueci de mim, fiquei pensando só no filho, né? (Lúcia Helena, Coopersoli)

Olha, eu sou a responsável, tanto é que tive que contratar uma pessoa para ficar lá em casa por conta do meu menino que tem oito anos. Ela fica com ele até a hora que ele vai para aula. Quando ele vai para aula, ela vai embora, porque eu não posso deixar ele sozinho dentro da minha casa. Ele só tem oito aninhos e é homem também, né? (...) Ele (o marido) nunca gostou que eu trabalhasse, então, todo o serviço comigo, ele já fala: "olha você pode até trabalhar, mas tá na sua responsabilidade, o Luan tá na sua responsabilidade", que é o meu menino novo, né? "Então, qualquer coisa que acontecer, não precisa nem falar comigo". Então, eu já fico mais insegura, né, porque isso aí ele já me avisou toda a vida, desde que nós casamos. (Judith, Coopersoli)

A perspectiva da reprodução social, vinculada à esfera doméstica e à responsabilidade feminina, como ressaltam Araújo e Scalón (2005), mantém as relações desiguais de gênero. As mudanças são lentas e, como demonstra a fala das trabalhadoras, a persistência de práticas tradicionais influencia a inserção delas no mercado de trabalho. A maternidade é vista como o maior peso, principalmente, quando os filhos ainda são pequenos. A fim de realizarem atividades remuneradas fora de seus lares, as mulheres devem organizar arranjos que garantam a execução de tarefas de sua obrigação.

Nesse sentido, o fato de os filhos das entrevistadas serem mais velhos, ou seja, mais da metade tem acima de 16 anos, pode ser um dos aspectos fundamentais para que essas trabalhadoras estejam de volta ao trabalho fora de seus lares. No caso de algumas, depois de uma longa permanência apenas dentro de casa, cuidando das crianças. É importante destacar também que, mesmo impedidas por diversos motivos de terem uma ocupação, todas elas, atualmente inseridas no trabalho da reciclagem, conseguiram rearticular sua condição na esfera familiar. Trata-se de situações permeadas por tensões e rearranjos nos quais as mulheres, em alguma medida, submissas às decisões dos maridos, conseguem romper barreiras. Dessa forma, seja por questões econômicas, seja em busca de uma maior autonomia ou realização, essas mulheres permanecem ativas no mercado de trabalho remunerado.

Ainda nessa dimensão, não se pode deixar de pensar que a divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres é outro ponto importante para o entendimento das relações sociais de gênero nas famílias das trabalhadoras. O trabalho em casa (cozinhar, passar, varrer, lavar, limpar) envolve atividades cotidianas que ocupam grande parte das mulheres durante muitas horas por dia. Tais serviços são essenciais e, em famílias pobres, a ajuda de terceiros contratados para tal fim é praticamente insignificante. Por isso, essas tarefas são realizadas pelos próprios membros da família, sob a responsabilidade feminina. Entre as entrevistadas casadas, grande parte das tarefas é de obrigação da mulher, embora algumas ressaltem a ajuda do marido ou companheiro. Entre aquelas que são separadas ou viúvas, as atividades podem ser divididas com outros integrantes da família ou são exclusivas delas. Nas duas situações, as tarefas domésticas são distribuídas também entre os filhos, principalmente os mais velhos. A idéia de que as mulheres têm mais capacidade para realizar tais serviços reforça sua obrigação quase exclusiva e está muito presente na fala das trabalhadoras. A ajuda é importante, mas nem os filhos, nem os companheiros, dão conta de tudo, há atividades que até certo ponto podem ser compartilhadas e outras não.

Quando o meu marido tá em casa, aí ele faz, mas na maioria das vezes eu chego, tenho que fazer a janta. Porque tem minha menina de dez anos, né. Ela quase não

faz nada ainda, porque eu acho que ela tá muito nova ainda. Eu não ponho ela para fazer muita coisa não. Mas acaba ficando para gente mesmo porque aí tem que fazer a janta, tem que chegar, se tiver uma vasilha para lavar, tem lavar, tem lavar vasilha correndo e fazer a janta, (...) acaba ficando para a gente mesmo. Porque aí uma faxina você vai fazer é no dia da sua folga, no dia da sua folga você vai lavar uma roupa, acaba ficando para a mulher mesmo. (...). Porque você trabalhar fora, aí você trabalha um dia e no outro dia você tem que trabalhar em casa, quer dizer, você não descansa nada e no outro dia você já chega cansada do mesmo jeito. Então, é cansativo porque acaba ficando só para gente mesmo. (Marli, Coopersoli)

Entre os homens entrevistados, Evaldo legitima essa idéia de que a responsabilidade maior das tarefas domésticas é da mulher e compartilhada com os filhos. Trata-se de uma atividade que ele realiza, quando “dá na telha”. Por outro lado, Wagner acredita que esse tipo de diferenciação não existe.

De vez em quando me dá na telha de lavar umas vasilhas lá, fazer um almoço, fazer uma janta... Quando a mulher está bem pregada, assim, eu aproveito e faço. Mas lá em casa todo mundo gosta de fazer comida, gosta de lavar prato, então, de vez em quando tem um lá na pia mexendo. Quando não é a menina, é o menino. Quando não é o menino, é o mais velho. Quando não é o mais velho, é eu. Quando não é eu, é a Neide. Só roupa mesmo é muito difícil eu lavar, só quando eu tô muito precisando mesmo é que eu lavo. (Evaldo, Comarp)

Isso não gera dessa forma na minha vida não, porque antes de eu estar com essa pessoa (esposa), eu já morava sozinho, praticamente sozinho. Eu já fazia as minhas coisas que tem que fazer hoje. E hoje a minha vida não segue em termos de ter que esperar de alguém para definir o que vai ser feito ou não. (...) Eu acho que essa divisão de sexo masculino e feminino, eu acho que ela não existe, cara. De certa forma, ela existe na cabeça das pessoas. No pensamento que as pessoas colocam, mas para mim, não é isso não. (Wagner, Coopersoli).

Dessa forma, a divisão do trabalho intrafamiliar entre trabalhadores e trabalhadoras entrevistadas é tímida. É um fato que sobrecarrega as mulheres que enfrentam duplas jornadas em seu cotidiano. Wagner, o mais jovem do grupo, 23 anos, é o único que desconsidera tais diferenças e afirma que, em seu lar, esse tipo de desigualdade não é real.

De forma geral, pode-se afirmar que as trabalhadoras dos empreendimentos da economia solidária têm trajetórias ocupacionais que se iniciam cedo, muitas interrompidas pelo casamento ou pela chegada de filhos. A inserção acontece em tarefas que exigem pouca qualificação, em geral, no emprego doméstico, em que a informalidade tem presença marcante. A rearticulação entre esfera privada e trabalho remunerado ocorre principalmente depois que os filhos crescem. A divisão das tarefas domésticas é uma realidade distante para muitas delas que são as principais responsáveis por tais ações.

3.4 Desemprego e construção de alternativas: a opção pelos empreendimentos econômicos solidários

Os motivos de cada trabalhadora, para estar nos empreendimentos solidários, são diferenciados, fortemente, marcados por suas trajetórias de vida. A vulnerabilidade, vivenciada no excludente mercado de trabalho, representa o primeiro impulso para inserção às alternativas solidárias. Alternativas que, contraditoriamente, representam falta de opção para algumas e esperança de melhora para outras.

Estar nos empreendimentos solidários, por causa do desemprego, está expresso em falas das trabalhadoras e trabalhadores entrevistados. Na impossibilidade de conseguir outro tipo de ocupação, essas pessoas chegam à cooperativa e à associação em busca de trabalho e renda. A inexistência de oportunidades melhores é a razão pela qual muitos estão ali. Os motivos para a difícil inserção no mercado de trabalho são diversos e agrupam um conjunto de desvantagens que impedem o acesso à formalidade. Uma das questões levantadas relaciona-se à idade das trabalhadoras e dos trabalhadores. Ao atingir uma faixa etária acima dos 40 anos, por exemplo, conseguir um emprego torna-se uma tarefa bastante complicada. Além disso, quanto mais velha, principalmente em inserções precárias, sem direito à aposentadoria, os motivos para ser dispensada do trabalho aumentam. O longo período sem emprego e a pouca experiência comprovada representam, também, algumas das causas argumentadas, assim como a baixa escolaridade. Por fim, a maternidade, aspecto fundamental à condição de gênero, impossibilitou a obtenção de empregos fixos e foi responsável pela demissão de uma das trabalhadoras. As narrativas ilustram os motivos:

Ultimamente, você tem esse problema. Se você é novo demais, você não tem experiência. Se você passou dos quarenta, é velho demais. Até quarenta, você ainda vai. Passou dos quarenta, fica difícil, por causa da idade. Como eu já disse, já tenho cinco ponto quatro, então, já é mais difícil. (Maria do Carmo, Comarp)

Fiquei muito tempo afastada e, na hora que eles vão pedir a experiência, a experiência já tá antiga, então, assim, não serve mais. É como se eu não tivesse experiência nenhuma para arrumar um serviço fichado hoje. Aí ficou bem mais difícil, na época, eu procurei, e mesmo que a experiência tava recente, não consegui, tava muito difícil. (Andressa, Coopersoli)

Depois de muitos anos desempregado, a gente mexendo com eletrônica só não tava dando certo e experimentei mexer com reciclagem. De forma que sempre na esperança de que vai melhorar, a gente tá continuando aí até hoje. (Evaldo, Comarp)

Uê, porque depois eu engravidei do Bruninho, né? Arrumei um namorado e acabei engravidando dele. A minha gravidez inteira eu passei mal. Aí, eu tava trabalhando

no motel. Depois que eu ganhei ele, eles me deu férias e quando voltei de férias, eles me mandaram embora. Porque eu tinha menino pequeno. Acho que ia dificultar, entendeu? (Dagmar, Coopersoli)

Mas eu fiquei um bom tempo sem trabalhar, viu? Fiquei uns 10 anos sem trabalhar porque eu não conseguia serviço. Não sei se é por conta do grau de estudo, porque que era, mas eu não conseguia serviço. Fazia inscrição, falava que iam chamar, chamar, mas nunca chamava. Ficava por isso mesmo. (Judith, Coopersoli)

No meu caso, eu não tava achando nada para fazer. Eu tenho pouca leitura. E sempre, sempre, em todo lugar que você vai caçar serviço, eles pede grau de estudo, né? Então, no meu lado foi esse. Foi o lugar que eu achei para ganhar um dinheirinho. A não ser casa de família, às vezes, até casa de família é exigido grau de estudo, né? Mas eu acho que a maioria na reciclagem são esses. A pessoa não tem grau de estudo e é isso aí mesmo. (Maricélia, Comarp)

A percepção do desemprego e da pouca expectativa quanto à inserção no mercado formal pode ser explicitada por meio das reflexões acerca dos impactos da reestruturação produtiva no mundo do trabalho. As mudanças advindas desse processo geraram formas mais flexíveis de contratação e uso da força de trabalho. O resultado é a incidência de maior precarização das condições e direitos dos trabalhadores, sob o modelo da terceirização, subcontratação, entre outros. A adaptação a essa nova dinâmica é permeada pela insegurança. A informalidade deixa de ser uma situação transitória para se tornar permanente, numa constante relação entre formal e informal. Diversas pesquisas apontam para uma forte contradição em relação às conquistas femininas na estrutura produtiva. No que se refere à escolaridade, por exemplo, há a presença de extremos entre trabalhadoras bem qualificadas, que ocupam cargos importantes, e a continuidade de formas precárias de ocupação, sem direitos sociais, nas quais as mulheres estão em maior número. O desemprego não é mais uma condição adversa, mas uma situação permanente (NEVES, 2006). Segundo Lima (2006), é no contexto da flexibilidade que crescem a informalidade e formas atípicas de trabalho como opções ao assalariamento.

Mesmo o “movimento” da economia solidária não reflete exatamente uma movimentação prévia ou de reivindicações coletivas, mas uma alternativa de sistematização de opções de trabalho e renda a partir de formas autogeridas de produção, como resistência ao crescente desemprego e à exclusão social de contingentes cada vez maiores da população. (LIMA, 2006, p. 308)

Muitas pessoas encontram na economia solidária a única opção de trabalho num movimento em que a perda de referenciais é algo preponderante, ou seja, não há mais espaços capazes de admiti-las ou aceitá-las. A opção e a motivação de estar nesses grupos são permeadas pelo sentido de desfiliação, pela certeza de que não há alternativas.

Por outro lado, embora o desemprego seja forte responsável pela inserção nos

empreendimentos solidários, essa não é a única motivação. Trabalhar em condições precárias ou em atividades consideradas sem perspectiva motivou algumas das entrevistadas em optar por uma outra forma de trabalho. A possibilidade do novo é um forte incentivo na procura por mudanças. Essa referência se faz fundamentalmente nas atividades como domésticas que, como descritas em seções anteriores, são vulneráveis. Em muitos casos, expõem as trabalhadoras a situações de exploração, em ações cotidianas, repetitivas e monótonas. Vivenciar uma atividade nova, com relações diferenciadas, implica romper alguns limites, experimentar a esperança de melhorias.

Mas aí depois eu pensei que queria uma coisa diferente na minha vida. Tava cansada de trabalhar na casa dos outros. Por mais, assim, que a maioria das pessoas que fui trabalhar me tratavam bem e tudo, mas pensava assim: eu queria uma coisa nova para mim. (Rosilene, Comarp)

Era uma proposta nova, eu quis investir num negócio que eu acreditava que seria meu. Talvez seria uma boa se eu tivesse investido em uma cooperativa de salgados, mas por eu tá tão cansada de trabalhar com isso, eu queria alguma coisa diferente. (Ivaneide, Comarp)

Tava enjoada porque eu fiquei a vida inteira trabalhando em casa de família, aí enjoiei. (...) Porque eu já tava enjoada de trabalhar, né? De cozinha e tudo... Porque chega em casa tem que repetir tudo de novo. Aqui não. Aqui é diferente. Chegar em casa tem trabalho também, mas é diferente, não é repetitivo, né? (...) Muda um pouco a rotina. (Conceição, Coopersoli)

Outro conjunto de motivações identificado entre as entrevistadas está relacionado a ações propositivas baseadas no empenho das trabalhadoras em construir possibilidades de ocupação. Em um dos empreendimentos estudados, a **Coopersoli**, o difícil acesso das mães ao mercado de trabalho foi responsável pelo empenho de líderes comunitárias em buscar formas alternativas de geração de renda em suas comunidades. Essas mulheres já eram militantes, em seus bairros, em movimentos sociais ligados à questão da moradia, e, portanto, dispunham da confiança de muitos moradores que depositaram esperança em suas propostas. O desemprego, principalmente feminino, no conjunto habitacional em que moravam, foi o principal motivador para a busca de soluções. A percepção de que as mulheres eram mais afetadas no acesso a oportunidades de ocupação é descrita de acordo com as condições impostas pelas relações sociais de gênero. Para elas, a presença de filhos e a falta de equipamentos públicos destinados aos cuidados de crianças pequenas são empecilhos para o trabalho fora de casa. Os empregos disponíveis, nos bairros onde moram, não são atrativos devido aos baixos salários. Trabalhar longe de suas residências, localizadas em bairros de periferia, representa um alto custo com transporte e a disposição de um grande tempo para o deslocamento até o serviço.

Esses são alguns dos fatores que pesam mais para as trabalhadoras. A condição imposta na estrutura familiar obriga a articulação de diversos aspectos considerados como responsabilidades apenas femininas. Até a demora no trajeto de casa ao trabalho pode significar dificuldades, já que isso representa o maior tempo em que os filhos, em muitos casos, ficam sozinhos. Por outro lado, as necessidades materiais também são preponderantes para a sobrevivência das famílias. A renda das mulheres é importante como forma de complementação dos rendimentos ou a única fonte de recursos, sem levar em conta a perspectiva subjetiva no que se refere à autonomia.

As trabalhadoras da **Coopersoli** foram as principais responsáveis pela construção do projeto de geração de trabalho e renda destinado às mães da comunidade. Uma proposta em que a organização comunitária foi fundamental como força propulsora. Essa perspectiva, com vistas aos laços sociais daí decorrentes, baseou-se na solidariedade e cooperação. A inserção em um trabalho mais flexível e próximo de suas casas consiste vantagens comparativas. A condição de responsáveis pelos lares e filhos e o entendimento de que essas dificuldades são comuns entre elas representaram os motivos pelos quais buscaram soluções próximas. A soma de aspectos adequados às mães trabalhadoras, chefes ou não de família, foi fundamental para possibilitar a ocupação das mulheres, desocupadas justamente devido a esse conjunto de fatores.

Foi com a ida minha para o conjunto (habitacional), né? Aí chegou no conjunto a minha vontade de fazer alguma coisa era muito grande, mas eu não sabia o que fazer. Porque é isso que eu tô te falando. A gente sente a necessidade de estar ajudando e não sabe como estar ajudando. Porque se você for trabalhar para o Centro, são dois ônibus que você pega, é passagem e até que você chega... Para quem mora no Barreiro, para trabalhar por aqui não compensa muito o salário, né? E foi aí que eu comecei. Como eu participo do movimento moradia, eu estou sempre dentro com o pessoal. A gente tá sempre discutindo. Foi numa dessas discussões que eu tava dentro da Secretaria de Habitação que surgiu uma menina que já tava começando uma cooperativa mexendo com reciclagem. Eu achei interessante. (Silvana, Coopersoli)

Depois que os filhos cresceram, aí que surgiu a idéia da gente trabalhar (...). O emprego tava meio difícil, eu com filho, seria mais difícil em manter direto trabalhando. Os filhos ficariam mais abandonados. Optei por nós montarmos uma cooperativa de reciclagem, igual hoje eu estou nela. Porque era mais a gente trabalhar, porque carteira assinada a gente tem que cumprir o horário certinho, e se a gente não cumprir o horário, a gente é mandado embora. Aqui a gente conversa com as pessoas. Elas entende o problema da gente. É mais fácil para quem é mãe de família, né? Para assim, ao mesmo tempo trabalhar e cuidar dos filhos. Aí estou aqui tem três anos já. (Lúcia Helena, Coopersoli)

Eu saí da Maxisum e fiquei perturbada de novo porque meus filhos continuavam desempregados e eu sem saber o que fazer, porque eu não tinha outra fonte de renda. Quando sentava na rua, levantava todo dia de manhã aquele monte de mulher sentada na rua. Eu falei: a gente tem que inventar alguma coisa nesse trem aqui, né? Fazer alguma coisa, porque a gente não teve um pós-morar, então ninguém fazia

nada mesmo. Aí a gente soube de um outro trabalho que um outro grupo que também era um conjunto habitacional da prefeitura tava fazendo. Um trabalho com pet (garrafas de refrigerante), cortando vassoura pet para Cherumbino. Aí nós fomos lá e ficamos conhecendo. (Neli, Coopersoli)

A proposta do trabalho com a reciclagem surgiu também da própria rede da qual as trabalhadoras faziam parte. Experiências de outros conjuntos habitacionais foram exemplos significativos para o início das atividades. Inseridas no movimento pró-moradia, essas líderes tiveram oportunidade de trocar informações e de participar de espaços de discussão a respeito das dificuldades enfrentadas em suas comunidades. O desemprego, tanto de homens quanto de mulheres, significava um dos maiores desafios. As iniciativas em outros locais foram os principais exemplos para o início do projeto de geração de renda. Por meio de redes de contatos e articulações, fortemente presentes, devido a trajetórias de militância anteriores a economia solidária, essas mulheres descobriram formas possíveis de trabalho. Nesse sentido, ressalta-se a organização comunitária como capaz de articular atores sociais na consolidação de soluções locais. São as líderes, portanto, as responsáveis pela mobilização dos integrantes que compõem os empreendimentos.

Guérin (2005) ressalta que tais experiências podem ser interpretadas a partir da noção de **justiça de proximidade e mediação**, pois são capazes de atenuar as insuficiências de uma justiça centralizada, padronizada e assexuada.

Devido ao seu conhecimento profundo das realidades locais, devido às relações de confiança e de proximidade que elas têm com os habitantes, que são antes de tudo seus vizinhos, as mulheres estão, no final das contas, mais bem localizadas para identificar os problemas mais gritantes, localizar famílias às vezes desconhecidas dos serviços públicos locais. Falar a mesma língua, compartilhar as mesmas preocupações e intervir em um tempo não-oficial fazem delas interlocutoras privilegiadas. Localizar as dificuldades permiti-lhes mobilizar-se para aliviar as desigualdades constatadas nos diversos domínios: segurança alimentar, educação, saúde, justiça, moradia ou ainda acesso ao crédito. (GUÉRIN, 2005, p. 148)

No caso da **Comarp**, embora a iniciativa de criar um grupo de reciclagem fosse de origem da prefeitura, ou seja, tratava-se de um projeto já estruturado, em que as mulheres ou homens, não havia distinção, fizessem parte, de acordo com as exigências realizadas pelo poder municipal. Mesmo com a proposta pronta, as articulações comunitárias foram realizadas a partir das líderes femininas, que buscaram envolver e despertar em outras trabalhadoras a idéia de que uma associação pudesse dar certo e gerar trabalho e renda. A intensidade do envolvimento, dessas mobilizadoras com a comunidade, foi variada entre os dois grupos, mas as redes locais foram fundamentais para a construção desses

empreendimentos.

Aí eles (Prefeitura) panfletaram, panfletaram... Eles tava querendo formar uma cooperativa de material reciclado. Aí nós viemos. Eu só sei que começou a reunião e eles ficava muito indefinido. Depois eu perguntei para a Tininha (técnica da prefeitura), quantas pessoas que precisa para começar esse negócio? Ela falou assim “cinco pessoas”. Então tá, vamos arrumar essas pessoas, vou conversar com elas. (Ivaneide, Comarp)

Não se pode deixar de destacar também que alguns dos integrantes dos empreendimentos solidários já realizavam a atividade de reciclagem, pela “catação”, nas ruas da própria comunidade. Dessa forma, muitas dessas pessoas foram convidadas a participar dos grupos por já desenvolverem essa ação. A opção por estar em uma associação ou cooperativa significou, para aqueles que desenvolviam a atividade, melhorias em alguma medida.

Nesse sentido, o conhecimento acerca do trabalho da economia solidária, a construção dos grupos e a integração nos empreendimentos ocorreram de três formas. A primeira por meio de líderes comunitárias ou de vizinhos que convidaram pessoas a participarem dos projetos. A segunda pelo poder público que, desde início, apoiou as iniciativas e foi responsável também por mobilizar algumas pessoas das comunidades, em geral, usuárias de equipamentos públicos ou beneficiárias de políticas assistenciais. A terceira através de arranjos familiares como elos fundamentais para a inserção nos grupos, ou seja, há maridos e esposas, filhos e mães, tias e sobrinhos, primas, que fazem parte dessas organizações.

Essas inter-relações podem demonstrar, em princípio, que os critérios de seleção para compor os empreendimentos estão ancorados em outra lógica diferente do mercado de trabalho. Nela, há uma maior preocupação com a pessoa e suas necessidades, do que com sua capacidade de ser eficiente ou eficaz em uma determinada ocupação. É possível estar na associação ou na cooperativa como analfabeto, tendo filhos e sendo idoso, mesmo que isso seja fonte de conflitos. O que se busca afirmar é que há uma outra racionalidade presente na forma de inserção nesses grupos que não pode ser desconsiderada nas análises que se façam sobre qualquer dimensão do trabalho associado. As relações familiares e de vizinhança, por exemplo, representam laços sociais diferenciados, que resultam em situações altamente complexas no que se refere ao trabalho e sua organização, ainda mais quando se pressupõe autogestão. A motivação pela qual Maria Helena, aposentada, trabalha na cooperativa, ilustra o argumento:

Fui mais para levar o Rogério (seu filho) porque ele ficava muito desempregado, né? Tem cinco filhos, aí eu fui para levar ele e acabou eu ficando também. Fui ficando e tô aí até agora mexendo aí. (Maria Helena, Coopersoli)

Conclui-se que as motivações para a inserção dos trabalhadores e trabalhadoras nos empreendimentos da economia solidária são diversas e complexas. Não se pode limitá-las a situações únicas, embora seja possível destacar alguns conjuntos de motivos comuns. Um deles relaciona-se a uma ação negativa, em que a inserção na associação ou cooperativa representa um sentido de incapacidade, na medida em que o desemprego é algo que representa uma perda fundamental suprida por um paliativo. De outra forma, o trabalho associado pode significar a possibilidade de crescimento, em uma visão positiva e carregada de esperança. E, em última instância, pode representar uma reação às desigualdades impostas pelo mercado de trabalho, o que significa uma ação positiva e propositiva, em que se busca o crescimento coletivo e comunitário.

4 RECICLAGEM, ECONOMIA SOLIDÁRIA E GÊNERO

As formas de organização que compõem a economia solidária são abrangentes, assim como as motivações para a criação dessas experiências. No Brasil, pode-se afirmar que a forte desigualdade e a exclusão do mercado de trabalho são fatores importantes para consolidação de iniciativas autogestionárias. As várias abordagens sobre o tema apresentam reflexões diferenciadas que remetem a processos de luta dos operários, no fim do século XIX, na Europa, e também à economia dos setores populares na América Latina. O aspecto de heterogeneidade das concepções consiste num rico ambiente para a análise da condição do trabalho, no mundo contemporâneo, sob perspectiva de debates teóricos que buscam descrever, sistematizar e projetar as formas alternativas de produção presentes em várias realidades.

Embora as elaborações sejam diversas e, em alguns pontos, distintas, adota-se, nessa pesquisa, o referencial de Gaiger (2004) acerca dos **empreendimentos econômicos solidários** como unidades produtivas centrais na composição da economia solidária. Na concepção do autor, que obteve ajuda de um grupo de pesquisadores da área, espera-se que um conjunto de características ideais esteja presente nas organizações. Esses princípios norteadores para análise das experiências compreendem: **autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social**. A caracterização dos empreendimentos contribui, principalmente, para o entendimento das relações de trabalho, nas iniciativas solidárias. Não é objetivo dessa pesquisa analisar a efetividade dos princípios na prática, mas pressupô-las como um exercício dinâmico. Com base nessa definição, sistematizam-se as vivências das trabalhadoras, na economia solidária, pela perspectiva de Guérin (2005) que descreve as experiências como espaços intermediários entre privado/doméstico e a vida pública/monetária e o não monetária. Os empreendimentos, nesse sentido, desempenham o papel de **justiça de proximidade**, essencial para o enfrentamento do caráter multidimensional da pobreza; **espaços de diálogo**, reflexão e de deliberações coletivas, como forma de acesso à fala pública; e **revalorização das práticas recíprocas**.

As iniciativas da economia solidária estão presentes em diversos setores da sociedade, e muitas pesquisas chamam atenção para essa multiplicidade de atuação. Os empreendimentos solidários podem atuar no setor de confecção, metalúrgico, alimentício, agrícola e, de uns tempos para cá, na reciclagem. O trabalho autogestionário na reciclagem, principalmente o

que envolve a ponta dessa cadeia produtiva, é a experiência analisada nessa pesquisa. Dessa forma, articulam-se, na próxima seção, fatores relacionais de gênero a atuação no setor.

4.1 O trabalho na reciclagem e o cuidado com o meio ambiente

Sob a bandeira da preservação do meio ambiente, a reciclagem ganha espaço nos debates públicos e visibilidade na sociedade. A preocupação com o futuro do planeta compreende várias dimensões e, entre elas, o reaproveitamento do lixo envolve ações cotidianas e simples. O envolvimento da população é central para intervenções mais incisivas e duradouras, embora iniciativas nesse âmbito ainda sejam tímidas. Há de se considerar que o apelo do discurso ecológico ganha força e ressalta sentidos positivos em torno do tema. O pano de fundo do movimento parece claro e envolve diversos atores sociais, tais como poder público, empresários e trabalhadores informais.

Freitas (2005) destaca que, no contexto global, a atividade da reciclagem pode compreender dois pólos distintos. Em um lado, as empresas recicladoras que têm lucros exorbitantes e, do outro, os catadores de papel. Trabalhadores sem capital, que desenvolvem ações à margem da lei.

Catar papel e outros recicláveis é uma das atividades mais aviltantes e que mais sofrem a exploração da mão-de-obra. O grosso dos ganhos advindos da comercialização dos produtos recicláveis, coletados cotidianamente nas ruas e lixões das cidades, é detido por intermediários e pelas indústrias recicladoras, nesta rede, os catadores situam-se à margem, não apenas do ponto de vista econômico mas também social. (FREITAS, 2005, p. 283)

A figura do catador de papel que separa nas lixeiras das ruas materiais para serem vendidos, assim como as cooperativas e associações de catadores, crescem diariamente motivados pelo desemprego e pelo aumento da informalidade. As grandes indústrias de beneficiamento de alta tecnologia são capazes de processar e produzir diversos tipos de materiais como alumínio, plástico, papel, entre outros. Somam-se a essas intervenções, as políticas e programas de governo que motivam a coleta seletiva em residências e em empresas, o que é realidade em muitas cidades do país. Não é interesse da pesquisa aprofundar as questões relacionadas à toda a arquitetura econômica, social e ideológica

envolvidas na reciclagem, mas focar uma dessas dimensões, a dos trabalhadores que são responsáveis pela primeira etapa dessa cadeia.

Os catadores de papel são trabalhadores que sobrevivem de recolher materiais recicláveis em lixeiras. Com ajuda de carrinhos ou sacos, eles garimpam, nas ruas da cidade, o que pode ser aproveitado e vendido. A atividade exige grande esforço físico, pois eles chegam a recolher centenas de quilos em um só dia. Com a crescente exclusão do mercado de trabalho e a queda dos rendimentos de muitas famílias em situação de pobreza, a catação passa a ser uma alternativa à renda, um trabalho autônomo, flexível e com baixa remuneração.

A tentativa de organizar os trabalhadores da reciclagem, em empreendimentos solidários, cooperativas e associações, tem sido uma tendência para fortalecer o setor e valorizá-lo. O incentivo vem de entidades da sociedade civil, como movimentos ligados à Igreja, ong's, e também ao poder público, principalmente, o municipal. Em Belo Horizonte, essa ação se consolida baseada na visibilidade de iniciativas que agregam grande número de pessoas e em espaços de discussão sobre o tema. O Fórum Municipal Lixo e Cidadania reúne esses atores em prol de políticas públicas de incentivo ao trabalho e à mobilização dos envolvidos com a reciclagem. Esse espaço representa uma instância de negociações e acordos em torno de questões diretamente relacionadas aos grupos solidários e às políticas públicas para o setor. O fórum tem representação estadual e nacional, o que compreende um movimento com grande abrangência. Os principais empreendimentos beneficiados pela coleta seletiva do município e grupos que não têm esse apoio participam dessa instância. Entre os participantes, estão **Comarp** e **Coopersoli**, principais referências para esse trabalho.

Os dois empreendimentos solidários recebem apoio de diversas entidades e da Prefeitura de Belo Horizonte. Os empreendimentos não se caracterizam pela mobilização de catadores autônomos, mas pela iniciativa comunitária de pessoas com trajetórias ocupacionais diversas. No geral, os trabalhadores e trabalhadoras que compõem os grupos não desenvolviam ações de reciclagem anteriormente à inserção nas iniciativas.

Comarp e **Coopersoli** recebem o material da coleta seletiva recolhido na cidade: uma lei municipal prioriza a doação a cooperativas e a associações. De acordo com essa medida, os recicláveis, recolhidos em residências e empresas, são destinados aos empreendimentos. O material chega à associação e à cooperativa em grandes sacos, denominados de *bag* (do inglês saco, bolsa), ou em compartimentos de um caminhão adaptado. Os trabalhadores e trabalhadoras dos grupos têm como função separar cada material reciclável, como por exemplo, o papel branco, o papel misto, a embalagem de refrigerante descartável (pet), o plástico duro e assim por diante. A chamada triagem é fundamental no processo de produção.

Separado, o material é vendido por valores determinados pelos compradores de acordo com cada item.



Figura 1: Espaço de trabalho da Comarp



Figura 2: Galpão de reciclagem da Coopersoli

Na associação **Comarp**, os integrantes apenas separam, pesam e vendem, já na cooperativa, **Coopersoli** o material também é prensado, o que determina um maior valor agregado ao produto. A cooperativa se utiliza de uma máquina (prensa) para realizar seu processo de trabalho, enquanto, na associação, a estrutura produtiva é mais simples. Em síntese, o trabalho de reciclagem, nesses grupos, compreende basicamente separar os recicláveis, além, é claro, das atividades de gestão financeira e administrativa. A ocupação exige a capacidade de identificar materiais e de separá-los, o que é relativamente simples. Entretanto, a percepção, em princípio, de “mexer com o lixo” parece representar um valor negativo relacionado ao trabalho.

A visão a respeito da reciclagem não engloba apenas sentidos positivos. O catador de papel, um dos agentes que têm bastante visibilidade em todo o processo, ainda é visto de forma estigmatizante, em geral, relacionado à idéia de perda de dignidade.

Um dos atributos mais evidentes dessa desvalorização é a acusação sob qual vivem esses trabalhadores. Estigmatizados de vagabundos, esses indivíduos carregam, além do pesado fardo da privação dos meios básicos de sobrevivência, o peso de uma ideologia que explica a sua inferioridade em relação aos bem sucedidos da sociedade. (FREITAS, 2005, p. 22)

A entrada na associação e na cooperativa, em princípio, representou para muitos entrevistados um sentimento de rebaixamento e de vergonha. A percepção acerca do catador de papel, indivíduo relacionado a processos de exclusão social, foi preponderante nas construções de um imaginário repleto de pontos negativos. Inseridas anteriormente em outras ocupações, como domésticas, vendedoras, balconistas, cozinheiras, trabalhar com a reciclagem significou a idéia de perda. As próprias famílias demonstraram incômodo com essa nova realidade. O início do trabalho nos empreendimentos, principalmente para aqueles que nunca haviam desenvolvido ações no setor, foi marcado pelo sentido da desqualificação.

Quando eu entrei, não conhecia e, inicialmente, não gostei. Nosso Deus! Eu vou ter que ficar trabalhando no meio do lixo? Assim, foi uma coisa que eu nunca tive contato, trabalhar no meio de reciclagem. Então, no início foi difícil, não foi fácil não. Ainda tinha coleta na rua e era terrível, porque a gente saía na rua catando e os outros vendo. A gente, no início, ficava envergonhada, até escondia assim se viesse alguém conhecido, mas com o tempo, a gente acostuma com tudo. Com o tempo, eu fui acostumando até com a coleta. Já não tinha tanta vergonha, para mim já tava tudo normal. (Andressa, Coopersoli)

Na minha cabeça eu via os outros catando, tinha muita dó. Achava que aquilo era muito difícil. Quando eu tava saindo do restaurante, às quatro horas da manhã, e via o povo catando, achava degradante a pessoa puxando o carrinho, enfiando a mão ali nas coisas. Eu achava degradante. Só que hoje eu não tenho vergonha. Eu cheguei a uma conclusão: qualquer serviço é respeitado. (...) A gente não pode ter preconceito, senão, é claro que os outros vão ter. (...) No princípio eu tinha um pouco de

preconceito. Achava que o serviço era muito difícil. Hoje em dia não. (...) Eu achava revoltante. ‘Gente, eu tenho uma profissão, sei trabalhar e tô aqui mexendo com o lixo?’ Se eu não tivesse uma, mas eu era capacitada para outras coisas e não achava. Não adiantou nada trabalhar esses anos de carteira assinada, não conseguia serviço na minha área. (Maria do Carmo, Comarp)

Muitas pessoas lá fora não vê que isso é bom. Às vezes vê a gente e fica marginalizando, acha que a gente é uma pessoa qualquer, quando você passa para pegar um material e você abre um saco de lixo. (Rosilene, Comarp)

Por outro lado, é no cotidiano do trabalho que novos valores a respeito da reciclagem são construídos. Ao longo do processo de produção e das capacitações promovidas por entidades e pelo poder público, trabalhadores e trabalhadoras reconhecem a atividade de triagem como algo simples. Além disso, alteram suas percepções sobre o sentido da ação desenvolvida, que deixa de ser vergonhosa e passa a ser repleta de pontos positivos. Na fala de algumas entrevistadas, a triagem representa uma terapia, uma forma de “descansar a cabeça”, apesar da exigência de grande esforço físico em alguns momentos. O significado do trabalho, implícito na noção de preservação, cuidado e ajuda ao meio ambiente, é reconhecido como fundamental para a sociedade. Mais do que o acesso a trabalho e à renda, há a possibilidade de contribuir para a conservação do planeta.

Na verdade, quando eu iniciei o trabalho, não tinha noção do que significava isso. Eu achava que era só triar. Triar, vender e ganhar. Mas com o passar do tempo, para mim se tornou importante. Quando eu venho lá de casa e vejo aquelas caixinhas de papelão na rua, que não posso trazer, me dá dó de largar pra trás. Uma dó porque esse é um trabalho importante demais. Porque diz que o aterro sanitário já tá lotado, numa situação melindrosa. Então, hoje em dia a reciclagem é tudo para mim, é ouro. Além de você ganhar o dinheirinho através disso, tá ajudando o meio ambiente, cuidando do meio ambiente. Para mim, é super importante. (Maricélia, Comarp)

No início eu fiquei um pouquinho assustada, mas depois que fui pegando o serviço, fui gostando de trabalhar. Eu não acho ruim mais. Eu acho que é um aprendizado, porque mesmo que você veja o povo falar: “ah, mexe com lixo!”, você vai aprendendo as coisas. Eu acho que não tem nada demais. É bom mexer com a reciclagem, eu gosto. O meu marido até fala: “Ah Marli, você podia arranjar um outro serviço. Tal firma tá fichando”. Eu falo que vou, mas parece que... sei lá. Eu já tô acostumada aqui, já gosto de fazer esse trabalho. (Marli, Coopersoli)

Eu acho ótimo porque tenho a minha renda, o meu dinheirinho que posso contar e a gente tá conservando também o meio ambiente, né? Já conseguimos conscientizar muita gente para não jogar o lixo na rua, deixar separado... Então, foi muito importante. (Judith, Coopersoli)

No início, quando eu pensava nesse material, pensava que era uma coisa nojenta. Tudo que resolvo fazer, eu faço. Mas eu pensava que ia ter dificuldade. Quando via na reunião que a Anita ficava com aquele negócio assim “ai, porque é uma terapia”, eu achava a maior falsidade, conversa fiada. Hoje não. Hoje eu dou outra importância para isso. Inclusive o meu filho está desempregado e acredito que ele vai fazer experiência com a gente. A consciência que eu tenho hoje e converso com ele é totalmente diferente. Hoje eu tenho de verdade mais prazer de tá na triagem do

que está no escritório. Eu acho que eu já tô com a cabeça tão cansada, que começo a fazer conta, números e um monte de coisa, então... na triagem você não cansa a sua cabeça. Na triagem você cansa o seu corpo. (...). Hoje eu gosto de verdade de uma coisa que pensei que jamais ia gostar. (Ivaneide, Comarp)

A atividade na reciclagem ganha novos significados. O discurso ecológico está presente em todo o cotidiano da produção e proporciona um valor subjetivo à ação realizada. Ampliam-se os horizontes de intervenção das trabalhadoras. Do cuidado de uma casa, presente na ocupação de doméstica, as mulheres passam a cuidar do planeta. As ações têm visibilidade pública e envolvem diferentes atores da sociedade, o que implica diretamente na contribuição para uma causa comum. O bem comunitário fica explícito na conscientização de vizinhos e parentes. Embora a atividade dos empreendimentos solidários esteja situada na primeira etapa da cadeia produtiva e, talvez, a mais sacrificante, há simbolicamente um conjunto de sentidos revalorizadores do trabalho.

Não conhecia a reciclagem até ficar desempregada e começar a fazer a coleta do PET. A gente via o catador, via os depósitos e olhava como o coitado. O coitadinho que ia lá vender o lixo dele. Depois que eu vim para cá, não gosto nem que fala lixo mais. Hoje eu falo é o reciclado. Hoje eu também vejo que não era o coitadinho. A gente trabalha como qualquer outro, com um pouco de desigualdade, pouco não, muita desigualdade. Mas a gente corre atrás e trabalha, tá gerando o nosso próprio sustento através do reciclado que é uma coisa nova até hoje, mesmo tendo o catador. Porque o catador não é de hoje. (...) A gente tá ajudando muito o meio ambiente. Por mais que as pessoas falem que não, a gente vê o bem que a gente faz nos bairros que a gente passa e faz a coleta. O que fica de material orgânico que é levado pro aterro é o mínimo. (Neli, Coopersoli)

Às vezes, as pessoas chegam aqui e falam assim: “olha lá um depósito de lixo!”. Mas tem que ficar claro que aqui não é um depósito de lixo. Aqui é um depósito de reciclagem! Hoje a gente tem que aprender a falar os tipos de material que existe, porque nem tudo é lixo. (...) A gente dá nome a uma matéria que até então a gente achou que era lixo. Hoje a matéria-prima que nós trabalhamos não é o lixo, é o resíduo sólido que traz problema para a sociedade. (...) A gente ainda tem que trabalhar muito para a nossa sociedade chegar a esse ponto de tá vendo que não é isso mais. Se hoje você for ver o que é o lixo, realmente, o lixo é muito pouco, pois tudo é aproveitado. Nós estamos contribuindo para muita coisa. Primeiro para o nosso planeta, para o nosso viver, para o nosso ar, para muita coisa. É muito interessante o que nós estamos fazendo para esse mundo nosso que tá vindo aí, para esse futuro que tá vindo. Nós estamos contribuindo para que o futuro venha mais saudável. Mais do que isso, nós estamos acordando prá isso. Nós estamos começando agora. (Silvana, Coopersoli)

O contexto de inserção das trabalhadoras se amplia, pois elas são notadas pelo que fazem e, em alguma medida, sentem-se reconhecidas. O caráter da visibilidade pública, ancorado em uma ação de bem comum, pode representar uma outra perspectiva sobre as possíveis contribuições sociais. Ao realizar uma atividade capaz de reunir aspectos como

visibilidade e relevância, muitas passam por processos de revisão de identidades, auto-estima e atuação. A percepção sobre suas vidas ganha novos sentidos.

Minha auto-estima elevou, porque eu acho que é um trabalho que ainda tô aprendendo. A gente cuida do meio ambiente, porque quando a gente pensa assim: ‘Pôxa vida, esse material é tão baratinho, que a gente podia jogar fora porque isso não vale nada’. Mas é ruim para o nosso meio ambiente, tá poluindo nossos rios, enchendo o aterro de material. E tudo isso sai do bolso da gente também, porque a gente paga imposto. (Rosilene, Comarp)

E você vê também a importância disso, sabe? A importância de tá tirando esse material, de tá aproveitando esse material. Aí você começa participar de curso, de reunião, palestra e começa a conscientizar do que você tá fazendo. Da importância do que você tá fazendo, aí você começa a valorizar mais o seu trabalho. (...) Nós estamos evitando todo mundo morrer afogado. **Nós estamos salvando o mundo.** Quanto material que podia tá sendo jogado nos bueiros? Nem meus bisnetos ia tá aqui para ver esse material se dissolver. E a gente tá conseguindo retornar isso. Reaproveitar esse material, evitando corte de árvores, evitando exploração de minério para fazer vidro e um tanto de coisa. Então, mesmo a gente conscientizando a população disso, da importância de tá... porque eu mesmo não tinha essa consciência na minha casa, de fazer a separação de material. Então, hoje eu percebo que tava me suicidando. Eu tava me matando. (...) Hoje a gente sabe da importância de dá uma destinação correta, ecologicamente correta para o material. (Ivaneide, Comarp)

É possível perceber que, para as entrevistadas, o trabalho, na reciclagem, apresenta perspectivas de positividade, enquanto essa idéia não aparece nas narrativas masculinas. Dos três entrevistados, nenhum deles cita aspectos sobre a atividade em específico. A importância comunitária e de preservação do meio ambiente vincula-se à noção de cuidado. Parte dessa percepção distinta pode relacionar-se às relações sociais de gênero em que se destaca o debate sobre divisão sexual do trabalho, cuja premissa principal é diferenciação de tarefas realizadas por homens e mulheres. Em geral, as atividades domésticas e de reprodução estão sob a responsabilidade feminina. Simbolicamente, a reciclagem se traduz na necessidade do cuidado com o planeta.

Nesse sentido, a apropriação do discurso ecológico e seus argumentos estão fortemente presentes nas narrativas das trabalhadoras. Nos empreendimentos, elas buscam resignificar as atividades que realizam, ao valorizar os aspectos imateriais e subjetivos relacionados a ganhos não monetários (a preservação do mundo), assim como fazem em seus lares, ao serem as principais responsáveis pelos cuidados da família. A diferença fundamental é que, ao contrário das tarefas domésticas, invisíveis e fechadas à esfera privada, a reciclagem ganha *status* público, de forte reconhecimento social. A possibilidade de acesso a outros espaços se amplia e é por meio do trabalho que elas aumentam sua capacidade de ação no mundo.

4.2 Limites e possibilidades no trabalho em empreendimentos econômicos solidários

A organização dos empreendimentos econômicos solidários tem como um dos principais pressupostos a autogestão. As relações de trabalho mais igualitárias, nas quais trabalhadores e trabalhadoras têm acesso à tomada de decisões, é um pilares para a consolidação de iniciativas da economia solidária. O caráter da gestão compartilhada representa novas responsabilidades e grandes desafios. Outros aspectos norteadores, conforme descreve Gaiger (2004), buscam também ser visualizados nas experiências associativas. Os princípios da democracia e da participação, por exemplo, reforçam o argumento de que a inserção, nos grupos, depende de um exercício diário de comprometimento com o projeto coletivo. Aliado a isso, ressaltam-se ainda as bases do igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social como importantes ao funcionamento dos empreendimentos. Essas questões, em geral, exigem mudanças de posicionamento nas atividades produtivas. O desejo de ver internalizado tais princípios, nas cooperativas e nas associações, não se traduz, necessariamente, na efetivação desses valores na prática, mas representa um processo dinâmico de experimentação e questionamentos.

A inserção das mulheres, em espaços cujos elementos guias ressaltam características democráticas e autogestionárias, remete a reflexões sobre as desigualdades sociais de gênero. Em tese, as vivências mais igualitárias, base da economia solidária, podem representar caminhos para autonomia feminina. Cabe salientar, no entanto, que tais trajetórias são experimentadas sob as marcas de antagonismos. Ao mesmo tempo em que há possibilidades, há também a materialização de limites, dificuldades e sofrimentos. É importante destacar que a motivação para a busca do trabalho, nos empreendimentos, dá pistas sobre a apropriação do projeto coletivo. Enquanto há trabalhadoras mobilizadas por incapacidades e por perdas, outras são envolvidas por ações ativas e propositivas. Esses são aspectos que influenciam na percepção sobre as potencialidades ou não da integração nas organizações associativas. Nesse sentido, o objetivo dessa seção é analisar tais processos. O principal gancho para a reflexão consiste na avaliação das diferenças entre as ocupações anteriores e o trabalho na economia solidária vividos pelos integrantes da **Comarp** e da **Coopersoli**. A busca é por apreender novos sentidos ou dificuldades percebidos pelos entrevistados e pelas entrevistadas por meio da ação cotidiana.

Em princípio, um dos pontos que aparece com destaque nas falas de trabalhadores e trabalhadoras refere-se à idéia de que a participação na associação e na cooperativa significa a experiência de “não ter patrão”. O fato de não haver uma pessoa que toma decisões e é capaz de impor suas vontades sobre o coletivo é bastante valorizado pelas entrevistadas. A centralidade do comando, que pode pressupor autoritarismo e injustiça, difere-se do ambiente autogestionário em que todos têm a oportunidade de participar. A possibilidade de diálogo e de compreensão se amplia devido, por exemplo, à facilidade de acesso à diretoria. As relações mais horizontalizadas contribuem para a superação de limites pessoais. Algumas trabalhadoras passam a se compreender como agentes capazes de, em alguma medida, reivindicar, reclamar, participar.

Tem muita diferença e grande, porque quando trabalhava fichado, a gente tinha um patrão, tinha encarregado, então, é muito diferente. Hoje para nós não, hoje nós mesmos somos donos do nosso próprio negócio. Nós não temos patrão, porém, temos presidente, que nós respeitamos demais, o vice-presidente... então, a nossa diferença é essa. (...) A gente não tinha aquela coragem de chegar perto do patrão para conversar. Hoje a gente tem coragem de chegar perto da vice-presidente ou do presidente para conversar, então, a diferença é muito grande. (Judith, Coopersoli)

É que o outro lá tinha patrão que mandava em tudo e a gente obedecia. Aqui não, aqui a gente mesmo é que dá as ordens, a gente mesmo vai para o material, eu vou fazer isso e tal. É claro que tem que ter uma coordenação para pegar, senão vira tumulto, mas dá uma diferença, porque você é dono daquilo ali. (...) Aí não tem aquela coisa de “ah, eu que mando, você não manda, você tem que obedecer”, aqui não tem disso não. Eu acho que a diferença é essa. (Marli, Coopersoli)

Pela casa dos outros que eu já trabalhei, é tudo totalmente diferente, né? Aqui você tem o livre arbítrio de tá falando. Se você não gostou, se seu companheiro fez alguma coisa que não gostou, você pode tá falando. Não é aquela coisa de você viver submissa. A pessoa que tá te pagando e você tem que ficar submissa ali, né? Você pode ter feito direito ele tá “não, faz isso”, ou então conviver com aquela cara fechada, com aquelas indiretas. Isso é uma coisa que aborrece muito o ser humano. Só porque você tá sendo paga para fazer aquilo, a pessoa pode te humilhar, te pisar. Eu já passei muito por isso. Então, há uma diferença muito grande em tá lá fora como diarista e tá na Coopersoli, sendo dona do meu próprio empreendimento. (Luzia, Coopersoli)

Eu acho interessante, porque, nas empresas, você não participa de nada. Você faz seu serviço e vai embora para casa. Aqui não. Aqui você participa de tudo. Eu acho muito importante essa participação da gente, nas decisões, em tudo que tem que fazer. Melhor do que em firma. Lá você faz seu serviço e não tem nada com isso, com o resto. E a cooperativa não, você tem que dar seu palpite. Você tem que dar sua opinião, mesmo que ela não é aceita, mas você tem direito de dar sua opinião. Falar o que você tá pensando. Então, isso é importante. Coisa que em uma firma, num lugar de firma, eles não te dão essa oportunidade de fazer. (Elis Regina, Coopersoli)

Os outros trabalhos, a gente não tinha muita liberdade de fazer as coisas que você queria fazer. Porque na verdade você era empregado, né? Empregado, então, você tinha que fazer aquilo que os meus patrões queriam. Aqui não. A gente tem a autogestão, porque nós somos donos. Então, a gente tem a facilidade de discutir as coisas e resolver junto. Não é uma pessoa só que decide. A gente pode colocar as

nossas idéias de acordo com que a maioria resolver, a gente acata. Nem sempre a maioria, eu acho, que é o que deveria ser, mas a gente acata, porque foi assim que a gente resolveu. (Rosilene, Comarp)

A diferença daqui da cooperativa é porque aqui eu sou dona do negócio, né? Aí é diferente. Ninguém manda, é tudo conversado. Se deu errado, a gente conversa. Vê onde está o errado para todo mundo se organizar. Não tem ninguém mandando. (Lúcia Helena, Coopersoli)

Mas se você for olhar bem é até melhor, porque quando você tá trabalhando na casa de uma pessoa, você tem aquela pessoa ali para tá te controlando, para tá te cobrando e na cooperativa tem cobrança, mas no geral. Aqui todo mundo resolve as coisas, todo mundo decide, então, a gente é menos pressionado do que trabalhar para um patrão. Essa parte também é boa, porque a gente se sente mais a vontade, consegue trabalhar melhor. É horrível você trabalhar com alguém em cima o tempo todo. (Andressa, Coopersoli)

As mulheres podem vivenciar espaços mais democráticos de convivência e muitas delas reconhecem ser um ambiente importante para suas conquistas pessoais, porque exercitam cotidianamente a participação. Estar nos empreendimentos é diferente de ser empregada numa empresa tradicional. A inserção, nos grupos, proporciona o sentimento de pertencer a atividades produtivas mais autônomas e menos submissas. Significa fazer parte de um projeto em construção com perspectivas de ampliação. A comparação com suas próprias casas é algo que pode demonstrar, por exemplo, a forma de apropriação das relações nos empreendimentos, ou seja, locais em que elas conseguem ter comando e poder. Não é necessário se submeter a alguém, mas exercitar a expressão de suas opiniões, o que possibilita a vivência de liberdade no espaço laboral.

É muito diferente, porque aqui é como se fosse a casa da gente. É como se fosse uma casa. A casa, assim, que a gente tem liberdade. Tem liberdade, mas a gente sabe até onde a gente vai, né? Por outro lado, é uma coisa da gente, como se diz, todo mundo tem direito a tudo. Não é que um é mais que o outro. Nós considera todos iguais. Não é porque é financeiro é mais alto que o outro, não. São todos iguais. Isso aí é que me apegou mais a reciclagem. Porque, em casa de família, você se considera como baixa. Eu me considerava bem baixinha, porque lá tem o patrão e a patroa. Aqui não. Aqui eu adorei. (Maricélia, Comarp)

Eu falo isso aqui direto para todo mundo. Aqui dentro é como se fosse a sua casa, então do mesmo jeito que você faz na sua casa, você faz aqui dentro do empreendimento. É o que a gente tenta fazer. (Neli, Coopersoli)

Na visão dos homens entrevistados, as diferenças entre empreendimentos solidários e empresas abarcam sentidos distintos dos expostos pelas mulheres. A autogestão e a participação, por exemplo, não são ressaltados. A centralidade da argumentação perpassa por aspectos muito mais racionais do que subjetivos. A diminuição da renda e a perda de

benefícios do trabalho são preponderantes. Para alguns, estar em um grupo que pressupõe a gestão compartilhada não implica aspectos positivos.

Não tem nem comparação, né? Porque o serviço anterior era assalariado, bem remunerado, carteira assinada, etc. Muito privilégio, né? (...) De forma que não pode comparar com isso aqui não. Lá eu tinha mais fartura do que agora. Eu tinha carro, tinha casa, aluguel, tinha muita coisa boa. Hoje eu tenho o que é meu, mas eu não tenho como continuar, porque não ganho suficiente para isso. (Evaldo, Comarp)

Diferença quase nenhuma porque quando eu trabalhava em supermercado, mexia com o pesado e aqui mexo com o pesado do mesmo jeito. Diferença não tinha não porque, quando eu comecei a trabalhar aqui, já catava na rua. Eu já catava, já vendia para fora, catava, separava na minha casa mesmo e vendia. Por isso que aqui a gente não teve muita dificuldade em aprender o serviço, aprender mais profundamente. (Rogério, Coopersoli)

Albuquerque (2003) descreve a autogestão como um conjunto de práticas sociais caracterizado por ações democráticas de tomadas de decisão, que proporcionam autonomia a um coletivo. Trata-se de um exercício compartilhado que articula relações sociais de cooperação mais horizontais. O conceito abarca um caráter multidimensional que envolve aspectos sociais, econômicos e técnicos, o que força a pensá-lo mais do que uma simples modalidade de gestão. A perspectiva de ação coletiva, nesse sentido, não encontra necessariamente caminhos lineares, pois as apropriações de espaços coletivos ocorrem de múltiplas formas.

A primeira dimensão diz respeito ao caráter social, pois enquanto construção social a autogestão deve ser percebida como resultado de um processo capaz de engendrar ações e resultados aceitáveis para todos os indivíduos e grupos que dela dependem; a segunda remete ao econômico, são processos de relações sociais de produção, que se definem sobre práticas que privilegiam o fator trabalho em detrimento do capital; a terceira é política, se fundamenta a partir de sistemas de representação cujos valores, princípios e práticas favorecem e criam condições para que a tomada de decisões seja o resultado de uma construção coletiva que passe pelo poder compartilhado (de opinar e decidir), de forma a garantir o equilíbrio de forças e o respeito aos diferentes papéis sociais de cada um dentro da organização; a quarta dimensão é técnica, insinua a possibilidade de uma forma de organização e de divisão do trabalho. (ALBUQUERQUE, 2003, p.20-21)

A autogestão na “outra economia”, conforme denomina o autor, é essencial para uma prática social baseada na repartição do poder, de ganhos, na união de esforços e no estabelecimento de uma outra maneira de agir coletivamente. Baseada na ação social, buscase a reapropriação da força produtiva geral, a promoção do desenvolvimento do indivíduo como sujeito social e também resignificação das práticas sociais relacionadas à organização do trabalho.

A prática da dinâmica autogestionária para trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária, em específico dos empreendimentos pesquisados nesse estudo, não é simples. Além da nova responsabilidade, diferentemente de um emprego comum, a gestão compartilhada pode parecer confusa e de difícil assimilação. Muitos conflitos surgem com base nesse argumento. A postura pouco participativa e mais submissa permanece entre alguns associados que não estão dispostos a vivenciar uma outra relação de trabalho, baseada na autogestão. É comum que o conjunto de sentidos comuns, simbolicamente atribuídos aos “patrões”, seja transferido para a diretoria. O limite entre a percepção acerca da gestão democrática e o autoritarismo centralizado fica tênue. No cotidiano dos grupos, vivenciam-se contradições vinculadas a formas e à intensidade de engajamento. Várias entrevistadas descrevem a autogestão pela noção de posse, ou seja, estar nos empreendimentos perpassa a idéia de ser “dono de um negócio” de forma coletiva.

Porque a gente acostuma a ser empregado. Infelizmente, a gente acostuma a ser mandado e obedecer ordens. Eu não tenho muita essa dificuldade, porque nunca fui empregada. Sempre quis o meu negócio. Uma coisa triste que eu vejo aqui é que se oferecer um salário, um salário fixo para as pessoas trabalharem, elas optam por isso, sabe? Elas não têm sonho. Não digo todas, mas, no geral, eu vejo. Não tem sonho de crescimento, de ser um empresário, de ser grande. Eu gostaria que as pessoas pensassem grande. Eu não quero ser empregado, quero ser dono do meu negócio, de um negócio bem sucedido. O que que eu tô fazendo para o meu negócio ser bem sucedido? Essa submissão de empregado é a falta de consciência dessa economia (solidária). Se as pessoas conscientizassem o que é essa economia, por que iriam se submeter? Mas para não se submeter, ela não pode se acomodar. O comodismo atrapalha muito. É mais prático esperar, é mais prático eu cruzar os braços, em vez de correr atrás. Porque, às vezes, desgasta. A responsabilidade de um negócio é muito grande. (...) Até hoje eu não entendi muito essa questão de cooperativismo, de uma associação, onde todos mandam, todos faz tudo. Eu não concordo muito até hoje não. Eu acho que todos tem que participar, todos tem que saber o que tá acontecendo, mas tem que ter um grupo para liderar isso. Tem que ter um grupo que tem o comando desse negócio. Nada funciona. Sua casa se não tiver o pai, a mãe, que tem uma voz mais ativa, todo o mundo sai a hora que quer, volta a hora que quer, faz o que quer, entendeu? Tem que ter uma organização, sabe? A gente começou assim sem essa organização direito, porque a gente não fez regras. Porque achava que era dono. Se você é dono, você faz o que você quer. Não é bem assim. Então, você vai aprendendo aos poucos. E eu acho que um lado bom foi que a gente foi apanhando, aprendendo e tentando fazer. (Ivaneide, Comarp)

Se consideradas as experiências de gestão centralizada, vivenciadas por muitos trabalhadores e trabalhadoras, ressalta-se que a autogestão é um exercício complexo. O envolvimento e a compreensão de formas participativas de organização, em que os próprios integrantes são responsáveis pela administração do negócio, coletivamente, despertam diversas percepções. Nos empreendimentos pesquisados, a realização de reuniões para decisão em conjunto é frequente. Os assuntos em pauta, nesses encontros, são variados, e

todos os participantes têm a possibilidade de voz e de voto. Por uma questão de agilidade no processo de produção, não são todos os temas tratados nesses espaços, mas aqueles de grande importância para o grupo. Em média, os encontros acontecem uma vez por semana e a participação faz parte do cotidiano do trabalho nos empreendimentos solidários. A vivência desses processos é apropriada de diferentes maneiras.

Há pessoas que ficam confusas e chegam a participar ou dar opinião em último caso. Na visão de algumas trabalhadoras, relações hierárquicas ainda estão presentes nos empreendimentos. Falar significa se expor, colocar-se, mostrar suas vontades, e muitas têm receio de fazê-lo. A interpretação dos companheiros inibe muitas das participantes. O conflito, comum nesse tipo de relação, pois são visões diferenciadas acerca do mesmo assunto, não é compreendido de forma positiva. Várias mulheres relatam que se sentem perdidas por se tratar de uma experiência nova. A decisão coletiva é mais demorada, envolve muitas opiniões e, por isso, parece ser mais desgastante.

Até hoje eu acho que fico meio perdida. A pessoa fala uma coisa ali e depois fala outra. Até hoje eu fico pensando, gente, mas tá errado. A pessoa vai falar uma coisa ali, a outra retruca lá. Então, essa parte não tenho nem muito o que falar, até eu mesma tô perdida. Eu dentro da Comarp fico meio perdida, nessa hora da reunião por causa disso. A pessoa vai falar uma coisa, fala outra, muito o contrário. Aí quando você vai falar aquilo, que para você não tá prejudicando aquela pessoa, aquela outra pessoa acha que você tá falando e tá prejudicando ela, entendeu? (Selma, Comarp)

Sou tímida também, eu não falo. Só se for uma coisa que tá pegando. Se não for, eu não falo nada. Se tiver uma reunião, eu saio do jeito que entrei. Não falo. Eu não participo muito não. (...) Mas na hora de dar opinião eu dou. (Ana Lúcia, Comarp)

Eu acho que é legal a experiência. Eu acho que é uma experiência boa, só que, às vezes, é meio confusa, porque cada um dá uma opinião, então, até a gente entrar num consenso. Às vezes, demora horas, aí discute, um fala o outro fala, aí é meio complicado, mas acaba a gente chegando num consenso. No final, a gente sempre consegue. Mesmo que tem os que fica, a minoria, né, que perde, fica um pouco chateada, mas depois acostuma com a idéia. (Andressa, Coopersoli)

Aí a Neli pergunta: “você concorda?”. O que der para mim tá tudo certo. O que der para mim é isso aí. Eu não vou falar que isso não tá certo. Eu não vou falar o contrário, que não tá certo que não gostei. Tudo que falar para mim tá bom. (Inácia, Coopersoli)

São nos espaços de diálogo e de tomada de decisões que as disputas de poder dentro dos empreendimentos se evidenciam. Compartilhar a gestão não é percebido da mesma forma por todos. Na visão de alguns, há poderes diferenciados: uns são mais ouvidos do que outros. Esse tipo de conflito ocorre em diversos espaços e pode estar ancorados em gestões centralizadas ou no pouco engajamento de alguns trabalhadores. Tal limite é tênue e

condicionado pela visão de cada integrante a respeito do grupo e de seu empenho na consolidação dos empreendimentos. São processos de constantes negociações e acordos em que parte dos participantes não fica satisfeita ou se sente prejudicada.

Acontece assim que, às vezes, alguns são mais escutados, ou, então, alguns, tipo assim, Maria vai com as outras. Aí a opinião daquele que é mais importante, aquele que parece ser mais importante, é a opinião que acaba prevalecendo. As pessoas têm medo de dar sua própria opinião e aí prevalece a opinião de um só. Muitas vezes, isso acontece, de prevalecer a opinião de um só, dois. (...) Porque, vamos supor, se é a presidente, se é um vice-presidente, aí quem é os triadores que tá aqui embaixo, eles próprios se acham abaixo, sabe, acaba achando que aquela pessoa tem sempre a razão. Nem sempre eles estão com a razão. Muitas vezes, as pessoas têm medo de questionar, de querer dar uma opinião contrária. Mesmo com a nossa organização toda, isso acontece muito aqui. (...) Têm as pessoas que questionam, têm as pessoas que briga, aí, às vezes muda, dá uma melhorada, depois volta de novo, aí tem que tá sempre brigando. (Andressa, Coopersoli)

A possibilidade de emitir opinião e participar apresenta-se como uma vantagem comparativa para vários integrantes dos empreendimentos. O reconhecimento de que sua contribuição, de fato, importa para o trabalho, significa muito. Isso são processos aprendidos ao longo do tempo, através de experimentações nos grupos, em que se é possível perceber e ser percebido. Representa ser reconhecido perante a sociedade e diante de si mesmo. Para as mulheres, trata-se de um exercício de valorização de sua auto-estima por se sentir mais capaz. Um valor simbólico que só o dia-a-dia possibilita. As trajetórias em espaços que buscam exercitar a democracia consistem em ricas vivências para as trabalhadoras e trabalhadores. Eles têm a oportunidade de romper barreiras pessoais e sociais, articular pensamentos, opiniões, enfim, refletir.

Uma coisa boa é a autogestão, cara, porque é um empreendimento autogestionário que a gente pode dar opinião nas coisas que vão acontecer, nas coisas que são formadas dentro da cooperativa. (...) É um lugar bom de trabalhar, tem conflitos entre as pessoas que trabalham, mas em qualquer outro lugar que você for trabalhar vai ter problema e o que eu te falo é que considero bastante importante é o sistema autogestionário, cara. Você pode opinar no que você vai fazer. (...) Em qualquer outro lugar, não vai acontecer isso. (Wagner, Coopersoli)

No princípio, eu nem gostava de votar, punha em votação as propostas, e, às vezes me abstinha de votar, porque tinha um pouco de medo, de receio. Hoje não. Hoje eu abro a boca, concordo, não, não concordo. Eu acho super importante, você tá podendo colocar aquilo que você pensa, aquilo que você acha, aquilo que você acredita. Eu acho muito importante isso. (Luzia, Coopersoli)

Por fim, o caminho da autogestão não tem atalhos e é traçado no dia-a-dia dos empreendimentos solidários. A apropriação de sua dinâmica é revelada por opiniões contraditórias. Há o reconhecimento de sua importância, mas, em alguns casos, aponta-se o

descompasso com sua prática. Afinal, qual trabalhador não gostaria de poder opinar sobre as decisões tomadas nos espaços de trabalho? A busca pela autonomia coletiva representa desconstruir à percepção da gestão centralizada. Tais exercícios, em muitos casos, são dolorosos. Não há regras ou manuais, apenas o empenho e a vontade de construir relações mais solidárias. Nesse sentido, as escolhas podem ser exitosas ou não, baseadas em constantes negociações. O relato de Silvana é esperançoso e revela o longo trajeto a ser seguido, suas dificuldades e também vantagens.

Para mim não é tão difícil, porque eu já tenho um trabalho que faço da minha associação que já é um trabalho em grupo, né? E para mim vim para a cooperativa, a única coisa que você pega em choque é isso mesmo. Você tem que lidar com todo mundo, com as diferenças e tudo. Mas é lucroso, porque é um trabalho coletivo que você aos poucos vai modificando, conhecendo e vê o resultado bom. Bonito disso é que é em conjunto. Não é de uma pessoa só. Hoje a Coopersoli é um grupo. Hoje a gente pode dizer isso, né? Há três anos atrás não. Mas hoje a gente conseguiu construir um grupo, um trabalho coletivo. E a gente consegue hoje depois de muita briga, muito atrito. A gente consegue hoje trazer as pessoas, e elas entenderem o processo e fazer com que essas pessoas agreguem ao grupo da gente. Porque se a gente continuasse naquele negócio 'eu que sou o dono, eu é que mando', talvez a gente não conseguisse ampliar esse grupo. Então se é um trabalho de autogestão. A gente com esses cursos, com essa autogestão, a gente aprendeu. A gente acordou que isso aqui é um trabalho em grupo e que a gente tem que tá trazendo mais pessoas para trabalhar. É isso que nós temos de fazer. Não existe uma coisa imposta. (...) É nós que vamos construir. Por exemplo, nós estamos errado, você tá chegando hoje, mas é você que tem que falar. Nós vamos analisar, nós vamos discutir, nós vamos ver. Aqui não tem nada colocado, assim, imposto, né? Eu imponho e você tem que cumprir. É uma cooperativa. Então, a gente tem que acordar que é um grupo. Para mim, é bom tá contribuindo. É o que eu quero fazer, porque acho que alguns trabalhos no nosso mercado aí fora, se você for olhar as pessoas acima de 40 anos não taria trabalhando. Aqui a gente tá fazendo o trabalho da gente. A gente tá provando que a gente é capaz de fazer. (Silvana, Coopersoli)

Embora o mercado de trabalho brasileiro seja marcado pela forte informalidade, o assalariamento permanece no imaginário de trabalhadoras e trabalhadores como forma de obtenção de direitos sociais. A conquista de um emprego representa a garantia de um conjunto de benefícios. Parte dos integrantes da economia solidária vivencia processos de exclusão e é impedida de acessar a formalidade. Essa é a razão pela qual, várias pessoas são conduzidas a alternativas em cooperativas e associações, como descrito no capítulo anterior. Nesse sentido, a inserção nos empreendimentos solidários apresenta limites. Se por um lado, “não ter patrão” é considerado como positivo, as vantagens do trabalho assalariado estão nos sonhos de muitos.

Benefícios como décimo terceiro, férias, contribuição para a previdência social, em alguma medida, estão muito distantes das realidades dos grupos pesquisados. A sustentabilidade financeira dessas iniciativas é muito frágil, mesmo com subsídios de

entidades e da prefeitura. A receita destina-se apenas para cobrir partes essenciais das despesas e da retirada dos integrantes. Na cooperativa e na associação, o pagamento é feito de acordo com a produção, ou seja, a quantidade de material separado em uma quinzena ou a quantidade de fardos produzidos no mesmo período. Para as que exercem algumas funções específicas na diretoria, a remuneração é contabilizada proporcionalmente ou através de horas de trabalho, pois, muitas vezes, ocupar um cargo as impede de realizar as atividades de triagem, por exemplo. De forma geral, o sistema de distribuição do trabalho gera renda diferenciada, porque as capacidades produtivas não são homogêneas. Há aquelas que são mais rápidas, aquelas que têm mais força e há pessoas com mais idade. A escolha por remunerar o trabalho de acordo com produção é o acordo atual nos grupos e, por isso, a renda de cada trabalhador pode ser diferenciada. A **Coopersoli**, por exemplo, é um dos poucos empreendimentos que conseguem proporcionar férias remuneradas aos seus trabalhadores. Na **Comarp**, essa realidade é bem distante. Se na cooperativa é possível ter pagamentos que variam entre R\$ 300,00 e 400,00 por mês, na associação, esse valor chega apenas a R\$ 250,00.

A forte vulnerabilidade financeira impossibilita que esses grupos consigam remunerar melhor seus integrantes ou proporcionar algum tipo de benefício, como o pagamento do INSS, do vale-transporte ou de uma cesta básica para as famílias. Tais aspectos, como baixo rendimento e falta de direitos trabalhistas, são vistos como os principais limites dos empreendimentos na visão de parte dos entrevistados.

As diferenças do restaurante é que você tem uma carteira assinada e você tem direitos. Todos os seus direitos. Aí onde tem a cobrança do patrão ferrenha. Na associação é diferente. Se você produzir, você ganha, se você não produzir, você não ganha. Então, eu acho ruim. Eu fui com intenção mais de trabalhar, mas também pensava que ia ganhar um dinheiro a mais. Não para ficar rica. Eu sei que não dá. (...) Não vou dizer que vou ficar rica, não. Mas é o sonho de todo o trabalhador: você chegar a uma certa idade e ter sua alimentação, pagar sua conta de água, sua conta de luz tranqüilo, comprar o que você quiser. Meu sonho é esse. E eu não sei se ainda vai ser possível, mas queria tirar dali (Comarp) o dinheiro para pagar o INSS. (Maria do Carmo, Comarp)

Você não ter um patrão que fica te mandando fazer as coisas já é um ponto positivo. Você ter autonomia de fazer as coisa também. A amizade que a gente tem com as pessoas é outro ponto positivo, mas eu acho que é só. (...) Eu acho que o ponto negativo é você não ter vale-transporte para se locomover da casa para o trabalho. A gente tem que vir a pé e ir embora a pé. Você não ter uma cesta básica para ajudar, não ter um INSS pago, né? Porque você vai precisar de, vamos supor, de encostar se ficar doente. Você não tem nem o INSS pago, né? Então isso aí é bem difícil de não ter. (Marli, Coopersoli)

A única coisa que deixa a desejar é só não ter carteira assinada, porque, se tivesse, eu não saía, não. Eu gosto daqui, mas o que é chato mesmo é de não ser de carteira assinada. Olha para você ver como a gente perde: são três anos de cooperativa, você

não tem um INSS, não tem uma experiência se aparecer uma coisa fora. (...) A única coisa que eu não gosto é isso. (Andressa, Coopersoli)

Fica muito difícil a gente trabalhar, manter a casa da gente, manter escola dos filhos e você ter que guardar um dinheiro para final de ano. Não dá, não sobra para guardar. Pra você chegar no final do ano e contar pelo menos um salário de décimo terceiro, entendeu? Você vai sair de férias, você podia ter um salário melhor, mas não tem, tem aquele que o pessoal quer pagar para gente. (Dagmar, Coopersoli)

Aqui não tem um rendimento muito bom. Agora que tá começando a melhorar. Não é tão ruim. Se fosse tão ruim, eu já tinha saído, né? (...) Se continuar assim eu não vou muito longe não, mas a esperança que tenho é que vai melhorar com as coisas que estão surgindo por aí. (Evaldo, Comarp)

Eu acho que isso foi muito bom para mim esse serviço aqui. Eu não gostaria de sair não, mas só que... eu falo para o pessoal assim: 'vai melhorar'. Tento passar para eles aquilo que eu sinto, né? Vai melhorar, 'vamos esperar gente'. Muita gente não teve paciência para esperar. Só que quando você olha para o bolso que a situação tá difícil em casa que você tem que pensar assim: 'puxa vida, será que realmente eu ficar aqui nesse sonho, nesse sonho' e a situação em casa não tá legal. É difícil você ter muita força no seu trabalho, se em casa não tá legal. (...) Por exemplo, com problema financeiro, você chega aqui e não consegue concentrar direito. Às vezes, você fica nervoso, emburrado, as pessoas não sabem, mas é problema que você tem em casa. (Rosilene, Comarp)

O trabalho assalariado, vinculado à obtenção de direitos, como descrito acima, está fortemente presente na fala dos entrevistados. A instabilidade é a marca das relações na informalidade, o que representa a incerteza quanto ao futuro. A obtenção de um emprego assegura mais tranquilidade na ocorrência de doenças, no momento da aposentadoria e até no desligamento do grupo. Nessa visão, ao sair do empreendimento, o integrante fica “com uma mão na frente e outra atrás”, “sem direito a nada”. A falta desses benefícios proporciona um caráter de precariedade. Embora o próprio coletivo busque soluções para esses problemas, fica claro que sua fragilidade é grande.

Eu acho que se tivesse a carteira assinada seria bom, porque a gente não paga o INSS. A gente não tá pagando nada pra saúde da gente, pra gente ter um plano, alguma coisa. E é ruim. Se a gente precisar, a gente tem que sair. Aqui na cooperativa, só paga 15 dias. Se você precisar de ficar um mês, dois meses, você fica sem receber, porque a cooperativa só pode pagar 15 dias. A carteira assinada seria bom por esse lado. Por conta do INSS pago. Mas a gente tá tentando fazer um plano aí para poder pagar esse INSS ou um outro plano que aparecer. A gente tá tentando. (...) A gente tá correndo atrás. Tá olhando para ver se acha uma solução para gente. (...) Ah, tem hora que a gente pensa em trabalhar em outro lugar. Tem hora que as coisa, às vezes, complica. Às vezes, o material tá pouco demais. Às vezes, o salário cai muito. Então, a gente, às vezes, pensa em saí. (...) Só que não é fácil. Pensar em sair é fácil, mas arrumar outro serviço é difícil. Se eu sair daqui hoje, não vou conseguir outro amanhã. A gente pensa, mas a gente quando vai ver as condições lá fora como tá o emprego, a gente acaba desistindo e ficando aqui mesmo. Não tá fácil arrumar emprego e a gente sabe que isso aqui é uma coisa que vai para frente, que a gente tem, que a gente acredita, que vai melhorar e que vai crescer. Então, é isso que segura a gente na cooperativa, né? (Elis Regina, Coopersoli)

Muitos estão nos empreendimentos de passagem apenas enquanto não alcançam uma melhor remuneração ou um emprego. Ao serem indagados sobre a possibilidade de trocar o trabalho no empreendimento por um assalariado, parte dos entrevistados reconheceu que deixaria os grupos. As vantagens objetivas, relacionadas à segurança no trabalho e a garantias trabalhistas, são fundamentais e almejadas como um sonho distante.

Hoje a minha maior vontade é sair daqui. Não que eu não goste daqui, mas pelo fato da gente precisar ter uma garantia que a gente não tem, né? A gente sai daqui e não recebe nada. Quem já saiu daqui, sai com uma mão na frente e outra atrás. Aí é ruim. (Andressa, Coopersoli)

Trocava. Até em casa de família, se eu achasse pessoa que já trabalhei, teria coragem de voltar. (...). Meus meninos têm mais assistência, tem abono de família. (...) Eu tô aqui provisória porque se achar outro de carteira assinada, tô pegando. Eu tenho meus filhos para cuidar, não posso pensar só em mim, tenho que pensar neles também, né? (Edma, Coopersoli)

Eu trocaria, porque aqui até hoje não dei conta de pagar meu INSS. Eu tô ficando velha, daqui a um pouquinho de ano, que eu não sei quantos anos mais vou aturar. Eu vou precisar de uma aposentadoria. Como é que eu vou sobreviver? (...) Teve até uns tempo que eu levei uns currículo aí, mas eles não me chamou. Eu não tenho estudo e isso dificulta muito. Mas eu tenho vontade de voltar a trabalhar de carteira assinada de novo. (Dagmar, Coopersoli)

Por outro lado, há também aqueles que consideram a participação em empreendimentos solidários uma garantia de estabilidade. A gestão compartilhada implica decisões coletivas, mais democráticas e menos centralizadas. Isso significa que há direitos internos de permanência nos grupos, o que não acarretaria demissões consideradas arbitrárias, por exemplo. Direitos e deveres passíveis de serem construídos e reconstruídos por meio da autogestão. A insegurança, vivenciada no mundo do trabalho, é a sombra que acompanha muitos dos trabalhadores. Instabilidade que, de alguma forma, pode ser compensada por iniciativas coletivas.

Não trocaria. Uma porque eu gosto do serviço e outra que já acostumei aqui. E outra que a gente nunca deve deixar o certo pelo duvidoso. De repente hoje eu consigo um emprego de carteira assinada, mas fico dois meses, três meses e eles me dispensam. Então, esse aqui eu já tenho certeza que é um serviço certo. Para largar o certo pelo duvidoso é meio complicado. E que é meu, não tem patrão, aqui é meu. Apesar que eu tenho meu compromisso. Eu sei a hora de chegar, sei tudo. Mesmo que fosse de carteira assinada, mas vamos pôr é diferente. (...) Meu serviço é garantido. Essa segurança eu tenho. (Judith, Coopersoli)

Trabalhadoras, em geral líderes dos empreendimentos solidários, reconhecem que a falta de direitos trabalhistas e a baixa remuneração representam limites importantes para a consolidação das organizações solidárias. A falta de opção mobiliza parte significativa dos

integrantes dos grupos e isso fica claro na insatisfação ressaltada por vários entrevistados. Para algumas, entretanto, a construção de algo novo e as possibilidades da autogestão têm mais valor. A presença de trabalhadoras descontentes traz angústias para as líderes que esperam mais comprometimento dos integrantes. No entendimento delas, a motivação e o empenho são fundamentais para o crescimento das iniciativas coletivas. Elas compartilham a crença na construção de um projeto cooperativo, baseado em formas de trabalho mais democráticas. Ideal que é revitalizado a cada dia sob a esperança de melhorias e crescimento.

A cada dia que eu levanto, escrevi ali no texto, não vou dizer todos os dias, têm dias que você ta meia assim desanimada, mas eu falo assim: 'vou largar isso!'. Quando já é no outro dia, eu já penso diferente. Eu penso assim: 'puxa vida, nós vamos vender material, nós vamos ganhar o nosso dinheiro, nós vamos, como se diz, as coisas vão melhorar'. Porque a perspectiva aqui é boa, pena que nem todo mundo está assim coeso, pensando dessa maneira, sabe? Muitas pessoas estão aqui só com um pezinho. Se der certo bem, se não der... e eu por enquanto estou colocando minhas fichas todas aqui. Todas as fichas aqui. (Rosilene, Comarp)

Oitenta por cento estão por causa do dinheiro. Pelo o que eu vejo, pelo o que eu acompanho não só o nosso grupo, mas nos outros grupos também. Oitenta por cento é por falta de opção, é porque não tem para onde correr. Mas se você abrir um negócio, se eu chegar aqui e falar assim "olha, quem quer trabalhar para ganhar 400 reais fixo, de carteira assinada?". Eu acho que não fica ninguém. Aqui dentro não fica ninguém, entendeu? Talvez no nosso grupo aqui possa ficar a Rosilene, mas eu não tenho certeza também não. (...) Porque se você acredita você fica ali, rala ali. Não sei. A gente fica aqui também muito inseguro, um pé lá, outro cá, entendeu? Eu acho que quando você finca o pé mesmo, todo o mundo finca o pé, traz essa insegurança. Mas como você depende das outras pessoas... não adianta. Você depende dela para você crescer, você depende dela para ter uma renda maior. (...) O que não me faz bem é ver a possibilidade de crescer bastante e ver que nem todas as pessoas acompanham isso. Porque eu queria crescer, mas eu dependo das pessoas para eu crescer e chegar onde eu queria chegar. Eu tenho que me barrar a todo minuto, porque tenho que esperar o raciocínio das outras pessoas, esse entendimento. Eu vejo muita dificuldade, principalmente na associação, as pessoas não têm, a maioria mesmo, acho que quase 90%, não têm essa idéia de seu negócio. Eu acho que tão começando refletir sobre isso, mais de um negócio, de uma empresa. É um empreendimento seu, é um negócio seu, é uma empresa sua, nossa. E o que que a gente vai fazer para esse negócio crescer? Eu vejo tanta possibilidade de crescer que, às vezes, assim me angustia, porque não adianta querer avançar. No início eu avancei muito, mas vi que fui muito só, e que não é assim, mesmo que você perde muitas oportunidades, mas você tem que tentar esperar o grupo ir junto. E isso me angustia. Eu tenho essa dificuldade. Minha vontade é ir, a gente leva prejuízo, perde muitas vezes dinheiro porque não tem o entendimento ainda. (Ivaneide, Comarp)

Essa é uma das coisas que, às vezes, até me deixa triste. O projeto é gerar trabalho e renda. Eu acho que renda a gente conseguiu superar, mas trabalho não. Por que não? Eu vejo que muita gente, e outro dia eu tava colocando, que a gente não consegue que as pessoas vêm para cá não porque elas estão num trabalho, mas elas vêm isso aqui como um bico e eu fico muito triste com isso. Porque eu queria realmente que isso fosse um trabalho, que todo mundo entrasse aqui e que todo mundo ficasse. O Eduardo veio e foi embora, porque achou um outro trabalho. Trabalho para eles é: ter fundo de garantia, ter carteira de trabalho, ter saúde e aqui não tem, né? Agora eu não estou aqui por passagem não. Eu quero realmente que isso aqui dê certo, porque queria provar que aqui tem um caminho que é muito legal, que a gente tem que

acordar para isso, enquanto há tempo. A gente começou, e isso não pode só iniciar.
(Silvana, Coopersoli)

O desabafo das líderes, pressionadas por resultados, está baseado também na responsabilidade vivida em cargos na diretoria e no forte envolvimento na construção da economia solidária. Ao ver que algumas das trabalhadoras não apostam suas fichas no trabalho ou estão ali de passagem, é como se o sonho não tivesse como ser realizado. É óbvio que, no dia-a-dia, no cotidiano de cada grupo de produção, muitas variáveis estão em jogo. A renda é fundamental para que as integrantes superem, em alguma medida, a pobreza em que vivem, e que consigam uma melhor qualidade de vida para suas famílias. Os benefícios garantem segurança fundamentalmente relacionada à aposentadoria e às doenças. Por outro lado, participar da autogestão proporciona ganhos subjetivos que a maioria consegue reconhecer como positivo. É, no entanto, no trabalho diário que perdas e ganhos são articulados e, obviamente, não há consensos.

A forma como cada uma reconhece o trabalho associado e constrói expectativas em relação a suas possibilidades consiste em inúmeras variações. Algumas, verdadeiramente, só esperam a renda, outras pretendem construir um grande projeto. As perspectivas configuram-se, nessa medida, no empenho destinado aos empreendimentos. O que parece importante é ressaltar que grande parte dessas mulheres está nos grupos por falta de outras opções no mercado de trabalho. Nenhuma delas deixou um emprego assalariado para estar ali, mas a inserção nas organizações autogestionárias possibilita que elas repensem muitos valores, como a participação, e, insatisfeitas com algumas das condições do trabalho coletivo, tenham força e ânimo para buscar novas oportunidades.

O exercício da sociabilidade, da autogestão, de ocupar cargos é positivo ao crescimento pessoal. O fato é que não há apropriações homogêneas. Castel (1998) destaca que o núcleo da questão social hoje é a existência de “inúteis para o mundo”, que vivenciam situações marcadas pela instabilidade e incerteza, em que o *status* da identidade social está a desmoronar. Dessa forma, os sentidos do trabalho, em um contexto de desfiliação, podem ser reconstruídos nessas iniciativas. As diferentes visões possibilitam ricas reflexões sobre limites e possibilidades. Ao focar as questões relativas ao gênero, pode-se afirmar que a participação traz novos incentivos às mulheres. Acreditar num projeto de caráter público, inserido em um movimento mais amplo, e ajudar a construí-lo alivia a sensação de que elas estejam apenas destinadas a trabalhos precários e domésticos.

Além do exercício da autogestão, fazer parte dos empreendimentos também implica ocupar cargos distribuídos entre as trabalhadoras e trabalhadores. Por se tratar de

empreendimentos que têm como maioria as mulheres, essa configuração se apresenta na composição das coordenações ou diretorias. Há diferenças entre os cargos da associação e da cooperativa. Na **Coopersoli**, por ter um maior número de cooperados, e a produção dividida em dois turnos, além da presidente, vice-presidente, secretária, tesoureira, e conselho fiscal, há também as coordenadoras de turnos responsáveis pela a organização do trabalho. Na **Comarp**, os cargos são de presidente, coordenadora financeira, coordenadora administrativa, vogal e conselho fiscal. Nesse empreendimento, ocorreram experiências de vários outros cargos para que a organização fosse facilitada, como coordenadora de turno, conselho de ética entre outros, mas devido ao pequeno número de trabalhadores, atualmente, o quadro de responsabilidades reduziu-se. Afinal, na associação, todos têm cargos, mesmo que de suplentes. Isso não representa que, de fato, há o exercício de tais funções.

A experiência de ter responsabilidades específicas dentro do grupo no que se relaciona a sua organização e gestão, ser escolhida pelo coletivo para estar nessa posição e aprender realizar atividades desconhecidas anteriormente parece representar um grande crescimento para muitas delas. Crescimento acompanhado de sofrimento, angústia e sentimentos de incapacidade. Ao serem expostas a um desafio novo e desconhecido, as mulheres enfrentam seus medos. A idéia de falta de capacidade está muito presente em suas falas como uma forma de legitimar posições submissas vivenciadas ao longo da história de cada uma. É óbvio que essa perspectiva é diferenciada entre as mulheres que ocupam os cargos, pois há aquelas, em geral líderes, que já tinham essa experiência em outros movimentos sociais dos quais participavam. Em princípio, no entanto, interessa olhar para o processo daquelas que eram inexperientes e construíram perspectivas sobre si em suas trajetórias nos grupos.

É importante ressaltar que essa vivência é quase antagônica nos dois empreendimentos pesquisados, enquanto na **Comarp** ter um cargo significa grande pressão e incompreensão por parte do restante, na **Coopersoli**, fazer parte da diretoria e do conselho é um espaço de grande aprendizagem, mesmo que, em alguns momentos, seja estressante. A diferença principal é que, em um dos empreendimentos, a visão de ter um cargo significa mandar mais, no outro, a autogestão e o comprometimento de uma parcela maior dos trabalhadores contribuem para que essa perspectiva seja superada. Tal exercício é realizado de forma mais tranqüila, apesar de também haver conflitos, o que é comum no processo da gestão compartilhada.

No caso da **Coopersoli**, as dificuldades apareceram, principalmente, no início da organização do empreendimento. Processos que pareciam simples representaram obstáculos a serem vencidos no trabalho coletivo. A percepção de centralidade na diretoria precisou ser relativizada para que a gestão não se tornasse autoritária. O cotidiano mostrou saídas

interessantes, como o papel de um conselho ampliado, composto por pessoas que não estão somente na coordenação, capaz de resolver determinados assuntos e expor ao grupo suas decisões. A transparência nas ações e o envolvimento de diversos atores nos momentos de debate são fundamentais para o processo de organização. A confiança entre os membros do empreendimento cresce e isso possibilita uma gestão menos tumultuada. É preciso saber lidar com as pessoas, e esse aprendizado só se faz na prática.

Para mim foi muito difícil, porque foi uma coisa super-nova, porque eu não entendia, aliás não entendo nada ainda, né? Tô aprendendo. Cada dia eu aprendo um pouquinho. Foi uma coisa muito nova, sem conhecimento de nada. Eu sabia só discutir na prefeitura. Eles falava uma coisa e eu não concordava, “ah não é assim não. Não pode ser assim não”. Tudo que eu podia trazer de melhoria para dentro do grupo, eu fiz. (...). Foi uma coisa muito nova, muito diferente, porque com o psicológico de cada um, você tem que trabalhar conforme a cabeça de cada um, você tem que tentar mostrar para ele que você é amiga, que não é assim não, que você está ali é para ajudar, aí muitos gritava “ah, você tá querendo é ser a dona, eu também mando, eu vou fazer do jeito que eu quiser”, aí eu mostrava que não era assim e que a gente teria que trabalhar em conjunto por um bem comum, senão a coisa não ia dar certo, não ia crescer. (Neli, Coopersoli)

Eu assumo um cargo de conselho fiscal. A experiência é boa de mexer com dinheiro. Quando vai abrir uma conta, eu vou junto e se tem algum problema para resolver me chama lá em cima, para reunir o conselho, entendeu? Tem sempre uma pequena reunião com os conselhos. A gente desce e fala para os outros. A experiência é boa. Primeiro a gente tira a limpo o que tem e apura o que vai falar para os outros para não ficar bagunça para entrar em acordo tudo direitinho. Às vezes, eu vou no caixa e confiro o dinheiro também. O conselho fiscal não é só para mexer com dinheiro. Ele é um conselho em tudo. O momento que tem um pepino para resolver aqui com a turma, aí junta os conselhos. Resolve primeiro, aí chama todo o mundo para uma reuniãozinha. Explica para eles o que o conselho decidiu. Se eles apoiar, é válido. Se eles não apoiar, a gente pensa em outra proposta, é assim que vai seguindo. (Lúcia Helena, Coopersoli)

Superar dificuldades como aprender a fazer um fluxo de caixa ou abrir uma conta em um banco consiste em uma grande conquista. Nesse sentido, a cooperação entre os integrantes do empreendimento e o processo de aprendizagem são fundamentais. As trabalhadoras são desafiadas a romper limites pessoais, como a vergonha de entrar numa entidade financeira ou expressar uma decisão. Tais experiências são responsáveis por avanços na compreensão de suas capacidades. Embora, em princípio, possa parecer difícil, todas conseguem avançar. Ocupar um cargo representa experimentar a solidariedade das colegas dispostas a ajudar e, mais do que isso, é descobrir que se é capaz. Processo que pode ser doloroso e estressante, porque o que se coloca a prova é a superação de cada uma. Além disso, trata-se de um grupo que pressiona e, em alguns momentos, discorda. Lidar com essas dimensões não é fácil, pois implica atitudes vinculadas a bens coletivos e não individuais. As ações podem ser compreendidas de várias maneiras, e a pressão dessa responsabilidade é administrada de

diversas formas. Ao se colocar visível ao olhar do outro, com algum tipo de destaque, as trabalhadoras se expõem, deixam de estar fechadas em suas tarefas rotineiras do trabalho, para experimentar o diálogo, a exposição.

Nossa! Hoje tá fácil. Mas no início para mim foi muito difícil. Porque os cooperados não tinha conta no banco. Se fizesse uma venda hoje de manhã, a tarde eu tinha que ir lá na empresa pegar o cheque, ir lá no banco depositar o cheque. (...) Hoje tá muito fácil, Graças a Deus, com três anos a gente teve um avanço muito grande. (...) Eu tinha (experiência como tesoureira) porque nós ocupamos a Vila Corumbiara, então assim que nós ocupamos a vila, eles me colocaram com esse cargo de tesoureira. Então, lá eu já mexia com dinheiro. Apesar de ser muito difícil mexer com o dinheiro dos outros. Não existe profissão pior. (...) A Neli me ajudou muito. Se não fosse a Neli, eu não sabia nada. Eu não sabia fazer movimentação no banco. Era difícil. Eu pedia para ela me ajudar, ela me ajudava. Ela que me ajudou muito, através dela que eu aprendi muita coisa aqui dentro. (...) Eu tinha vergonha de entrar no banco, vou te dizer a verdade. Hoje não. Hoje eu ando com a minha cabeça erguida. Vou em qualquer Banco. Faço o que for preciso, sem dúvida nenhuma, sem medo. Porque antes eu tinha medo, medo de errar. Se eu errasse, o pessoal ia cair todo mundo em cima de mim. Eu que era responsável por aquilo. Hoje não, hoje eu trabalho tranqüila com a minha cabeça erguida sem ter essa preocupação. Fui aprendendo com o tempo. (Judith, Coopersoli)

Eu tô ocupando agora a tesouraria, sou a tesoureira. (...) Eu tô aprendendo muita coisa, igual esse negócio de banco. Lidar com o banco, de tá lá, de tá conversando sempre com uma gerente e de tá sempre olhando conta, olhando números. Isso tá sendo positivo, porque tô aprendendo muito. Antes eu não tinha esse contato de bancos. A gente recebia e pronto. (...) Mas hoje, assim, eu já aprendi muita coisa aqui dentro mesmo. Lidar com as contas, a organizar, a deixar tudo organizadinho. Eu aprendi muito. (Andressa, Coopersoli)

É meio difícil. Igual você tá na coordenação, fala alguma coisa, as menina discorda, “ah não Marli não vamos fazer isso não, vamos fazer aquilo”, então você tem que se impor um pouco, né? ‘Não. É isso que vai fazer e pronto’. É meio difícil para mim, porque eu sou, igual já falei, sou meia assim, como diz, eu falo uma coisa, se você falar... então tá bom. O que você falar é isso mesmo... mas aí a gente tem que ter um pouquinho de pulso firme. Eu tento fazer meu melhor, como se diz, não agrado todo mundo, mas eu tô tentando fazer a minha parte. O que posso fazer, o que tá dentro da minha capacidade, eu faço. (Marli, Coopersoli)

Eu aprendi bastante coisa. (...) Às vezes, a gente tem que ter muita compreensão para decidir coisas dos outros. Às vezes, tem um problema, eles chama a gente lá para dar opinião e você tem que tá sabendo dar opinião para não magoar os outros. Então você tem que tá aprendendo até conversar com os outros. Tem gente de todo o jeito. (...) Isso também é um aprendizado. Saber lidar com as outras pessoas. (Maria Helena, Coopersoli)

Era muito estressante. Ah, tinha que chamar para decidir resolver as coisas. Aí reúne só o conselho. Tinha negócio de tá parando todo dia para tá ajudando a fazer caixa e aí tem hora que você faz certo, tem hora que você vai conferir, aquilo não tá certo, aquilo tá errado. (...) Não foi só estressante, porque tudo tem que estressar um pouquinho para você aprender um pouquinho. Mas era legal. (...) Outra coisa quando um cooperado faz alguma coisa de errado, você tem que chamar para tomar decisão. Você tem que tá chamando a atenção daquela pessoa. (Dagmar, Coopersoli)

Por outro lado, não são todos que estão dispostos a ocupar um cargo. A grande responsabilidade e a forte pressão exercida pelo grupo são alguns dos fatores responsáveis por

tais posições. A maior exigência e disponibilidade afastam algumas mulheres que já dizem ter compromissos demais com a família. É interessante ressaltar a visão de um dos trabalhadores entrevistados que desqualifica o espaço da cooperativa. Segundo ele, esse tipo de empreendimento não desperta seu interesse de crescimento ou maior envolvimento. A justificativa do entrevistado relaciona-se ao fato de ele não ter a capacidade de agir de acordo com as regras estabelecidas, no empreendimento. Ele não admite não ser obedecido, é mais direto em suas decisões, enquanto, no grupo, há processos mais longos de negociações e acordos.

Nunca ocupei nenhum cargo e nem quero. É muito compromisso. Já tenho compromisso demais com os meus filhos. Só o trabalho já é pesado. Ainda tenho menino para levar para psicólogo, tenho reunião de escola, tenho que ir em reunião de bolsa escola. Fica pesado para mim sozinha. (Edma, Coopersoli)

Nem se eles me pagassem, eu quero um cargo. Eu quero continuar onde tô. Quietinho, atrás da prensa. É aquele tipo de negócio “você não quer subir na firma?” Não. Nessa aqui não. Se eu tiver condições de subir em outro lugar, tudo bem. Mas essa aqui eu não quero subir não. Eu fico atrás da prensa o resto da minha vida, mas cargo para ocupar aqui nenhum. Aqui, você tá louca? Eu sou o tipo da pessoa que não sei mandar, sou mais rigoroso. Fez isso, fez. Então vai para casa pensar. “Ah, eu não vou não”. Então, amanhã você passa aqui e assina essa carta de advertência. Aí manda embora. Por isso, para mim não dá. (...) Eu prefiro trabalhar onde tô, quietinho, porque não sei mandar. Se eu mandar e não fizer, já fico meio... endoio e faço coisa errada. Então, eu prefiro ficar onde tô. (Rogério, Coopersoli)

Outro trabalhador entrevistado compreende que o fato de ter um cargo não fez diferença em sua atuação na cooperativa. Em princípio, disputando a função de vice-presidente com uma mulher, muitos acreditaram que ele não venceria, porque a maioria dos integrantes do grupo é do sexo feminino. Isso, porém, não fez diferença e, atualmente, a diretoria é composta também por um homem. Como já realizava atividades dentro do grupo relacionadas às partes operacional e administrativa, como relatórios, Wagner acredita que o fato de ser eleito não mudou sua forma de agir no grupo. A autogestão possibilita sua participação e engajamento. Com 23 anos, ele é o mais jovem membro do grupo e tem bastante facilidade em lidar com o computador, por exemplo. Não pretende continuar na cooperativa, pois busca um emprego assalariado, mas enquanto faz parte do empreendimento, tenta empenhar-se.

Sinceramente, o que mudou foi quase nada. Alguns relatórios, algumas coisas, eu fazia. A Neli pedia para eu fazer. E como é um sistema autogestionário, todo mundo dá opinião, não é um, cara, que vai subir aqui em cima e vai mandar em todo mundo. (Wagner, Coopersoli)

A estrutura administrativa da **Coopersoli** consegue superar desafios ao longo do tempo e com a prática do dia-a-dia. Embora não seja uma tarefa fácil, estar na diretoria representa um espaço de muita responsabilidade e aprendizagem. Ocupar um cargo significa romper limites coletivos e pessoais, ser posto à prova e superar. Trata-se ainda de experiências novas para muitas trabalhadoras. O grupo, nesse sentido, parece estar mais disposto a apoiar, e o diálogo dissemina-se através dos conselhos. A organização facilita esse exercício que não é livre de conflitos. A transparência nas ações e o empenho de grande parte dos integrantes do empreendimento representam aspectos fundamentais para que a experiência de ocupar um cargo seja mais positiva.

Diferentemente da **Coopersoli**, na **Comarp**, fazer parte da diretoria, principalmente ser presidente, representa quase um fardo. Há uma forte pressão sob a coordenação e o resultado é que muitos desistem de estar nessa posição ou de estar no empreendimento. Em um ano, três pessoas ocuparam o cargo de presidência: duas delas chegaram a se desligar da associação. A cobrança do coletivo é muito mais intensa, e os conflitos são cotidianos. Ao mesmo tempo em que a diretoria é bombardeada, os outros integrantes do grupo não se empenham tanto na construção dessa organização. Trata-se de um processo antagônico no qual há dois extremos: aqueles que não se comprometem, mas pressionam, e aqueles que se comprometem demais e acabam sobrecarregados. É evidente que o exercício democrático não é fácil de ser realizado, ainda mais levando em conta a cultura extremamente autoritária em que se vive. Uma das entrevistadas acredita que os trabalhadores e trabalhadoras entraram no empreendimento dispostos a ter direitos, mas não estavam preparados para ter deveres. A falta de uma contrapartida causou e causa muitos desentendimentos e desesperança. O fato de a associação ter um menor número de componentes possibilita que, de alguma forma, todos tenham cargos. A maioria não consegue exercê-lo de maneira eficaz ou mal sabem do que se trata. As tarefas não são bem divididas e o dia-a-dia, no empreendimento, é mais tumultuado. Não há vantagens comparativas suficientes para assumir qualquer responsabilidade, porque o trabalho é por produção. Os cargos oneram as pessoas que ficam disponíveis para realizar atividades indispensáveis ao coletivo, nem sempre reconhecidas por todos.

Eu achei muito ruim, porque, assim, para mim, um cargo, o nome de um cargo, para mim não influencia nada. Mas para as pessoas, elas valorizam isso. Presidência, principalmente, é um cargo muito cobrado, porque as pessoas acham que a pessoa senta numa cadeira de presidência para mandar. Então, assim, eu acho que o presidente é mal-compreendido. Porque quem ocupa aquilo ali é um ser humano e que falha, que erra e que precisa do grupo para acertar. E é muito mais fácil você cobrar, do que você fazer. E eu sentia muita angústia de participar de reuniões lá fora, de ver, visualizar uma Comarp que não é essa. Minha angústia é quando via lá

grandes oportunidades de crescimento, grandes, e não adiantava dividir com o grupo, porque o grupo não interessava por isso, por esse crescimento (...). Mas é angustiante também você não está no cargo e tá fazendo, atropelando quem tá no cargo. Eu não sei se me encaixo nisso aqui. Sinceramente eu não... tô tentando descobrir. (Ivaneide, Comarp)

Eu sou fiscal, assim, só no papel. Eu não faço, porque não é só eu. É eu, Do Carmo... então são mais de três pessoas de fiscal. Quando uma não faz, a outra não faz. (Selma, Comarp)

Eu já fui fiscal e não sei o quê, esqueci o nome, umas duas coisas diferentes. (...) Agora sou vogal. Mas se eles quiserem colocar outro, eu acho bom. Não tenho vontade de ter cargo assim, não. Tenho vontade de trabalhar e ganhar dinheiro. O presidente aqui ganha a mesma coisa de mim que não sou nada. Agora se eu fosse presidente para ganhar, fazendo o que faço, além disso, aí me interessava. (Evaldo, Comarp)

Embora confusos e desorganizados, na **Comarp**, tais espaços não deixam de representar aprendizado para aquelas que conseguem exercê-los. A solidariedade também está presente à medida que os conhecimentos são compartilhados entre as próprias trabalhadoras. Há uma rede de saberes que são ensinados, e a ajuda mútua se apresenta como recurso ilimitado. As assessorias, nesse sentido, têm papel importante, mas o empenho das trabalhadoras é responsável ou não pela superação dos desafios.

Foi de financeiro, né? Eu achava que saber matemática era uma beleza que ia dar conta. Eu gostava muito de números, gosto muito de números, e pensei que ia ser muito fácil. Mas não foi não. É muito complicado mexer no financeiro, no dinheiro dos outros ainda por cima. É muito difícil. Eu tive muita dificuldade. (...) A Neide também, quando a gente se dava bem, ela ajudou bastante, principalmente a Regina me ajudou bastante. A Regina era muito mais cabeça fria, mais aberta, né? (...) Agora eu tô nesse cargo (presidente) aí que nem gosto muito de falar não, porque, sei lá, fico meia coisa. Todo mundo que passou por esse lado, o pessoal atacou mesmo, sabe? Então, eu espero contribuir. Igual eu tava contribuindo na mesma coisa. (...) Eu falei com eles, se quiser questionar alguma coisa errada, tudo bem, mas jogar pedra não. Vamos ajudar, todo o mundo tem que fazer, né? (Rosilene, Comarp)

Percebe-se que há diferenças entre os dois grupos em relação à organização interna e ao sentido de ocupar cargos nos empreendimentos, mas pode-se afirmar que esses são espaços de experimentações. As trajetórias ocupacionais, muitas vezes, não proporcionavam às trabalhadoras vivências participativas e de construção coletivas. A individualidade presente em muitas atividades não priorizava a rede de relações entre elas. Dessa forma, para várias mulheres, essa é uma experiência única, com forte caráter de aprendizado. É possível assumir outras responsabilidades e testar os limites de suas capacidades. Processo que representa a possibilidade de mais autonomia e confiança em si mesma. Ser posta à prova, compartilhar

decisões e assumi-las é um exercício rico na gestão democrática que, sem dúvida, interfere na vida pessoal de todas elas.

Por fim, considera-se o empoderamento como um processo capaz de proporcionar às mulheres a conquista de poder interior para expressar e defender seus direitos aliado a ampliação de sua autoconfiança, identidade própria e auto-estima. O que significa o controle sobre suas relações pessoais e sociais. Homens e mulheres têm acesso diferenciado ao poder seja na esfera privada, seja na esfera pública. Diminuir essa desigualdade é um grande desafio (LÉON, 2000). A busca pelo exercício democrático, no espaço do trabalho, incentiva às mulheres a desenvolver aptidões e acessar conhecimentos. Tais iniciativas representam vivências importantes para que elas tomem decisões de forma cada vez mais autônoma. A reflexão na esfera coletiva amplia suas percepções sobre a sociedade, o que resulta na valorização da organização comunitária da qual fazem parte. Nesse sentido, ao se perceberem como agentes capazes na participação em empreendimentos autogestionários, as trabalhadoras entrevistadas vivenciam experiências de empoderamento.

4.3 Relações de gênero na economia solidária

Os empreendimentos solidários pesquisados têm como característica marcante o fato de serem compostos majoritariamente por mulheres e isso não se trata de um fato ocasional. As piores condições de inserção das trabalhadoras no mercado de trabalho e sua condição na divisão sexual do trabalho, aspectos caros às relações sociais de gênero, são fatores preponderantes para que elas estejam em ocupações mais precárias (BRUSCHINI, 2000). A análise da vivência dessas mulheres, nesses grupos, em que são a maioria e ocupam os principais cargos, é fundamental para compreender a inserção delas na economia solidária. Antes, porém, com base nas entrevistas realizadas com trabalhadoras e trabalhadores dos dois empreendimentos, buscam-se analisar os aspectos identificados pelos entrevistados para a forte presença de mulheres nos grupos. O objetivo é identificar tais motivos de acordo com as percepções dos integrantes da cooperativa e da associação.

A organização do trabalho nos empreendimentos solidários do setor da reciclagem, em específico nos pesquisados nesse estudo, apresenta uma diferença fundamental que ajuda a desenhar as relações entre homens e mulheres dentro dos grupos. Na **Coopersoli**, composta por um maior número de integrantes e com uma base administrativa e organizacional mais

articulada, além da triagem, os trabalhadores também prensam o material separado. O grupo dispõe de duas máquinas que comprimem, e os trabalhadores amarram os recicláveis para a venda. Esse processo possibilita um maior valor agregado ao produto comercializado. Nesse processo, devido à necessidade de maior força física, no trabalho realizado na prensa, o coletivo se divide basicamente em 3 funções: aquelas que separam o material que chega das coletas (em geral as mulheres); aqueles que prensam o material separado (os homens); e aquelas que estão na diretoria e que realizam funções administrativas e financeiras, assim como participação em espaços políticos do movimento (na maioria das vezes, as mulheres). A divisão das tarefas está consideravelmente baseada no sexo. Aos homens cabem as tarefas que exigem força física e às mulheres, o trabalho de paciência, participação e gestão coletiva.

A distribuição das tarefas no interior da **Coopersoli** implica a dimensão de **separação**, ou seja, há atividades masculinas e femininas no processo produtivo. Acerca dessa questão, destacam-se as concepções sobre a divisão sexual do trabalho que explica a repartição de tarefas, segundo o sexo, como um processo de legitimação de um “destino biológico”. As relações sociais e suas construções são fundamentais para compreender tais condições, amparadas em bases materiais, como a estrutura ocupacional (KERGOAT, 2003). Os critérios de distinção referem-se à desqualificação do trabalho das mulheres, entendido como habilidade natural. O valor atribuído à ocupação feminina é também mais simples e menor. Essas práticas se reforçam em mecanismos de desigualdade de poderes na sociedade e, no âmbito do trabalho e gênero, estão expressos na divisão sexual do trabalho (SOUZA-LOBO, 1991).



Figura 3: Trabalhador da Coopersoli na prensa



Figura 4: Trabalhadora da Coopersoli em atividades administrativas



Figura 5: Trabalhadora da Coopersoli em atividade de triagem

No caso da **Coopersoli**, é interessante ressaltar que a composição do empreendimento está relacionada a uma ação comunitária, cujo objetivo era gerar trabalho para as mães e que os homens, em princípio, não participariam. A exigência de grande esforço físico destinado ao trabalho na prensa, entretanto, foi o principal motivo para que elas agregassem o trabalho masculino ao empreendimento. Embora reconheçam que são necessários, muitas mulheres ressaltam a capacidade de executar a tarefa e ao mesmo tempo a fragilidade delas.

Porque essa cooperativa foi feita para mulheres mesmo. Então colocou esses homens por causa da prensa. Nós não agüenta mexer na prensa. Nós sendo mulheres, nós não temos força para colocar muitas coisas na balança. A gente não consegue, que é muito pesado. Então tem que ter ao menos uns quatro homens mesmo. (Eva, Coopersoli)

Na verdade, quando nós começamos o curso, não era nem para admitir homens. Era só mulheres. Só que como tem a prensa que é pesado, o caminhão para descarregar que é pesado, nós fomos obrigado a colocar homens. Na verdade, o curso que nós fizemos não era. Era só para mulheres, não era para colocar homens. (Judith, Coopersoli)

O nosso foi porque desde o projeto inicial já foi mesmo para as mulheres, mães de famílias, que, às vezes, não tinha uma profissão formada. Já foi desde o início. Era para isso. Pôr mais mulheres mesmo. Depois que elas resolveram colocar alguns homens na prensa. O objetivo era ajudar as mães de família porque, às vezes, elas têm pouca chance. Lá fora, os homens têm mais, né? Eles têm mais chance de pegar um serviço de pedreiro, outras coisas, e a gente não. (Conceição, Coopersoli)

O trabalho da prensa é para homem porque ele é muito pesado. Eles fazem fardo de 250 quilos, 300 quilos. Para mulher, é muito cansativo. E eu acho que o serviço da mulher é na triagem para ter o material para os homens ir para a prensa. (...). Nós dividimos. Os homens ficam no pesado e as mulheres na triagem. Apesar que aqui quando precisa que falta homem, vai mulher para prensa também. Só que quando chega a tarde, ela tá arrebitada. É muito cansativo. (Judith, Coopersoli)

A gente tem os meninos que vai para a prensa. Os fardos realmente são pesados, mas eu já fui para a prensa. Se for para mim ir com outra pessoa, eu vou e acho que a gente dá conta do recado. Eu acho que a gente dá conta. Mas assim, uma vez que a gente pode tá colocando alguns homens, eu acho que é melhor. Facilita mais para gente. Evita mais o peso, porque queira ou não, você é mulher. Você é um pouco delicada. Vamos por assim, vou por eu mesmo como exemplo: eu uso DIU, você já imaginou, eu, com um DIU, um aparelho, pegando um fardo de 220 quilos? Então é um risco para a gente, né? E se a gente pode evitar isso. Ter os homens para poder fazer essa parte mais pesada, eu acho melhor. (Luzia, Coopersoli)

A **Coopersoli** consolidou-se como um grupo que, desde sua fundação, primava por ser composto por “mães trabalhadoras”, para utilizar a expressão das integrantes. A justificativa para essa composição perpassa pelas poucas oportunidades oferecidas às mulheres, principalmente, àquelas que têm filhos, no mercado de trabalho. A maternidade é o aspecto chave que as une pela busca de alternativas e as desqualifica para o emprego formal. As mães têm mais dificuldades em ser aceitas nas ocupações, pois arcam com a maior responsabilidade com os filhos e podem se ausentar por causa deles. Ao mesmo tempo, elas devem estar mais disponíveis aos cuidados da casa e participar de um trabalho que possibilite uma maior flexibilidade. O desemprego entre elas é uma forte marca e construir um projeto, na própria comunidade, que articule essas questões, mostrou-se como saída. Gerar trabalho e renda significava, na fundação do grupo, a possibilidade de ocupação para as mulheres e a melhoria da qualidade de vida delas e de suas famílias. Representava uma forma coletiva de superar dificuldades compartilhadas. Os homens não buscavam isso nessa intensidade e pareciam, aos olhos de algumas das entrevistadas, mais acomodados. O trabalho informal e sem direitos também representa um aspecto que afasta, principalmente, os trabalhadores, pois eles buscam serviços formais e, de forma geral, os conseguem com mais facilidade do que as mulheres.

O critério da Coopersoli seria mãe trabalhadora, né? Porque as mães têm mais dificuldade de tá saindo de casa para trabalhar. Essa idéia da cooperativa seria criar isso na nossa comunidade. As mães têm essa necessidade de tá ajudando, de tá contribuindo no salário de casa. (...) Eu não sei o que acontece, que chega uma época na vida da gente, que a gente não acha nada para fazer. Parece que é uma dificuldade danada, de fazer uma faxina, de lavar uma roupa, entendeu? É os bicos que a gente pode pegar. Muitas vezes o trabalho do dia-a-dia, de bater ponto de sete às cinco, de sete às oito, uma mãe, às vezes, não pode estar fazendo todos os dias isso. De segunda a sábado, uma mãe trabalhando. É muito difícil, fora o trajeto que é. E a dificuldade mesmo de emprego. É muito complicado, muito difícil. Emprego tá muito difícil mesmo. Hoje em dia, quando você vai procurar qualquer trabalho e você fala que tem filhos, muitos lugares não aceitam, dependendo do local, porque

sabe dos problemas que você pode ter. Tem dia que você não pode ir, aí você falta, e eles não podem tá contando. (...) E a mulher tem mais esse carinho, mais esse cuidado, quer melhorar, ela pensa para cima, ela quer o melhor para os filhos. O homem tem muito daquilo assim “ah, meu pai me deu um chinelo só, e eu se eu quis, eu fui trabalhar”. Então nós não, nós quer trabalhar porque nós quer nossos filhos vestindo bem, estudando numa escola melhor, quer ver ele com um futuro melhor. E é difícil o casal acompanhar junto, tudo isso. (...) Sem mentira nenhuma, você sai do conjunto (habitacional) de manhã, você vê é tudo homem sentado conversando fiado. Você não vê uma mulher conversando fiado. As mulher levanta cedo, chega de noite, tem o trabalho de casa, tem os filhos, tem tudo. E o homem tá lá. Tem uns casos que é difícil demais. (Silvana, Coopersoli)

Eu acho que geralmente os homens eles eram empregados. Então, como é muito difícil de tá tratando de um tanto de filho e despesa de casa, as mulheres começaram a mexer com reciclagem. Então, quando foi fundar a cooperativa, eles optaram por ser só mulher, porque os homens já tinham outros empregos: eles estavam empregados. Para os homens é mais fácil arranjar emprego. Hoje em dia não é, né, mas antes era. Então, as mulheres que ficava em casa começou a mexer com isso e depois ficou só mulher porque tem os homens que não gosta de mexer assim não. Eles gostam de trabalhar e ter o salário deles ali e receber ali, sem tá preocupando muito de tá mexendo com essas coisas por conta deles. Tem gente que não gosta, né? (Maria Helena, Coopersoli)

Por outro lado, não só a falta de oportunidades e o desemprego são os principais argumentos que ajudam a explicar a maioria feminina no empreendimento. A idéia de que as mulheres têm mais responsabilidade, são mais trabalhadoras, compreensivas e perseverantes fica em evidência em muitas falas. Para estar em um grupo solidário, nesse sentido, é necessário ter características “naturalmente” aceitas como femininas. A experiência da maternidade é citada para explicar a forma doce de resolver os problemas e a paciência na construção de um projeto cujos resultados dificilmente são imediatos. Nessa visão, os homens não conseguem ter a mesma postura de compromisso com o grupo, pois os trabalhadores estão em busca de resultados mais rápidos. A comparação com a maternidade aparece como uma visão peculiar às relações sociais de gênero, reafirmando uma visão tradicional que compreende que as mulheres nascem com tais características e são elas as responsáveis por dar vida aos grupos.

A responsabilidade, o compromisso a mulher tem muito mais. Assim, a paciência, né? Tudo na vida da gente tem que ter essas três coisas: a perseverança, a paciência e a construção. Nada é hoje e amanhã tá pronto. As cooperativas têm que ter esse carinho, porque senão não acontece. E o homem não tem essa paciência. Isso é uma das coisas que a gente pode ver nas cooperativas a maioria são mulheres e é por isso que elas estão construindo. Porque essa paciência, essa tolerância... tanto é que quem carrega um filho na barriga nove meses tem essa coisa. Isso fora os atritos que a mulher tem e no outro dia ela chega, ela trabalha, ela consegue. (...) Com certeza é o carinho, é a paciência, é a perseverança, é o acreditar, sabe? (...) Os homens das cooperativas, Bianca, eles estão aqui, por exemplo, o Wagner, ele já fez inscrição em vários lugares, tá aqui porque ainda não saiu oportunidade em outros lugares. O Rogério já tentou de todo jeito sair, só tá aqui porque não tem outro caminho. Então, todos eles têm... o único que tá aqui, que tem essa coisa também é o Ivan, que a

gente vê que tem essa coisa. O Wanderlei também já tentou em outras firmas, não conseguiu. (Silvana, Coopersli)

Eu acho que a mulher, falou que é para conseguir um emprego hoje é mais difícil. Se tiver um homem e três mulheres, eles dão pro homem. Mulher geralmente em termos de emprego, de conseguir alguma coisa formal, é muito difícil de conseguir. A mulher é mais doce. A mulher é mais... é mãe, né? Então, tudo ela trata com mais jeitinho, com mais carinho. Sabe que ali ela pode gerar, conseguir as coisas, aos pouquinhos ela vai fazer as coisas acontecer. (Neli, Coopersoli)

As trabalhadoras, como não têm muita escolha, viram-se como podem, ao contrário dos homens que estão cada vez mais acomodados, de acordo com a fala de uma das entrevistadas. Para as mulheres chefes de família, que tem obrigação de sustentar suas casas, qualquer oportunidade é aceita. O comprometimento dos trabalhadores é considerado menor em relação ao engajamento feminino nas causas coletivas. Eles estão de passagem, em um “bico”, enquanto não conseguem algo melhor. Trata-se de um trabalho, visto por eles, como complementar, enquanto para várias delas representa um projeto que pode crescer e possibilitar a elas um conjunto de sentidos positivos muito mais intenso. A rotatividade de trabalhadores é superior a das trabalhadoras. Muitos homens saem por não aceitar a forma de organização do empreendimento ou concordar com ela.

Eu acho que as mulheres, hoje em dia, não vou dizer a maioria, mas em muitos casos, tão procurando trabalhar mais do que os homens. Não sei o que que esta acontecendo com os homens que eles estão meio devagar. Os homens tá meio acomodado. As mulheres eu acho que tá lutando mais. Preocupa mais com a família. Hoje em dia tem muita mulher que é sozinha com os filhos, assim dizer, arrimo de família, então a maioria tá correndo e procurando. É igual é o meu caso. Eu que tenho que dar conta da minha casa, então, eu tenho que correr e trabalhar, e se não tiver outra opção, o que aparecer a gente tem que pegar. (Andressa, Coopersoli)

É porque os homens não quer trabalhar, ué? (...) A gente coloca as mulher, as mulher fica. Quando precisa de homem, coloca o homem, na primeira semana tudo bem. Aí chega na outra segunda semana, o cara começa escorar na gente, que é as mulher, é os peso, é tudo na gente e acaba é não ficando também. Acaba indo embora. (...) As mulher aqui é mais trabalhadeira. (Dagmar, Coopersoli)

Eu creio que as mulheres têm mais responsabilidade. Elas têm mais responsabilidade, têm mais interesse de saber. Você vê que hoje têm mulheres sendo motoristas, trocador e antes não tinha. Então eu acho também que as mulheres têm que evoluir. Eu acho que a cada dia a gente tem que evoluir cada vez mais, não é porque é mulher que tem que cruzar os braços e ficar quieta dentro de casa. As mulher também têm que ir para rua e movimentar. (Judith, Coopersoli)

Como aspectos fundamentais as condições de gênero, as mulheres também encontram, no empreendimento, mais flexibilidade para desenvolver suas tarefas domésticas. A articulação entre trabalho remunerado e cuidados com filhos e maridos parece ser uma das grandes vantagens de estar nos grupos. Além disso, a busca por independência, o que pode

estar configurado na autogestão e participação, representa um aspecto subjetivo para a crença no projeto coletivo e o empenho destinado ao grupo. Muitas trabalhadoras, anteriormente submetidas a ocupações nas quais o nível de hierarquia era alto, vivenciam o exercício democrático, o que pode significar uma maior autonomia.

É a falta de trabalho lá fora e as vantagens que tem melhor aqui, né? Dá para arrumar, cuidar dos filhos e vir trabalhar. A mulher é mais interessada. A mulher quer ter uma independência, sem depender dos outros. Então, a gente acha que nós somos mais mulher, nós queremos ter nossa independência. Achar mais cabeça igual que quer todo mundo independência, quer ter um trabalho sem ser mandado. Uma cooperativa com mais mulher é bom porque as mulheres sempre fica para trás. E ter mais mulher aqui para nós é vantagem porque as mulher são de pulso firme mesmo. Pelo menos todas que está aqui são de pulso firme. É de luta também. (Lúcia Helena, Coopersoli)

Para os trabalhadores, a experiência de estar no empreendimento pode ser incômoda, fundamentalmente no que se relaciona ao trabalho realizado dentro do grupo. Na visão de alguns, “os homens não gostam de triar”, querem realizar apenas a atividade de prensagem. Ao mesmo tempo, as mulheres gostam da triagem e até a preferem. A grande contradição, nesse arranjo, pode estar presente nas entrelinhas. A triagem é uma tarefa mais monótona e requer paciência para ser realizada, mais do que isso, lida diretamente com o “lixo”, com a sujeira que porventura venha misturada aos materiais. A prensagem requer força física, característica considerada masculina, que indica virilidade. Tal atividade recebe o material já separado e não está diretamente envolvido com o “lixo”, é uma etapa a mais, um estágio no qual o trabalho pode ser considerado por eles um pouco mais qualificado. Ao mesmo tempo, para os homens pode parecer desqualificante realizar uma atividade considerada como feminina. Eles, para ressaltarem qualidades fundamentais ao grupo, devem trabalhar “pegando no pesado”.

A divisão fica estabelecida como “natural”, embora em alguns momentos homens tenham que ir para a triagem e as mulheres, para a prensa. Essa maior compreensão sobre a troca de funções, entretanto, está entre os mais antigos, os fundadores que já lutaram muito para a construção do empreendimento. Para quem chega e encontra a organização consolidada, admitir estar em funções femininas, é quase impossível. É interessante notar o aprendizado daqueles que conseguem ter um pouco mais de flexibilidade em sua argumentação. A retirada é outro ponto de discordância em alguns casos. Parte dos homens acredita que trabalha mais do que as mulheres e, por isso, merece uma remuneração superior. Para alguns, não é admissível a igualdade de salários, mesmo que o tempo de trabalho seja o mesmo. As funções masculinas devem ser mais valorizadas em relação às femininas.

A gente até já colocou homens aqui, mas certas atividades alguns homens tem um pouco de receio de tá nessas funções. (...) Triagem, cara. Eles não gostam. Sinceramente eu vou te falar que não sei. Sinceramente, eu vou te falar que todo o mundo que tá aqui na cooperativa já passou, tanto mulher como homem, por triagem, prensa, descarregar caminhão, carregar caminhão, tudo, desde que tá aqui já passou por tudo. Eu acho que as pessoas não passaram pela a história que a gente passou, né, cara. No início de tá recebendo 45 reais por mês, de tá com dificuldade e tudo. Então, para elas não têm importância. (Wagner, Coopersoli)

Eu acho que é um trabalho que as mulheres gostam mais de fazer do que os homens. Ah, homem, quando eles entram para cá, aí eles vão trabalhar na prensa, a prensa, realmente, precisa de um homem, porque é muito pesada, mas quando você vai colocar eles na triagem, eles já não querem. Querem ficar na prensa “ah não, porque eu entrei para cá para fazer o meu trabalho de prensa”. Então, eu acho que eles não gostam muito de triar. (Marli, Coopersoli)

Uns imaginava que ia ficar só na prensa, mas se não tiver material para prensar, eles têm que ir para triagem também. Eles não gostam. Então, passou vários homens. Lá fora eles imaginaram uma coisa e aqui a realidade não é aquela. (...) Muitos veio aqui um dia e não voltaram mais. (...). Teve um que trabalhou com a gente aqui que no dia que nós fazia reunião, ele falava que não gostava, de próxima reunião que a gente fizesse, ele ia ficar do lado de fora. Ele não ia participar. Não queria participar nem de reunião. Então é complicado. (Judith, Coopersoli)

Veio um homem para cá que saiu daqui, porque ele não queria vim triar. Ele queria só prensa. E quando não tem material para prensa, eles vão para triagem também. Mas isso é difícil de acontecer, mas quando acontece tem que ir e teve um aqui que não ia. Ele sentava na cadeira e ficava sentado. Ele falava: “eu vim para trabalhar na prensa. Se não for para trabalhar na prensa, eu não trabalho”. Então a gente tentou dar um balão (dispensar um dia de trabalho) nele aí ele pediu para ir embora. (...) Ele preferiu ir embora do que ficar. (...) Ele falava que queria trabalhar só na prensa. (Maria Helena, Coopersoli)

Um homem que não trabalha no pesado não é homem. Aliás, não digo que não é homem, mas pelo menos um pouquinho do pesado, ele tem que pegar. Igual esse rapaz que tá aí, o Paulo. Ele tava triando, na hora que o caminhão chegou, aí ele veio ajudar. Saiu alguma mulher para ajudar? Não. Ficou só a Marli lá em cima só anotando! Só isso, mais nada. (...) O trabalho da triagem é mais para a mulher. Elas tria para gente fazer. (Rogério, Coopersoli)

Tem uns que já veio para aqui e falou que não ia ficar, porque não ia ser mandado por mulher. Acha que presidente, as coordenadoras manda. Eles acha que não queria ser mandado por mulher, tem uns que foi até embora. (Maria Helena, Coopersoli)

Vários que passaram e não conseguiram ficar, porque esse não era trabalho para eles. Outros gritavam “você é que manda, as mulher é que manda aqui dentro eu não vou ficar nesse trem não. É mulher que manda”. E a gente mostrava que não era. Que não era esse o caminho, mas eles não quiseram ficar. Aí saíram. Conseguiram outro emprego. Não queria ficar sem uma carteira formal porque o benefício aqui era pouco, e falavam: “eu vou ficar ganhando igual mulher? Trabalho mais do que elas e vou ganhar igual elas? Então eu não vou querer ganhar igual elas não, vou querer outra coisa”. (Neli, Coopersoli)

Kergoat (2003) ressalta que outra base da divisão sexual do trabalho, além da **separação**, é o aspecto da **hierarquização**. A diferenciação entre as tarefas de homens e mulheres é reforçada pelos distintos valores monetários ou não monetários atribuídos aos

sexos. Significa afirmar que o trabalho masculino vale mais do que o feminino. Essa hierarquia ancora-se na desigualdade entre os gêneros, pois remete à desqualificação prévia das trabalhadoras e de suas atividades. É fácil perceber esses sentidos presentes nas narrativas dos entrevistados e entrevistadas. Para alguns trabalhadores, é inadmissível desenvolver a mesma função que uma mulher, receber salários iguais e, por fim, ser “mandado” por elas.

Por outro lado, nos momentos de decisões, ao serem minoria, os trabalhadores da cooperativa acreditam estar em desvantagens. Nesses espaços, eles não podem impor suas vontades e ficam, de alguma forma, dependentes das condutas femininas. A opção pela não participação, pelo menor envolvimento, representa uma forma de desqualificar o projeto. Para os homens, a coordenação, composta majoritariamente por mulheres, pode remeter à idéia de que as trabalhadoras “mandam”, e muitos não admitem tal situação. A preferência por abandonar o trabalho é recorrente.

A correlação de forças, em um espaço em que a maioria é responsável pela definição de decisões, representa um aspecto negativo para vários deles. Há a impressão de que essa articulação é desvantajosa e o interesse masculino em participar é menos intenso, pois eles se sentem prejudicados. Na visão das mulheres, por outro lado, a diferença não é o sexo, mas o que é certo ou errado, embora haja a consciência do poder feminino pela vantagem numérica em qualquer votação. Um exemplo dessa conduta foi a eleição de um homem para compor a diretoria. O tipo de inserção masculina reflete-se em suas condutas na cooperativa. Em geral, eles são menos participativos, acessam menos as informações a respeito do grupo e, dificilmente, vão a reuniões, fora do empreendimento.

Inclusive, eles mesmos falam na hora que vai fazer uma assembléia, colocar em votação, quando eles vê que vai prejudicar a eles. Eles mesmos já falam: “é lógico que nós vamos perder, nós somos a minoria. Dezoito contra cinco não tem como”. Então é diferente. (...) Eles acabam perdendo. Eles querendo ou não, eles acabam perdendo. A não ser quando é uma coisa que a gente vê que eles estão certo. A gente coloca em votação e as mulheres concordam. (...) Parece que eles são mais desligados, né? Eles não são muito de freqüentar reunião, eles participam menos. As mulheres não. As mulheres participam mais das coisas. Tá sempre mais por dentro das coisas. Os homens não. Os homens acham que é só a prensa e pronto acabou. Então, se for para eles sair para fora, eles não gostam. De menos o Wagner que hoje é o vice-presidente. Quando ele não era vice-presidente, ele também não saía. Hoje ele sai. (...) As mulheres vão para reunião, aprende lá fora e trás aqui para dentro. E tenta passar para eles. (...) Passaram vários homens por aqui. Lá fora eles imaginaram uma coisa, chegou aqui é muito diferente, né? (Judith, Coopersoli)

A relação (entre homens e mulheres na cooperativa) é boa, né? Quer dizer, boa em parte, porque vamos supor: se tem uma coisa para votar e que vai favorecer as mulheres, quer dizer, nos ganhamos e eles ficam um pouco com raiva. Se for alguma coisa para favorecer eles, e a gente não quer que favorece, a gente vota o contrário. Aí eles acham ruim “Tá vendo? Tinha que ter mais homens!”. Eles até brinca: “vamos fazer uma revolução aqui dentro, colocar mais homens, porque só vocês que

ganha, a gente sempre sai perdendo, a gente é minoria aqui dentro.”. Mas, assim, tudo na base da brincadeira. Porque não tem diferença não. A gente trabalha normal. Se precisar ir para a triagem, eles, mesmo achando ruim, eles vão. Se precisar de alguma mulher ir para prensa, elas vão. Então eu acho que não tem diferença, não. (Marli, Coopersoli)

Quando o Wagner colocou o nome dele para a diretoria, ele queria muito o cargo, mas falou assim: “eu não vou ganhar”. Ele achou que as mulheres ia votar em mulher e tinha uma mulher concorrendo junto com ele, que era a Regina. Então, quando ganhou, ele assustou porque nem imaginou que ia ganhar a vice-presidência. Então, eu acho que é isso. Mesmo a gente sendo a maioria, a gente quer também que eles estejam ao nosso lado porque é um trabalho que nós estamos juntos. (...) Aqui dentro não tem essa diferença. Tanto é que quando a gente tem qualquer reunião, a gente coloca o nome deles também. Às vezes, acostuma deles não tá porque, às vezes, eles têm outros compromissos e aí eles não podem ir (a reuniões fora da cooperativa), mas a gente sempre tá chamando. E tem aqueles mesmo que não gostam de participar, né? (...) Aqui não tem esse negócio de que é porque é mulher tem a força maior não. Aqui é todo mundo igual. A gente já tá trabalhando isso bem, já avançou nesse sentido. (Silvana, Coopersoli)

Os homens quando você faz uma reunião e faz tipo uma colocação de um bem, um bem que seria um bem comum para todo mundo, aí eles já olham e “ah, vocês tão falando isso é porque é tudo mulher, não tá olhando o nosso lado. Ah eu não vou fazer isso, não vou mexer com isso não”. Outra hora a gente olha em termos de peso, né? As mulheres pegam muito peso aqui dentro. Então, eles viram e falam “ué, vocês não gostam de ser igual homem, então vocês tem que pegar peso mesmo”. Então, a gente vê que eles ainda consegue ser carrancudo de não liberar tudo, “ah não! Se tá fazendo para ela, para mim tem que ser muito melhor do que isso”. (Neli, Coopersoli)

No que diz respeito à relação entre homens e mulheres, na Coopersoli, é possível ressaltar que o tempo de convivência proporcionou, entre aqueles que permaneceram no grupo, um amadurecimento. Principalmente, as trabalhadoras reconhecem que os trabalhadores, no início, eram mais grossos, agressivos e explosivos. Esse tipo de referência significa ressaltar aspectos comumente relacionados ao sexo masculino. Na visão delas, os homens têm mais pulso firme, estão mais preparados para comandar e menos dispostos ao diálogo. Por isso, no começo, essa diferença ficou em evidência. Ao longo do tempo, “eles foram melhorando”, aprendendo a conversar e ouvir.

A relação é tranqüila. A gente conversa, brinca. No inicio eles eram mais agressivos. O Rogério, o Wagner era bem mais agressivo. Hoje em dia não. Eles são mais tranqüilos, aprenderam muito a conviver, e aprenderam muito a escutar também. Antes eles não gostavam de ouvir nada. Hoje eles conversam mais com a gente, já é mais calmo. A gente brinca. (...) Hoje em dia eu acho que eles respeitam bastante. (...). Eles eram mais grosso, assim no inicio, era bem mais grosso. Não sabia ouvir, xingava palavrão e hoje, como se diz, você não vê mais isso. Eles estão mais tranqüilos e conseguindo conviver mais com as mulheres. (Andressa, Coopersoli)

No início eles eram, os meninos, às vezes eram brutos, não queria ajudar a gente a carregar um peso coisa assim. Mas agora, eles ajudam. (Conceição, Coopersoli)

Além disso, expressa-se a idéia de que a relação entre homens e mulheres é tranqüila porque as trabalhadoras são “duronas” e não permitem que qualquer tipo de problema aconteça. Essa visão relaciona-se à uma dimensão, contraditoriamente, masculina. “As mulheres daqui são bem ‘machonas’”, ou seja, a busca pela autonomia e afirmação no grupo perpassa por assumir formas de atuação parecidas com aquelas atribuídas aos homens. Ser “machona” representa um aspecto importante para se conseguir um espaço não submisso no empreendimento. O que contrapõe à idéia de que apenas características consideradas femininas são importantes à cooperativa, como paciência, carinho e perseverança. As mulheres buscam mostrar que têm capacidades iguais e não suportam que algum deles tente menosprezá-las.

É bom, porque cada um fica na deles, né? De repente, um estressa com a gente, mas a gente barra. As mulher aqui são bem machona, sô (risos)! Homem aqui não tira farinha com mulher não. (...) De repente, uns falam com umas palavras num tom, tipo assim, que pode mandar... só que a gente não deixa. A gente mostra para eles que a gente é capaz também. Às vezes tem um peso pesado lá. Eu mesmo sou uma que não dependo de ninguém para me ajudar a pegar peso. Quando eu quero, eu chamo é as mulher para pegar peso comigo. Não dependo de homem. Eles ficam amarrando, tipo assim, homem você sabe como é, né? Eles são bem machista, quer ser mais do que a gente. Mas eu não deixo eles aparecer mais do que eu não. (Lúcia Helena, Coopersoli)

O fato de as tarefas serem bem divididas entre os sexos (trabalhadores na prensa e trabalhadoras na triagem) interfere nas relações conflituosas no empreendimento. As discussões ou brigas, segundo alguns entrevistados, acontecem mais entre homens com homens e entre mulheres com mulheres. No geral, é comum que os problemas de relacionamento ocorram entre aqueles que desenvolvem a mesma atividade no grupo. A separação das ações diminui, de alguma forma, a própria convivência entre os sexos na medida em que a aproximação durante o processo produtivo é pequena.

O relacionamento é bom. Às vezes o relacionamento dos homens com as mulheres são melhor do que com os homens com os homens, das mulher com as mulher separado. (...) As mulheres discute muito, reclama muito. Uma reclama que outra pega material melhor e não deixa para ela. (...) Os homens entre eles também sempre tá tendo problema por causa de prensa. Um fala que um pega mais peso que o outro. Outro fala que não quer ir pegar isso. É tudo a mesma coisa. (...). É divididíssimo. (Maia Helena, Coopersoli)

A percepção sobre a desigualdade entre as mulheres aparece de forma mais verticalizada, ou seja, entre a diretoria e o restante do grupo. Como os homens são a minoria, eles podem reclamar, mas, dificilmente, têm a força das mulheres. Elas buscam a igualdade de relações entre aquelas que ocupam cargos e as que não ocupam. Essa percepção de parte das

integrantes tem como argumento o fato de que estar na coordenação pode parecer melhor, mais leve, enquanto a triagem é um trabalho mais duro e pesado.

Eu acho que sente quando se trata da diretoria. Quando se trata da administração, aí eu acho que tem algumas que sente mesmo, “ah, ela tá lá na melhor do que eu, ela não tá fazendo nada, eu que tô aqui triando e ela tá no bem bom”. Mas a gente tenta mostrar para elas que não. Do mesmo jeito que a gente tá aqui, a gente pode ir lá para baixo e elas podem subir e isso vice e versa. Não tem porque ter isso, mas eu sei que tem. Mesmo que elas não falem diretamente, mas tem, porque uma se sente mais privilegiada do que a outra. (Neli, Copersoli)

Pode-se afirmar que a estrutura de trabalho da **Coopersoli**, que envolve a etapa de prensagem no processo produtivo, contribui para uma maior separação sexuada entre as tarefas realizadas na cooperativa. Essa diferenciação deixa visível a divisão sexual do trabalho e as desigualdades expressas nelas. Os conflitos entre homens e mulheres são baseados nas dificuldades em vivenciarem relações mais igualitárias. Como as trabalhadoras estão em maioria, muitos trabalhadores preferem participar menos e buscam, insistentemente, outros empregos, fora do empreendimento.

Já na **Comarp**, não há a etapa de prensagem. O grupo recebe o material da coleta, separa, pesa e vende, o que tem um valor inferior no mercado. Dessa forma, a divisão de funções entre homens e mulheres é quase inexistente.



Figura 6: Trabalhadores e trabalhadoras em atividade na Comarp



Figura 7: Trabalhadora da Comarp separando material reciclável

A principal diferença está no engajamento no grupo. Como na cooperativa, os aspectos relacionados à frágil inserção das trabalhadoras no mercado de trabalho são bem destacados como fatores fundamentais à composição do empreendimento. Outra dimensão bastante ressaltada é a baixa remuneração alcançada que, ao contrário da Coopersoli que consegue remunerações de até um salário mínimo, varia em torno de meio salário. A ocupação no grupo não é atrativa para os homens que não admitem trabalhar por esse valor. A possibilidade de melhora financeira pode ser capaz de atrair mais trabalhadores para o grupo, que embora não preense o material, realiza atividades de muito esforço físico. Aqueles que fazem parte, fazem-no como última opção.

No nosso grupo eu acredito que é pela renda. Porque agora os homens tão começando a procurar. Agora a gente já tem opção de colocar só homens porque a renda tá melhorando. (...) Então, quando fala que o homem quer um trabalho para ganhar 100 reais, o homem só vem quando ele não tem opção mesmo. Quando ele não tem saída. E a renda da mulher, principalmente dona de casa, ela não tem. Se ela estudou pouco é ser diarista ou ser empregada doméstica. Para ganhar o quê? Um salário mínimo para baixo. Então, essas cooperativas que a renda ultrapassa 500 reais são muitos homens. É mais questão de renda mesmo. Agora se for uma cooperativa de costureiras, de salgadeiras, então assim dá menos homem mesmo, mas na reciclagem eu acho que não. (...) A gente vê a situação da mulher, e eu acho que as oportunidades para as mulheres são menores. Acaba que a gente puxando a

sardinha para o nosso lado que somos mulheres. Eu fico pensado que pode acontecer que isso pode acabar virando problema. Um certo momento isso pode ser problema, porque, às vezes, você precisa de homem. Você não pode pensar que um grupo só de mulheres dá conta de fazer algumas coisas. A gente dá conta de fazer muita coisa, mas essa questão de força física...(Ivaneide, Comarp)

Eu acho que o homem que é mais forte, mais novo, ele não vai querer trabalhar na reciclagem para ganhar menos que um salário mínimo, né? Ele vai querer uma coisa melhor. Igual esses dois que procurou. Um mora na rua, nem moradia ele tem, esse mais novo que você viu. Diz a Selma que ele mora na rua. O outro que tem a cabeça branca é aposentado, ele quer só um bico. Então, eu acho que não chama muita atenção, não sei nas outras associações, mas nessa aqui. (...) Primeira coisa que eles chega aqui e pergunta, outro dia veio um novo aí, um rapaz até vistoso, novo, primeira coisa que eles chega eles pergunta: quanto vocês tira por mês? Aí a gente logo já fala: olha aqui não é salário, aqui não tem carteira assinada, aqui é só um bico. Mas vai melhorar, a tendência é de melhorar. (Maricélia, Comarp)

A maior inserção feminina se faz devido a poucas expectativas das mulheres em relação à obtenção de um emprego formal, pois reúnem um conjunto de características que as excluem do mercado de trabalho. Na visão das entrevistadas, as trabalhadoras são mais pacientes, não esperam retorno rápido, diferentemente do homem que não tem tempo a perder. Coragem, disposição e garra são fundamentais para mantê-las na associação. Elas reclamam menos e se preocupam com o bem-estar da família. Além disso, gostam de estar na reciclagem, de desenvolver o trabalho de separação, de cuidado do meio ambiente, pois é um projeto que tem grande significância, principalmente, pela possibilidade de crescimento. Para algumas delas, essa foi a primeira oportunidade de trabalho regular remunerado fora de casa e isso proporciona uma visão mais igualitária sobre a relação entre homens e mulheres, ou seja, elas são capazes tanto quanto os maridos. Permanecer ocupadas apenas em tarefas domésticas, limitadas ao espaço de seus lares, é uma realidade que se amplia. Esses novos contatos possibilitam mudanças na perspectiva de vida de várias delas.

Porque eu acho que mulheres são mais dispostas que homens. A mulher não olha o tipo de serviço e homem já olha com outro olhar. Igual os meninos que já passaram por aqui. Eles querem ganhar muito e rápido. Mulher é mais paciente. É natural da mulher mesmo. Mulher tem mais paciência, homem não. Homem quer tudo na hora do jeito que eles querem. (...) Eu acho que a mulher é mais inteligente. É difícil falar isso, né, porque se um homem tiver perto de mim aqui... Mas eu acho que a mulher é mais inteligente, eu acho que o homem tem mais é a força, né? Mas a força não resolve tudo. A inteligência é que rege o mundo. Por exemplo, quando a mulher fosse tomar uma decisão, não ia olhar só para o lado do homem, ou da mulher. Ela ia olhar para o lado de todo o mundo. (Rosilene, Comarp)

Mulher é mais corajosa. Porque coisa que eu não pensava de mexer era com prensa. Eu mexi normalmente. O problema que era mexer com a prensa era carregar, nós carregamos. Então, tirar o fardo lá não é bicho de sete cabeças. (...) Eu sinto que a mulher tem mais disposição, mais garra. O homem quer ganhar muito. O homem é mais reclamão, bem mais reclamão. A mulher enfrenta mais, tem mais senso de responsabilidade. Reclama menos. (...) A mulher pensa mais com o coração. O

homem já pensa mais no financeiro. (...) Ela não quer deixar a família passar necessidade. O homem já não é assim. O homem já pensa mais financeiramente, ele quer... ele tem que sustentar o vício dele, tem as bebidas, as gandaias deles, aquela coisa toda...então o homem já quer mais dinheiro para isso...e a mulher quer, assim, comprar roupa, comprar o alimento, pagar água, pagar uma luz... o homem não pensa e a mulher pensa mais com o coração. (...) o homem pensa na família, mas a mulher pensa duas vezes mais. (Maria do Carmo, Comarp)

Eu acho que mulher que gosta de trabalhar mais com reciclagem. Acho que homem não gosta muito não. Eu acho que eles têm vergonha por causa do salário que não é muita coisa. Deve ser isso. Mulher não. Mulher tem mais paciência. E mulher qualquer coisa, ela tem esperança de crescer, mas qualquer coisa que sair tá bom. (Ana Lúcia, Comarp)

Eu acho bom, porque a maioria, conforme eles falam, sempre é os homens, né? As mulheres não podem fazer nada. Então é uma coisa que tem que ter mais. Agora você vê que tem mais mulher que trabalha. Você não vê nunca uma mulher ficar dentro de casa. Trabalha o homem. Trabalha a mulher. É uma coisa boa. Eu acho ótimo, porque as mulheres têm que aprender também, pros homem não achar que a gente também não somos capazes. A gente que somos mulher somos capazes das coisas que eles fazem. A gente também faz. (Selma, Comarp)

Na visão do trabalhador entrevistado, as mulheres têm condições de trabalhar na reciclagem, puxando peso, mesmo que o trabalho exija esforço físico, desde que elas tenham saúde. Elas são mais aptas a atividade de triagem, necessitam de mais serviços do que os homens, e eles, ao mesmo tempo, não depositam nenhuma esperança nesse tipo de trabalho. A falta de capacidade empurra a maioria delas para a atividade no empreendimento e, enquanto têm outras opções, os homens não estão dispostos a acreditar nessa possibilidade.

Quando as mulheres não têm problema de saúde que se alimentam bem, dormem bem e estão dispostas a trabalhar e gosta do serviço. Uma mulher trabalha, às vezes, mais que um homem. Tem força mais que um homem. Aqui tem mulher mais forte que eu com certeza. Às vezes, ela puxa um bag sozinha e eu nem balanço ele. Então isso não importa, esse negocio de mulher ou homem não. A força muscular todos têm e a inteligência para saber manejar um serviço. (...) Duas mulher puxa um bag tranquilo. (...) Mas só que isso aí não é um serviço feminino, não, ele é mais masculino mesmo. Porque tem que ter muita energia. (...) No caso de triar, tudo bem para as mulheres, mas quando for para carregar um bag tem que ter é homem. (...) Mesmo que elas sejam fortes, as mulheres não têm a estruturação que os homens têm, não. (...) Para falar a verdade, é as mulheres que estão precisando trabalhar, né? Não estão conseguindo emprego em lugar nenhum e os homens eles não põe fé nisso. O problema é esse, por isso é que não vem. Não bota fé não... “esse negócio de carrinho isso não dá nada, não. Esses cara que puxa carrinho, isso tudo é ladrão. Isso rouba, entendeu?”. Já ouvi muita gente falar isso. “tudo gosta de tomar uma cachacinha”, “esse serviço não dá camisa, não”. Eles quer arrumar um serviço de carteira assinada para ganhar nem que seja salário mínimo. Isso aqui, negócio de ganhar 100, 50, 200 por mês, eles estão correndo por causa disso. Mas quando eles necessita mesmo de um trabalho, eles vêm. (...) Elas podem até conseguir como domésticas, arrumadeira, qualquer coisa assim, mas, mesmo assim não tá conseguindo não, porque se fosse assim a Do Carmo já tinha saído daqui há muito tempo para mexer com cozinha, né? (...) Dá mais mulher por isso mesmo, são pessoas frágil, que não agüenta pegar muito pesado e aqui conforme elas tão sabendo que nós tamos aí para ajudar elas. Elas preferem mexer com isso, porque não tem capacidade para fazer outra coisa. (Evaldo, Comarp)

Na Comarp, como não há tão fortemente uma divisão de tarefas entre os sexos, com funções bem delimitadas e específicas, a relação entre homens e mulheres parece ser bem mais conflituosa, fundamentalmente no que se refere à questão da coordenação da associação. Os cargos sempre foram ocupados majoritariamente por mulheres, porque os homens são menos interessados no empreendimento pelos fatores citados acima. A rotatividade entre os trabalhadores é grande, e as experiências, nesses momentos de contato, revelam a incapacidade de alguns em aceitar trabalhadoras na diretoria. Dessa forma, elas são desqualificadas por eles e consideradas incompetentes. Ocorreram situações em que os homens buscavam impor suas vontades através do grito.

Sempre os homens, quando são a minoria, eles são do contra. Eles sempre dão do contra. Às vezes, eles quer falar mais alto, quer se impor pelo tom de voz. Eu acho que realmente não é igual. (...) A gente procura impor a nossa vontade e não é a vontade porque é da mulher contra o homem. Mas é aquilo que é o certo, entendeu? Igual o Evaldo. O Evaldo é meu amigo, gosto muito dele, mas eu acho errado igual ele chega e fala que ninguém tem condição de fazer nada. Não tem capacidade. (...) A gente dá o contra é claro. Fala assim: “não, meu filho, não é assim não, uai”. A gente tá aqui batalhando. Ele contribui também, mas as mulheres que estão aqui estão contribuindo mais que ele. Então, eu acho que ele não tem direito de falar assim, não. Eu acho que tem direito de questionar, mas não assim querendo menosprezar porque nós somos mulheres. Porque nós somos mulheres e somos capazes também, ué. (Rosilene, Comarp)

Tem uns que não falam nada. Trabalha normal. Outros acha que a gente é incompetente que só a mulher dele que é competente, igual o Evaldo. Vive jogando. Nós já brigamos com ele, porque ele acha que é só a mulher dele que é competente e os outros não é. Mas não desagarra de lá também não. Não saí de jeito nenhum. O outro que tava lá era o Marcos, mas também não ficou... ah, ele achou que tava ganhando pouco.... No meu entender, de fora assim que eu vi, ele tava mais lá por causa da mulher dele que é a Regina. Ela saiu e ele também saiu. Enquanto ela tava lá, ele tava lá. Ele é mandão. Comigo não dava nada não, se fosse antigamente não dava certo, ultimamente deu certo, porque entrava num ouvido e saía no outro. Não tava dando muita idéia não. (Maria do Carmo, Comarp)

Eu acho que o homem ele tem normalmente uma idéia de comando, sabe assim, natural do homem é fazer uma mulher ser submissa a ele, mas a gente tem que saber se isso vai acontecer. Então, eu tive dificuldade com um, principalmente, com o Marcos que entrou. (...) Eu tive dificuldade, não sei, se a gente era muito igual, não sei. (...) Aí um dia ele chegou aqui e começou a decidir muitas coisas, mudar vendedor, mudar tudo, nada tava bom. Os compradores já não prestava mais, o jeito de triar já não era aquele, nada tava bom. Então, quando a gente falava, ele batia de frente e não aceitava. Um dia ele levantou o dedo e colocou praticamente no meu nariz. Deu vontade de eu enfiar a mão nele. Então, quando isso aconteceu, eu decidi. Nós não vamos com ele não. Tem atritos que dá para você conciliar e resolver. Tem coisas que você sabe que não tem capacidade de superar. É melhor você afastar. (...) Ele (Marcos) é muito trabalhador, esforçado, ele é cooperativo, mas é muito ignorante. Gosta de achar que ele é o tal, que ele é que sabe, os outros não sabe. (...) O meu maior desafio foi mostrar que eu era capaz de aprender. Porque eu sabia. Não sabia que era papel misto, papel branco, mas sabia que a gente era capaz de aprender. A gente podia buscar conhecimento. (...) A gente aprendeu. (...) O que eu senti é que o Marcos não conseguia ser comandado por uma mulher, sabe? O

Fernando também não. Mas o outros, acho que não. (Ivaneide, Comarp)

O único homem que permanece no grupo ao longo de sua história é Evaldo, marido de uma líder do empreendimento. Para ele, apenas a mulher tem competência e talvez esse seja o motivo para permanência dele. Presença que é delineada por muitas ausências e por um grande descompromisso com o grupo. A esposa acredita na inserção do marido na associação como uma possibilidade de ocupação, já que está desempregado há mais de 20 anos. Enquanto está no projeto, Evaldo não crê na capacidade da maior parte das trabalhadoras. Ele acredita na possibilidade de melhora e segue no grupo sem maiores responsabilidades. A aposta dele é no potencial da esposa em coordenar o empreendimento e se sente mais tranqüilo, quando ela está no grupo.

Eu sou mais trabalhar com ela aqui do que sem ela, porque me sinto mais tranqüilo (risos). Quando ela não tá, eu penso que a responsabilidade tá caindo sobre mim, tudo sobre mim. Ela tando, ajuda demais. Mesmo que ela não esteja me ajudando triar nem nada, mas ela tá resolvendo problema do telefone, um carro para buscar material, um carro para transportar alguém para alguma reunião. Qualquer coisa, ela tá resolvendo. Coisa que, às vezes, que eu não dou conta de fazer, mexendo com reciclagem ao mesmo tempo. Então um ajuda o outro. Às vezes, é preciso eu sair, ela fica no meu lugar. Faço tudo para que ela continue, né? Mesmo se eu sair daqui, quero que ela fique aí. (Evaldo Comarp)

Eu gosto daqui, porque é tranqüilo, a gente não tem muito, assim, compromisso como uma firma. Na firma, tem que tá lá cedo, se tá chovendo tem que ir de qualquer forma. Aqui a gente começa e sai a hora que quer. Não tem nada definido ainda. Não tem um regulamento exato ainda. Não tem regimento interno, estatuto ninguém respeita normalmente. Mas, quando as coisas melhorar, eu creio que isso aí vai mudar. Eu creio que para melhorar isso tem que tirar um monte de gente e colocar outras novas que precisa aprender o serviço, que tá com vontade de trabalhar e que quer e que gosta do negócio, né? Aí vai para frente. Tem essa esperança. Até eu se tiver atrapalhando, saio para entrar outro no meu lugar para poder haver progresso, né? (Evaldo Comarp)

Geralmente essas pessoas que trabalham aqui com a gente são pessoas incapacitadas, sem estudo. Inteligentes são, mas não têm capacidade de mexer em um computador. É preciso curso para eles aprender muita coisa. Fazendo cursos resolve muita coisa. Mas tem que ter também boa vontade e desejo de mexer com aquilo, né? Tem que ter uma vocação para alguma coisa. Uns gostam de contabilidade, outros gostam de vender, outros gostam de comprar. (Evaldo, Comarp)

O Evaldo não. O Evaldo eu não acho que ele tenha muita disposição para querer nada daqui, nem mudar, sabe? Eu acho que o alcoolismo faz com que a pessoa fique meio fora da realidade. Não está em sintonia de nada. Não interessa muito por nada. Eu acho que se ele interessa um pouco é querer viver com a gente. E para ele viver, ele sabe que precisa trabalhar. E eu sinto a importância que tenho para ele. Porque o dia que eu não venho trabalhar, assim, até uma dependência, não é bom, mas eu observo. Se eu fico aqui dentro, vejo que ele tá lá e depois ele some. Se eu to lá, ele fica o dia todo. É ruim você sentir isso, para mim é ruim. Eu não gostaria de depender assim das pessoas. Você tem que ser você. Às vezes eu falo assim: “nossa,

Evaldo, você não tem perspectiva de vida, sonhos?”. (...) Parece que a vida perde o sentido, a pessoa perde os sonhos, perde tudo. (Ivaneide, Comarp)

A **Comarp** tem menos participantes e uma organização produtiva mais simplificada. Os trabalhadores do empreendimento ou estão de passagem ou são invisíveis. No período das entrevistas, trabalhava na associação um aposentado que, a pedido da família, integrou-se ao empreendimento como forma de sair das ruas. Sem ocupação, o idoso coletava materiais recicláveis em avenidas movimentadas e, segundo os familiares, corria muitos riscos. Parte das associadas aceitou o trabalhador para proporcionar segurança e convivência a ele. Não se trata de uma relação de trabalho e renda, mas de caridade, o que indica que a associação segue princípios não apenas mercadológicos, mas comunitários e solidários. Tal situação é compreendida por Maria, a mais idosa do grupo.

Aqui só tem um homem. E tem aquele veizinho ali. Coitado do véio. Faz até dó. É bem pior do que eu. Mas ele não entende, coitadinho. Igual as meninas fica falando “ah, fica com esse véio aqui para quê?”. Mas eu falei: “Oh gente ele faz sim. Deixa o coitadinho ficar aí. É melhor que ele ficar para rua catando. Aí carro pega ele. Ele ajuda.” Ele não sabe muita coisa não, sabe? Não entra na cabeça dele (risos). Pede ele para triar o material. Ele vai tirando de um trem e vai jogando no outro tudo junto. Tadinho, né?(...). Ao menos é um lugar para ele ficar. Eu sei porque eu não gosto de ficar em casa. (Maria Félix, Comarp)

As relações internas entre homens e mulheres, na cooperativa e na associação, e as percepções acerca da maioria feminina na composição dos empreendimentos expressam características da desigualdade de gênero. Conforme ressalta Scott (1990), as relações sociais estão baseadas em diferenças percebidas entre os sexos e é a primeira forma de significar as articulações de poder. Isso implica símbolos, culturalmente, construídos sob o enfoque de aspectos binários e contraditórios. A interpretação dessas representações segue normas categóricas sobre o masculino e feminino, assim como conduz a constituição das identidades subjetivas. Esse conjunto de elementos reforça a dominação das mulheres e sua posição inferior na hierarquia social.

O trabalho configura espaço privilegiado para a percepção dessas assimetrias. Segundo Souza-Lobo (1992), a definição de qualificações, carreiras, salários e ocupações materializam articulações de poder. As narrativas, presentes nessa pesquisa, ilustram o problema da igualdade e diferenças entre os gêneros. O fato de muitos considerarem a inserção nos empreendimentos solidários e na informalidade aceitável às trabalhadoras afirma as condições de inferioridade feminina considerada como predominante e prévia. Aos trabalhadores, teoricamente, são reservados empregos formais e com melhores remunerações.

Por outro lado, são nas metamorfoses do mundo do trabalho que homens e mulheres, por trajetórias ocupacionais diversas, cruzam-se nas iniciativas da economia solidária e significam suas experiências. Para eles, a ocupação aparece como constrangedora, desqualificante e passageira, para elas, pode representar oportunidades de conquista de autonomia.

Devido a um conjunto de fatores sociais, econômicos e culturais, as mulheres conquistaram mais espaço na esfera pública ao longo dos anos. Isso possibilita maior visibilidade às suas relações na esfera privada e a vivência de novas experiências, embora tal inserção não seja acompanhada, no mesmo ritmo, da distribuição das tarefas domésticas. Ainda permanece a visão de que a reprodução social limita-se, em grande parte, à responsabilidade feminina (ARAÚJO e SCALON, 2005). Fator que interfere intensamente nas oportunidades de emprego das trabalhadoras, sobretudo as mais pobres e com baixa qualificação. Nesse sentido, as alternativas flexíveis são importantes para a possibilidade de conciliação entre casa e trabalho. Aos homens, diferentemente, essas são dimensões que pesam muito menos.

Paciência, perseverança, responsabilidade e doçura são ainda algumas das características citadas como próprias às mulheres, fundamentais às iniciativas da economia solidária. Embora ressaltados como aspectos positivos, fica implícita a forte valorização de “qualidades” femininas em uma concepção binária. Sentidos que, de certa maneira, desprezam o caráter de construção social das relações de gênero e legitimam as desigualdades. Percebe-se também a tentativa de caminhos contrários, permeados pela vivência cotidiana de conflitos e antagonismos.

Por fim, é na articulação dos poderes no interior das organizações autogestionárias que fica ainda mais explícitas percepções assimétricas e hierárquicas. A não aceitação de muitos homens, em participar de grupos compostos por diretorias femininas, demonstra claramente práticas machistas. Soma-se ainda o desconforto em receber remunerações iguais e desempenhar as mesmas tarefas que as mulheres. As experiências femininas, nos empreendimentos, desafiam as trabalhadoras a romper limites pessoais e sociais. Elas vivenciam a constante angústia de articular trabalho produtivo e reprodutivo, além de serem expostas a desqualificações diárias por parte dos trabalhadores. Entretanto, são nos espaços de intermediação entre público e privado que tais sentidos buscam ser resignificados e se transformam em incentivos.

4.4 Os sentidos do pertencimento

Eu amo a Comarp, um sonho, um projeto de vida, uma esperança de alçar vôos altos, como ser humano e profissional reconhecido. Por amar a natureza e ao próximo, a cada dia que amanhece eu amo mais a vida e tudo que nela há. Pois assim eu me sinto muito feliz.

Rosilene Brant

As trabalhadoras da **Comarp** e **Coopersoli** têm trajetórias ocupacionais marcadas por interrupções e por trabalhos precários, num constante trânsito entre formalidade e informalidade. As motivações pelas quais se integram aos empreendimentos são permeadas por sentidos negativos, como a impossibilidade de conquista de empregos formais, e por positivos, presentes em ações comunitárias de organização e busca de crescimento coletivo. Inseridas aos grupos, elas vivenciam práticas autogestionárias e os limites da falta de acesso a direitos trabalhistas. Encontram na reciclagem a tarefa do cuidado articulado a um *status* público e de reconhecimento social. Enfrentam cotidianamente os entraves à igualdade entre os gêneros ancorados na divisão sexual do trabalho. É nesse cenário de dinâmica complexa que elas exercitam suas capacidades e ampliam perspectivas de vida. Em busca de sentidos, recriam vantagens e se fortalecem.

Nesse sentido, a vivência das mulheres, nos empreendimentos solidários, possibilita impactos diferenciados. As relações autogestionárias significam o contato com novas possibilidades. A experiência de participar de organizações solidárias pode ser permeada por sentidos antagônicos, mas um ponto parece ser consensual. O aprendizado, reconhecido em diversas dimensões, representa o ponto vital do trabalho coletivo. A intermediação entre público e privado, na experimentação das trabalhadoras, consiste num rico processo de resignificação. As mulheres se apropriam de novos conhecimentos e aumentam suas redes de contatos e solidariedade. Conforme ressalta Guérin (2005), a inserção nessas iniciativas não consegue resolver todas as dificuldades femininas, mas é capaz de superar algumas delas. No exercício da participação, muitas mulheres desenvolvem respeito por si mesmas e conquistam autonomia pessoal, a partir da definição de um projeto de vida. Aprender e reaprender coletivamente, por meio das relações de cooperação, incentivam a tomada de consciência e o acesso a direitos.

Na sociedade contemporânea, o consumo representa uma forma de inserção tanto individual como familiar, e o processo de exclusão social determina trajetórias de quebra de vínculos comunitários, representados também na impossibilidade do acesso a bens materiais.

A participação das trabalhadoras na economia solidária é fortemente motivada pela renda e pela remuneração, embora diferenciada entre os dois empreendimentos solidários pesquisados, consiste em fator preponderante para sua integração.

O rendimento feminino pode representar a complementação de renda ou a única fonte dos recursos familiares. Em qualquer situação, fica claro que, de alguma forma, ele proporciona melhorias na condição de vida das mulheres e garante a conquista de bens desejados por elas. A compra de guarda-roupa, geladeira, fogão, roupa para os filhos e até mesmo dinheiro para um passeio representam apenas alguns dos exemplos citados pelas entrevistadas. O acesso ao consumo tem significados ainda mais amplos, pois representa também a conquista de autonomia. Essa independência tem impactos consideráveis em suas relações privadas e na construção de sentidos sobre si mesmas. A percepção sobre o lugar ocupado, na esfera social, altera-se à medida que as possibilidades de interação são multiplicadas. As trabalhadoras conseguem planejar, articular e satisfazer desejos pessoais ou familiares, mesmo com certa limitação. Dessa forma, a submissão feminina relacionada a questões financeiras sofre alterações em diferenciados níveis. Somam-se outros elementos às decisões cotidianas da esfera doméstica, o que possibilita às mulheres uma maior capacidade de negociação e, em última instância, de poder.

Ah, teve a primeira coisa que mudou é que eu consegui comprar uma geladeira com o dinheiro da Comarp. Eu fui lá abri uma conta. Eu nunca tinha comprado a prestação. Aí eu fui mais a minha irmã. Eles me perguntaram de que que eu trabalhava. Eles ligou para cá e confirmou. Eu consegui comprar a geladeira e o fogão. Eu senti como se eu fosse uma mulher, assim, trabalhadeira, né? (Selma, Comarp)

Eu tô gostando muito. Eu tô trabalhando. Eu tenho o meu salário. Hoje eu saio com as minhas filhas. Coisas que há muito tempo que eu não podia fazer. É pouco? É pouco, mas é um pouco que está fazendo diferença na minha casa, na minha vida. (Silvana, Coopersoli)

Assim para minha vida pessoal de tá trabalhando aqui, melhorou também, porque a renda, às vezes, tá boa. Então, dá uma qualidade de vida melhor. Eu tava morando com minha mãe, aí saí da casa da minha mãe e fui morar de aluguel eu e meus meninos. Eu tô conseguindo me manter. Manter meus meninos, sem ter que ficar pendurada na minha família. Até pouco tempo eu morava com eles. Hoje não. Eu já consegui ter minha vida mais independente. Então eu acho que foi uma vitória para mim. (Andressa, Coopersoli)

Além do mais é o sustento da minha casa. Quando eu mudei lá para o Águas Claras, não tinha nada. Aí eu já consegui comprar algumas coisas. Comprei guarda-roupa, que eu não tinha. Comprei televisão nova para as meninas agora. Comprei aparelho de som. Comprei um DVD. Tô tratando dos meus dentes. Meu dinheiro que eu tiro daqui é muito aproveitado. Eu não tinha telefone e, hoje em dia, tenho. Em vista de mim que não tinha nada, né? E foi com o dinheirinho daqui. (Dagmar, Coopersoli)

Nesse momento a minha independência financeira é importante. Uma vez que eu tô separada, não tenho uma ajuda do meu ex-marido, então, tenho a minha independência financeira. A independência que eu mantenho a minha casa. Eu mantenho os meus filhos sem ter que ficar mendigando, ter que ficar esmolando. Eu acho muito triste. Eu já passei muita necessidade na minha vida e hoje, assim, com todas as dificuldades que eu passo, consigo manter um certo padrão na minha casa. Então a Coopersoli me trouxe grandes e grandes coisas, uma independência enorme até mentalmente. (Luzia, Coopersoli)

As conquistas pessoais, materializadas na possibilidade do consumo ou da melhora das condições de vida das famílias, representam uma independência que ultrapassa as questões meramente financeiras. Limitadas ao ambiente doméstico e reprimidas por pais ou companheiros, muitas mulheres transformam-se em pessoas extremamente tímidas. Embora a causa da timidez não possa ser atribuída apenas aos fatores aqui citados, observa-se que parte significativa das trabalhadoras se referiu à essa questão como algo vivenciado pelo pouco contato social. As experiências nos empreendimentos autogestionários, nos quais as decisões e a gestão são compartilhadas, pressupõem uma grande participação de todos. Ao se depararem com esse requisito, as associadas buscam vencer seus medos. A exposição promove sentimentos de angústia e vergonha, em que o olhar do outro se apresenta como aquele capaz de condenar. A repressão de idéias e a discordância de opinião são os principais motivos para que elas tenham receio de falar. Grande parte foi educada a ser compassiva e se esconde em sua timidez.

A vivência da autogestão desafia as trabalhadoras que, em geral, respondem positivamente a ela. Dessa forma, a interação nos grupos, a experimentação do diálogo, da conversa, dos debates ajudam na superação desse limite e ampliam as perspectivas das integrantes. Visíveis, elas são obrigadas a assumir posturas e argumentar opiniões, exercitar a possibilidade de comunicação. Embora possa parecer simples, superar a timidez pode significar profundas mudanças pessoais. Conquistar autonomia é também assegurar posições, muitas vezes tímidas e escondidas. O acesso ao espaço público, aqui caracterizado como o trabalho nos empreendimentos solidários, proporciona a busca por superações coletivas e individuais. As associadas aprendem a vencer a timidez, porque são cotidianamente estimuladas por processos que requerem tempo. O sentimento de pertencimento a um coletivo contribui para que elas se sintam seguras e confiantes. Romper os próprios limites parece ser o mais importante.

Eu era assim muito tímida. Nas reunião, eu passava mal. Com certeza. Nossa, eu chegava a ter cólica de nervo. (...) Eu tinha cólica de nervo. Eu lembro que a Neide falava assim “fala aí Dona Maricélia”, aquilo eu olhava para a Neide assim e não saía um “a” da minha boca. Mas nó. É porque eu não tinha essa experiência. (...) A

minha dificuldade que eu encontrava era nas reunião. Mas ultimamente eu não encontro dificuldade nenhuma, sabe? Quando eu vejo uma coisa errada, aprendi uma coisa, a gente tem que saber falar com o outro. A gente sabendo falar, a pessoa ouve. Mas se você não souber falar, você cria um tumulto. Então, Graças a Deus, eu tenho me dado bem no meio do pessoal aí. (Maricélia, Comarp)

Cada experiência é diferente e acaba que a gente aprende cada vez mais. Uma coisa que a gente tava aprendendo atrás, a gente aprende mais ainda. É melhor, porque desenvolve mais. Desenvolve mais o dia-a-dia das pessoas. Você vai aprendendo, você vai passando. Eu mesmo quando entrei aqui não sabia conversar com o professor. Eu ficava assim... aliás eu já tive muito comunicação atrás, mas como fiquei muito presa em casa, quando tive filho, me bateu uma timidez, que até hoje sou tímida pra caramba. Não consigo escrever, fico tremendo. Sei fazer as coisas, mas por pouco bagunça tudo. Dá um nervoso, mas à medida que eu vou conversando, vou melhorando. Já melhorei bem mesmo, nesse aspecto aí, a se abrir mais. (...). Mas agora não, a cada dia que passa eu vou em reuniões nesse lugares aí, vou saindo mais, né? (Lúcia Helena, Coopersoli)

A gente aprende a tomar as decisão. A participar mesmo. Até então eu era muito tímida, ainda sou, não mudei tanto assim não, mas melhorei. Assim, a gente vai aprendendo a se abrir mais, a conversar mais, a dar opinião. Eu sempre era de ficar mais ouvindo. Agora eu já falo mais. Agora eu já dou um pouco mais de opinião. (Andressa, Coopersoli)

Kaztman (2001) destaca a quebra de vínculos sociais, a fragmentação dos laços comunitários e a segregação ocupacional ou residencial são algumas das características de países da América Latina que atingem, principalmente, os pobres urbanos. O isolamento social representa rupturas essenciais nas relações em sociedade. Nesse sentido, o espaço do trabalho é privilegiado no que se refere à construção de redes de amizades, consolidação de identidades, valorização da auto-estima e construção de destinos comuns. O papel do trabalho, como gerador de solidariedades na comunidade produtiva, perdeu forças, o que pode representar redução da qualidade de vida para parte significativa dos trabalhadores.

A dinâmica contemporânea tende a reforçar o individualismo, o que implica o enfraquecimento dos processos comunitários e de reciprocidade. Conviver e aprender com o outro, cooperar e ser solidários são ações, em grande medida, distantes de muitas realidades. As trajetórias de vida das trabalhadoras da **Comarp** e da **Coopersoli** são bastante influenciadas por processos de exclusão social em diversos níveis. Nesse sentido, a inserção nos empreendimentos solidários pode representar um espaço de convivência, capaz de proporcionar o enriquecimento de redes solidárias. Essa solidariedade está presente na aprendizagem cotidiana nos grupos.



Figura 8: Reunião na Coopersoli

A compreensão da diferença e sua articulação no trabalho constituem fontes importantes para o exercício social. Em primeiro momento, significa assegurar um espaço de sociabilidade, omitidos a muitas mulheres por diversos fatores e, em segundo, proporciona o sentido de pertencimento a um coletivo que deve necessariamente tomar decisões conjuntamente. O diálogo se constitui como ponto chave da integração. As redes de contato e de amizade se fortalecem, o que promove uma maior vivacidade para os laços comunitários. O sentido de pertencimento se contrapõe a idéia de exclusão e reforça o caráter do fortalecimento dos vínculos sociais. As trabalhadoras são reconhecidas e elevam sua autoestima, pois se sentem inseridas num projeto, num trabalho e na sociedade. Em alguma medida, não são mais impedidas de crescer: estão confiantes em suas capacidades e dispostas a aprender. Elas resignificam, no dia-a-dia, suas perspectivas de vida baseadas, unicamente, na esperança, a qual não são mais proibidas de ter.

Eu ainda sou tímida, introvertida, como se diz, né? Eu sempre fui muito fechada. Eu acho assim: burra não sou, mas tô aprendendo muitas coisas. Ainda tenho muita dificuldade para falar em público. Saber o que que é economia solidária, uma coisa assim que é mais profunda que uma palavra escrita. A gente tem que aprender que, quando você tá relacionando aqui, você tá ajudando o próximo também. (...) Então, eu não tinha muitas amizades e quando vim para cá, não sei o que vai no coração de cada um, mas aqui dentro gosto de cada um. Nessas saídas, a gente tá conhecendo pessoas novas, tendo outros relacionamentos e eu tentando aprender com as outras

peessoas que estão há mais tempo. (...) Igual eu sou uma pessoa muito tímida. É difícil na hora de você falar alguma coisa. A gente fica muito nervoso, às vezes, não consegue falar aquilo que a gente queria falar. Então, isso melhorou a minha auto-estima. Porque em casa eu ficava lá, mas para mim, fazendo aqueles afazeres de casa, aquilo ali no final do dia não aumentava a minha auto-estima. Às vezes, eu ficava alegre. Fiz meu serviço, mas não tinha uma perspectiva maior. E aqui não, aqui eu acho que a cada dia a gente tá aprendendo alguma coisa, se relacionando com as pessoas, conhecendo gente muito inteligente que a gente pode pegar algumas coisas. (Rosilene, Comarp)

Inseridas em contextos de poucas conquistas tanto no que se refere a bens materiais quanto a bens simbólicos, as mulheres apropriam-se do discurso da incompetência. Expostas ao mundo moderno e seduzidas por suas maravilhas, bem cedo, elas se tornam conscientes dos limites e, como sugere Kaztman (2001), são abandonadas. A precária integração ao mercado de trabalho e a vivência da pobreza contribuem para que elas se sintam incapazes. Sem estímulo, muitas citam a depressão como doença que, para elas, reflete a falta de perspectivas. Seduzidas e abandonadas, elas têm a exata dimensão do limite da renda, da ocupação e dos lugares na sociedade. Nos empreendimentos, entretanto, são convidadas a romper essas barreiras, ampliar seus conhecimentos e se sentir capazes. Nem todas aceitam o convite, mas as que aceitam, exercitam a perseverança. Em relações compartilhadas, elas são desafiadas ao novo. A incapacidade cede lugar a possibilidade, experimentada em espaços mediadores entre público e privado. A visibilidade do trabalho coletivo representa a visibilidade de si mesma e, dessa forma, de suas capacidades.

É um engrandecimento muito grande, né? Uma coisa que eu sempre achava que não tinha condições, que não tinha capacidade e hoje sei que sou capacitada em muita coisa. Eu achava que não tinha capacidade, que era uma pessoa burra. Eu era dependente do próximo para poder falar, conversar, resolver. Isso me mostrou que eu tenho uma capacidade enorme, tanto de crescer, tanto de ajudar o próximo a crescer. (...) A gente vai ganhando conhecimentos. (...) Além de você vir para cá, você tá trabalhando aqui, convivendo com os outros no dia-a-dia. Algumas coisas que você nunca fez na sua vida, você acaba tendo que fazer, igual eu faço. (...) Mas o que eu acho mais importante mesmo é que além de você ganhar amizades, é a terapia, sua cabeça... Você tá em casa...em casa é muita tensão, né? Se você fica dentro de casa muito, só dentro de casa, só dentro de casa, é uma tensão muito grande. Quem já tem tendência a ter depressão é pior ainda. Aí você vem para cá. Você vê aquele monte de material, aquele monte de coisa que depende de você tá separando aquilo ali. Te ajuda muito. (Luzia, Coopersoli)

Agora eu retornei bem. Eu fiquei um pouco depressiva de ficar em casa, sabe? Porque eu tinha uma vida muito badalada (trabalhava em dois empregos). Quando a gente pára daquela vida, eu engordei. Eu não era gorda. Engordei, entrei em depressão. Tudo que eu via tava chorando. Mas agora não. Depois que eu comecei a trabalhar de novo, a minha vida melhorou. Eu emagreci bastante. Perdi 27 quilos. Minha cabeça me deu mais vontade de viver. Fiquei intimada, assim, aquela intimação de querer viver. De pintar, de usar um batom, de sair com um brinco de novo. Eu tinha perdido o gosto de tudo na vida. Tinha perdido mesmo. Aí vou voltar a usar minhas roupas de novo. Assim as que eu gostava de usar. Sair e conversar,

rir... Eu nem ria. Ficava dentro de casa com menino, igual uma tonta. Esqueci de mim. Só pensava nos filhos e no marido. (...) Agora eu não fico só por conta de filho mais. Agora faço aquilo que eu tenho vontade. Saio, bebo, brinco com os meninos. Não tô nem aí para nada mais não. (...) Mas antes eu era uma menina mais pacata, boba. Porque eu sempre tive uma vida muito boa. Depois que eu casei, não tinha dinheiro para nada. Antes eu tinha meu dinheiro. Tudo que eu quisesse comprar, tinha. Trabalhava em dois serviços, ganhava um salário bom. (...) Mas hoje em dia não. Eu tô começando a recuperar. Tô começando. Assim, já tá bem recuperado com o trabalho daqui. (Lúcia Helena, Coopersoli)

A ampliação da rede de contato e convivência das mulheres, nos empreendimentos solidários, possibilita o aprender a lidar com o outro. Isoladas em seus lares ou em ocupações com caráter mais individuais, processos coletivos eram pouco experimentados. Nos grupos, as interações ao quais são expostas permitem que elas aprendam a conviver com a diferença. Tais relações são apropriadas de forma diferenciada entre as trabalhadoras. Grande parte cita a oportunidade de fazer amigos e amigas como algo fundamental nos grupos. A inserção do trabalho, qualquer que seja, amplia a rede de amizades e, no caso dos empreendimentos, ajuda a fortalecer vínculos, baseados na cooperação.

A convivência compreende também espaços de conflitos, mediados pelo diálogo e, em alguns casos, pelas brigas. Por isso, o exercício da participação consiste na revisão de algumas posturas pessoais compreendidas como negativas. Trata-se de um processo doloroso em que as trabalhadoras experimentam a gestão coletiva e são desafiadas a mudar. Ser ignorante, ter o estopim curto, ser grossa são algumas das posturas revistas para a melhor convivência nos empreendimentos. Elas consideram que as mudanças significam crescimento pessoal que, conseqüentemente, interferem na suas relações familiares e comunitárias. Nesse sentido, partilha-se também o respeito ao próximo e as diferenças. “Aprender a conviver” se torna fundamental em uma sociedade cada vez mais segregada. Para as mulheres pobres, muitas confinadas nos espaço doméstico, estar nos empreendimentos consiste acessar outros referenciais. O contato com o movimento da economia solidária, assessores e técnicos da prefeitura também é importante nessa trajetória, pois apresenta outros olhares a elas. O sentido do pertencimento, mais uma vez, assegura a confiança no grupo e em si mesmas.

Vai fazer dois anos que eu estou lá. No ponto do ser humano foi bom, porque eu já sei. Tô sendo mais maleável. Já tô aprendendo a controlar. Antes, como diz o outro, eu não tinha estopim. Eu falo que não tinha estopim curto, não tinha era nenhum. Então, eu era explosiva por natureza. Agora pelo menos eu já tô aprendendo a me controlar mais. (...) Agora já tá até mais tranquilo. A gente já tá aprendendo a conviver mais um com o outro. É muito difícil conviver com o outro. (...) Eu tô, como diz o outro, eu tô me amando mais. Tô apaixonada comigo mesma. Tô igual narciso, tô com narcisismo. Tô bem demais, tô bem com o mundo. Eu tô de bem com a vida. O problema, a diferença é essa, antes eu não tava. Antes eu era assim mais infeliz, reclamava mais. (...) Eu aprendi mais ouvir. Porque antes eu não sabia

ouvir. Eu só queria falar. Pelo menos, eu aprendi a contar até três, aprendi umas regrinhas básicas da vida aí. Eu aprendi a ouvir. Se a pessoa me falar uma coisa, eu sei contrabalançar a coisa, escutar... (...) Então eu aprendi isso: a raciocinar. (Maria do Carmo, Comarp)

Eu era ignorante, muito ignorante. Qualquer coisinha eu tava subindo nas tamancas. Brigava mais as meninas aqui. Aí com muita ajuda, você vai conhecendo pessoas diferentes e você aprende muita coisa com as outras pessoas. Porque, de repente, ali dentro do trabalho seu, você não aprende, porque as pessoas não sabe nem entender você, mas lá fora você vai participando das coisas e vai aprendendo com outras pessoas. (...) Eu aprendi. Minha convivência com as pessoas mudou muito. (...) Foi muito importante, porque antes eu só sabia trabalhar na roça e agora eu aprendi muita coisa. Eu aprendi depender de mim. Você imagina: eu separada, pagando aluguel, com minhas filhas pequenas. Como é que eu ia viver? Não tinha como. Eu tinha que aprender a trabalhar nem que fosse na marra. Isso me fez amadurecer muito. Eu aprendi a ter mais responsabilidade, mais compromisso e sou uma pessoa, assim, fiquei sendo uma pessoa independente, né? (...) Mesmo por isso que eu quero que elas (filhas) estudem. Comece a trabalhar para elas também depender delas. A gente depender das pessoa é muito ruim. Elas têm que ser umas pessoa independente também. (...) Eu tenho certeza que se saí daqui para ir para uma outra empresa, vou me dar melhor com as pessoas, com meu trabalho, porque aprendi muita coisa. (Dagmar, Coopersoli)

Olha eu falo: a vida da gente é um aprendizado. Eu quando cheguei para cá, xingava muito, falava um monte de palavrão, xingava todo mundo o tempo todo. Mesmo eu sendo presidente de associação, lidando com outras pessoas, não tinha aprendido esse conviver com todo mundo, no mesmo espaço, no mesmo tempo. Eu coordenando aquele monte de gente. Pensando no dinheiro, como é que ia vir dinheiro. Como é que ia ser feita as coisas. Naquele primeiro momento para mim foi muito difícil aquilo tudo. (...) Foi aquela coisa. Aquele inferninho naquele momento. Um gritava daqui e outro gritava dali. “Porque sou dono, eu que mando, vou fazer do jeito que quiser”. Aí com o tempo eu fui vendo que não. Eu podia trabalhar com eles. (...) Aí eu fui lidando com um, fui lidando com o outro. Então, eu cresci muito com eles. Hoje eu não falo os palavrão que falava mais. Eu sei sentar e conversar com eles tranquilamente. Antes, eu ia sentar, eles já falavam alguma coisa, eu já gritava junto. Se eles gritava, eu gritava mais alto que eles. (Neli, Coopersoli)

Ah, aprendi muita coisa. A gente aprende a se dá com todo o mundo. A gente conhece a parte boa da pessoa. Qual a parte ruim. Sabe como lidar com aquela pessoa. Todo mundo é diferente um do outro, porque não existe ninguém igual. (...). Quando a gente recebe uma visita, a gente já sabe como receber uma visita. Eu aprendi muita coisa boa. Como se dá com a pessoa. Uma gosta de brincadeira. Outras não gosta. O gênio da pessoa é muito diferente. Então, foi muito bom porque antes eu não trabalhava no meio de 21 pessoas (...). Antes, eu trabalhava, fazia meu serviço, terminou meu serviço, venceu meu horário, ia embora. Então, hoje tem que saber lidar com essas pessoas. (...). Tem muita gente estressada. Quando tá estressada, eu chamo para conversar. Procuro saber o que tá acontecendo. Se tá com algum problema. Se a pessoa tá com problema, a gente fala: ‘vai embora para casa, vai descansar a cabeça no outro dia você volta’. (Judith, Coopersoli)

A convivência acontece não só no empreendimento, mas com pessoas e entidades externas. Nesses grupos, muitas mulheres vivem as experiências de participar de reuniões, cursos e viagens fora da cooperativa ou da associação. Os espaços externos são citados como importantes para ampliação da rede de sociabilidade das trabalhadoras. O reconhecimento por meio da representação das organizações as quais pertencem soma experiências de

aprendizado. Representar o coletivo pressupõe compromisso e responsabilidade, ao mesmo tempo em que reforça a identidade das mulheres como pertencentes a um projeto. Essa visibilidade, experimentada por algumas, pela primeira vez, significa reconhecimento social e público. Esse fato interfere nas relações familiares, fundamentalmente, nos ensinamentos aos filhos.

Ah, eu gostei. Eu tô aprendendo até hoje. Tô aprendendo mais e tô conhecendo mais as pessoas lá fora. Porque eu não conheço nada lá fora. Só conheço essa área aqui. Nunca saí para nada. (...) Então a gente conhece muita gente importante lá fora. É uma coisa boa que eu tô aprendendo e tô conhecendo lá fora também. Para quem nunca saiu esses anos todo, casei, tô aqui até hoje. (...) Aí que eu vi que a vida não é bem o que tava passando na minha vida de casada. (...) Eu descobri que a vida é muito difícil para você querer uma coisa. Você tem que lutar por aquilo que você quer. (...) Porque toda a vida eu fui dependente do meu marido. Então, agora é eu só. Então, eu tenho que ser dependente de mim mesmo. É uma coisa que tá mudando muito minha vida. Todas as coisas que eu vou aprendendo... o que tá me mudando é isso. (...) Para mim, eu tava me sentindo uma menina de quinze anos de tanto que participei, de tanto que eu conheci tanta coisa boa e umas pessoas assim educada. Eu achava que as pessoas lá fora ia olhar a gente da Comarp de outro jeito, entendeu? E não é nada disso. É a mesma coisa que uma pessoa lá fora. Pode ser lixão, pode ser o que for, para eles é um trabalhador. (Selma, Comarp)

Eu aprendi a dialogar mais com as pessoas, a conviver com a diferença das pessoas. Eu tô aqui, cada um tem um jeito, cada um tem uma diferença, aí a gente aprende a conviver com a diferença dos outros. Falar na hora que tem que falar, se der para falar. Ouvir as pessoas. A coisa mais difícil que tem é você ouvir. Você tá achando que você tá certa, mas você tem que ouvir. Eu acho que eu aprendi a ser um pouquinho mais solta, né? Nossa, porque eu era pior ainda para falar. Eu acho que ensina a gente um pouquinho a aprender como é que é a vida. Como que é as pessoas. Eu acho que é isso. (...) Eu conheci mais gente, mais amizades, me soltei mais. Se tiver que ir em alguma reunião, eu vou. Igualzinho há pouco tempo agora a gente viajou. A gente ficou uma semana viajando, né? A gente foi para São Paulo, Paraná, então eu acho, sei lá, que a gente se solta mais. Assim, como se diz, sem muito medo de se entrosar no meio das pessoas. Tipo assim de errar uma coisa, falar uma coisa errada. Então eu acho que mudou um pouco o meu jeito de ser. Eu era mais fechada mesmo. Eu ficava mais na minha. Eu acho que abriu novos horizontes né? A gente conversa mais, tem mais amizades, a gente sai, brinca, eu acho que é isso. (Marli, Coopersoli)

Mudou porque a gente aprende muita coisa. A gente que vem do interior, igual eu não sabia nem o que era reciclagem. Não sabia o que era nada. Então não só sobre reciclagem, mas aprende muitas coisas: a conviver com as pessoas, a trabalhar com as pessoas, a respeitar as pessoas, a ouvir as pessoas. Coisa que eu não sabia fazer. A pessoa tá falando e eu não tava nem aí. Não queria nem saber. Se tá falando alto, eu falava era mais alto. Não tava nem aí. Então, não é só em benefício de dinheiro que ajudou. Acaba que acabou ajudando na vida da gente também. Acaba ajudando na vida dos filhos da gente também. Porque tem coisas que eu aprendo aqui que chega lá passo para eles. Então acaba influenciando na vida da gente toda, aqui e em casa. Então, é uma experiência boa para mim. De poder sair, de viajar, de conhecer outros lugares. Eu nunca tinha saído fora de Baldin, daqui de Belo Horizonte. Então, saí, conheci outras pessoas. De poder chegar num lugar e você ser reconhecido “oh, Elis Regina tá representando a Coopersoli lá de Belo Horizonte, de Minas Gerais”, igual quando a gente foi para Maringá. Então, é uma experiência boa. (Elis Regina, Coopersoli)

Por isso, eu aposto tudo aqui nessa Comarp (...). Eu me sinto muito bem aqui. Aqui eu me sinto realizada. Por isso, eu também fico pensando que um dia vou ter que sair daqui. Eu não vou ficar para sempre. Mas vai ser um marco na minha vida, a Comarp. Porque foi aqui que eu, como a Selma também, conheci, aprendi a ver outras coisas, meu ego, assim, a minha auto-estima. Para mim, é importante o que eu estou fazendo aqui, então, eu me sinto bem. (Rosilene, Comarp)

Ser reconhecida publicamente é uma experiência nova e rica em possibilidades. Em suas trajetórias ocupacionais, o trabalho foi vivenciado com pouco sentidos positivos, pois em geral, compreendia atividades precárias e fortemente hierarquizadas. Ao serem expostas a relações compartilhadas, em um coletivo autogestionário, tais experiências ampliam a percepção sobre suas vidas, assim como a visão da sociedade sobre elas. Apesar de difícil, vale a pena lutar para as conquistas de todos. Uma mulher trabalhadora é valorizada diferentemente, tem autonomia e independência, além de integrar um projeto maior que pode crescer e que tem o reconhecimento social. Antes dessa inserção, muitas passavam despercebidas na própria comunidade. Passam, então, a ser visíveis, identificadas socialmente.

Eu vejo, assim, que antes ninguém me conhecia, entendeu? Ninguém me conhecia. Igual eu moro perto do NAF aqui e nunca tinha entrado aqui no NAF, na regional também. Então, tem muitas pessoas boas que conhecem a gente. A gente se sente reconhecido por causa desse trabalho. A gente faz amizades que a gente arruma também lá fora também, né? (Selma, Comarp)

Igual quando eu dei aquela entrevista na televisão. Eu nunca tinha ido a uma emissora de televisão. Primeira vez que eu fui. Aí todo mundo viu. O pessoal lá do meu interior todo mundo viu “nossa, a Regina tá famosa, que não sei o quê.”. O pessoal onde eu trabalhava, que era a empresa, todo mundo me viu. Sempre que eu passo lá “nossa, Elis Regina, mas você tá famosa, você tá bonita, você tava na televisão, que serviço é esse? Negócio de reciclagem. Que legal!”. Então, é uma experiência muito boa para gente. Para mim, é muito bom. Aprendi muito e tenho certeza que eu tenho muita coisa para aprender ainda. E para ensinar também. Porque a gente aprende e ensina o que tem de experiência para as pessoas também. Então, para mim foi muito bom. (Elis Regina, Coopersoli)

Ficar em casa pode ser considerado como estar em uma prisão. A invisibilidade e a escassez de sentidos positivos, baseados na precariedade de suas vidas, causavam sofrimentos a muitas mulheres. Limitadas à esfera doméstica, elas não tinham a possibilidade de se mostrar, expor seu potencial e qualidades. Restritas às tarefas de cuidado de outras pessoas, esqueciam-se de si mesmas. A frustração corresponde à realidade de muitas mulheres que se sentiam pequenas, sem liberdade. Estar nos grupos consiste em refazer tais percepções e alterar trajetórias. Dessa forma, é possível se tornarem visíveis aos outros e a si, como alguém capaz. A participação, nos processos autogestionários, é importante para desenvolver o sentido de direitos e deveres iguais a todos.

Eu percebo que, quando ficava dentro de casa, me considerava presa. Eu não tinha como mostrar a personalidade da gente, né? A gente é uma pessoa certa, uma pessoa direita, trabalha direitinho. Não tinha como mostrar. Uma pessoa assim muito tímida. (...) Aí eu vim conhecer pessoas diferente, foi muito bom, né? Pessoa, amigo que nem conhece a gente, mas sabe que a gente faz o trabalho de reciclagem e parece que já transmite aquela amizade, assim, uma coisa diferente. Eu adorei trabalhar aí. (...) Na verdade, eu me considerava assim... me considerava muito pequenininha. Eu não tenho palavra para dá isso. Eu me considerava muito pequenininha, sabe? Porque eu não tinha acesso a nada lá fora. Mas depois que eu vim para essa associação, acho que subi um grau a mais. Eu acho que tava lá embaixo, eu acho que subi um grau a mais. Isso também me anima muito. Porque eu acho que eu não era reconhecida por ninguém... Acho que ninguém me dava valor... Agora eu me considero uma pessoa um pouquinho grande. Grande não, né, um pouquinho mais... (Maricélia, Comarp)

Olha porque antes de eu vir para a cooperativa tava desempregada, né? Então é horrível. Não tem coisa pior do que você ficar à toa dentro de uma casa, sem ter o que fazer. Você pensa muita coisa ruim. Você não pensa nada que presta. A gente tem que ocupar a mente da gente e você tando no serviço você ocupa sua mente, você não tem tempo de pensar em tanta coisa. E outra também através do dinheiro. Não tem coisa melhor do que você gostar de uma coisa, ter seu dinheiro e ir comprar. É muito diferente. (Judith, Coopersoli)

Nesse sentido, Telles (1999) ressalta que, ao contrário de um insistente determinismo econômico e tecnológico, é importante reativar o sentido político inscrito nos direitos sociais, ancorado nos conflitos pelos quais diferenças de classe, gênero, etnia, raça e origem se manifestam. Tais sujeitos, ao se fazerem ver e reconhecer em reivindicações de direitos, discursam sobre o justo e o injusto e reelaboram suas condições de existência baseados em questões próprias à vida em sociedade.

Colocar os direitos na ótica dos sujeitos que os pronunciam significa, de partida, recusar a idéia corrente de que esses direitos não são mais do que a resposta a um suposto mundo das necessidades e das carências. Pois essa palavra que diz justo e o injusto está carregada de positividade, é através dela que os princípios universais da cidadania se singularizam no registro do conflito e do dissenso quanto à medida de igualdade e à regra de justiça que devem prevalecer nas relações sociais. Para além das garantias formais inscritas na lei, os direitos estruturam uma linguagem pública que baliza critérios pelos quais os dramas da existência são problematizados em suas exigências de equidade e justiça. (TELLES, 1999, p. 178)

A conquista e reconhecimento de direitos são permeados pela invenção de regras da civilidade e da sociabilidade democrática. Trata-se de uma negociação difícil e aberta baseada em princípios reguladores da vida social. Esses sujeitos pronunciam sobre questões que lhes dizem respeito e que compartilham a deliberação de políticas que afetam suas vidas. Significa trazer à cena pública o que antes estava silenciado ou entendido como não pertinente a deliberações políticas (TELLES, 1999). É nesse contexto, que as trabalhadoras dos empreendimentos exercitam o diálogo social e são capazes de argumentar publicamente

aspectos condicionantes de suas trajetórias sociais. Dessa forma, rearticulam a dimensão de seus direitos e, em alguma medida, sua cidadania.

A racionalidade, presente na incorporação de membros na associação e na cooperativa, inverte alguns critérios ressaltados no mercado de trabalho formal. Trabalhadoras idosas, por exemplo, integram-se aos grupos em busca de espaços para se manter socializadas. Estar parada, sem atividade nenhuma, causa medo, e a ocupação parece ser uma das soluções encontradas. Mulheres em faixa etária mais avançada dificilmente conseguiriam qualquer emprego, e, nos empreendimentos, elas são aceitas. Espaços em que exercitam a memória, o pertencimento e a socialização.

Eu gosto demais de trabalhar aí. Igual eu falei com a Neide. Se eu ficar em casa... eu tive fora, tive até princípio depressão. Por causa do negócio de eu nunca ter ficar parada, sempre trabalhar. Então, eu não ajeito ficar parada. Se eu ficar parada, adoço. Eu tenho que tá trabalhando. (Maria Felix, Comarp)

Para mim foi bom, porque quando a gente fica já de idade, a gente não pode ficar parada por causa desse negócio... dá um branco na cabeça, né? Tem agora o mal de Alzheimer que as pessoas fica esquecida. E aqui a gente ocupando a cabeça da gente... no início que eu vim para aqui, tava com minha cabeça pior. Aí então quando eu venho para cá e fico assim trabalhando, conversando... Eu acho que até as briga são bom para mim, são boas para mim, porque ativa a minha memória, sabe? (...) A minha memória desenvolveu mais. Por causa de eu ter de tá lendo alguma coisa, que detesto ler, eles fala que é muito bom ler, para a memória, né? Para ativar a memória, eu tenho que tá lendo alguma coisa, na hora que tem um papel eu tenho que tá olhando. Quando tem dinheiro eu tenho que tá ajudando a contar. Então, eu acho que minha memória trabalhando, fico com a minha cabeça melhor, fico menos esquecida. (Maria Helena, Coopersoli)

A percepção dos homens sobre o aprendizado nos grupo é um pouco diferenciada. Entre os entrevistados, há duas percepções destoantes. A primeira revela que a convivência, nos espaços autogestionários, possibilita a revisão de alguns valores como a humanidade. A preocupação com o próximo é exercitada na medida em que as ações nos empreendimentos não buscam apenas lucro. A racionalidade individualista e competitiva, em alguma medida, é resignificada no cotidiano, pois, nas organizações solidárias, a ajuda mútua tem forte valor. Por outro lado, há também a opinião de que os grupos são espaços em que o aprendizado está relacionado à esperteza. Trata-se de um ambiente hostil, em que a competição é algo fundamental.

Eu era mais individualista e menos humano com as pessoas. Eu era uma pessoa meio que...como é que eu posso falar, cara? Eu era mais eu. Não olhava muito para o próximo não. Hoje eu posso te falar que a gente, às vezes, por estar em certa situações, a gente tem que olhar sim para o próximo e ver que nem tudo é lucro para todo mundo. (...) Eu tenho que acreditar na cooperativa porque foi uma coisa que mudou a minha vida de uma certa forma. Porque eu não tinha emprego. Estava

desempregado e outras pessoas também estavam desempregadas. Necessitaram disso na vida delas, tanto na forma da condição de renda, como no crescimento pessoal. Muita gente aqui cresceu pessoalmente. Eu acho que isso é uma nova forma de sustentabilidade, acho que é válida sim. (Wagner, Coopersoli)

Aprendi a brigar. Aprendi a crescer, aprendi a deixar de ser bobo, aprendi a discutir, aprendi a saber dialogar. (...) Aqui eu aprendi a ser mais esperto, porque é como se diz: um come o outro. Quem for mais mata, deixa o outro e vai embora. Deixa ele morto e vai embora. É como se diz: quem pode mais engole o outro e vai embora. Aqui é você vive entre cobras. É muita cobra. Então eu aprendi deixar de ser bobo um pouquinho, porque o pessoal aqui quer sempre montar nas costas dos outros. Então deixei de ser bobo. (Rogério, Coopersoli)

Foi comum, ao longo da pesquisa, observar opiniões quase antagônicas entre os entrevistados. Essas posturas se referem basicamente à participação e ao engajamento nos empreendimentos. Uma se relaciona a um conjunto de valores positivos presentes nos grupos, mesmo que os limites também sejam postos em evidência. Outra consiste na percepção de que as organizações solidárias são ineficientes em todos os aspectos e participar delas significa perdas. Entre as mulheres, ocorre um trânsito entre essas posturas que se apresentam de maneira mais relativa, ou seja, há aspectos positivos e negativos, enquanto parte dos homens tem visões extremamente negativas. Para eles, a convivência parece promover uma ampliação do sentido de destituição, ou o que Castel (1998) denomina de desfiliação. Trata-se da impossibilidade do acesso ao trabalho assalariado como elemento que vincula os indivíduos à sociedade. As mudanças no mundo contemporâneo contribuem para a exclusão de parte significativa desses trabalhadores que vivem em situação de instabilidade e insegurança, às margens do sistema.

A análise das trajetórias ocupacionais entre ambos os sexos contribui para a compreensão das diferenças. A presença masculina, nos espaços públicos, e o acesso a empregos mais qualificados são uma realidade muito presente entre os trabalhadores, enquanto para elas, a inserção perpassa por dificuldades em várias dimensões. Nesse sentido, é possível compreender as percepções baseadas nas relações sociais de gênero. Por estar em desvantagem no mercado de trabalho e, em muitos casos, restritas aos espaços domésticos e privados, a participação feminina, nos empreendimentos, representa uma oportunidade repleta de forças positivas como a autogestão, pertencimento, sociabilidade, cooperação, redes de contato e de identidade. Já para os trabalhadores que vivenciaram a integração via emprego formal e assalariado, estar nos grupos representa apenas desfiliação. É importante destacar que entre os entrevistados, apenas o mais jovem, sem muita experiência em outros empregos, consegue pontuar pontos mais positivos nas organizações solidárias.

Pode-se destacar que os aspectos relacionados às conquistas pessoais das trabalhadoras através da integração nos empreendimentos são muito abrangentes. As mudanças são vivenciadas cotidianamente por meio da própria dinâmica dos grupos que desafiam as mulheres diariamente. A superação de limites e o aprendizado representam os principais impactos em suas vidas. Além disso, a ampliação de perspectivas, materializada na participação de um movimento, parece reforçar o sentido de visibilidade no espaço público. Embora todas reconheçam limites materiais e subjetivos nas organizações, a oportunidade de realizar uma atividade com reconhecimento social significa o fortalecimento de vínculos e de redes. Esse arranjo possibilita a resignificação do trabalho e a superação de limites.

Esse trabalho é bom demais a gente trabalhar. A minha vida mudou muito nesses três anos, sabe? Isso aqui não é um negócio só que você faz, é um **movimento**, é uma coisa que você tá construindo. Então, isso **modifica todos os dias**, não é a mesma coisa todo o dia. Cada dia que você vem para a Coopersoli é uma coisa nova que você descobre. Então a minha vinda para Coopersoli deu um rumo diferente para a minha vida. De tudo, de tudo mesmo. Eu como pessoa, sabe? Assim, como **profissional** mesmo. Coisas que eu não sabia, eu tô sabendo. Uma vez eu num trabalho que a gente tava lá no Festival Lixo e Cidadania, lá na Asmare, o Patrus (Patrus Ananias – Ministro do Desenvolvimento Social) falou uma coisa que eu achei muito interessante. Ele falou assim que a gente que tá acordando para as cooperativas, a gente começou como cooperada, né, que hoje depois dos cursos que a gente fez, depois de tudo que a gente aprendeu, a gente pode se considerar um técnico, né? De tanta coisa que a gente aprendeu. E hoje eu acho que é isso. Hoje a gente avançou tanto, a gente tem uma experiência, tem uma **visão melhor** daquilo que a gente faz. A gente tá **mostrando para todo mundo**, para os empresários, que é possível fazer. (...) Eu tenho esperança de melhorar muito, muito mesmo. Eu tenho uma expectativa muito boa nessa profissão que eu tô fazendo, que eu tô começando agora. Coisas que eu pensei que eu não ia aprender, e hoje eu **conheço** o material. Eu tô sabendo aos poucos **administrar**, tô sabendo que material é esse. Aos poucos eu tô aprendendo a negociar. Tem hora que a gente se perde mesmo, né, mas é uma coisa assim que a gente não tem tanto medo igual a gente tinha. Chegava uma pessoa aqui para conversar sobre material, sobre o que que a gente tava fazendo, que material é esse, sobre a nossa história mesmo, a gente tinha medo de falar. Hoje a gente tá mais **seguro**. (Silvana, Coopersoli)

Segundo Pinto (2006), a economia solidária não compreende apenas o trabalho e a renda, mas envolve também, através da relação associada, novos significados compartilhados e novas solidariedades, capazes de requalificar os sentidos do trabalho, da produção, das trocas e do consumo. Tais vínculos proporcionam a produção de novas identidades pessoais e modos distintos de autopercepção. O espaço da associação representa o local privilegiado para a cooperação e participação dos trabalhadores e gera benefícios materiais e imateriais compartilhados.

No caso do trabalho associado, pertinente à economia solidária, supõe-se que a presença da reflexividade interpela relações desiguais e opressoras, que de resto,

ainda definem as circunstâncias da produção e reprodução social. Nesse sentido, chama atenção o fato de que, mesmo frágil, o engajamento reflexivo nesse caso é menos resultado e mais condição de situações emancipadas. Ou seja, a política de vida traz alternativas de sociabilidade que podem favorecer a emancipação. (PINTO, 2006, p. 72)

Nesse sentido, a concepção de empoderamento parece conveniente às reflexões acerca das trajetórias das trabalhadoras nos empreendimentos solidários. León (2000) destaca que se empoderar implica a transformação do sujeito em agente ativo numa situação concreta. Significa que as pessoas adquirem o controle de suas vidas, têm habilidades de realização e definem escolhas e opções próprias. A idéia raiz é constituída pelo conceito de poder, cara aos debates feministas que, em grande parte, pressupõem as estruturas de subordinação da mulher na sociedade. A concepção está baseada em relações sociais mais democráticas e com o princípio do poder compartilhado, integrados no micro e no macro, no privado e no público, no produtivo e no reprodutivo, no local e no global. O empoderamento, entendido como autoconfiança e auto-estima, integra-se aos processos comunitários de cooperação, solidariedade e pertencimento.

4.5 Economia solidária em foco: visões e perspectivas das trabalhadoras

A economia solidária é permeada pela idéia de um movimento em construção intimamente ligado à criação e à consolidação de práticas autogestionárias. De forma geral, os debates e organização de empreendimentos solidários são relativamente recentes no Brasil. O avanço dessas experiências depende de um conjunto de fatores diversos. Os dois grupos pesquisados têm em média três anos de funcionamento. Ambos participam do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, recebem assessoria de entidades fomentadoras e participam de cursos, seminários e eventos promovidos sobre o tema. Trata-se de grupos fortemente engajados nessas discussões e na construção desse movimento.

A apropriação dos sentidos sobre economia solidária compreende várias visões e significados para quem a pratica. Tais concepções, de acordo com aqueles que são responsáveis pela materialidade das relações autogestionárias pressupostas, são ricas para reflexões e análises. Nessa seção, buscam-se visibilizar as idéias sobre o tema de acordo com o entendimento dos entrevistados na pesquisa. Não se trata de julgar as percepções, mas compreendê-las à luz da vivência cotidiana. O objetivo é demonstrar as formulações

elaboradas pelos trabalhadores em um exercício reflexivo. A pergunta norteadora, embora simples, traduz-se em repostas que abarcam inúmeras concepções, inter-relações e questionamentos.

Em princípio, pode-se destacar que algumas trabalhadoras não conseguiram definir o que significa economia solidária para elas. Em geral, são mulheres que participam menos de espaços extras ao da associação ou cooperativa, limitadas aos locais de trabalho, muitas por opção própria. Dessa forma, por não estarem dispostas a participar dessas instâncias, a percepção sobre o movimento fica mais restrita. Há também o receio de se expor e falar sobre um assunto que não dominam. Embora o termo seja muito utilizado na caracterização dos empreendimentos internamente, isso diz pouco para algumas trabalhadoras. Esse fator não representa que elas estejam menos empenhadas no trabalho coletivo, mas que compreendem de outra forma a participação no grupo.

Eu sei lá. Nem lembro mais. Eu esqueço muito das coisas muito rápido. (Edma, Coopersoli)

Eu acho que esse negócio não vou responder não. (...). Fico em dúvida. (Dagmar, Coopersoli)

Eu não sei esse negócio de Economia Solidária, não. Economia solidária é a pessoa, sei lá. É muito unido, vive muito bem. Aqui a gente não tem muito diálogo não. A gente sente na pele, você entendeu?, Tem uns mais que os outros, uns menos. (Eva, Coopersoli)

Por outro lado, de acordo com a percepção de parte das entrevistadas, a economia solidária tem um forte sentido de cooperação. A ajuda mútua relaciona-se com a idéia de que a união pode representar uma estratégia para superação do desemprego e da pobreza. Compartilhar o dia-a-dia, trabalhar coletivamente e ser reconhecido são formas de afirmação social. O fato de ser solidário com o próximo, na divisão de tarefas, dentro do grupo ou na repartição de ganhos monetários, é um dos exemplos de solidariedade citados. Outro ponto que parece fundamental é a distribuição de riquezas possíveis em organizações dessa natureza. Há um sentido de justiça social implícita no trabalho dos empreendimentos, pois estão baseados em direitos igualitários. Trata-se, porém, também de uma tarefa difícil de ser realizada na prática.

Para mim economia solidária é você criar um espaço, criar um lugar para as pessoas trabalhar e ter sua dignidade, seu dinheiro e ter é... ser valorizada no seu serviço. Muitas vezes, as pessoas trabalham e as pessoas não dão valor ao serviço da gente, igual lá no interior mesmo. A gente trabalhava igual burro e ganhava pouquíssimo. As pessoas não dava valor ao serviço da gente, então, economia solidária para mim é isso. É você ter um espaço para trabalhar. Poder trabalhar e ter sua renda. Ter sua

dignidade, seu dinheiro, suas coisa para fazer com dignidade, com respeito. As pessoas te respeitando. Para mim, economia solidária é isso. (Elis Regina, Coopersoli)

É meio difícil explicar. Mas eu acho que é essa cooperação que tem que ter entre as pessoas. Um cooperar com o outro, você tá precisando da minha ajuda para puxar alguma coisa, um *bag*, eu vou te ajudar. Então eu acho que é isso. Um tá sempre ajudando ou outro, cooperando com o outro. Eu acho que é isso. Não sei se está certo. (Marli, Coopersoli)

Economia solidária para mim é a gente tá junto. A gente tá compartilhando o dia-a-dia. A gente tá dividindo todas as dificuldades da gente. A gente tá aprendendo, tá construindo. Da gente pensar que pode fazer uma economia diferente, sabe? E que eu fazendo com três, quatro, cinco, nós três fazendo, nós dez fazendo, nós vamos fazer um efeito maior. Eu vou tá contribuindo, eu vou tá passando, eu vou tá aprendendo junto de cada um, entendeu? Aí o trabalho fica diferente. Quando a gente faz em conjunto. Quando a gente constrói junto. Eu acho que é isso: provar, fazer uma economia diferente juntos, né? (...) É mais trabalhosa, viu? Muito trabalho mesmo. Não é fácil porque é um trabalho diferente. Não é uma coisa escrita, não é uma coisa feita, é uma coisa que você vai construir. Uma coisa que vai acontecer. Mas é uma coisa difícil, trabalhosa, mas o resultado é muito maior, você pode ter certeza. (Silvana, Coopersoli)

Eu acho que é distribuir. Distribuir aquilo que a gente vai ganhar com os outros. Querer que todo mundo tenha alguma coisa. O meu sucesso, o sucesso que eu espero, eu espero o sucesso de cada um que tá aqui dentro. Igual muitas pessoas, que, às vezes, eu fico triste, falando assim: “eu não quero que tira 15 centavos do meu dinheiro que vai me fazer falta”. Ou então pensar só no eu. Num vou falar, porque todo mundo tem um pouquinho de egoísmo. O ser humano tem sim. Às vezes, a gente pensa mesmo. Mas eu acho que a gente tem que pensar no próximo, porque pensando no próximo, a gente tá pensando na gente também. (Rosilene, Comarp)

É uma economia em que todos trabalham solidariamente um com outro. É isso que eu entendo. E mesmo dentro dos grupos que a gente tenta fazer isso, é o que eu te falo, como conscientizar o grupo disso? Dessa economia solidária mesmo. De um trabalho solidário. Um trabalho com ajuda mútua, um trabalho não olhando só meu lado, olhando o de todos, entendeu? Independente da situação, eu tô ali pronto para tá ajudando o meu companheiro de trabalho. Para essa economia não é uns ganhando tanto e outros ganhando menos. Então, eu acho que é um trabalho solidário. Eu acredito que a idéia é de um trabalho solidário e com a renda de distribuição solidária também. (Ivaneide, Comarp)

Eu acho que nós como economia solidária tem que destacar mais e fazer mesmo. Mostrar que a economia solidária para o povo vê. Expandir para todo quanto é lugar que acabaria esse negócio de emprego aí. Esse negócio que falta desemprego. Porque aí todo mundo seria economia solidária e todo mundo seria igual. Tem um patamar igual, um trabalho igual para todos. (...) Se todas as cooperativas tivessem um apoio legal, uma renda boa para a economia solidária, aí ninguém ia largar a economia solidária para querer subir na vida, né, “ah, eu vou trabalhar com carteira assinada que é bem melhor”, mas no final não é bem melhor. Você ajuda só o patrão. (...) Os empresários ganham, mas quem trabalha para o patrão não ganha. Se todas as pessoas se unissem para uma economia solidária, eu tinha certeza que esse Brasil mudava. Porque na medida que você vai sendo economia solidária, vai construindo seu patamar, vai subindo. Aí acabava com esse negócio de empresário. De empresário montar nos pequeno porque isso existe muito. Se todos montassem um grupo, aí ia ter redes da economia solidária. Tenho certeza que melhoraria esse ponto. Mas tem muita gente que não acredita, né? Eu acredito nesse projeto. A gente vai tirando a possibilidade dos grandão, sabe? Aí seria todo mundo num patamar certo. Não teria **ninguém pobre, ninguém rico**. Não é questão de rico não, mas pelo

menos tinha para sobreviver e não ficar dependendo de patrão. O patrão talvez daria valor mais aos empregados que tem lá. (...) Porque quem tá empregado lá dentro, os empresário lá, se você trabalha lá direto fichado você tá ajudando ele. Você sai, você tem os seus direitos, mas você nunca vai chegar aonde você quer. Você nunca vai ter uma vida mais tranqüila. Vai sempre ficar à mercê dos outros, né? Economia solidária não tem isso. Você trabalha, é unido, é dividido, todo mundo fica igual, ninguém fica querendo derrubar o outro. É solidariedade com o outro, né? Eu acho importante nesse ponto. Eu acho muito bonito nessa parte. (Lúcia Helena, Coopersoli)

As organizações autogetionárias envolvem pessoas diferentes e, conseqüentemente, interesses diferenciados. A não efetivação da economia solidária na prática aparece como um dos grandes desafios e ao mesmo tempo uma frustração. Parte da não realização pode ser atribuída a posturas individualistas de muitos integrantes dos grupos. Ao relacionar a solidariedade à ajuda ao próximo e à cooperação, vários trabalhadores e trabalhadoras parecem ficar perdidos. Trata-se de um processo contraditório vivido diariamente, porque a gestão compartilhada e a participação nos empreendimentos envolvem motivações variadas. Nas decisões em conjunto, pesam forças pessoais e coletivas. A idéia de que cada um deve pensar em seus interesses e, a partir disso, assumir posições contribui para situações destoantes aos princípios igualitários. O entendimento de que nos grupos não há a compreensão do outro e do trabalho cooperativo desestimula muitas pessoas, que chegam a assumir que têm posturas egoístas em determinados momentos. Os conflitos desgastam algumas relações que interferem na perspectiva do engajamento de todos em um projeto comum. As argumentações são permeadas por confusões e êxitos nas descrições dos trabalhadores, o que pode indicar a busca por sentidos que, na vivência cotidiana, são vistos como contraditórios a concepção senso comum de solidariedade.

Porque aqui dentro da associação é cada um pra si. Se eu tô trabalhando, é porque eu preciso. Então, não tem como ficar o tempo todo ajudando o outro, se eu não vou ganhar. Eu acho que isso dentro da associação não pega muito não. (...) Tudo que chega é dividido por igual. Se não for dividido, aí chama para um reunião, tem a punição. Então, eu acho que, no meu entender, economia solidária é essa matéria que vem da rua para cá por parte da prefeitura. Por parte da prefeitura, nós temos uma economia solidária, porque tá mandando, tá recolhendo esse material para nós. Mas aqui dentro da associação é cada um pra si e se a gente não triar, a realidade é que a gente não recebe, né? (Maricélia, Comarp)

É que eu acho que na nossa, não tá tendo isso. Solidariedade não está existindo. Existe em parte, às vezes sim, às vezes não. Um dia é solidário, o outro dia já não é mais. Já fica naquele de cada um para si, Deus para todos. Solidariedade como se fosse uma folhinha lá no chão, chega uma formiguinha cutuca ali, cutuca cá, ela esperneia e nem balança a folha, mas aí ela dá outra voltinha já vem aquele monte. Acho que é a solidariedade da formiga, né? (...). Uma sempre ajudando a outra. (Evaldo, Comarp)

Eu não vou saber falar de economia solidária, não. Eu acho que economia solidária que o pessoal tá procurando ajudar. Tá buscando ter mais solidariedade, procurar reconhecer mais. Sei lá. Não sei muito sobre isso, não. Sei lá, até sei. (...) Às vezes, eu acho que é, mas às vezes eu acho que não. Às vezes, os próprios cooperados não tem nada de solidário. Porque às vezes a gente vive alguma situação aqui dentro que aí devia pensar assim: a gente é economia popular solidária deveria olhar pelo lado mais solidário. Não, a maioria olha pelo o outro lado. Então, foge um pouco da solidariedade, às vezes, pelo menos eu acho (...). Mas é muito difícil, é muita opinião diferente. (Andressa, Coopersoli)

Se fala muito na economia solidária, né? Mas eu sei que uns tem que ajudar o outro. Tem que ser solidário uns com os outros. Só que aqui não é muito isso não. A maioria não gosta de ajudar (...). Um dia deve chegar lá, mas ainda falta. Ainda falta essa coisa da economia solidária. Até da minha parte mesmo falta. Eu acho que falta. Eu tenho que aprender a ser mais solidária. Não só da minha parte, mas da maioria. De todo mundo. (Lúcia, Comarp)

Muitas trabalhadoras e trabalhadores reconhecem as dificuldades de se colocar em prática a economia solidária. A autogestão pode representar um desafio, pois propõe relações de trabalho menos centralizadas e hierarquizadas. O exercício coletivo proporciona repensar essas posturas, mas mudanças maiores dependem de um longo período histórico. A distância entre teoria e prática parece ser grande, mas também pode ser articulada em soluções cotidianas. Não há como negar que muitas vezes cobra-se ao extremo dos empreendimentos uma vivência autogestionária distante da realidade possível, o que acaba por se sobrepor à riqueza da oportunidade de construções. Nesse sentido, os modelos, em certa medida fechados, parecem camisas de forças impostas aos grupos. Os caminhos alternativos, criativos e dialogados, são ricos na vivência cooperativa, embora também sejam dolorosos e contraditórios.

Nós estamos começando. Nós estamos galgando assim o caminho estreito muito difícil porque eu acho que precisa todo mundo participar e nem todo mundo tá disposto a abrir mão de alguma coisa. Porque a gente tem que abrir mão para fazer aquela troca. Nem sempre todo mundo tá disposto e você colocar isso na cabeça das pessoas é muito difícil. (Rosilene, Comarp)

Ah, cara, eu acho que é uma coisa bem difícil de explicar, porque nem sempre as coisas acontece como se diz falar é economia solidária. O que a gente entendia que economia solidária era que todos eram iguais. Independente do que acontecesse, da produção, de qualquer outra coisa, que todo o mundo receberia igual por causa da solidariedade e tal, e tal, e tal, que foi aprendido junto com o cooperativismo. Mas as coisas não são bem assim na prática, cara. Muitas vezes, a nossa cultura nos coloca, a gente é criado no sistema capitalista, a gente acha que tem que trabalhar mais. Quem trabalha menos, ganha menos. Quem trabalha mais, ganha mais. E para mudar isso da cabeça da gente, é uma coisa que não é de uma hora para outra. (...) A gente tem dificuldade até hoje. A gente tenta o máximo não ser desonesto com ninguém e nem prejudicar ninguém, mas é uma coisa que não vai mudar de uma hora para outra. Uma coisa que a gente foi criado de uma certa forma e mudar agora... (Wagner, Coopersoli)

Mas eu acho que o ser humano tem muita dificuldade de trabalhar o coletivo em si. As pessoas, a maioria, nós temos dificuldade de ser cooperativo, de cooperar um com o outro, do coletivo. A gente é muito egoísta. A gente é muito individual. Então, trabalhar hoje por mais que você queria, você acaba pensando em você primeiro. Então, eu acho que nós temos que começar. Eu acho que é uma forma de pensar essa nova economia, que é a economia solidária. É difícil as pessoas trabalhar em conjunto. Difícil gerenciar um negócio junto, mas é um exercício fazer esse coletivo. Esse coletivo, os nossos jovens estão muito afastados disso. Porque a gente começou a afastar. Talvez pela situação do país, pela situação financeira, a gente, é uma correria do dia-a-dia, e a gente quer se salvar. Se puder, eu salvo meu companheiro, meu vizinho, mas se eu puder, primeiro eu, minha família. E eu acho que a gente tem que começar a trabalhar isso na gente e quando a gente reúne em grupo a gente tem dificuldade de trabalhar esse coletivo. Até no grupo, mesmo conscientizando através de cursos sobre esse coletivo, sobre esse trabalho coletivo, às vezes, a gente tem dificuldade de pensar. Se você trabalhar coletivamente mesmo, com uma consciência de cooperação mútua é que você vai conseguir o retorno maior. Se você parar e pensar que se você trabalhar sozinha, o resultado seu menor do que junto, porque 2, 3, 4, 5, 10, somando forças no mesmo objetivo, com certeza você vai mais rápido, você vai mais longe. Mas com essa consciência coletiva de todos. Porque não adianta. Você tá querendo fazer um coletivo com um grupo que acaba que cada um tá pensando em si. Não adianta forçar a barra e querer fazer todo o mundo pensar coletivamente. Então, é o que eu vejo isso no grupo até hoje. A gente tem essa dificuldade até hoje do coletivo. A coisa funciona mais no individual. Agora como fazer isso? Não adianta querer forçar de uma vez, porque isso só vai trazer atrito. Então, assim, de vez em quando tem alguns trabalhos coletivos para fazer. Eu acho que aos poucos vai tendo essa consciência. (Ivaneide, Comarp)

Outro ponto a ser destacado é a concepção de economia solidária relacionada ao cuidado com o meio ambiente. De acordo com essa percepção, a solidariedade se faz pela reciclagem e atuar, nesse setor, traz sentidos positivos ao trabalho, que é, fundamentalmente, solidário ao mundo, ao ecossistema. A idéia de preservação está relacionada à noção de poupar recursos indispensáveis à vida. Da mesma forma que reaproveitar materiais economiza recursos importantes a sociedade. Trata-se também de uma troca de favores com a prefeitura que se beneficia do trabalho da cooperativa que, ao mesmo tempo, recebe benefícios do poder municipal.

Assim, eu, pelo meu entender, acho que economia solidária é a gente tá tirando esse material das rua e trazendo para cá e ajudando o meio ambiente. Eu acho que isso é um meio de economia solidária. (Maricélia, Comarp)

É a mesma coisa que na minha casa, por exemplo. Eu pedi meus filhos, pedi meus netos para economizar uma luz. Eu acho que a mesma coisa é aqui. A gente tá colaborando para o meio ambiente, tá colaborando com o pessoal da prefeitura em troca das parcerias que eles ajudam a gente a arrumar, dos reciclados que eles trazem aqui. Eu acho que a gente tá ajudando eles também na mesma quantidade que eles ajudam a gente. A gente tá ajudando eles também porque senão tivesse, se o pessoal não tivesse inventado isso de tá fazendo alguma coisa com esses reciclados, não ia existir lugar para eles colocar esses trens tudo, não. (Maria Helena, Coopersoli)

A concepção de espaços alternativos ao desemprego é muito difundida como tradução para os empreendimentos solidários. Basicamente, a forte exclusão do mercado de trabalho

busca ser resolvida pelas iniciativas autogestionárias. Essa percepção ancora-se na forte desigualdade da sociedade brasileira que encontra, na economia solidária, uma das soluções possíveis para a superação da pobreza. Trata-se de uma oportunidade de inclusão para camadas vulneráveis da sociedade. A possibilidade de geração de renda é fator primordial dessas iniciativas.

Tem que responder? (...) Porque eu não sei direito, porque vejo a economia solidária assim sabe, quando você sabe, mas não sabe falar ou por num papel? Porque eu vejo assim: hoje tá muito difícil de você conseguir um emprego lá fora. Uma vez que existe uma cooperativa, ela entra para economia solidária. Então, quer dizer, você tem mais oportunidade de tá entrando ali, trabalhando e tá assim tendo uma fonte de renda, onde você vai tirar seu pão de cada dia. Expliquei mais ou menos? (...) Porque eu acho que uma andorinha sozinha não faz verão. Você vê que são muitas. Então, se todo o mundo tiver o mesmo objetivo, não tiver só aquela visão do dinheiro, do dinheiro. Eu acho que o dinheiro é muito importante. É sim, senão você não come, você não dorme, você não veste, né? Mas eu acho também que você tem que ter aquela visão de companheirismo, de humanidade. Por que você já imaginou uma pessoa sozinha? Se as pessoas não se unirem? Como que ia ser? Então eu acho que as pessoas têm que passar a pensar também no próximo sem pensar no dinheiro. (...). É uma coisa que mexe muito comigo a solidariedade. (Luzia, Coopersoli)

Dizem que ajudou muita família (...) As famílias que estão desempregadas, que não tem condição de ganhar, então, a cooperativa foi um modo de ajudar. Mas não é só a economia solidária que a cooperativa ajuda, ajuda muitos outros... ajuda o meio ambiente, a limpar as ruas. Nesse ponto da economia solidária foi que as famílias que tava desempregada, não tinha uma renda fixa, não tinha a sua renda plausível que podia ganhar um pouquinho mais. Aí entrou a cooperativa, a pessoa já ganha um pouquinho mais, aí vai ajudando, vai andando para frente. (...). A cooperativa foi criada para isso mesmo, para ajudar as famílias que não tem uma renda fixa, que não tem condições, né? (Rogério, Coopersoli)

A economia solidária consiste também, na concepção dos entrevistados, na cooperação entre os empreendimentos. Nesse sentido, a ajuda entre os grupos é fundamental para a construção do movimento. A troca de informações, em um cenário de competição mercadológica, tem sua lógica invertida em função de uma rede de contribuição mútua em prol da solidariedade. Trata-se da intercooperação capaz de consolidar as iniciativas autogestionárias.

Eu acho que é uma cooperativa ajudar a outra, né? Porque é... se tiver uma cooperativa que não sabe, buscar informação na outra cooperativa. Se uma cooperativa tiver vendendo o material a um preço melhor, uma passar para a outra. Eu acho que a economia é essa. Eu acho que a economia solidária é essa. (Judith, Coopersoli)

Eu acho que economia solidária ajuda não só a gente, né? Ajuda também as outras cooperativas, os outros grupos, com o trabalho solidário. Porque a gente ficar afastado sozinho também a gente não vai para frente, né? (Conceição, Coopersoli)

Quaisquer que sejam os sentidos atribuídos à economia solidária pelos trabalhadores e trabalhadoras, fica claro que se trata de um movimento em construção. As percepções estão ancoradas na idéia de solidariedade em si que aparece como conflituosa em sua prática. Os ideais de igualdade e cooperação são explícitos como buscas constantes no exercício diário do trabalho. São experiências descritas no negativo em que sua efetivação ainda parece distante. Apresentam-se como alternativas ao desemprego na consolidação de respostas aos processos de exclusão do mercado de trabalho. As formulações envolvem a dimensão ecológica da reciclagem por meio da contribuição ao planeta. Todas essas visões permeiam o imaginário dos entrevistados que, em última instância, apropriam aspectos pessoais em suas análises.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Descrever as práticas vinculadas à economia solidária e analisá-las compreendem desafios sob diversos aspectos. O primeiro deles consiste na nítida sensação de refletir sobre processos inacabados e em construção. É como se descrevêssemos uma casa que ainda não está pronta, que pode ter teto, sem ao menos ter alicerces. Em meio às mudanças do mundo do trabalho, influenciadas pela reestruturação produtiva, que entre outras questões, desmantela o assalariamento e torna ainda mais visíveis e presentes trabalhadores desnecessários (CASTEL 1998), é possível perceber iniciativas de sobrevivência. O segundo desafio abarca as formulações teóricas acerca do tema. Embora o ponto comum seja a proposição de formas de produção menos excludentes do que o capitalismo, as estratégias propostas ocorrem na estrutura desse sistema econômico. A visibilidade de outras racionalidades possíveis, para além da mercantil, apresenta-se como alternativa, mas sua sustentação ainda enfrenta obstáculos de ordens culturais, econômicas e sociais. Por último, propor compreender essa dinâmica sob o enfoque das relações de gênero amplia a complexidade das reflexões, principalmente porque analisamos trajetórias de mulheres pobres que vivenciam o constante trânsito entre formalidade/informalidade, público/privado e exclusão/inclusão.

As trajetórias ocupacionais de homens e de mulheres que integram a **Coopersoli** e a **Comarp** são marcadas por trabalhos precários, em grande medida inscritos na informalidade. Entre as mulheres, parte significativa desenvolvia atividades como domésticas e no setor de serviços. Muitas iniciaram o trabalho remunerado ainda cedo, quando crianças e adolescentes, o que pode ter influenciado a baixa escolaridade de algumas delas. Caminhos que são interrompidos pelo casamento ou pela chegada de filhos. A maternidade constitui o principal elemento capaz de paralisar as atividades das mulheres. Fatores que reforçam os argumentos de Araújo e Scalón (2005) acerca da forte percepção de centralidade do cuidado com as crianças como responsabilidade feminina e a baixa distribuição dessa atribuição com os homens. É interessante notar que as trabalhadoras, inseridas nos empreendimentos, em sua maioria, têm filhos mais velhos e, por isso, nessa fase, estão mais disponíveis ao trabalho. Entre os homens entrevistados, as ocupações são um pouco mais heterogêneas com destaque também para o setor de serviços. Nenhum deles descreveu paralisações em suas atividades devido ao casamento ou à paternidade. No geral, mesmo desempregados, eles desenvolvem ações denominadas por “bicos”.

As motivações que levam às mulheres a se integrarem à economia solidária apresentam-se em três dimensões. A primeira relaciona-se a um *status* negativo ancorado na idéia de perdas. Nesse sentido, o mercado de trabalho está fechado para aquelas que são mais idosas, têm baixa escolaridade ou não têm experiência. O processo de desemprego mostra-se significativo na opção por compor iniciativas autogestionárias, marcado pelo estigma da incapacidade. O segundo impulso compreende a busca por mudanças. Trabalhadoras que vivenciam tarefas precárias ou, em suas percepções, monótonas, muitas restritas ao espaço doméstico, são atraídas pelo desejo de construir algo novo em suas vidas. Elas querem ampliar suas perspectivas de vida e de atuação. O terceiro inclui ações propositivas de organização comunitária. Trata-se de construir alternativas em suas localidades que possam proporcionar ocupação e renda para “mães-trabalhadoras”. Nesse caso, as líderes foram as principais responsáveis pela mobilização de outras mulheres para a composição de um projeto construído por elas. O acesso a redes de informação e de solidariedade contribuiu para a consolidação dessas iniciativas. De forma aproximada Gaiger (2003) descreve que a inserção, nos empreendimentos solidários, pode ocorrer por duas motivações: exclusão do mercado de trabalho e convicções próprias. No caso das trabalhadoras, como descrito anteriormente, essa também é uma classificação possível, na medida em que são os impulsos preponderantes na narrativa das entrevistadas.

A busca das mulheres por soluções locais para o problema do desemprego, em suas comunidades, enfatizada como motivação para a inserção na economia solidária, aproxima-se da idéia de Guérin (2005) no que se refere ao caráter de justiça de proximidade e de mediação presentes nas iniciativas autogestionárias mobilizadas por mulheres. Elas são capazes de identificar desafios, localizar atores e propor soluções. No caso da Coopersoli, a preocupação das trabalhadoras era o pós-morar nos conjuntos habitacionais, advindos de programas de políticas públicas. Sem alternativas de trabalho, as mães ficavam ociosas e sem renda. A consolidação de espaços, capazes de promover ocupação dessas mulheres, configurou-se como uma solução possível de aliviar diversas dificuldades e ser um elemento para a superação do caráter multidimensional da pobreza.

O encontro com o trabalho da reciclagem apresentou-se como uma nova descoberta para muitas trabalhadoras. Em princípio, a ocupação pareceu aos olhos de muitas como desqualificante, pois envolvia a idéia de lidar diretamente com o lixo. Freitas (2005) reforça o estigma vivido pelos catadores de papel devido ao preconceito da população em relação ao trabalho realizado por eles, percepção também compartilhada por algumas das participantes dos grupos. A inserção na cooperativa e na associação, entretanto, possibilitou que essas

visões fossem revistas. Através de capacitações e de participação em fóruns de discussão, as trabalhadoras passaram a se apropriar do discurso ecológico presente na reciclagem. A preservação do meio ambiente confere reconhecimento social, e elas tornaram-se agentes ambientais. O sentido do trabalho se amplia e envolve perspectivas positivas. A idéia do cuidado, presente nas tarefas domésticas, socialmente atribuídas à responsabilidade feminina, ganha a dimensão do planeta. A reciclagem tem *status* público de bem comum, diferentemente das atividades privadas que têm pouca valorização e são invisíveis. A possibilidade de contribuir para sociedade interfere nas formulações sobre a inserção no mundo e sobre si mesmas. A resignificação do exercício do trabalho passa a ser preponderante.

A participação, nos empreendimentos econômicos solidários, pode representar aos trabalhadores e trabalhadoras a vivência de limites e de perdas. Uma das principais queixas dos entrevistados quanto à integração nos grupos relaciona-se à falta de direitos trabalhistas. A centralidade do assalariamento, como forma de acesso a benefícios sociais, está nas perspectivas das associadas como garantia de segurança, principalmente no que se refere à conquista de aposentadorias e ao afastamento por doenças. A vulnerabilidade financeira impede que os grupos consigam manter formas alternativas de seguridade. A baixa remuneração, principalmente na **Comarp**, também é citada como ponto negativo. Fatores que podem caracterizar as ocupações como precárias, pois oferecem pouca estabilidade para os trabalhadores e trabalhadoras.

Por outro lado, a gestão compartilhada simboliza aspectos positivos na medida em que a participação nas decisões nos grupos fortalece sentidos de pertencimento. A autogestão, segundo Albuquerque (2003), consiste num conjunto de práticas realizadas de forma democrática em prol da autonomia de um coletivo. Nesse sentido, a participação em organizações dessa natureza representa o exercício da comunicação, argumentação e negociação. São espaços nos quais o **diálogo social** é propiciado. De acordo com Guérin (2005), essas experimentações são fundamentais para a construção de outros referenciais para as mulheres. Elas são capazes de exercitar a reflexividade subjetiva e dessa maneira perceber as organizações sob outras perspectivas.

Ocupar cargos em diretorias ou coordenações significa novas vivências para algumas trabalhadoras. Nos empreendimentos, elas experimentam responsabilidades atribuídas pelo coletivo e, no geral, superam limites pessoais. Todas se referem ao aprendizado como termo que traduz essa participação. A diferença consiste no modo como o grupo reage à articulação de poderes em seu interior. No caso da Coopersoli, as experiências são permeadas pela

solidariedade, ajuda mútua e cooperação. Na Comarp, representa uma forte pressão por parte das integrantes. De qualquer maneira, tais espaços podem ser propícios ao **empoderamento** no qual as trabalhadoras reconhecem suas capacidades, tornam-se mais autônomas e conscientes de si.

A percepção sobre a inserção de homens e mulheres nos empreendimentos solidários é interessante para a reflexão acerca das relações sociais de gênero. O entendimento de que as mulheres têm menos oportunidade no mercado de trabalho e estão dispostas a ganhar menos consiste a base de argumentação dos associados da **Comarp**. Tal visão hierárquica se apóia na certeza de que os trabalhadores têm mais chance no mercado de trabalho e não se sujeitam às condições dos grupos. Na **Coopersoli**, a iniciativa tinha por objetivo gerar renda para mães trabalhadoras devido às dificuldades enfrentadas por elas na conciliação entre trabalho remunerado e doméstico. A integração de homens ocorreu devido à exigência de esforço físico na produção. Por outro lado, há a linha de argumentação que percebe nas mulheres “capacidades naturais” apropriadas à atividade nos empreendimentos, tal como paciência, perseverança, coragem e calma. A divisão sexual do trabalho aparece mais claramente na **Coopersoli**, onde as tarefas produtivas são separadas: mulheres na triagem, homens na prensa. Enquanto na **Comarp**, essa separação é menor, pois não há o trabalho da prensa. Em geral, as narrativas descrevem situações em que muitos trabalhadores se sentem constrangidos em participar dos grupos. A idéia de ser liderado por mulheres, maioria na composição das diretorias, aparece como uma desqualificação. Nesse sentido, alguns homens estão de passagem nos grupos ou optam por abandonar o trabalho. Fatores que comprovam que simbolicamente é difícil admitir a liderança feminina ou realizar as mesmas atividades das mulheres. Questões que pesam para a permanência da desigualdade social de gênero.

Os sentidos apropriados pela participação na cooperativa e na associação reforçam as dimensões de aprendizado e conquistas. A remuneração possibilita, de alguma forma, autonomia financeira às mulheres que passam a ter acesso a bens que podem melhorar a qualidade de vida de suas famílias. Outro ponto significa a possibilidade de reconhecimento social. Antes, prisioneiras em seus lares, as mulheres realizam um trabalho com visibilidade e deixam de ser invisíveis à sociedade. Tais experiências representam fortalecimento de vínculos sociais, rompidos pelos processos de exclusão. Conforme argumenta Lavinias (2000), trata-se de vivências subjetivas que interferem na identidade e sentido de pertencimento dos indivíduos. Pertencentes a projetos mais amplos, elas acessam redes de sociabilidade importantes ao exercício social. Dessa forma, rompem dimensões impostas pela pobreza.

Quanto à economia solidária, ela está repleta de sentidos que permeiam a cooperação, ajuda mútua, a reciclagem e a intercooperação. O que parece comum é sua dificuldade de efetivação prática. A inserção, nos empreendimentos econômicos solidários, requer o exercício da gestão compartilhada e da democracia, mesmo que existam momentos de conflitos, percebidos na pesquisa. A vivência dos espaços autogestionários constitui, em grande medida, a conquista de autonomia, principalmente, para as mulheres. A experimentação dessas relações fortalece vínculos sociais, rompidos em processos de exclusão. O enfrentamento da pobreza está ancorado em soluções locais lideradas por trabalhadoras em busca de renda e cidadania. Embora os limites sejam bastante visíveis, a pesquisa realizada nas diferentes iniciativas demonstrou, conforme ressalta Guérin, que tais espaços são importantes para o desenvolvimento da **justiça de proximidade**. Na perspectiva das relações sociais de gênero, a inserção das mulheres, por meio do trabalho cooperativo, proporciona sociabilidade e pertencimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís, POLLACK, Molly e VALENZUELA, Maria Elena. Equidad de género en el mundo Del trabajo em América Latina. Avances y desafíos cinco años después de Beijing. Oficina Regional para America Latina y el Caribe. Disponível em: <http://www.oit.org.pe/spanish/260ameri/publ/docutrab/dt-130/texto_completo.pdf> Acesso em: 18 mar. 2007.

ABREU, Alice Rangel de Paiva, JORGE, Ângela Filgueiras, SORJ, Bila. Desigualdade de Gênero e Raça – O informal no Brasil em 1990. **Revista de Estudos Feministas**. Número especial: 1994. p. 153-179.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Autogestão. *In*: CATANNI, Antonio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editora, 2003. p. 20-26

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. Flexibilização de direitos, flexibilização do emprego: um estudo comparado da indústria de eletrodomésticos de linha branca. **XII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Belo Horizonte, 2005.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro e AMORIM, Elaine Regina Aguiar. Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecções: um estudo na região de Campinas. **Cadernos Pagu**. N.17/18, 2001/2002. p. 139-156.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro e OLIVEIRA, Eleonora Menicucci. Reestruturação produtiva e saúde no setor metalúrgico: a percepção das trabalhadoras. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 21, n.1, p. 169-198, jan./abr. 2006

ARAÚJO, Clara, SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. *In*: ARAÚJO, Clara, SCALON, Celi. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. Cap. 1, p. 15-78.

ARRIAGADA, Irmã, MIRANDA, Francisca, PÁVEZ, Thaís. **Lineamentos de acción de superación de la pobreza desde el enfoque del capital social**. Santiago: Cepal, 2004.

ATLAS da economia solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006. 60 p.

BANDEIRA, Lourdes e MELO, Hildete Pereira. A pobreza e as políticas de gênero no Brasil. *In* Série Mujer y Desarrollo. Santiago: CEPAL, 2005.

BARROS, Ricardo Paes, HENRIQUES, Ricardo, MEDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. *In*: HENRIQUES, Ricardo (org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 21-49.

BOLETIM da Secretaria Especial de Políticas das Mulheres. SPM/IBGE, Jun. de 2006.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Rosa Maria B. da (org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, 2000. 384p.

_____. O uso das abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In: COSTA, Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Maria Cristina A. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.289-309.

BRUSCHINI, Cristina e LOMBARDI, Maria Rosa. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos de 1990. In: HIRATA, Helena, MARUANI, Margaret (Orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Editora SENAC, 2003. p. 323-357.

CAPPELLIN, Paola. Conciliar vida familiar e trabalho em tempo de crise de emprego: territórios e fronteiras entre o público e o privado In: ARAÚJO, Clara, SCALON, Celi. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 241-269.

CASTRO, Mary g. e LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Maria Cristina A. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. 336p.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CORAGGIO, José Luis. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco de Assis; COSTA, Beatriz (orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000. 246p.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. O trabalho da Mulher e sua contribuição para a renda da família. Brasília: UNIFEM, 2005.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Dieese, 2001. p. 103-127.

DUPAS, Gilberto. As várias dimensões da exclusão social e da pobreza. In: DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FILGUEIRAS, Luiz A. M., DRUCK, Graça, AMARAL, Manoela Falcão da. **O conceito da informalidade: um exercício de aplicação empírica**. Caderno CRH. V. 17, n. 41, 2001. p. 211-123.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FREITAS, Maria Vany de liveira. **Entre ruas, lembranças e palavras: a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. As emancipações no presente e no futuro. *In: Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. GAIGER, L. I. G. (org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.371-403.

_____. Empreendimentos Econômicos Solidários. *In: CATANNI, Antonio David. A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editora, 2003. p. 135-143

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HENRIQUES, Ricardo. Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza: por um novo acordo social no Brasil. *In: HENRIQUES, Ricardo (org.). Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 1-21.

HIRATA. H., KERGOAT, D. A divisão sexual do trabalho revisitada. *In: HIRATA, Helena, MARUANI, M. (orgs.) As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003. p.111-124.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. 335p.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**. N.17/18, 2001/2002. p. 139-156.

_____. Reestruturação produtiva, cidadania e gênero. *In: COSTA, Ana Alice, LIMA, Maria Ednalva Bezerra de, ÁVILA, Maria Betânia, SOARES, Vera, MELLEIRO, Waldeli P. (Orgs.). Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero*. São Paulo: CUT, 2002. p. 27-37.

IZQUIERDO, María de Jesús. **El malestar en la desigualdad**. Madrid: Ediciones Cátedra, S. A, 1998.

KAZTMAN, Rubén. **Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos**. Revista de la Cepal. 75. Diciembre 2001. p. 171-189.

KEGOART, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In: EMÍLIO, Marli, TEIXEIRA, Marilane, NOBBRE, Miriam, GODINHO, Tatau (Orgs.). trabalho e cidadania para as mulheres: desafios para políticas públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p. 55-65.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. *Econômica* v. 4, n.1, junho 2002.

_____. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. *In: ROCHA, Rosa Maria B. da (org.). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios.* Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, 2000. 384p. p. 139-160.

LEON, Magdalena. Empoderamiento: relaciones de lãs mujeres com el poder. **Estudios feministas.** Vol. 8, n. 2, 2000. p. 279-281.

LIMA, Jacob Carlos. Trabalho informal, autogestionário e gênero. **Sociedade e cultura.** V. 9, n. 2, jul./dez. 2006. 303-310.

MACHADO, Lia Zanotta. **Campo Intelectual e Feminismo:** alteridade de subjetividade nos estudos de gênero. Brasília, 1994.

MONTAGNER, Paula. Dinâmica e perfil do mercado de trabalho: onde estão as mulheres? *In: ROCHA, Rosa Maria B. da (org.). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios.* Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, 2000. 384p. p. 161-171.

NEVES, Magda de Almeida. **Trabalho e cidadania:** as trabalhadoras de Contagem. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. 292p.

NEVES, Magda de Almeida, FREITAS, Marina Mônica de. Reestruturação Produtiva e Sindicalismo: a trajetória de sindicatos Metalúrgicos Mineiros. *In: NABUCO, Maria Regina (Org.). Relações de trabalho contemporâneo.* IRT/PUCMINAS, 1999.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. *In: ROCHA, Rosa Maria B. da (org.). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios.* Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, 2000. 384p. p.171-186.

NEVES, Magda de Almeida. Trabalho e gênero: permanências e desafios. **Sociedade e cultura.** V. 9, n. 2, jul./dez. 2006. 257-265.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudios feministas.** Vol. 8, n. 2, 2000. p. 9-42.

OLIVEIRA, Orlandina de e ARIZA, Marina. División sexual del trabajo y exclusión social. **Revista latinoamericana de Estudios del Trabajo.** Ano 3, n 5, 1997. p. 183-203.

PICANÇO, Felícia Silva. Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e à vida familiar *In: ARAÚJO, Clara, SCALON, Celi. Gênero, família e trabalho no Brasil.* Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 149-173.

PINTO, João Roberto Lopes. **Economia solidária. De volta à arte da associação.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil:** Afinal, do que se trata? Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

RODRÍGUEZ, César e SANTOS, Boaventura de Souza. INTRODUÇÃO: para ampliar o cânone da produção. *In:* SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ROGERAT, Chantal. Introdução – O(a)s maltratado(a)s do emprego. *In:* HIRATA, Helena, MARUANI, M. (orgs.) **As novas fronteiras da desigualdade:** homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003. p.227-233.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero e Patriarcado.** S/d. (Circulação restrita)

SALLES, Vania e TUIRÁN, Rodolfo. Pobreza, hogares y condición femenina. **Revista latinoamericana de Estudios del Trabajo.** Ano 4, n. 7, 1998. p. 97-117

SCHWEITZER, Sylvie. Situar as mulheres no trabalho. *In:* HIRATA, Helena, MARUANI, M. (orgs.) **As novas fronteiras da desigualdade:** homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003. p. 55-64.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade.** Porto Alegre. V. 16, n. 2, p. 5-22, jul-dez. 1990.

SEGNINI, Liliana R. P. Mulheres, mães, desempregadas: contradições de uma condição social. *In:* EMÍLIO, Marli, TEIXEIRA, Marilane, NOBBRE, Miriam, GODINHO, Tatau (Orgs.). **trabalho e cidadania para as mulheres: desafios para políticas públicas.** São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p. 31-55.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. *In:* SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (orgs.) **A economia solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003. 360p.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. *In:* SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 81-131

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2004. 127p.

SORJ, Bila. Percepções sobre esferas separadas de gênero. *In:* ARAÚJO, Clara, SCALON, Celi. **Gênero, família e trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2005. Cap. 2, p. 79-87.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. *In*: COSTA, Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Maria Cristina A. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.15-23.

_____. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. *In*: VENTURI, Gustavo, RECAMÁN, Marisol, OLIVEIRA, Suely de. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 107-121

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991. 285p.

_____. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. *In*: COSTA, Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Maria Cristina A. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 252-266.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Ed 34. 2001. 165p.

_____. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p.169-194

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. *In*: Bawara, Bader (org). **A artimanha da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 4º edição, 2002.

ANEXOS

ANEXO A – PERFIL DAS ENTREVISTADAS E DOS ENTREVISTADOS

Perfil das entrevistadas e entrevistados da Comarp

Rosilene, 39 anos, ensino médio completo, solteira e não tem filhos. Trabalhou como babá, doméstica, acompanhante, balconista e atualmente se declara recicladora. Teve poucas experiências de empregos formais. Entrou na associação porque buscava uma atividade nova, com mais perspectivas. É uma das fundadoras da Comarp e já ocupou cargos de diretora financeira, administrativa e hoje é presidente. Acredita na possibilidade de crescimento do empreendimento e, às vezes, fica desmotivada por causa da baixa remuneração. Participa de reuniões e eventos como representante da associação.

Maria do Carmo, 54 anos, ensino fundamental completo, separada e tem duas filhas de 22 e 32 anos. Trabalhou como faxineira e foi cozinheira durante vários anos em restaurantes de Belo Horizonte, alguns com carteira assinada. Foi demitida devido a sua idade. Chegou à associação por falta de emprego através de informações de vizinhos e atualmente desenvolve a função de agente ambiental. Mora sozinha num barracão construído em uma ocupação irregular e participa do movimento dos moradores de rua. É uma das fundadoras do grupo e no início se sentiu humilhada com a ocupação. Atualmente, está mais conformada e destaca que a inserção no empreendimento a ensinou a conviver com outras pessoas. Ocupou vários cargos no grupo, dentre eles, vogal e conselho fiscal. Participa de espaços externos aos empreendimentos como reuniões e viagens.

Ivaneide, 43 anos, ensino fundamental completo, casada e tem três filhos de 11, 12 e 20 anos. Começou a trabalhar como salgadeira por causa do desemprego do marido. Sempre trabalhou por conta-própria e morou em diversas cidades do Brasil. Durante muito tempo, sustentou a família com a renda da venda de salgados. Entrou na associação em busca de algo diferente, pois já estava cansada de sua profissão. É uma das fundadoras da Comarp e se afastou do grupo por seis meses. Foi a primeira presidente do empreendimento e atualmente ocupa um cargo na diretoria. Recebeu um convite para coordenar um projeto da geração de renda pela prefeitura e está aguardando a consolidação da proposta. Participa externamente em reuniões, eventos e viagens. Acredita no potencial do trabalho coletivo, mas ressalta sua decepção com engajamento das pessoas no grupo.

Maricélia, 39 anos, ensino fundamental incompleto, casada e tem dois filhos de 15 e 9 anos. Trabalhou como doméstica com carteira assinada até quando se casou. Depois não conseguiu mais emprego formal. Ficou desempregada por um período e ajudava no trabalho do marido que é escultor e produz em casa. Foi pressionada a procurar ocupação para melhorar a renda familiar que é muito instável. É uma das fundadoras da associação e já ocupou cargos de vogal, conselho fiscal e hoje é diretora financeira. Reclama da renda da associação, mas acredita no crescimento do grupo e na melhora da remuneração depois que eles forem para o galpão de reciclagem que está sendo construído pela prefeitura. Conseguiu vencer parte de sua timidez e participa pouco de espaços fora do empreendimento.

Maria Félix, 64 anos, ensino fundamental incompleto, separada e tem uma filha de 35 anos. Começou a trabalhar com oito anos como doméstica e parou aos 18 para se casar. O marido muito ciumento impediu que ela trabalhasse fora de casa. Depois da separação, conseguiu trabalhos em restaurantes. Ficou quase 25 anos na profissão, sendo a maior parte sem carteira assinada. Procurou a associação porque não consegue “ficar parada” e tem muitas dificuldades em conseguir emprego. Gosta de trabalhar no grupo porque todos a ajudam. Compreende a flexibilidade da atividade como um ponto positivo. Ocupa o cargo de conselheira fiscal, mas não exerce. Participa de instâncias fora da cooperativa porque ela é a única no empreendimento que é isenta de pagar a taxa de passagem do ônibus, o que facilita na falta de recurso para o deslocamento em ações externas.

Selma, 40 anos, analfabeta, viúva e tem cinco filhos de 8 anos, 17 anos, 19 anos, 23 anos e 25 anos. Foi obrigada a se casar aos 14 anos, grávida de sua primeira filha. O casamento foi completamente diferente do que imaginava. Ficou quase 25 anos casada até a morte do marido em 2005. Sofria com as humilhações e a falta de carinho do esposo que era alcoólatra. Era impedida de trabalhar fora, mas às vezes conseguia fazer faxinas escondida. Começou a participar das reuniões da Comarp desde sua fundação. Gostou da experiência e iniciou o trabalho remunerado fora de sua casa. Nesse contato externo, percebeu um novo mundo diferente do que vivia em seu lar. Conheceu pessoas novas, lugares novos e descobriu que era capaz. Ainda fica confusa com a autogestão e ocupa cargo como conselheira fiscal, mas tem dificuldades em realizar por não saber ler e escrever. Voltou a estudar. Participa de reuniões e eventos externos.

Ana Lúcia, 47 anos, ensino fundamental incompleto, separada e tem quatro filhos de 27, 26, 21 e 9 anos. Começou a trabalhar como doméstica com 12 anos, com 18 sua carteira foi assinada. Com a recusa do pai das crianças, assumiu as filhas sozinha e contou apenas com a ajuda da mãe. Teve trajetórias interrompidas em sua ocupação, chegou trabalhar em diversas empresas e ficou desempregada. Seu primeiro contato com a reciclagem foi em uma associação também na região da Pampulha. O empreendimento, entretanto, não pratica a autogestão e foi denunciado como irregular pelos trabalhadores. Chegou a Comarp porque já havia participado de capacitações junto com os integrantes do grupo. Ana Lúcia citou diferenças entre as duas iniciativas e a principal é a possibilidade de participação. Atualmente, ocupa o cargo de diretora administrativa e não gosta de participar em espaços fora da associação.

Evaldo, 52 anos, ensino médio incompleto e técnico em eletrônica, casado e tem três filhos de 11, 12 e 20 anos. Trabalhou como motorista e emendador numa empresa em São Paulo. Permaneceu como empregado da Telemig por 12 anos onde era reparador de linha de assinante. Foi demitido há cerca de 20 anos. Nessa época, tinha boas condições financeiras, casa própria e carro. Depois de perder o emprego não conseguiu mais trabalho com carteira assinada. Buscou atividades como autônomo em conserto de eletrodomésticos, mas nunca deu certo. Entrou na associação junto com esposa em busca de renda. Ocupou diversos cargos que não sabe ao certo. Está na associação desde sua fundação e não participa muito de espaços externos ao grupo.

Perfil das entrevistadas e entrevistados da Coopersoli

Silvana, 49 anos, ensino médio completo, casada e tem duas filhas de 13 e 7 anos. Trabalhou como doméstica, governanta, babá e vendedora na casa e nas empresas de uma família da qual o pai era caseiro. Nessa trajetória, teve a carteira assinada por diversos anos. Quando se casou e teve sua primeira filha, desistiu de trabalhar por causa da distância e da necessidade dos cuidados a serem dispensados a criança. Iniciou no movimento pró-moradia em 1993, quando se integrou a uma associação para conquistar sua casa própria que chegou depois de 8 anos. Era uma das líderes do conjunto habitacional onde foi morar e através de contatos com outras iniciativas buscou, junto com mais mulheres, organizar um grupo de produção na comunidade. É uma das fundadoras da Coopersoli e já ocupou cargos de secretária geral e

agora é coordenadora de turno. Diz que a experiência em movimentos comunitários anteriores foi importante para a participação no grupo, mas a cooperativa tem diferenças. Acredita na economia solidária como possibilidade de trabalho e renda e valoriza a atividade da reciclagem. Participa de diversas instâncias externas de representação do empreendimento.

Lúcia Helena, 39 anos, ensino fundamental completo, casada e tem três filhos de 11, 9 e 7 anos. Trabalha desde os 9 anos de idade. Durante um bom tempo foi doméstica e cozinheira, desenvolvendo as duas atividades ao mesmo tempo. Quando se casou parou de trabalhar e voltou através do projeto da construção da cooperativa. Faz parte do movimento pró-moradia e foi por meio dessa participação na comunidade que chegou ao grupo. A mobilização na Vila Corumbiara para o projeto ocorre desde 1999. É umas das fundadoras do empreendimento e faz parte do conselho fiscal. Acredita na economia solidária como uma possibilidade de trabalho “sem patrão”. Participa de instâncias externas ao grupo, eventos e reuniões. Está sempre presente nos encontros do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária.

Andressa, 30 anos, ensino fundamental completo, separada e tem dois filhos de 11 e 14 anos. Aos 19 anos, começou a trabalhar em uma escola em serviços gerais. Por conta do ciúme do marido, na época, foi obrigada a deixar o emprego. Após a separação, voltou a trabalhar para sustentar os filhos, mas não conseguiu mais trabalho com carteira assinada e, por isso, fazia faxinas para fora. Ficou sabendo do projeto da cooperativa por meio de uma prima que a convidou para participar das reuniões. É uma das fundadoras do grupo, mas deixaria a cooperativa se conseguisse um trabalho formal. Preocupa-se com o futuro dos filhos e a estabilidade em casos de doenças, por exemplo. Atualmente é tesoureira e aprendeu muito na função. Participa de alguns espaços fora do empreendimento, como viagens, eventos e reuniões, mas se diz ainda tímida.

Wagner, 23 anos, ensino médio completo, casado e não tem filhos. Trabalhou como serralheiro e feirante em ocupações informais antes de entrar na cooperativa. Não gostava do serviço devido ao ritmo de trabalho e a falta de benefícios. Entrou na Coopersoli para trabalhar como prensista porque não conseguia emprego pela falta de experiência. É um dos fundadores da cooperativa e atualmente é o vice-presidente do empreendimento. Destaca a autogestão como fator diferencial do grupo, mas trocaria o trabalho por um formal. Atualmente participa mais de instâncias externas, como reuniões em que é necessário representar a cooperativa.

Ignácia, 61 anos, ensino fundamental incompleto, separada e tem três filhos de 29, 28 e 21 anos. Trabalha desde 12 anos de idade e veio para Belo Horizonte ser doméstica. Depois foi camareira, cozinheira e varredora de rua. Teve quase 15 anos de carteira assinada. Pediu para ser demitida do último emprego para terminar sua casa com o dinheiro do benefício. Desempregada, começou a coletar recicláveis na rua. Foi convidada há cerca de um ano a participar da Coopersoli, pois mora próximo ao galpão e já desenvolvia a atividade de reciclagem na comunidade. Não ocupa cargos nem participa de reuniões externas ao empreendimento. Está inserida em um projeto de aumento de escolaridade oferecido aos integrantes do empreendimento solidário.

Edma, 37 anos, ensino fundamental completo, separada e tem quatro filhos de 9, 12, 14 e 17 anos. Trabalhava na plantação de café, cacau e verduras na Bahia, estado natal. Veio para Belo Horizonte realizar um tratamento de saúde e está na cidade desde 1990. Foi doméstica durante vários anos e tinha carteira assinada. Já coletava recicláveis quando iniciaram as reuniões acerca do projeto da cooperativa. É uma das fundadoras do empreendimento e não ocupa cargos por falta de tempo. Trocaria o trabalho por um emprego formal. Quase não participa de instâncias fora do grupo.

Conceição, 45 anos, ensino fundamental incompleto, viúva e tem uma filha de 18 anos. Desde 14 anos trabalha como faxineira, babá, acompanhante e doméstica. Em parte dessa trajetória tinha carteira assinada. Quis experimentar um novo trabalho e começou a participar da mobilização para construção da cooperativa. É uma das fundadoras do empreendimento e já assumiu um cargo no conselho fiscal. Antes de entrar na cooperativa, nunca havia participado de nenhum movimento. Participa de reuniões, eventos e viagens externas ao grupo. Está inserida em um projeto de aumento de escolaridade oferecido aos integrantes do empreendimento solidário.

Dagmar, 40 anos, ensino fundamental incompleto, separada e tem 3 filhos de 14, 16 e 5 anos. Começou trabalhar nova para ajudar os pais na roça. Depois de casada, saiu de sua cidade natal e foi para lavouras de café no Espírito Santo. Em Belo Horizonte, trabalhou como doméstica, faxineira, camareira e serviços gerais. Por alguns períodos, teve a carteira assinada. Foi demitida devido o nascimento de seu filho, depois não conseguiu mais recolocação. Chegou à cooperativa por meio da mobilização comunitária. É uma das

fundadoras do grupo e já ocupou o cargo de conselheira fiscal. Trocaria o trabalho no empreendimento por uma ocupação formal. Participa pouco das atividades externas ao grupo.

Eva, 49 anos, ensino fundamental incompleto, casada e teve quatro filhos, dois estão vivos e têm 28 e 25 anos. Começou a trabalhar com 8 anos em uma fazenda. Casou-se com 13 anos. Foi impedida de trabalhar fora pelo marido, mas vendia roupas escondida. Com o desemprego do esposo, teve o consentimento para fazer parte da cooperativa. É uma das fundadoras da cooperativa e nunca ocupou cargos no empreendimento. Diz não ter “cabeça” para isso. Participa pouco de reuniões ou eventos fora do grupo e não trocaria o serviço por uma ocupação formal.

Judith, 43 anos, ensino fundamental incompleto, casada e tem dois filhos de 20 e 8 anos. Começou a trabalhar como doméstica aos 15 anos. Em seguida, trabalhou como montadora de jóias e faxineira, ambos com carteira assinada. Permaneceu 10 anos desempregada, realizando “bicos”, como vendedora de roupas, bijuterias e cosméticos. Participa da associação comunitária da vila onde mora e no movimento pró-moradia. Chegou à cooperativa por meio da mobilização comunitária convidada por uma liderança. É uma das fundadoras do empreendimento e ocupou o cargo de tesoureira, em que pôde aprender muito. Não trocaria o trabalho do empreendimento. Participa ativamente de eventos e reuniões externas ao grupo.

Marli, 37 anos, ensino médio completo, casada e tem uma filha de 10 anos. Começou a trabalhar com 16 anos em uma empresa de consertos de telefone, depois foi repositora e caixa de supermercado. Casou-se e ficou desempregada por cerca de 10 anos. Iniciou o trabalho na reciclagem no conjunto habitacional, recolhendo garrafas de refrigerante, o que se consolidou na criação da cooperativa. É uma das fundadoras do empreendimento e ocupa o cargo de coordenadora de turno. Participa de instâncias externas ao grupo.

Luzia, 43 anos, ensino fundamental incompleto, separada e tem dois filhos de 19 e 23 anos. Trabalhou como artesã durante boa parte da vida e foi também diarista, babá, lavadeira e vendedora. Por um tempo, optou em expor seus produtos em feiras de artesanato, o que lhe rendeu grandes prejuízos. Chegou à cooperativa, pois sua cunhada e seu filho já participavam do projeto. Nunca ocupou cargos e participa moderadamente de atividades externas ao grupo.

Elis Regina, 35 anos, ensino fundamental incompleto, casada e tem quatro filhos de 17, 14, 13 e 9 anos. Começou a trabalhar na roça aos 17 anos para ajudar os pais. Trabalhou também como cozinheira, doméstica e faxineira. Depois de casada, veio para Belo Horizonte onde conseguiu emprego como auxiliar de limpeza em uma empresa durante três anos. Ficou, por um longo período, desempregada e iniciou a atividade de coleta de garrafas plásticas no conjunto habitacional onde mora, o que deu origem a cooperativa. É uma das fundadoras do empreendimento e já ocupou cargo de conselheira fiscal. Participa ativamente de instâncias externas ao grupo. Está inserida em um projeto de aumento de escolaridade oferecido aos integrantes do empreendimento solidário.

Francisco Rogério, 37 anos, ensino fundamental incompleto, separado e tem cinco filhos de 6, 3, 11, 16 e 14 anos. Trabalhou como vigilante, em padarias, mercearias e supermercado. Ficou desempregado por um longo período e fazia “bicos” para sobreviver. Procurou a cooperativa por falta de emprego e é um dos fundadores do grupo. Não ocupou ou ocupa cargos. Não participa de reuniões e eventos fora do grupo. Está inserido em um projeto de aumento de escolaridade oferecido aos integrantes do empreendimento solidário.

Maria Helena, 65 anos, ensino fundamental incompleto, viúva e tem três filhos dos quais 2 estão vivos e têm 40 e 34 anos. Começou a trabalhar como doméstica aos 17 anos e conseguiu emprego como cozinheira em grandes empresas. Aposentou-se e procurou a cooperativa para levar o filho. Diz gostar do empreendimento e da relação com os colegas. Não consegue ficar parada, sem ter trabalho, por isso permanece no coletivo. Ocupa cargo de conselheira fiscal e participa moderadamente de instâncias externas ao grupo.

Neli, 41 anos, ensino médio completo, separada e tem dois filhos de 19 e 22 anos. Já trabalhou como vendedora em papelaria, loja de sapatos e confecção, cabeleireira e na linha de produção de uma indústria. Participa do movimento de habitação e foi presidente da associação comunitária do bairro por vários anos. Mobilizou muitas trabalhadoras para organização da cooperativa. É fundadora do grupo e presidente do empreendimento por dois mandatos. Representa a cooperativa em diversas instâncias externas e participa ativamente de eventos, reuniões e viagens.

ANEXO B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Roteiro de entrevista semi-estruturado

Nome:

Raça:

Idade:

Filhos:

Estado Civil:

Fontes de renda familiar:

Naturalidade:

Escolaridade:

Profissão:

Habitação:

Qual foi seu primeiro trabalho remunerado?

Quais outras ocupações você exerceu?

Como foi sua trajetória no mercado de trabalho?

Como é a divisão de tarefas domésticas na sua família?

Como isso influenciou na sua vida familiar?

Quais os motivos levaram você a procurar o empreendimento solidário?

Quais as principais diferenças para suas outras ocupações?

Como é a participação no grupo e nas decisões?

Você já ocupou algum cargo? Se sim, como foi?

Por que a maioria dos integrantes do empreendimento são mulheres?

Como são as relações entre homens e mulheres no grupo?

Quais mudanças a inserção no empreendimento trouxe para sua vida?

O que é o trabalho da reciclagem para você?

Como é a relação do empreendimento com a prefeitura e entidades de apoio?

Para você, o que é economia solidária?

ANEXO C – FOTOS

COMARP





COOPERSOLI



